UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Bruno Höfig

Necessidade e acaso na história do capital: o caso do capital acionário

Versão corrigida

São Paulo

2013

Bruno Höfig

Necessidade e acaso na história do capital: o caso do capital acionário

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Econômica sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Luis da Silva Grespan. Versão corrigida.

São Paulo
2013

Para a Camila

“- Contudo não podeis excluir a possibilidade teórica de uma harmonia espontânea entre as necessidades pessoais e o momento, a saber, a 'justeza', a possibilidade de uma concordância natural, que nos permita criarmos livre e despreocupadamente.
*ELE [o demônio] (rindo): - Uma possibilidade muito teórica, de fato! **Meu caro, a situação é demasiado crítica, para que a ausência de crítica esteja à sua altura!**”*

Thomas Mann, *Doktor Faustus*

*“A teoria crítica deve **comunicar-se** em sua própria linguagem (...) É crítica da totalidade e crítica histórica. (...) Não é uma negação do estilo, mas o estilo da negação.”*

Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*

“A negação confronta imediatamente a realidade”

Hegel, *Ciência da Lógica*

Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Introdução.....	11
 Primeira parte. As aporias do capital naturalizado.....	16
I. Ser e dever-ser: a economia pressupõe aquilo que ela deveria demonstrar.....	17
Desregulação financeira.....	20
A teoria da financeirização.....	24
O remédio proposto.....	37
A causa – ela é eficiente?.....	38
“A ciência consiste justamente em desenvolver como a lei do valor se impõe”.....	41
II. A consciência coisificada em autocontradição: a sociedade acionária pela ótica da Economia Política.....	43
A sociedades por ações como conceito econômico.....	47
A sociedade por ações como conceito jurídico.....	55
“Insidiosamente, talvez, aproximou-se de nós”.....	62
 Segunda parte. O capital acionário na Crítica da Economia Política.....	69
III. A apresentação crítica da economia burguesa.....	70
A ascensão do abstrato ao concreto.....	78
Os métodos da Economia burguesa.....	81
A apresentação/exposição [Darstellung] dialética.....	89
Por um capital efetivamente historicizado.....	93
O pressuposto da lei do valor, e os limites da exposição dialética.....	96
IV. O capital acionário como forma-valor.....	102
A necessidade do capital acionário.....	103
O capital portador de juros: o capital como mercadoria.....	110
Um nome pomposo para o capital financeiro? (Parêntese terminológico).....	121
O capital acionário como forma mais desenvolvida da mercadoria-capital.....	123
 Terceira parte. Primeiro modelo de superação da dualidade: a fenomenologia do valor.....	128
V. O tempo do Absoluto: a superação da dualidade em Hegel.....	129
A negação da negação como autorrelação.....	133
A verdade do Ser-aí é o devir.....	137

A alteridade absoluta.....	144
A dialética da forma e do conteúdo na economia mercantil.....	153
Lógica e história em Hegel.....	156
VI. A história do capital acionário como processo de realização do seu conceito.....	162
Uma fenomenologia do valor?.....	162
As formas antediluvianas do capital acionário.....	165
A forma-valor capital acionário, em si.....	170
Do em-si ao para-si, primeira etapa.....	174
Do em-si ao para-si, segunda etapa.....	179
Do para-si ao em-si – e volta?.....	181
Avaliação do modelo hegeliano.....	184
Quarta parte. Para além da fenomenologia do valor.....	186
VII. O capital acionário na totalidade unilateralmente formal do valor em processo.....	187
Marx, filósofo da história?.....	191
O capital: sujeito por sujeição.....	199
De volta ao capital acionário: a fenomenologia do sujeito unilateralmente formal....	202
O papel do capital acionário na desvalorização do valor.....	204
Reavaliação do modelo fenomenológico.....	212
VIII. Nem aleatória, nem pré-determinada: a história do capital acionário da perspectiva da Crítica da Economia Política.....	217
Bolha permanente.....	218
A desvalorização administrada.....	225
Desvalorização administrada e bolha permanente.....	227
Nem dualismo, nem fenomenologia.....	229
BIBLIOGRAFIA.....	233

Agradecimentos

Registro meus agradecimentos ao Departamento de História da Universidade de São Paulo como um todo pelo tempo e apoio concedidos – em especial ao Nelson e ao Osvaldo, sempre simpáticos e prestativos –, e à FAPESP pela bolsa de estudos que financiou esta pesquisa.

Ao professor Jorge Grespan, pela orientação, pelo exemplo intelectual e, principalmente, pela amizade.

À professora Leda Maria Paulani, mediadora do meu primeiro contato com a obra de Marx, orientadora de minha primeira pesquisa e participante da banca de qualificação em que graves defeitos foram apontados – e depois da qual novos rumos foram tomados. Também por esta última razão, e não menos pelo excelente curso no qual a História enquanto ramo científico foi, pela primeira vez, apresentada a este economista, agradeço ao professor Wilson Barbosa, um dos mais sérios cientistas que conheci.

Aos professores Eleutério Prado e Paulo Arantes, por aceitarem ler e avaliar esta dissertação que não versa exatamente nem sobre economia, nem sobre filosofia.

Aos companheiros com os quais há muito tempo me reuni para ler displiscentemente uma tradução ainda mais displiscente da Ideologia Alemã, e que acabaram se tornando grandes amigos: Sarinha, Bibi, João e Iderley. A este último, assim como ao Julinho, agradeço especialmente pela companhia durante o primeiro ano de pesquisa, pelas discussões pseudo-filosóficas, e pela paciente leitura de alguns dos relatórios e artigos que culminaram neste texto final. À Anna e ao Murilo, não somente pela amizade, mas também pelo respeito encorajador.

Aos amigos do Alfa USP (Fabris, Deni, Diana, Marcel, Natasha, Lolita, Sol, Natália...), por porporcionar aquele que foi provavelmente meu mais importante aprendizado durante os anos de graduação.

Aos companheiros do GMarx (Agnaldo, Ciro, Edu e tantos outros – especialmente o professor Lincoln Secco, que me recebeu tão gentilmente), com os quais pude discutir, ainda que indiretamente, algumas das questões que motivaram esta pesquisa.

Aos novos amigos e companheiros de discussão: Fernando Carnaúba, Gustavo Seferian, Douglas Anfra, Leonardo Müller, Vera Cotrim, Oswaldo Akamine, Vinicius Casalino, Lidiane Soares, entre outros.

Ao professor José Flávio Motta, coordenador de um grupo de estudos que, na prática, deu ensejo a meu primeiro contato sério com a ciência.

A minhas avós e minha tia, pelo carinho e pela admiração aparentemente inquebrantáveis.

Ao meu irmão Pedro, exemplo de seriedade.

Ao meu pai, pela amizade e, principalmente, pelo respeito, inesperado diante do rumo assumido por minha vida.

A minha mãe, pelo amor incondicional.

E à Camila, por ser quem é.

Resumo

HÖFIG, B. Necessidade e acaso na história do capital: o caso do capital acionário. 242 pp. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Incapaz de tematizar a conexão interna do valor com as diversas formas sociais que constituem o modo de produção capitalista, a Economia Política não consegue desvendar as tendências imanentes deste modo peculiar de organização da vida material da sociedade, o que a impede de interpretar de maneira consistente o devir histórico da economia capitalista como um todo, bem como o de suas formas particulares consideradas individualmente. Neste trabalho, veremos que tal deficiência fica particularmente clara nas considerações dos economistas sobre o capital acionário (parte I).

Marx, ao se propor desenvolver logicamente as formas através das quais a lei do valor pode se impor sobre o metabolismo social, supera a unilateralidade da Economia Política (parte II). No entanto, ele não esclarece exatamente como deve ser pensada a relação entre o desenvolvimento lógico-sistemático das formas da economia burguesa e o devir histórico dessas formas propriamente dito. Por isso, após deduzir a forma-valor capital acionário, proporemos, com base nas semelhanças entre o conceito marxiano de capital e o sujeito absoluto apresentado por Hegel, uma interpretação da história do capital acionário inspirada na filosofia hegeliana da história (parte III).

Finalmente, depois de constatar que, apesar de sua proficuidade, a interpretação em moldes hegelianos da história do capital acionário não é plenamente consistente, tentaremos evidenciar a incompatibilidade entre o Espírito Absoluto hegeliano e o conceito marxiano de capital, o que nos permitirá empreender uma interpretação das transformações recentes do capital acionário inspirada na Crítica da Economia Política (parte IV).

Palavras-chave: Crítica da Economia Política, capital acionário, teoria do valor, dialética, teoria da história.

Abstract

HÖFIG, B. Necessity and contingency in capital's history: the case of share capital. 242 f. 2013. Thesis (Masters Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Incapable of conceiving the unity of the value-form with the other forms of the capitalist mode of production, Political Economy cannot reveal the internal tendencies of the capitalist economy as such. Consequently, it cannot understand the historical developments of this kind of economic organization. This incapability gets particularly clear when one examines economic theories on share capital.

Through the logical development of the forms of value, Marx overcame such limits of Political Economy. What he did not clarify however was how one should conceive the relation between the logical development of the forms of value and the historical development of capital as such. Based on the similarities between Marx's concept of capital and Hegel's concept of Absolute Spirit, we will test the hypothesis that the latest transformations of share capital can be understood as a result of its increasing conformation to its concept. We shall see that although it can help us understanding some features of these transformations, a “hegelian” interpretation of it is not fully consistent.

That is why, after revealing the most important differences between the hegelian concept of absolute spirit and the marxian concept of capital, we shall try to comprehend how exactly the Critique of Political Economy can help us understanding historical changes in the capitalist mode of production, and particularly the latest historical developments of share capital.

Key-words: Critique of Political Economy, share capital, value theory, dialectic, theories of history.

Introdução

Há pouco tempo, o Fundo Monetário Internacional reuniu a nata da inteligência econômica ortodoxa, pedindo-lhe que pusesse a Ciência a serviço da humanidade e sugerisse medidas capazes de tirá-la do inferno em que se colocou¹. As soluções indicadas variaram, é certo; mas praticamente todas giraram em torno de um ponto comum: a necessidade de impedir que o sistema financeiro influísse negativamente sobre a produção de riqueza *real*.

Curiosamente, tais sugestões não diferem em sua essência daquelas dadas por economistas que se consideram bastante críticos, e que se sentiriam ofendidos caso fossem confundidos com os economistas respeitados pelo FMI. A coincidência, todavia, não é casual. Pois, apesar das evidentes diferenças entre suas teorias, parece-nos inegável que ambos os grupos têm o costume de atribuir os males que assombram a economia capitalista a fatores externos à produção de mercadorias enquanto tal. Para ser mais preciso: tanto uns, quanto outros assumem que as relações sociais através das quais a riqueza é produzida são compatíveis com qualquer espécie de relações de *circulação*, e que portanto boa parte dos problemas econômicos poderia ser resolvida mediante mudanças na circulação enquanto tal; e se eles pensam assim, é porque aceitam acriticamente a forma da exterioridade, na qual as relações sociais constitutivas do modo de produção capitalista se apresentam à experiência imediata, sem atentar para o momento lógico do co-pertencimento, da unidade que apenas a análise paciente pode evidenciar.

Não espanta, pois, que o entendimento econômico tenda a atribuir unilateralmente a mudanças na circulação (no caso, principalmente a circulação da mercadoria-capital²) algumas das mais importantes transformações sofridas pela reprodução capitalista como um todo nas últimas décadas. O *dualismo* da produção e da circulação está na base, por exemplo, de uma teoria em voga entre vários economistas políticos críticos: a teoria da *financeirização*, segundo a qual a redução no ritmo de acumulação do capital nos países capitalistas mais importantes a partir da década de 1970 se deve à assim chamada desregulação financeira³.

Que as teorias da financeirização se apoiam sobre um dualismo das relações de produção e de circulação, parece-nos ponto indisputável. Não é isso, porém, que pretendemos tematizar nesta dissertação. Melhor dizendo: este não será nosso tema *imediato*; pois o dualismo da produção e da circulação não é senão a expressão de um outro dualismo, ainda mais fundamental: aquele que,

¹ Quanto a isso, cf. Roberts, M. *The cat is stuck up a tree. How did it get there and how you get it down.* <http://thenextrecession.wordpress.com/2013/05/10/the-cat-is-stuck-up-a-tree-how-did-it-get-there-and-how-do-you-get-it-down/>. Acesso: 15/05/2013.

² Sobre a mercadoria-capital, cf. o capítulo IV desta dissertação.

³ Falaremos sobre a desregulação no capítulo I.

assumindo (consciente ou inconscientemente) que a imposição da lei do valor ao metabolismo econômico da sociedade independe do modo como esta organiza a produção e a circulação da riqueza material, opõe de modo intransponível a lei do valor e a existência real-empírica do capital enquanto sujeito do metabolismo social. Como veremos no primeiro capítulo, a este dualismo podemos atribuir a incapacidade das teorias da financeirização em fornecer explicações consistentes para as recentes transformações sofridas pelo modo de produção capitalista.

É justo dizer, contudo, que esta mesma incapacidade marca também as obras de alguns dos maiores economistas do século XX. De fato, como veremos no segundo capítulo, na medida em que, por um lado, jamais tematizam a conexão interna entre a lei do valor enquanto tal e a forma particular do valor normalmente chamada de *capital acionário*, e por outro atribuem ao nível de desenvolvimento desta forma o caráter de determinação *fundamental* das decisões de investimento a serem tomadas pelas empresas que se organizam sob a forma – hoje hegemônica nas altas esferas do capitalismo – da *sociedade anônima*, os economistas se mostram absolutamente incapazes de apresentar uma teoria consistente não apenas sobre o *modus operandi* desse tipo peculiar de organização empresarial, mas principalmente sobre o devir histórico da economia capitalista como um todo.

Importante notar que também aqui não nos encontramos diante de um desenvolvimento meramente casual. Pois, como será mostrado no terceiro capítulo, a Economia Política, na própria medida em que assume o valor unilateralmente ou como uma propriedade sensível, ou como uma propriedade suprassensível da riqueza material; melhor dizendo: na medida em que apreende o valor sempre como algo unilateralmente positivo, ela torna-se absolutamente incapaz de superar o dualismo a que fizemos referência. De fato, apenas a *Crítica da Economia Política* foi capaz de *notar* o problema; quando Marx escreve, por exemplo, que “*a ciência consiste justamente em desenvolver como a lei do valor se impõe*”, ele formula exatamente o projeto de romper com a aparência de exterioridade absoluta das diversas formas particulares do capital, apreendendo-os em sua *unidade* entre si e com a lei do valor – o que será feito através da apreensão do valor como *forma social* e da *dedução* lógico-sistemática das demais formas através das quais a lei do valor pode, em geral, se realizar. Parece-nos que assim a *Crítica da Economia Política*, ao contrário da ciência por ela criticada, é capaz de fornecer as bases para interpretações consistentes do devir histórico do modo de produção capitalista, e em particular o desta forma do capital a que hoje se dá tanta importância: o capital acionário.

Na medida em que nos permite apreender suas determinações essenciais, *não fortuitas*, a derivação lógica do capital acionário, empreendida no quarto capítulo desta dissertação, constitui um momento crucial de qualquer estudo que vise compreender o devir *histórico* desta forma do

capital. É evidente, porém, que o mero desenvolvimento lógico-conceitual das formas através das quais a lei do valor se impõe, isto é, o desenvolvimento das formas particulares do capital em sua unidade com a lei do valor enquanto tal, não pode por si só dar conta de uma tal tarefa. Noutras palavras: *não é possível passar diretamente do desenvolvimento lógico do valor ao desenvolvimento histórico propriamente dito*. Pois a exterioridade, a autonomia das formas particulares do valor, a não identidade da essência e da existência: nada disso pode ser considerado uma simples ilusão. Pelo contrário: a exterioridade *existe e deve existir*; de fato, como veremos no quinto capítulo, ela é a própria condição de possibilidade de um devir propriamente histórico do capital. Por isso, se quisermos interpretar de modo racional esta história, não nos basta indicar o caráter fetichista da absolutização, empreendida pela Economia Política, da oposição entre lei do valor e a existência real-empírica do modo de produção capitalista; pelo contrário: é necessário, a um só tempo, reconhecer o momento de verdade dessa oposição e ir além dela, de modo a explicitar o tenso jogo entre essência e existência – *necessidade e acaso* – que constitui a história da totalidade formal que o capital é.

O próprio Marx, porém, não deixa claro como isso deve ser feito. Daí que, apoiados em algumas referências legadas por ele mesmo e nas semelhanças entre o Espírito Absoluto hegeliano e o conceito marxiano de capital, tenhamos decidido empreender uma digressão pela Ciência da Lógica de Hegel, com o fito de mostrar de modo bastante sintético, primeiramente, como o filósofo prussiano pretende *superar* as oposições entre essência e existência e entre forma e conteúdo; e depois, como este modelo de superação dá origem a uma compreensão bastante peculiar do processo histórico, que é apreendido, na filosofia hegeliana, como o processo de autorrealização da Razão – ou, se assim se quiser, de adequação da vida social a seu conceito. Com base nessa digressão, proporemos no capítulo VI uma leitura, por assim dizer, hegeliana da história do capital acionário, com o fito de testar a hipótese de que tal história pode ser compreendida como o processo de adequação da existência real-empírica do capital acionário ao seu conceito (tal qual este último fora derivado no capítulo IV).

Depois de constatararmos que, apesar de sua proficuidade, a interpretação em moldes hegelianos da história do capital acionário não é plenamente consistente, tentaremos no capítulo VII evidenciar a incompatibilidade entre o Espírito Absoluto hegeliano e o conceito marxiano de capital, o que nos permitirá empreender, no mesmo capítulo, uma primeira interpretação das transformações recentes do capital acionário baseada na Crítica da Economia Política. No capítulo VIII, finalmente, aprofundaremos esta interpretação – a qual, todavia, não poderá deixar de ter um caráter bastante superficial, em função principalmente das conhecidas limitações temporais a que está sujeita toda pesquisa de mestrado.

O objetivo principal do nosso trabalho é fornecer *subsídios* para uma interpretação consistente das recentes transformações sofridas pelo modo de produção capitalista. Acreditamos que a Crítica da Economia Política oferece a perspectiva mais adequada para isso, e pretendemos mostrá-lo de maneira, por assim dizer, *negativa*; para ser mais preciso: pretendemos mostrar, por um lado, que tanto a Economia Política quanto uma possível leitura “hegeliana” da obra de Marx são incapazes de apreender racionalmente a história do capital acionário; e por outro, que a perspectiva proposta pela Crítica da Economia Política é incompatível não apenas com a própria Economia Política, mas também com a filosofia especulativa – e, por conseguinte, com a noção de história que esta traz a reboque. Portanto, não é nossa intenção empreender propriamente um estudo historiográfico do desenvolvimento do capital acionário nos países centrais do capitalismo (em especial os EUA); pelo contrário: se lidamos aqui com a história desta forma particular do capital, é apenas porque, em função das transformações por ela sofridas durante o século XX, ela nos oferece um caso privilegiado no qual testar a pertinência, na interpretação do devir histórico do modo de produção capitalista, das perspectivas adotadas tanto pela Economia Política quanto por uma possível leitura “hegeliana” de Marx; e porque, em função da evidente importância desta forma particular do capital, a elucidação dos principais determinantes da história do capital acionário – tarefa da qual acreditamos que apenas a perspectiva oferecida pela Crítica da Economia Política pode dar conta, e que será empreendida neste trabalho apenas de maneira rudimentar e provisória – constitui um momento essencial no esforço maior de compreensão da história recente da economia capitalista como um todo.

Deve-se ter em mente, por fim, que quando falamos da Crítica da Economia Política, não nos referimos à obra “econômica” de Marx *tout court*; afinal, é evidente que o próprio Marx muitas vezes esteve aquém de seu projeto teórico revolucionário⁴, no qual se “inverte” e “desmistifica” não apenas a dialética conciliadora, mas também a Economia Política enquanto campo teórico⁵. Pretendemos pois que nosso estudo permaneça fiel ao *espírito* da *Crítica* da Economia Política (sintetizado na epígrafe ao terceiro capítulo desta dissertação) enquanto tal, de modo a *contribuir*

⁴ Cf. por exemplo as considerações de Marx sobre o trabalho em geral, que puderam servir de base a ontologias do trabalho de evidente cunho hegeliano, e a tentativa marxiana de transformar matematicamente os valores em preços de produção, na qual nosso autor tanto se aproxima de uma concepção ricardiana do econômico. Sobre o conflito entre o “Marx crítico da Economia Política” e o “Marx economista político”, cf. Heinrich, M. *Die Wissenschaft von Wert: die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition* (2., überarb. und erw. Aufl. - Münster: Westfälisches Dampfboot, 1999).

⁵ Quanto a este último ponto, cf. Heinrich, op. cit., e Reichelt, H. *Neue Marx-Lektüre. Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburg: VSA-Verlag, 2008.

para uma interpretação da história do capital que seja capaz de incluir, “no entendimento positivo do existente, (...) ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua ruína inevitável”, de *apreender “toda forma devinda [gewordne] no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório*”, de “não se deixa[r] impressionar por nada” e de ser, “em sua essência, crítica e revolucionária. (K, I, 28; C, I, 1, 141)

Primeira parte. As aporias do capital naturalizado

I. Ser e dever-ser: a economia pressupõe aquilo que ela deveria demonstrar

“- Lembra-se, das aulas a que assistiu, do que acontece no mundo, quando se quer saber se algo é uma lei ou não? Ou se têm de antemão os fundamentos para achar que algo é lei (...) Ou não se têm esses motivos, como tão frequentemente na vida, e se fica diante de um fenômeno, do qual não se sabe ao certo se é lei o acaso. *É aí que, para nós, a coisa fica interessante.*”

Robert Musil, *O homem sem qualidades*

Parece troça de mau feiticeiro. Ainda há pouco, desfrutávamos o paraíso da Nova Economia – e já agora nos parece ter subido o inferno à terra! Diz-se, porém, que Deus está morto, e que aos economistas, homens da Ciência, cabe encontrar em razões seculares o fundamento dessa nova expulsão do Éden...

Conhece-se a explicação clássica, que Kindelberger, em seu famoso estudo sobre as crises financeiras, atribui a Minsky. Para ele, uma bolha – e a crise que a segue – começa sempre com uma espécie de choque exógeno, exterior ao sistema macroeconômico, o qual provoca um desordenamento dos preços dos ativos negociados nos mercados financeiros⁶. A natureza desse desordenamento varia de um boom especulativo a outro. Pode ser a deflagração ou o fim de uma guerra, uma ótima safra ou uma má colheita, a adoção em larga escala de uma invenção de efeitos difusos, uma mudança inesperada de política monetária, etc. Seja qual for a origem do desordenamento, ele alterará, caso seja amplo e difuso o suficiente, o quadro econômico, afetando as oportunidades de lucro em ao menos um importante setor econômico. Esse desordenamento, alastrando-se, traz consigo oportunidades de lucro em alguns setores – novos ou já existentes –, e fecha-as em outros. Empresas e indivíduos com poupança ou crédito disponíveis certamente tentarão tirar proveito da situação – e, caso as oportunidades de ganho prevaleçam sobre as perdas, então os investimentos e a produção se recuperam. A partir daí, diz Kindelberger, “um *boom* está a caminho.”

Mas o *boom* precisa se alimentar, e isso só é possível com a expansão do crédito bancário, seja através da emissão de notas bancárias, seja através do acréscimo a depósitos bancários. Em tais

⁶ Kindelberger, C. *Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Nas próximas linhas, seguiremos de modo praticamente textual o argumento contido entre as páginas 16 e 22 do trabalho citado.

condições, o desejo de especular se transmuta em demanda efetiva de mercadorias ou ativos financeiros.

Após algum tempo o crescimento da demanda exerce pressão sobre a capacidade de se produzir bens ou sobre a oferta de ativos financeiros existentes. Os preços sobem, propiciando o aparecimento de novas oportunidades de lucro e atraindo ainda mais empresas e investidores. Desenvolve-se uma reação positiva à medida que novos investidores levam a aumentos de renda que estimulam outros investimentos e outros aumentos de renda. Nesse estágio podemos captar perfeitamente o significado do que Minsky chama 'euforia'. A especulação com o objetivo de aumentar preços soma-se a investimentos para produção e venda. Se esse processo se desenvolve, o resultado é geralmente, embora não de modo inevitável, [o] 'overtrading'⁷. (...) Quando o número de empresas e particulares que se utilizam dessas práticas cresce, trazendo consigo segmentos da população que normalmente mantêm-se à margem de tais aventuras, especulação e lucro afastam-se do comportamento normal e racional em direção ao que tem sido descrito como 'manias' ou 'bolhas'⁸.

Com o prosseguimento do *boom* especulativo, elevam-se continuamente as taxas de juros, a velocidade de circulação e os preços dos ativos financeiros em geral. Em determinado estágio, alguns poucos *insiders* decidem realizar seus lucros e vender todos os seus títulos. Hesita-se no topo do mercado: os novos candidatos à especulação se abalam com a saída dos *insiders*, e disso pode resultar um período de dificuldades financeiras; pois uma parte considerável da comunidade especulativa torna-se consciente de que a qualquer momento pode se desencadear uma corrida por liquidez, com conseqüências desastrosas para os preços de mercadorias e títulos, o que tornaria impossível, por parte de especuladores que contraíram empréstimos, o pagamento de suas obrigações. Em tal cenário, os especuladores iniciam um movimento de retirada do mercado – retirada que, nas palavras de Kindelberger, pode se parecer com um “estouro de boiada”.⁹ Muitos podem ser os sinais do dilúvio: a falência de um banco ou empresa, a revelação de uma fraude, a queda no preço do objeto com o qual se iniciou a onda de especulação, etc. De qualquer modo, a reação violenta e o descrédito tendem a levar ao pânico: foi iniciado mais um *crash*.

Comentemos *en passant* que, em linhas gerais, já Marx conhecia o mal¹⁰. Era-lhe óbvio: na

⁷ Sobre a noção de 'overtrading', cf. Kindelberger, op. cit., p. 18.

⁸ Kindelberger, op. cit., pp. 18-9. Kindelberger define bolha como “um movimento de preço para cima numa série ampliada que depois implode. Uma bolha negativa ampliada é um crash”. Op. cit., p. 19.

⁹ Op. cit., p. 21.

¹⁰ Entre os economistas burgueses, o primeiro a tratar do tema com algum detalhe parece ter sido Bagehot, em seu hoje aclamado *Lombard Street: a study of the money market*, de 1873. (Sobre a crescente atenção dada a esta obra após a crise de 2008, cf. Delong, B. *This time, it is not different: the persistent concerns of Financial Macroeconomics*.)

medida em que a forma-valor pode, por algum tempo, desvencilhar-se de seu conteúdo, o circuito vital do capital estará sempre ameaçado por uma inundação de títulos financeiros que, a rigor, não contém senão promessas cujo cumprimento é impossível. Daí que, nalguns momentos:

O processo inteiro se [complique] tanto, em parte devido à simples emissão de letras frias, em parte devido a negócios de mercadorias cuja finalidade é meramente a fabricação de letras, que a aparência de negócios sólidos e de refluxos rápidos pode subsistir tranquilamente, depois que os refluxos, na realidade, eram já há muito feitos à custa em parte de prestamistas defraudados, em parte de produtores defraudados. (K, III, 501; C, III, 2, 24).¹¹

Uma vez nessa situação, a explosão, evidentemente, é mera questão de tempo.

Temos aqui, portanto, um princípio simples: a possibilidade de mediações quase infinitas, de criação de infindáveis elos na cadeia que leva a mercadoria de seu produtor a seu consumidor fragiliza a corrente. Tudo pode ser contaminado pela podridão de apenas um ponto – podridão que, segundo Kindelberger, adviria de um mero “choque”, aparentemente tão casual quanto a morte de um indivíduo disposto a entrar na roleta russa. Na verdade, a fragilidade sistêmica é ainda maior do que parece acima; pois, nos mesmos mercados onde são negociadas as letras comerciais a que Marx alude, negociam-se também papéis de uma classe distinta: títulos de dívida de longo prazo e ações corporativas, além, é claro, dos derivativos de todo tipo que também aqui geram-se como que espontaneamente; portanto, títulos cujos preços são determinados exclusivamente pela *expectativa* do fluxo de renda que, no futuro, *devem* propiciar a seu proprietário. Ora, até alguns profetas do apocalipse já descobriram que expectativas podem ou não cumprir-se – e que nada é mais manipulável do que as esperanças de quem se *quer deixar enganar* –; assim, não necessitará nosso leitor de muito esforço para perceber que a economia capitalista, deixada a si mesma, é como o sistema fechado estudado por Carnot: quanto mais se aquece, mais se aproxima o momento em que deixará de funcionar.

Não é então unicamente por inocência que tantos intérpretes gostam de atribuir à falta de controle estatal sobre os circuitos financeiros, i.e., àquilo que ficou conhecido como *desregulação da esfera financeira*, o martírio hoje vivido naquela mesma parte do mundo onde se consideravam

¹¹ As citações de *O Capital* serão acompanhadas de uma dupla referência: a primeira, à edição em alemão, tal qual aparecem nos volumes 23, 24 e 25 de *Marx und Engels Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 2008; a segunda, à edição em português publicada na coleção “Os Economistas”: São Paulo: Abril Cultural, 1983 (livro primeiro, volumes 1 e 2), 1984 (livro segundo) e 1985 (livro terceiro, volumes 1 e 2). Assim, a referência acima (K, III, 453-4; C, III, 1, 332-3) indica que o trecho se encontra no terceiro tomo da obra em alemão, nas páginas 453 e 454, e no primeiro volume do terceiro tomo da edição em português, nas páginas 332 e 333. Ainda sobre as citações: com exceção dos itálicos sobre palavras estrangeiras, o referido efeito indicará sempre que o trecho foi acentuado por nossa opção; os negritos, por sua vez, corresponderão aos grifos dos próprios autores.

eliminados os problemas materiais da humanidade, assim como não é por mero acaso que o termo *subprime* foi tão rapidamente assimilado ao vocabulário de indivíduos que nunca souberam a diferença entre uma debênture e um *commercial paper*.

Mas essa desregulação financeira, de que tanto se fala – do que se trata?

Desregulação financeira

Para compreender o fenômeno, será necessário antes levar em conta um outro, lógica e cronologicamente anterior: a *regulação* da esfera financeira, implementada progressivamente na maioria dos países mais ricos do Ocidente a partir do colapso da década de 1930, e que chegou ao auge após Bretton Woods, quando mesmo os fluxos internacionais de capitais passaram a ser formalmente regulados por uma estrutura normativa supranacional.

Por sua óbvia importância, consideremos o caso dos EUA.

Grosso modo, o que os economistas de hoje chamam de regulação de esfera financeira corresponde aos seguintes mandamentos: em primeiro lugar, apenas agentes pré-estabelecidos poderão negociar a riqueza acumulada na forma monetária *como uma mercadoria capaz de gerar excedentes*; em segundo, o empréstimo do capital não pode ser feito sob qualquer forma contratual acordada por duas partes juridicamente livres: apenas sob condições pré-estabelecidas pode o dinheiro ser emprestado como capital. Assim, o Security Act de 1933, mais conhecido como Glass-Steagall Act, deu ao Federal Reserve um controle nunca antes visto sobre a atividade especulativas dos bancos, e *estabeleceu uma demarcação clara entre as atividades dos bancos comerciais e as dos bancos de investimento*, exigindo daqueles que se desfizessem das filiais que operassem com atividades agora restritas a estes; com isso, pôde-se restringir as atividades especulativas dos bancos cujos depósitos passariam, também em função da nova legislação, a ser segurados. O Security Act ainda deu ao Estado o poder de obrigar os subscritores de novos títulos a seguir certas regras pré-estabelecidas, e fez com que a maioria das novas emissões tivessem que ser registradas em determinados órgãos estatais antes de chegar ao público. No ano seguinte, foi aprovado o Securities and Exchange Act, que permitiu ao Federal Reserve Board estabelecer limites sobre a quantidade de dinheiro que os investidores-especuladores poderiam tomar emprestado para financiar suas transações (*margin requirements*), legislação que, em 1936, tornou-se mais ampla, de modo a cobrir as compras de títulos financiadas por bancos. Por fim, o Banking Act de 1935 aumentou o poder do Fed, que agora poderia estabelecer tanto a taxa de redesconto quanto as exigências de reservas, além de determinar tetos para os juros sobre depósitos e restringir a entrada de novos bancos no

sistema, bem como a expansão dos já existentes¹².

Tais medidas coincidem com aquilo que muitos pedem hoje seja feito sobre o sistema financeiro dos países mais ricos do mundo. Notemos, contudo, que a regulação da década de 1930 resultou de um movimento muito mais amplo do que se costuma recordar¹³. Após a crise de 1929, Wall Street passou a ser vista, pela maior parte da população dos EUA, como a principal responsável pela depressão que se instalara na economia do país. Isso motivou a formação de uma comissão no Senado para investigar formalmente o mercado de capitais¹⁴; e se esta não conseguiu estabelecer uma ligação direta entre o *crash* de 1929 e a depressão da década seguinte, ao menos descobriu uma série de formações de *pools* e de outros esquemas de manipulação dos preços dos ativos transacionados¹⁵. Foi a senha para que o governo Roosevelt impusesse ao mercado de capitais uma série de normas com o fito de aumentar a transparência dos assuntos corporativos, fortalecendo a confiança dos investidores. Assim, foram estabelecidas, pela primeira vez, normas contábeis uniformes, necessárias, principalmente, no que se refere à definição contábil de lucro – definição cuja inexistência permitira a tantos administradores maquiar os resultados das corporações, o que atrapalhava a projeção dos dividendos, e por conseguinte o cálculo “racional” dos preços das ações. Além disso, dispensadas de fazê-lo, tanto pelo Estado, quanto pela Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE), as corporações até então sequer disponibilizavam para o público informações financeiras que hoje consideramos indispensáveis para a precificação das ações; por isso, os Securities Acts definiriam também os tipos de informação que doravante teriam que ser publicadas. A nova legislação estabeleceria também novas responsabilidades legais, às quais os gestores das corporações e toda uma série de profissionais sem as quais o mercado não funcionaria deveriam se adequar, de modo a proteger os interesses dos investidores¹⁶.

Que a maior parte destas regulações, ao contrário dos dois tipos de medidas citados no início desta seção, seja hoje assumida como natural, é algo que diz muito sobre as tendências internas de

¹² Cf. Baskin, J. B., e Miranti Jr., P. J. *A history of corporate finance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; e Smith, B. Mark. *Toward rational exuberance: the evolution of the modern stock market*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2001. Cabe lembrar que, num tal contexto, a regulação dos fluxos internacionais de capitais, estabelecida em Bretton Woods, apenas estenderia para a arena mundial os dois tipos de barreira acima citados; portanto, quando falarmos de regulação financeira, é aos dois mandamentos expostos acima que nos referiremos.

¹³ Notemos também que o processo de implementação das reformas aprovadas pelo Congresso foi bastante complicado, em função da declaração, pela Suprema Corte, de seu caráter inconstitucional. De fato, Roosevelt chegou a pedir ao Congresso que aprovasse alterações na própria composição da corte. Cf. O'Brien, D. *Constitutional Law and Politics: struggles for power and governmental accountability*. New York: Norton & Company, 2005.

¹⁴ Sobre as atividades dessa comissão, que ficou conhecida como *Pecora Comissão*, cf. Eichengreen, B. *Why no Glass-Steagall II?* Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-weakness-of-post-2008-us-financial-reform-by-barry-eichengreen#8EISIFMigiBGtFOT.99> (14/04/2013)

¹⁵ Smith, op. cit., pp. 118-120.

¹⁶ Baskin e Miranti, op. cit., pp. 197-203. Cf. também Miranti, The minds eye of reform: The ICC's Bureau of statistics and accounts and a vision of regulation, 1887-1940, *Business History Review* 63 (Autumn 1989), pp. 469-509.

desenvolvimento do capital acionário, como veremos na terceira parte desta dissertação. De qualquer modo, foram as primeiras medidas elencadas as que começaram a ser removidas, a partir dos anos 1970, nos EUA – movimento que seria seguido não apenas pela Inglaterra, mas também por países mais conservadores no que se refere à legislação financeira, como a Alemanha e o Japão¹⁷.

Assim, quando a inflação pôs em perigo os rendimentos dos fundos de pensão e das seguradoras, o Employee Retirement Income Security Act (ERISA, estabelecido em 1974, e emendado em 1978) deu-lhes o direito de investir uma substancial proporção de seus portfólios em ações e títulos de dívida em geral – ao contrário do que acontecia antes, quando só podiam comprar papéis das companhias mais seguras e do Estado dos EUA¹⁸. Também sob o impulso da inflação foi gestado o Depository Institutions Deregulation and Monetary Control Act, que veio à luz em 1980, removendo completamente o teto dos juros pagos pelos depósitos¹⁹. Já o Garn-St. Germain Act, de 1982, permitiu às Saving and Loans Institutions (bancos voltados para a poupança, que surgiram, no século XIX, como espécies de caixas econômicas dos EUA²⁰) que diversificassem sua linha de crédito e se dedicassem a atividades mais arriscadas. Este ato, assim como o ERISA, possibilitou que uma enorme soma de valor, antes impedido de ingressar no mercado de capitais, dele passasse a fazer parte. O Glass-Steagall Act, por sua vez, foi reinterpretado em 1996, e repellido completamente em 1999, pelo Gramm-Leach-Bliley Act, com o qual extinguiu-se a distinção legal entre bancos comerciais, bancos de investimento e seguradoras. E finalmente, o Commodity Futures Modernization Act regularizou os mercados de balcão (over-the-counter)²¹, i.e., os mercados nos quais ativos não listados nos grandes mercados (como a NYSE) são transacionados sem nenhuma espécie de organização central, e no qual apenas as partes envolvidas conhecem os termos do acordo.

Pois bem. Já sabemos o que foram a regulação e a desregulação dos mercados de capitais dos EUA. A questão agora é: como tudo isso se relaciona com a formação de bolhas financeiras?

Em primeiro lugar, cabe notar que, para boa parte da teoria econômica ortodoxa, bolhas financeiras são impossíveis²². De fato, é impossível *provar* a existência de uma, já que, segundo seu

¹⁷ Lazonick, W., e O'Sullivan, M. Finance and industrial development. Part I: the United States and the United Kingdom. *Financial History Review* 4, 1997, pp. 7-29; e Lazonick, W., e O'Sullivan, M. Finance and industrial development. Part II: Japan and Germany. *Financial History Review* 4, 1997, pp. 117-138.

¹⁸ Dore, R., Lazonick, W., e O'Sullivan, M. Varieties of capitalism in the twentieth century. *Oxford Review of Economic Policy*, Vol. 15, No. 4.

¹⁹ Henwood, op. cit., p. 87, e Sherman, M. *A short story of financial deregulation in the United States*, p.2. Disponível em: <http://www.openthegovernment.org/sites/default/files/otg/dereg-timeline-2009-07.pdf> (07/03/2013)

²⁰ Henwood, op. cit., p. 87.

²¹ Sherman, op. cit., p. 2.

²² Para sermos justos, devemos dizer que, para essa teoria, bolhas são impossíveis dentro de um mercado livre. Ou

próprio conceito, os preços dos títulos negociados nos mercados de capitais são uma função da *expectativa* que se tem sobre fluxos de renda futuros. E no entanto, pesquisas recentes mostraram que, nas últimas décadas, os investidores têm feito uso com cada vez mais frequência de modelos de precificação, digamos, alternativos²³; que a reação dos mercados às condutas corporativas não são exclusivamente uma função da eficiência de tais condutas, de modo que certas práticas, como a recompra de ações, por exemplo – as quais, analisadas criteriosamente, não permitem entrever nenhuma elevação dos rendimentos futuros, mas que, por assim dizer, “estão na moda” – provocam a elevação dos preços das ações²⁴. Talvez por isso, pesquisas empíricas têm demonstrado reiteradamente que “there is absolutely no reason to think that movements in the aggregate stock market can be interpreted in terms of fundamentals.”²⁵ Assim, *ou as expectativas têm sido continuamente equivocadas, ou os ativos financeiros não têm sido precificados de acordo com o modelo do desconto de rendimentos futuros*²⁶; mas, por qualquer uma das vias, chega-se à conclusão de que *bolhas devem existir*.

A desregulação financeira se relaciona com elas de duas maneiras. Em primeiro lugar, ao derrubar as barreiras que antes isolavam uns dos outros os vários mercados de compra e venda de ativos financeiros, ela permite que as bolhas geradas por desequilíbrios em um mercado particular se alastrem para o mercado de capitais como um todo²⁷. Mas isso não é tudo. Os preços das ações – ou melhor, de todos os ativos financeiros – tendem a reagir positivamente ao aumento de sua liquidez. Assim, por exemplo, embora não houvesse qualquer razão para acreditar que o valor presente do fluxo de renda a cuja absorção as ações negociadas na NYSE davam direito houvesse se elevado, seus preços subiram sobremaneira no final dos anos 1970, pura e simplesmente porque,

ainda melhor: elas são possíveis; mas, como os especuladores são racionais, elas devem durar um período muito curto. Mas diante da variável *tempo*, como acontecia desde os tempos de Hume, a teoria econômica simplesmente pára, ou muda de caminho – e nunca descobrimos quão curto é o período citado. Cf. Kindelberger, op. cit., p. 31.

²³ Cf. respectivamente, Rappaport, *The Economics of Short-term Performance Obsession*. *Financial Analysis Journal*, Vol. 61, Nº 3, 2005, pp. 65-79, e Damodaran, numa série de textos publicados em seu sítio na internet

(www.damodaran.com) Sobre a evolução das teorias sobre precificação de ativos no século passado, cf. Bernstein, P. *Capital ideas: the improbable origins of modern Wall Street*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

²⁴ Zajac, E., e Westphal, J. D. The social construction of market value: institutionalization and learning perspectives on stock market reactions. *American Sociological Review*, vol. 69, No. 3 (Jun., 2004), pp. 433-457;

²⁵ Shiller, R. J., The Marsh-Merton Model of Managers' Smoothing of Dividends. *The American Economic Review*, Vol. 76, No. 3 (Jun. 1986), p. 502. Cf. também Shiller, R. J. The volatility of Stock Market Prices. *Science*, Vol. 235, No. 4784 (Jan. 2, 1987), pp. 33-37; The volatility debate. *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 70, No. 5, Dec. 1988, pp. 1057-1063. The Marsh-Merton Model of Managers' Smoothing of Dividends. *The American Economic Review*, Vol. 76, No. 3 (Jun. 1986), pp. 499-503; e Sloan, R. G. 1996. Do Stock Prices Fully Reflect Information in Cash Flows and Accruals about Future Earnings? *Accounting Review*, vol. 71, no. 3 (July), pp. 289-315. Os artigos mostram, entre outras coisas, e através de estudos econométricos, que a distribuição de dividendos presente tem consistentemente afetado os preços das ações em direções que não correspondem aos lucros futuros das corporações.

²⁶ Ou seja, seus preços não refletem exclusivamente as expectativas dos agentes sobre os rendimentos que tais títulos “gerarão” para seu proprietário no futuro.

²⁷ Sobre os mecanismos de propagação de uma bolha, ver Kindelberger, op. cit., capítulo 7.

uma vez que os antigos bancos comerciais passaram a negociá-las, sua venda ficou mais fácil²⁸. Pois bem: a desregulação estimula as inovações financeiras; e estas, na medida em que consistem na criação de novos tipos de contrato através dos quais trocas de ativos até então impensáveis se tornam possíveis, têm o péssimo costume de tornar líquidas posições outrora quase ilíquidas²⁹. Dito de outra maneira: as inovações tendem a bombardear o mercado de capitais com *choques de liquidez*, de modo a provocar continuamente os desequilíbrios aos quais Kindelberger atribui as bolhas financeiras³⁰. E assim se compreende por que a desregulação financeira é encarada por tantos como a *causa* principal da parcial interrupção do circuito do capital a que hoje assistimos, e que costumamos chamar de *crise*.

A teoria da financeirização

A tendência, na economia capitalista deixada a si mesma, à formação de bolhas financeiras, bem como a relação entre estas e a interrupção momentânea do circuito do capital (também conhecida como crise), é evidente, tão evidente que mesmo os mais apaixonadamente burgueses dos economistas não a puderam deixar de notar – embora tenham, por muito tempo, adotado sobre isso o lema fundamental do cinismo burguês: “Se uma coisa existe, já não é preciso falar sobre ela”.³¹ O tema já é conhecido, e nós mesmos não nos abstermos de esboçar algo sobre ele noutro lugar³²; não é disso, portanto, que trataremos aqui.

Muito mais interessante parece-nos outro fenômeno, o qual não escapou à vista de um tipo de teórico que não gosta de ser identificado ao economista a que aludimos acima; trata-se do Economista Político Crítico. Enquanto muitos se refestelavam nos breves sucessos dos loucos anos 1990, o Economista Político Crítico já apontava para um inquietante fenômeno: a coincidência temporal da exuberância financeira e da queda secular do nível daquele tipo de investimento chamado, pela maioria dos economistas, de *real* – uma queda que passou a assolar as economias centrais da porção capitalista do mundo já nos anos 1980³³.

²⁸ Cf. Smith, op. cit., capítulo 12; cf. também o gráfico contido na página 170 da mesma obra.

²⁹ Não por coincidência, a relação preço/dividendos na Bolsa de Nova York se elevou ininterruptamente desde a década de 1970 (até a crise de 2008). Cf. Smith, ibidem. Uma boa ilustração da quase infindável variedade de instrumentos financeiros que pode ser criada num mercado não-regulado encontra-se em Henwood, D. *Wall Street: How it works and for whom*. New York, Verso: 1998, capítulo 1.

³⁰ Além disso, vimos que os booms, no modelo de Kindelberger, são alimentados pelo crescimento endógeno da oferta monetária. A constante criação de instrumentos financeiros no período de expansão, parece-nos, deve ser considerada como um modo de criação endógeno de moeda; logo, ela não apenas provoca desordenamentos, mas também ajuda a alimentar os booms por eles gerados.

³¹ Debord, Guy. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. In *A Sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 170.

³² Ver Höfig, Bruno, Algumas observações sobre o movimento D-D' e a crise contemporânea, in: *Mouro: Revista Marxista – Núcleo de estudos d'O Capital*, nº 7. Setembro de 2012, pp. 49-70.

³³ A queda secular do nível de investimento vem sendo demonstrada por vários estudos empíricos, principalmente de

Questão de suma importância: temos aqui uma relação causal? Uma grande proporção dos Economistas Críticos não tardou em responder afirmativamente; caso, por exemplo, de François Chesnais, um dos muitos economistas que acreditaram encontrar, na remoção das barreiras anteriormente erigidas à livre negociação de ativos financeiros, o *fundamento* de uma suposta financeirização do investimento, cujo resultado seria a queda do investimento agregado *real* e, por conseguinte, a redução do crescimento e do bem-estar econômico em geral. Nos próximos parágrafos, usaremos as ideias do economista francês para ilustrar aquilo que ficou conhecido como *a teoria da financeirização*³⁴.

O capitalismo *fin-de-siècle*, afirmou Chesnais, estava marcado pelo *regime de acumulação com dominância financeira*, expressão que se apoia numa ideia bastante difundida: a de que “a finança (...) poderia constituir – momentaneamente – (...) uma potência econômica e social ‘autônoma’”, não somente frente à classe operária, mas “também a todas as outras frações do capital”³⁵. Existiria então uma espécie de exterioridade do capital portador de juros (expressão que, para o economista francês, é um sinônimo de *capital financeiro*) em relação às “outras frações do capital”, e, particularmente, entre aquele e o capital industrial. Segundo Chesnais, a finança põe um “olhar fortemente externo sobre aquilo que constitui o cerne da atividade produtiva”³⁶, já que capital financeiro e capital produtivo possuem *lógicas distintas*³⁷. Pois o capital portador de juros jamais deixa, *como capital portador de juros*, a forma-dinheiro, e portanto, ainda de acordo com Chesnais, não precisa ser posto em movimento para se “valorizar”; logo, não leva em conta a temporalidade da matéria e os limites que esta impõe à expansão do valor – enquanto, com o capital investido na indústria (e, de certo modo, também com o capital comercial), ocorre justamente o oposto.

Assim, a dominância financeira corresponderia a uma imposição da lógica do capital financeiro às outras formas de capital; e o regime de acumulação com dominância financeira,

economistas marxistas dos EUA. Cf., por exemplo, a figura 3, à frente.

³⁴ Outras versões, mais ou menos sofisticadas, da teoria da financeirização podem ser encontradas em: Aglietta, Michel e Rebérioux, Antoine. *Corporate governance adrift. A critique of shareholder value*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005; Crotty, J. The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance on Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era. *Review of Radical Political Economics*, 2003; Duménil, G. & Lévy, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In Chesnais, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 85-108; Lazonick, W. & O'Sullivan, M. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society*, Vol. 29, Nº 2, 2000, pp. 13-35; Lazonick, W. *From innovation to financialization: how shareholder value is destroying the US Economy*; PLIHON, As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: Chesnais, F. (Org.), *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005; Serfati, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: Chesnais, F. (Org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 141-181.

³⁵ Chesnais, F. *A “nova economia”: Uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense*, p. 46.

³⁶ Chesnais, F. *O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*, p. 53.

³⁷ A última expressão é minha, não de Chesnais – mas, como veremos à frente, faz juz à forma como o francês encara a relação entre as diversas frações do capital.

consequentemente, seria o momento em que o capital financeiro, ao ‘dar o tom’ para o capital que se dedica à produção ou à alta comercialização³⁸, impõe sua lógica às transformações das condições de produção em geral e de reprodução do trabalho assalariado, sendo assim a principal força por trás da estabilização da destinação contemporânea do produto entre consumo e acumulação.

Chesnais não se dedica a mostrar como exatamente o capital financeiro impõe sua lógica ao capital comercial. No entanto, ele o faz em relação ao capital produtivo – o qual, vale lembrar, perfaz o seguinte movimento:

$$D-M...P...M'-D' \quad ^{39}$$

Antes de compreender a influência do capital financeiro sobre tal movimento na era da financeirização, é necessário ressaltar que, segundo Chesnais, há dois sentidos em que se pode referir atualmente a uma exterioridade das finanças em relação à produção. Pois, além da oposição clássica que existe entre o “capitalista ativo” (aquele a que nos referimos anteriormente como capitalista funcionante) e o “financeiro”, o capitalismo contemporâneo apresenta uma outra, que se dá entre os acionistas-proprietários e os administradores⁴⁰. Dessa maneira, a atual assimetria de poder em prol do capital financeiro se traduz não só numa acentuação do poder do capitalista financeiro em relação ao capitalista ativo, mas também dos acionistas-proprietários em relação aos administradores.

Consequentemente, também a lógica do capital financeiro se impõe sobre o capital produtivo de *duas maneiras distintas*. A primeira, de natureza exclusivamente quantitativa, se traduz na exacerbação da subtração que o capital financeiro sempre impôs sobre o excedente gerado na produção; tal exacerbação, estimulada obviamente pela intensificação da assimetria de poder nas duas dimensões citadas acima, é posta em prática não somente pela elevação do custo de captação do capital-dinheiro (ou seja, pela elevação da taxa de juros), mas também pelo crescimento da soma destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas das empresas. Assim, o movimento descrito acima fica limitado na medida em que se reduz a parte da soma de valor D' que é reposta em movimento.

A intensificação da limitação quantitativa, todavia, não é algo inédito na história do capitalismo – e, portanto, não justifica a ênfase que dá Chesnais ao surgimento de um regime de acumulação historicamente peculiar. O que forneceria ao momento presente seu caráter distintivo,

³⁸ Chesnais, F. *Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica*, p. 253.

³⁹ Dinheiro – Mercadoria (meios de produção e força de trabalho) ... (interrupção da circulação) ... Produção ... Mercadoria como figura de um valor ampliado – Dinheiro como figura de um valor ampliado.

⁴⁰ Chesnais, *O capital portador de juros*, p. 52.

portanto, é a segunda forma de imposição da lógica financeira, que consiste em subordinar o *próprio movimento* característico do capital produtivo aos interesses *imediatos* do capital financeiro. Assim, a finalidade do movimento descrito acima deixa de ser a maximização do D' que se encontra em seu final. *No mundo contemporâneo, o movimento passa a ser um meio para a maximização dos valores bursáteis (que, como teria demonstrado Marx, não correspondem ao capital real – são, ao contrário, capital fictício).* Isso se reflete tanto nas novas estratégias de endividamento das empresas (como se viu, por exemplo, nos surtos de endividamento cujo fim era a mera recompra de ações, estratégia adotada por uma grande quantidade de empresas dos EUA, principalmente nos anos 1980) quanto no processo de terceirização e flexibilização das linhas produtivas e das relações de trabalho – processo que, embora tenha também seus efeitos sobre a produtividade, consiste acima de tudo numa maneira de os grupos industriais reduzirem seus custos fixos, o que aumenta a liquidez de seus ativos e permite-lhes acompanhar os níveis de rendimento exigidos pelos mercados financeiros.

Cabe dizer, no entanto, que a lógica financeira se estabelece completamente somente quando não precisa mais ser imposta, mas é *assimilada* pelos próprios administradores dos grupos industriais – o que é, de acordo com Chesnais, precisamente o que acontece atualmente⁴¹. Em suas palavras:

A partir dos anos 80, os proprietários-acionistas despenderam energia e meios jurídicos, ou quase jurídicos, consideráveis para subordinar os administradores-industriais e os transformar em gente que interiorizasse as prioridades e os códigos de conduta nascidos do poder do mercado bursátil. A transformação disso em mercado de empresas como tal e a possibilidade dada aos 'acionistas minoritários' de se desfazer das ações cujo desempenho não os satisfizesse foram as alavancas. Como delegados dos proprietários-acionistas e a fim de responder a suas demandas de rendimentos, os administradores dos fundos de pensão e de aplicação financeira devem obter, das empresas das quais são acionistas 'minoritários', níveis de rendimento estáveis muito elevados (os 15% de rendimento sobre fundos próprios, que tem como um de seus componentes o valor nominal das ações em Bolsa). Os novos administradores devem se submeter à retórica, se não à realidade dessa exigência. Dominando os segredos dos mercados financeiros e da indústria de serviços financeiros, foi necessária apenas uma curta década para que os novos administradores se adaptassem ao governo de empresa, embora possam manipular os procedimentos. O 'poder administrativo' é mais forte do que nunca no seio das empresas, mas fixa para si objetivos muito diferentes dos do período anterior. O administrador-financeiro

⁴¹ “É possível que isso seja um dos traços mais originais da contra-revolução social contemporânea” Ibidem, p. 54.

molda-se no molde da finança e explora a liberdade permitida pela ‘virtualidade’ dela. Ele contornou rapidamente o controle do qual era, a princípio, objeto. Mas suas prioridades são muito diferentes das do administrador-industrial que ele substituiu. *Os grupos são dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante do que qualquer outra coisa.* O controle da *corporate governance* foi em geral frustrado, mas *os valores da finança triunfaram*.⁴²

Assim, dizer que o capital portador de juros está no centro das relações equivaleria a dizer não apenas que o capital financeiro domina exteriormente as demais frações do capital social total (embora Chesnais também queira dizer isso), mas também, *e principalmente*, que todas as frações individuais do capital se portam, de alguma maneira, como capital portador de juros.

Os efeitos do triunfo dos “valores da finança” sobre a formação dos agregados macroeconômicos privados são claros. O consumo é profundamente afetado pela redução direta e indireta da massa do rendimento social destinada aos trabalhadores⁴³. Mas sua estagnação não reflete apenas isso; reflete, também, as novas condições de evolução daquela que, segundo a cartilha keynesiana – bastante influente entre adeptos da teoria da financeirização – é a variável *autônoma* da composição da demanda efetiva: o investimento. Pois as possibilidades formalmente ilimitadas de “valorização” a curto prazo dos títulos financeiros, somada às “fortes incertezas que tornam nebuloso o horizonte das atividades industriais, estimulam (...) a procura por caminhos mais rápidos para rentabilizar o capital”⁴⁴, do que decorre que os investimentos capazes de gerar mais renda – ou seja, aqueles com prazo maior de maturação – sofrem uma grande redução.

De fato, como afirma Chesnais,

[a] aceleração do processo de financeirização dos grupos industriais [a partir da primeira metade dos anos 1980 – BH] (...) e o peso das finanças em suas múltiplas formas (...), ao lado de e interagindo com certos mecanismos macroeconômicos, tiveram efeitos certos sobre o investimento. O horizonte temporal da valorização do capital industrial é, cada vez mais, o que tem sido caracterizado (...) de '*short termism*'. (...) [Os estudos que tratam do assunto – BH] estigmatizaram os efeitos nocivos sobre o investimento produtivo, tanto material quanto imaterial (pesquisa e desenvolvimento, formação) dos horizontes de valorização impostos pelos mercados financeiros, e muitas vezes acentuados pela entrada de fundos de pensão na esfera de propriedade do capital industrial. (...) [O resultado da financeirização – BH] consistiu em que

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ Nos EUA, onde o consumo foi financiado indiretamente pela entrada de capitais vindos de fora do país, a queda relativa do consumo não se daria com muita força até a crise de 2008 (embora a desigualdade social já se elevasse desde os anos 1970). Nos países europeus, porém, a tendência já era visível havia algum tempo.

⁴⁴ Serfati, *op. cit.*, p. 174.

(...) os horizontes de valorização de muito curto prazo, ditados pelos imperativos financeiros ligados ao andamento das ações nas bolsas e ao medo de ofertas públicas de compra hostis, tendem a caracterizar o tipo de investimento próprio do regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. As características do investimento produtivo, do ponto de vista do ritmo, do montante e da orientação setorial (que inclui, além dos semicondutores e da informática, a prioridade conferida às telecomunicações, ao transporte aéreo, às indústrias de lazer de massa para uma classe média de aposentados etc.) levam a formular a hipótese de que, pela primeira vez na história do capitalismo, no centro do sistema, *a acumulação do capital não mais se coloca claramente sob o signo da reprodução ampliada*.⁴⁵

E assim chegamos ao fulcro da questão. Apesar das diferenças entre as diversas teorias da financeirização⁴⁶, todas elas coincidem ao afirmar que a busca pela maximização do crescimento de uma empresa a longo prazo não coincide com a busca pela maximização do preço de suas ações a curto prazo, e que essa diferença – uma vez estabelecida a “dominância financeira” – é crucial para explicar a queda no nível de investimento agregado nas economias mais desenvolvidas do mundo capitalista a partir dos anos 1980⁴⁷.

Os dados parecem lhes dar alguma razão. Como se pode ver nos gráficos abaixo, técnicas voltadas para a maximização dos preços das ações no curto prazo, como a recompra desses títulos (financiada através de endividamento) pelas próprias corporações que os emitiram e a elevação da relação dividendo/lucro, passaram a ser empregadas com cada vez mais afinho pelas maiores sociedades anônimas dos EUA.

⁴⁵ Chesnais, F. *Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica*, pp. 261-2.

⁴⁶ Boa parte dessas teorias foi apresentada, sistemática e criticamente, por van Treeck, em *The political economy debate on 'financialization' – a macroeconomic perspective*. *Review of International Political Economy* 16:5. Dezembro de 2009, pp. 907-944. No artigo, van Treeck presta o grande serviço de *formalizar* macroeconomicamente essas teorias, algo que seus autores nem sempre fazem. No entanto, ele apresenta a grande falha de, ao considerar o dinheiro apenas como numerário, e ao não considerar a particularidade dos preços dos papéis transacionados no mercado de capitais (preços que, ao menos em teoria, coincidem com o valor presente do fluxo esperado de rendimentos futuros que eles podem propiciar a seus proprietários), ele desconsidera a discrepância entre rendimentos nominais e rendimentos reais, i.e., exclui a possibilidade de bolhas, com o que, como veremos à frente, a teoria da financeirização perde um pouco sua razão de ser.

⁴⁷ “Alors qu'auparavant les dirigeants cherchaient à maximiser la croissance à long terme de leur entreprise, ils ont privilégié la maximisation à court terme de son cours de Bourse, ce qui est très différent!” Aglietta, M. “La dictature du cours de Bourse mène à la catastrophe: Interview avec M. Aglietta”. Disponível em: http://lexpansion.lexpress.fr/economie/la-dictature-du-cours-de-bourse-mene-a-la-catastrophe_23122.html (acesso a 07/03/2013) “A compreensão da financeirização variou consideravelmente em seus detalhes. Porém, todas elas compartilharam a certeza de que a 'dominância' da 'finança' trouxe uma mudança na dinâmica do sistema. O capital produtivo – argumentou-se – preocupava-se com a acumulação produtiva. (...) Porém, com o surgimento (...) da 'dominância' financeira, tudo mudou. A situação, agora, passou a ser de pressão para que as empresas liberassem rapidamente retorno para os acionistas (*shareholder value*) por meio do pagamento de altos dividendos e de medidas que assegurassem um alto preço das ações (elevando, assim, os ganhos de capital dos acionistas)” Harman, C. *Zombie capitalism – global crisis and the relevance of Marx*, citada e traduzida por Prado, E., em nota de leitura do livro de Harman, disponível em seu sítio na internet: www.eleuterioprado.files.wordpress.com (Acesso: 10 de maio de 2013).

Figura 1. Dividendos pagos pelas corporações não-financeiras dos EUA, como porcentagem de seu fluxo financeiro (cash flow)

Fonte: Crotty, 2003

E se é certo que o emprego mais assíduo dessas técnicas não coincide temporalmente com uma evidente tendência à redução do investimento em capital fixo na economia dos EUA, também o é que, como o exame meramente visual da figura 3 evidencia, o comportamento dessa variável tornou-se menos favorável ao crescimento econômico após o início do movimento de desregulação do que tinha sido desde os anos 1940⁴⁸ – o que, com alguma boa vontade, pode servir de embasamento à hipótese da financeirização.

⁴⁸ Não apenas a queda do investimento a seu nível mais baixo desde a Segunda Guerra Mundial ocorreu após a desregulação, mas também sua recuperação depois da retração da segunda metade da década de 1980 foi mais lenta do que depois de qualquer outra queda do período anterior.

Figura 2. Gastos com recompra de ações (Stock Buybacks) por corporações não-financeiras dos EUA, como porcentagem do fluxo de dinheiro (cash flow)

Fonte: Crotty, 2003

Mas isso não é tudo. Como foi dito acima, a dominância da finança sobre o capital produtivo não deve ser compreendida em sua dimensão unilateralmente quantitativa. Com efeito, a importância da dimensão qualitativa dessa dominação fica evidente na pesquisa de Graham et al.⁴⁹, onde se descobre que *os próprios executivos* das grandes corporações dos EUA afirmam retardar, ou mesmo cancelar, investimentos que tenderiam a aumentar num futuro próximo suas taxas de lucros, caso tais investimentos entrem em conflito com as expectativas de rendimento *presente* estabelecidas pelo mercado. Assim, 80% deles admitiram reduzir gastos em P&D, contratação, manutenção e publicidade para conseguir distribuir, em dividendos, aquilo que o mercado postulava como norma, e metade afirmou que, com o mesmo fim, já atrasaram, ou atrasariam um projeto, mesmo se estivessem certos de que este geraria altos lucros no futuro - comportamento que poderia explicar não apenas a queda ininterrupta da taxa geral de lucro, mas também a evidente redução do ritmo de crescimento do produto interno bruto real da economia dos EUA a partir da década de 1970⁵⁰.

⁴⁹ Gragham, J., Harvey, C., Rajgopal, S. *The Economic Implications of Corporate Financial Reporting*.

⁵⁰ Aglietta, por sua vez, nota ainda um outro sinal “qualitativo” do domínio do capital financeiro sobre o metabolismo econômico: a progressiva fundamentação das normas contábeis em conjecturas sobre o rendimento futuro dos ativos de uma empresa, em detrimento de seu valor “real” – o que se exprime, entre outras coisas, pela crescente aceitação da capitalização daquilo que ficou conhecido como *goodwill*, isto é, a aceitação, pelas normas contábeis, da capitalização da *boa vontade*, da esperança de ganhos de produtividade futuros, com o que se pode “preencher” a distância entre o valor dos ativos reais e o preço dos componentes financeiros de uma dada empresa Cf. Aglietta, M. e Rebérioux, A., op. cit., capítulo 5.

Figura 3. Investimento fixo nos EUA, como proporção do PIB

Fonte: Roberts, M. *Why is the US recovery so weak? - look at profitability.*

(Nota: as áreas acinzentadas indicam períodos de recessão)

Figura 4. Taxa média de lucro nos EUA

Fonte: Prado, E. *Capitalismo movido a crédito*⁵¹

⁵¹ A versão original do gráfico se encontra em: <http://thenextrecession.wordpress.com/2012/07/26/the-rate-of-profit-is-key/> (Acesso: 26/04/2013)

Figura 5. Crescimento econômico

Crescimento do PIB Real Estados Unidos da América do Norte	
Período	% média anual
Década de 1930	1,3
Década de 1940	5,9
Década de 1950	4,1
Década de 1960	4,4
Década de 1970	3,3
Década de 1980	3,1
Década de 1990	3,1
Década de 2000	2,0

Fonte: Prado, E. Kliman: a grande falha do capitalismo

Diante de tais evidências, parece difícil não reconhecer a correção geral da teoria da financeirização. E no entanto, uma análise mais atenta evidencia que, do ponto de vista da teoria macroeconômica, várias questões não respondidas por tal teoria devem ser levantadas. A maioria delas se refere ao fato de que, uma vez que as variáveis com as quais trabalham as empresas são determinadas pela interação dessas mesmas empresas, a passagem do comportamento individual da firma ao agregado torna-se bastante problemática.

Como ilustração, imaginemos uma economia fechada e sem governo. Nela, uma massa de valor *acumulado* na forma monetária tem três destinos possíveis: ela pode continuar nessa forma, pode servir ao consumo (se houver bens disponíveis para isso), ou pode ser investida na contratação de força de trabalho e meios de produção (desde que estes estejam disponíveis). Assim, caso a teoria da financeirização esteja correta, e uma parte menor do lucro esteja a ser destinada ao investimento (em comparação com os Anos Dourados), então o primeiro caminho que tal riqueza poderia tomar é o consumo; mas não o consumo popular, já que, como vimos, tais teóricos atribuem ao novo regime de acumulação a queda do nível dos salários em geral. Caso a riqueza financeira tenha tomado este caminho, deve tê-lo feito pela canalização crescente de renda a um setor improdutivo da economia – qual seja, o de serviços financeiros. Com efeito, são bem conhecidos não apenas o crescimento, tanto dos lucros quanto dos salários relacionados a esse tipo de atividade, mas também as verdadeiras orgias consumistas a que isso tudo deu vazão, contribuindo sobremaneira para a explicação moralista da crise contemporânea, que tão facilmente conquistou os corações e mentes dos cristãos espoliados⁵².

⁵² Sobre o crescimento da participação das empresas financeiras na renda agregada dos EUA, ver Henwood, op. cit.

Isso, contudo, não é o suficiente para a teoria da financeirização. Afinal, independentemente do tamanho da massa do lucro das corporações “não-financeiras”, o que tal teoria afirma é que uma proporção maior dessa massa passou, na era do curto-prazismo, a ser dedicada exclusivamente à especulação com ativos financeiros, sejam eles títulos de dívida ou ações – ou um de seus derivativos –; e a teoria assume, explícita ou implicitamente, que aqueles que venderam tais papéis não o fizeram com o fito de consumir ou investir em capital “real”: eles ou compraram novos papéis, ou entesouraram o dinheiro, e assim por diante. De uma perspectiva macroeconômica, isso significaria que, a partir dos anos 1980, uma proporção cada vez maior da riqueza acumulada na forma-dinheiro foi impedida de passar pela metamorfose através da qual ela se transformaria em capital produtivo, ou seja, que uma parte cada vez maior do lucro agregado da economia foi conservada na forma-dinheiro. Ora, a não ser que alguns dos indivíduos decidam abandonar a disputa capitalista e colocar seu dinheiro sob um colchão, o resultado do processo descrito teria que ser, *ceteris paribus*, a queda da taxa de juro – e, por conseguinte, a elevação da relação matemática entre o preço das ações e os lucros⁵³. Noutras palavras: disso tudo teriam que resultar, simultaneamente, as quedas do custo de captação de capital e da forma de rendimento básico daquilo que usualmente é denominado capital financeiro; por conseguinte, certos investimentos “reais” que, antes, em razão do curto-prazismo, eram considerados desinteressantes, passariam a ser vistos com novos olhos. Em tais condições, as corporações não-financeiras voltariam, mais cedo ou mais tarde, a investir na aquisição de meios de produção e na contratação de força de trabalho, e a tendência à queda do investimento agregado seria, em boa medida, refreada.

Em que medida? Ora, mesmo admitindo, como fazem os teóricos da financeirização, que o acionista, pelo próprio fato de não ser proprietário do “capital real”, tenha uma preferência exacerbada pelos ganhos de curto-prazo – e tenda, portanto, a apoiar estratégias especulativas –, e que, uma vez que os acionistas sejam fundos de investimentos (os quais, pela sua própria estrutura interna de remuneração⁵⁴, tendem a exacerbar o curto-prazismo “natural” citado acima); pois bem, mesmo admitindo tudo isso, é implausível que os mecanismos descritos acima dêem, por si mesmos, vazão a uma queda de investimento de nível tão alarmante quanto a que vimos a partir dos anos 1980.⁵⁵

pp. 76-9. Sobre o crescimento da participação dos setores improdutivos como um todo na renda dos EUA, cf. Paitaridis, Dimitris e Tsoulfidis, Lefteris. The growth of unproductive activities, the rate of profit, and the phase-change of the U.S. Economy. In: *Review of radical political economics*, vol. XX, 2011, pp. 1-21.

⁵³ Como os mercados tendem sempre a equalizar as taxas de rendimento, a queda do juro deve causar a elevação do preço de um papel cuja taxa de rendimento não foi alterada.

⁵⁴ Os fundos de investimento costumam calcular trimestralmente a remuneração baseada em participação no resultado. Ver Rappaport, op. cit.

⁵⁵ Para isso, seria necessário supor que os operadores dos fundos fazem apenas o que querem, o que implicaria dizer que seus clientes são completos imbecis. Mas a hipótese da imbecilidade, por incrível que pareça, ainda não foi incorporada pela economia.

E se é assim, então devemos admitir que, para explicar a queda do nível de investimento agregado, não nos bastaria considerar apenas o suposto controle, pelo acionista, das decisões de investimento das corporações não financeiras⁵⁶. Pois a dupla representação de um mesmo capital – o qual aparece, por um lado, como o capital efetivamente investido na produção, e por outro como o título acionário que permite a alguém participar do rendimento produzido/absorvido por aquele capital – não implica, *por si mesma*, um conflito de interesses entre aqueles que pretendem maximizar a taxa de “lucro real” e aqueles que pretendem maximizar o preço das ações; com efeito, sempre que ao preço das ações corresponder o valor presente do fluxo de caixa futuro *esperado*, ambos os interesses coincidirão⁵⁷. Segue daí que a desregulação da esfera financeira, à qual os defensores da teoria da financeirização costumam atribuir os últimos fracassos da economia capitalista, não pode ser considerada culpada *apenas* porque: i) cria as condições fundamentais para o controle dos acionistas sobre as decisões de investimento das corporações não-financeiras, e ii) possibilita, ao derrubar as barreiras que impediam a livre negociação de todo e qualquer tipo de ativo financeiro, não apenas que seja estabelecido um padrão de rendimento a ser seguido por todos os que participam do jogo do mercado de capitais, mas também que as corporações não-financeiras mesmas participem ativamente desse mercado, o que as habilitaria a negligenciar o investimento “real” em prol da compra de ativos financeiros com as quais espera lucrar no curto prazo. De fato, para incriminar a principal suspeita, é necessário relaciona-la a um outro fenômeno, ao qual já aludimos acima: as bolhas financeiras. Pois somente quando o valor do capital social total se descola de sua expressão nominal é possível que uma economia se reproduza, simultaneamente, com uma baixa expansão da produção material – para ser mais preciso: do valor na forma-mercadoria – e uma enorme expansão dos “valores” envolvidos na atividade financeira

Já sabemos no entanto que a desregulação contribui não apenas para a produção, mas também para o alastramento das bolhas pelos mais diversos setores da economia. Por isso, mesmo que os problemas apresentados acima nos permitam censurar os teóricos da financeirização em geral pela falta de rigor formal, isso não parece nos impedir de concordar, ao fim e ao cabo, com o remédio

⁵⁶ De fato, alguns sociólogos criticam a “tese managerialista”, segundo a qual, antes da concentração do capital acionário pelos fundos de investimento, os administradores contavam com altíssima dose de independência frente aos acionistas. Como mostra Mizuchi (Berle and Means revisited: The governance power of large U.S. Corporations. *Theory and Society*, Vol. 33, No. 5 (Oct., 2004), pp. 579-617), a propriedade cruzada das ações (interlock) já permitia, antes da desregulação financeira, aos maiores bancos comerciais concentrar, indiretamente, o poder dentro das grandes corporações dos EUA. Não é, portanto, sobre a ideia do controle do acionista que se deve apoiar a tese da financeirização.

⁵⁷ Como vimos, a teoria ortodoxa não admite a possibilidade de um descolamento prolongado das duas medidas. Justamente por isso, se vê livre para propagar a *agency theory*, segundo a qual o controle do acionista promove eficiência não apenas dentro da firma, mas em toda a economia. Cf. Jensen, M. C., e Meckling, W. H. Theory of firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure, *Journal of Financial Economics* 3, 1976, pp. 305-350; Fama, E. e Jensen, M.C., Separation of ownership and control, *Journal of Law and Economics* 26, 1983, pp. 301-325.

por eles proposto para os males contemporâneos: a re-regulação da esfera financeira⁵⁸.

Sobre isso falaremos na próxima seção. Antes, gostaríamos de fazer uma breve observação. Tudo o que foi dito acima parte do pressuposto de que a passagem unilateral do nível individual para o agregado, por mais complicada que seja, i.e., por mais mediações que exija, é possível. Pois, em última instância, o nível de investimento acabou, naquelas ilustrações, dependendo de fatores psicológicos ou, no melhor dos casos, sociológicos – talvez a especificidade da função utilidade dos operadores dos fundos de investimento e de seus clientes, que determinaria o prêmio a ser cobrado pelos investimentos cujo retorno seria mais demorado, e, por conseguinte, o ponto no qual o processo descrito se estabilizaria. Ora, essa ideia se apoia sobre um preconceito burguês, que o Economista Político Crítico tende, a um só tempo, a mascarar e a elevar ao estatuto de dogma: o preconceito de que o indivíduo burguês, ao menos quando não está sujeito às necessidades materiais mais elementares, é *soberano* em suas decisões⁵⁹. É sobre ele que se apoia a teoria do investimento como variável *autônoma*, da qual se deriva a ideia de que a acumulação (lucro) é por ele determinada *unilateralmente*. Na medida em que se fundamenta nesse preconceito, a teoria da financeirização já nos parece, no que se refere exclusivamente à questão macroeconômica, equivocada de antemão. Com efeito, autores como Roberts, Kliman e Granados trouxeram à tona várias evidências empíricas de que, *se existe mesmo* uma relação de determinação entre lucro e investimento, que, dentro de limites mais ou menos amplos, pode ser considerada como *unilateral*, então ela deve partir do primeiro para o segundo, e não o contrário⁶⁰.

De qualquer forma, como esta não é exatamente uma dissertação sobre macroeconomia, seguiremos a examinar a teoria da financeirização, sem nos importarmos com suas deficiências neste campo⁶¹. Pois é na medida em que *propõe um modelo para a compreensão das*

⁵⁸ Sobre as pressões contemporâneas pela regulação do sistema financeiro nos moldes daquilo que foi feito na década de 1930, cf. Roe, M. *Spooked by Glass-Steagall's ghost?* Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/spooked-by-glass-steagall-s-ghost-by-mark-roe> (15/04/2013)

⁵⁹ No terceiro capítulo deste trabalho mostraremos como Böhm-Bawerk, em sua teoria do valor, leva tal preconceito ao extremo, e como um preconceito desse tipo impossibilita em absoluto uma apresentação racional da categoria do valor.

⁶⁰ Dos autores citados, cf. Roberts, M. *The causes of the Great Recession: mainstream and heterodox interpretations and the cherry pickers*. Disponível em: <http://www.karlmarx.net/marx-crisis-theory/thecausesofthegreatrecessionmainstreamandheterodoxinterpretationsandthecherrypickers> (27/03/2013); Kliman, A. & Williams, S. D. *Why "Financialization" Hasn't Depressed U.S. Productive Investment*. Disponível em: <http://akliman.squarespace.com/writings/> (27/03/2013); e, principalmente, Granados, J. A. T. *Does investment call the tune? Empirical evidence and endogenous theories of the business cycle*. Disponível em: http://sitemaker.umich.edu/tapia_granados/files/does_investment_call_the_tune_may_2012_forthcoming_rpe_.pdf (27/03/2013).

⁶¹ De todo modo, a ideia de que o processo descrito acima afeta negativamente a “qualidade” do investimento, do que resultaria, *ceteris paribus*, o retardamento do aumento de produtividade, parece comprovada pelo estudo de Graham et al, citado acima – embora alguns autores defendam, a partir de um estudo econométrico realizado em 2007, a tese de que “higher institutional ownership is positively associated with greater innovation”. Cf. Aghion, P.; Reenen, J. V., e Zingales, L. *Innovation and institutional ownership*. Disponível em:

transformações recentes do modo de produção capitalista, e não propriamente como teoria macroeconômica, que a teoria da financeirização nos interessa.

O remédio proposto

O teórico da financeirização vê-se agora livre para atribuir à desregulação financeira os nossos infortúnios: ela é a *causa* da queda do investimento “real”, e, por conseguinte, da redução do ritmo de crescimento econômico, do aumento da taxa de desemprego, etc. Ele também pode receitar o remédio sem medo de errar: *é necessário regular novamente as transações financeiras*. Pois a recompartimentalização da esfera financeira (que coincide, grosso modo, com a recriação da distinção entre bancos comerciais, bancos de investimento e seguradoras), associada ao impedimento à livre criação de instrumentos financeiros, fará com que definham os mercados de capitais; com isso, obteremos não apenas a redução no tamanho e na extensão das bolhas financeiras: de fato, mesmo que essas ainda existam, a economia “real” será blindada pela supressão *economicamente efetiva* (embora tal supressão não ocorra do ponto de vista *jurídico*) da dupla representação do capital, que acarretará a canalização do investimento para a compra de meios de produção e contratação de força de trabalho, e por conseguinte o incremento do crescimento econômico.

Sejamos mais claros: com a recompartimentalização e a proibição da livre criação de instrumentos financeiros, os mercados secundários definhariam, as ações perderiam sua liquidez e praticamente deixariam de ser negociadas para fins especulativos⁶². Assim, embora, o acionista continue, juridicamente, a constituir uma *pessoa* distinta da corporação, e portanto tenha sua responsabilidade limitada ao dinheiro que gastou na compra de sua ação, do ponto de vista *econômico* a dupla representação do capital perderia seu sentido, e o acionista, do mesmo modo que o sócio comum de uma empresa não organizada na forma da sociedade anônima, teria seu interesse atrelado mais uma vez à reprodução ampliada do capital “real”. A finança seria, “novamente, restrita a sua função *original*, qual seja, a de servir, ao invés de dominar, a acumulação de capital produtivo e o desenvolvimento econômico”⁶³. Elevar-se-ia a taxa de investimento, e com isso também a de crescimento econômico, etc.

<http://ideas.repec.org/p/nbr/nberwo/14769.html> (04/05/2013)

⁶² Foi justamente o que ocorreu no imediato pós-guerra. Cf. Smith, op. cit.

⁶³ Blankenburg, S.; Palma, J. G. Introduction: the global financial crisis. *Cambridge Journal of Economics* 33, 2009, pp. 531-538.

A causa – ela é eficiente?

Trata-se de uma evidência, lógica e histórica: ali onde as relações de produção assumem predominantemente a forma da troca, tende a desenvolver-se um lócus onde a riqueza abstrata é transformada em mercadoria *como capital*. O mercado de capitais – e não um mercado de capitais no qual se financiem apenas as grandes empreitadas comerciais, mas sim um do qual dependa a própria atividade produtiva de uma sociedade – *é um produto natural do modo de produção capitalista*. Daí que, quando o teórico da financeirização sugere que o Estado suprima a livre negociação da riqueza abstrata nas mais diversas formas contratuais, sem que todavia seja suprimida a produção visando a acumulação de riqueza abstrata; quando ele pede que o Estado impeça o proprietário da riqueza em sua forma monetária de agir efetivamente como proprietário privado, sem que se extinga a propriedade privada dos meios de produção⁶⁴: nestes casos, o que ele deseja é que o Estado aja *sobre* um modo de produção que possui uma lógica interna, portando-se como algo *exterior* a ele.

Apenas quando se supõe que o Estado pode tomar como objeto de sua ação este modo de produção cuja existência obedece a uma logicidade *própria* – portanto, um objeto que em alguma medida é autodeterminado –: somente sob tal pressuposto é possível dizer, como os teóricos da financeirização, que a assim chamada regulação financeira é *causa* daquele determinado *efeito*, i.e., que ela *produz* o aumento do investimento agregado em ativos “reais”, trazendo com isso o incremento do crescimento econômico, etc. Afinal, conforme o convincente argumento de Bunge, o *princípio da produtividade*, segundo o qual “*there are neither absolute beginnings nor absolute terminations*”⁶⁵, e portanto toda transformação deve ser remetida a algum evento situado no tempo e no espaço, é um dos dois componentes essenciais de todo tipo de relação estável de determinação [*determinacy*] – e a relação causal, que é apenas um caso particular de determinação, tem lugar onde esta última “is effected in **unique** or unambiguous way by **external** conditions”⁶⁶. De fato, não fosse a *causa* algo exterior àquilo sobre o que atua, toda transformação seria a expressão de uma autodeterminação; e se este fosse o caso, não apenas a teoria da financeirização estaria metodologicamente equivocada (já que as transformações a que ela se refere deveriam ser explicadas por uma espécie de fenomenologia), mas *a própria regulação do sistema econômico perderia sua razão de ser*.

⁶⁴ Sugestões desse tipo são formuladas (explícita ou implicitamente), por exemplo, em Chesnais, *Introdução Geral*, pp. 31-3 (e também em outros dos textos que compõem o livro *Mundialização Financeira*) e Blackenbur e Palma, op. cit. (cf. citação acima).

⁶⁵ Bunge, M. *Causality and modern science*. New York: Dover Publications Inc., 1979, p. 24.

⁶⁶ Ibidem, p. 26.

Pois bem: admitamos que o Estado pode realmente interferir autonomamente sobre o funcionamento “natural” da economia capitalista (de modo que a regulação financeira constitua uma determinação “effected in **unique** or unambiguous way by **external** conditions”), e que a compartimentalização das instituições financeiras e a proibição da livre criação de instrumentos financeiros, ao provocar a prática supressão da dupla representação do capital investido, efetivamente resulte no aumento do investimento agregado “real”. Mesmo neste caso, ainda não poderíamos afirmar, *sem mais*, que a regulação financeira é *causa eficiente* de um crescimento sustentável do investimento; pois, para isso, seria necessário assegurar que o impedimento da livre negociação da riqueza em sua forma monetária não produza seu efeito apenas uma vez: ele deveria provocar necessária e *reiteradamente* o aumento do investimento agregado “real”. Melhor dizendo: seria necessário garantir ainda a validade, nesta situação, daquilo que Bunge denomina o princípio da *legiformalidade* [*lawfulness*], o que asseveraria a conformidade da relação de determinação acima enunciada à noção científica de *lei*⁶⁷, ou seja, o caráter *necessário*, não casual de tal relação de determinação.

Ora, é evidente que, num sistema econômico onde apenas uma pequena fração do produto total é mercantilizada, pouco afetada será a produção por aquilo que é ou deixa de ser feito nos mercados de capitais (caso estes existam). De fato, apenas em economias nas quais proprietários privados dos meios de produção fundamentam sua decisão de produzir (ou não) *na expectativa sobre os ganhos monetários que por meio dela obterá (ou não)* pode a variação dos rendimentos dos títulos financeiros (sejam estes títulos de dívida, ações, ou algum derivativo) influenciar diretamente o nível de investimento e, por conseguinte, de produção social. Se é assim, então somos obrigados a reconhecer que somente em economias desse tipo é *possível* esperar que a regulação financeira, ao desestimular a transferência de capitais até então comprometidos com a criação de riqueza “real” aos mercados nos quais os títulos financeiros são negociados, produza o efeito sugerido pelos teóricos da financeirização.

Pergunta: onde exatamente a decisão de produzir (ou não) se baseia na expectativa sobre os ganhos monetários que por meio dela obterá (ou não) o proprietário dos meios de produção? Resposta: ali onde a maior parte dos indivíduos produz *para o mercado*; onde os produtos do trabalho são, apesar de suas diferenças imediatas, reduzidos pela mediação social a uma forma social geral; onde bens de capital, bens de consumo e força de trabalho não são senão figuras

⁶⁷ “If conditionality is **regular**, i.e., if it fits definite (not necessarily unchanging) patterns, then it seems preferable to call it **lawfulness**, that is, conformity to law.” Ibidem, p. 22. É importante notar que esse enunciado não indica que tal ou qual fato seja determinado *por* uma lei qualquer: “laws do not determine anything: *they are the forms or patterns of determination* – and this is one of the reasons why determinacy is not synonymous with lawfulness.” Ibidem, pp. 22-3.

assumidas por um capital em seu processo de valorização; em suma: onde a produção e a distribuição da riqueza é regida por aquilo que os economistas outrora chamavam de *lei do valor*.

Já terá notado o perspicaz leitor que as últimas considerações põem os defensores da hipótese da financeirização – e da tese de que a regulação anabolizaria o crescimento econômico – diante de uma questão crucial. Afinal, como já foi visto, para que a regulação financeira possa ser assumida como uma *causa* do aumento do investimento real agregado, é necessário não apenas que ele seja algo que vem “*de fora*”, impondo uma espécie de *limite* ao movimento autodeterminado do capital, mas também que o capitalismo mesmo, *apesar* da regulação, não deixe de ser o que ele é. Noutras palavras: a regulação só gerará aquilo que dela se espera caso, *apesar dela, o metabolismo econômico da sociedade em questão continue a se comportar segundo a lei do valor*. Seria natural, portanto, que o teórico da financeirização, ao sugerir que a transformação, ou melhor, que a prática *supressão* de um setor tão importante do mundo capitalista quanto o mercado no qual outrora era determinada a própria alocação do capital, indague se o sistema econômico que tem em vista continua, nesse novo estado, sendo capitalista, i.e., se a alteração sofrida pela realidade social não teria sido grande o suficiente para alterar o próprio princípio de ordenamento da produção e circulação de riqueza – em suma: se em tal sociedade continua a reger a *lei do valor*. Mais ainda: justamente porque, como foi dito acima, a *relação de causalidade* pressupõe o princípio da legiformidade, e porque o teórico da financeirização pretende que o efeito da regulação não tenha lugar uma única vez, mas *se repita no tempo*, seria natural que ele, caso chegasse à conclusão de que a assim chamada regulação financeira não é capaz de suprimir a lei do valor enquanto tal, tentasse descobrir também se a ordem econômica mesma, ao se reproduzir, tende ou não a progressivamente se readequar a sua ordem imanente, i.e., se as alterações empreendidas em sua superfície, na medida em que não romperam radicalmente com o princípio de ordenamento pré-existente, tendem ou não a desaparecer – em suma: se há ou não uma *tendência*, na ordem econômica parcialmente alterada, mas ainda operando sob a lei do valor, de adequação da existência real-empírica das relações capitalistas ao seu conceito, tendência da qual resultaria a própria *supressão, no tempo, das reformas anteriormente empreendidas*.

Pois bem: nada mais natural do que colocarmo-nos tais questões; afinal, antes de propor arbitrariamente o remédio para os efeitos nocivos da lei do valor, seria necessário estabelecer os limites dentro dos quais ela pode operar. O teórico da financeirização, todavia, nunca se dispôs a fazê-lo⁶⁸. Agindo deste modo, porém, ele apenas reproduz o procedimento adotado pela Economia Política ao longo de todo a sua história. Pois, como já sabia Marx, “a Economia” sempre

⁶⁸ Isso vale para todos os textos a que fizemos referência acima em que a teoria da financeirização é defendida.

“pressupõe aquilo que ela deveria demonstrar”⁶⁹.

“A ciência consiste justamente em desenvolver *como* a lei do valor se impõe”

Mas devemos ser justos, e reconhecer que essa deficiência, que marca não apenas as teorias da financeirização, mas *toda a Economia Política*, não é mero produto da má-fé ou da incapacidade teórica dos economistas: na verdade, ela é uma expressão do próprio objeto com o qual lida nossa ciência. Esclareçamo-nos. É fácil perceber que os dois tipos de indagação propostos acima estão *internamente* relacionadas: quem não inquire a respeito dos *limites* dentro dos quais a lei do valor continua a determinar a reprodução material de uma sociedade é também incapaz de identificar as *tendências* imanentes a este modo *determinado* de organização da vida econômico-social *enquanto tal*. E no entanto, é evidente que, se existem *tendências*, é porque a lei mesma não se realiza *imediatamente* sobre a existência real-empírica. De fato, “toda a ciência seria supérflua se a forma fenomenal [Erscheinungsform] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (K, III, 825; C, III, 1, 271); por isso, não seria correto de nossa parte atribuir a oposição entre a *existência real-empírica da economia capitalista* e a *lei do valor* – a existência e a essência da economia capitalista – a uma mera invenção do economista: na verdade, essa oposição deve existir *aí*, ao menos na medida em que o objeto que temos diante de nós seja digno de ter uma ciência só sua⁷⁰. Mas se é assim, então nos encontramos diante de uma questão ainda mais fundamental, que poderíamos, seguindo Taylor, formular nos seguintes termos: “how to put together inner necessity with real subsistent differences”⁷¹?

Neste trabalho, pretendemos mostrar que tal problema é absolutamente insolúvel dentro dos limites da Economia Política. De fato, apenas a Crítica da Economia Política foi capaz de sequer *notar* sua existência; foi Marx, afinal, quem certa vez escreveu que “a ciência consiste justamente em desenvolver **como** a lei do valor se impõe”⁷², formulando assim um programa que poria de cabeça para baixo todo o empreendimento teórico daquela ciência umbilicalmente ligada ao mundo burguês – a qual, como será evidenciado à frente⁷³, não consegue conceber o valor senão de modo

⁶⁹ Marx apud Reichelt, *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*, EVA, Frankfurt, 1971, p. 173.

⁷⁰ Com efeito, a própria noção de causalidade perderia o sentido caso realidade e lei (no sentido científico do termo) coincidissem imediatamente, já que a relação de causalidade exprime uma necessidade *relativa*, i.e., *exterior*. Quanto a isso, cf. Bunge, op. cit., e Hegel, *Wissenschaft der Logik* (último capítulo da Doutrina da Essência).

⁷¹ Taylor, C. *Hegel*, Cambridge: University Press, 197, p. 228.

⁷² Carta a Kugelmann de 11 de julho de 1868. Disponível em: http://kulturkritik.net/systematik/philosophie/mew/pop_mew.php?bd=32&pg=552 (05/05/2013)

⁷³ Cf. o terceiro capítulo desta dissertação.

unilateralmente positivo (seja como algo sensível, seja como algo suprassensível), e portanto como um *pressuposto absoluto* de toda a teoria econômica, válido em si e por si mesmo. Como veremos, é a “derivação [Ableitung]”, empreendida por Marx em *O Capital*, “das formas [sociais – BH] através das quais a lei do valor pode, em geral, se realizar”⁷⁴; noutras palavras: é a reconstituição conceitual da realidade econômica burguesa a partir do reconhecimento da lei através da qual ela se reproduz, i.e., o retorno *conceitual* às formas particulares do valor – processo no qual essas formas mais concretas do valor perdem o estatuto de algo *dado*, *válido a priori* –: é isso o que nos permitirá romper com o caráter de algo *absoluto* que o capital parece trazer consigo de nascença, sem o que seria impossível não apenas reconhecer os limites da lei do valor, mas também pensar racionalmente sua existência *no tempo*. Somente após tal procedimento seria possível discutir o tema da regulação do modo de produção capitalista sem temer repetir, em pleno século XXI, as malfadadas aventuras de um conhecido cavaleiro da região da Mancha.

Pré-supondo a validade da lei do valor, a Economia Política acaba por, teoricamente, eternizá-la. Consequentemente, os economistas, *críticos ou não*, até hoje não descobriram um modo de reconstituir conceitualmente, de modo racional, o devir histórico do capital, o que os força a atribuir todas as suas transformações históricas a determinações mais ou menos arbitrárias, e a fantasiar livremente sobre seu *dever-ser* antes mesmo de se deter sobre aquilo que ele *é* (com o que eles se assemelham, do ponto de vista estritamente metodológico, aos antigos cronistas reais, cuja pretensão não era explicar, mas apenas *relatar*). Se formos competentes, isso ficará evidente no próximo capítulo, onde mostraremos que, por jamais tematizar a conexão interna entre a totalidade do movimento do valor e esta sua forma particular que é o *capital acionário*, e por atribuir ao nível de desenvolvimento desta forma particular do capital o caráter de determinação *fundamental* das decisões de investimento a serem tomadas pelas empresas que se organizam sob a forma – hoje hegemônica nas altas esferas do capitalismo – da *sociedade anônima*, os economistas se mostram absolutamente incapazes de apresentar uma teoria consistente não apenas sobre o *modus operandi* desse tipo peculiar de organização empresarial, mas também sobre o próprio evoluir histórico da economia capitalista.

⁷⁴ Reichelt, Zur..., p. 178. Como escreveu Backhaus: “O próprio sentido da crítica das categorias econômicas consiste em revelar as *condições econômicas que tornam a existência da forma-valor necessária*.” Backhaus, *Zur dialektik der Wertform*. Disponível em: http://www.ca-ira.net/verlag/leseproben/backhaus-dialektik.wertform_lp.html (acesso a 06/07/2011).

II. A consciência coisificada em autocontradição: a sociedade acionária pela ótica da Economia Política

“Mas a nossa época, em tudo, tem a mania de só querer mostrar as coisas com o que as cerca na realidade, e assim suprimir o essencial.”

Proust, *Em busca do tempo perdido*

Nas sociedades por ações⁷⁵, a função é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho. Esse resultado do máximo desenvolvimento da produção capitalista é um ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores, porém não mais como propriedade de produtores individuais, mas como propriedade dos produtores associados, como propriedade diretamente social. É, por outro lado, ponto de passagem para a transformação de todas as funções do processo de reprodução até agora ainda vinculados à propriedade do capital em meras funções dos produtores associados, em funções sociais (...) *Esta é a superação [Aufhebung⁷⁶] do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que abole a si mesma e que *prima facie* se*

⁷⁵ É importante deixar claro desde o princípio que, quando dizemos *sociedade por ações*, queremos aludir ao mesmo objeto que, na tradução do inglês, costuma aparecer como *sociedade anônima* – em inglês, *corporation* ou *incorporated company*. É evidente que *sociedade por ações* apresenta dois problemas quando comparado com *sociedade anônima*: em primeiro lugar, soa antiquado, já que o último termo é muito mais utilizado correntemente; mas, o que é mais importante: o termo *sociedade por ações*, ao contrário de *sociedade anônima*, não deixa claro se nos referimos a uma empresa com capital aberto ou não. É claro que a grande maioria das sociedades por ações contemporâneas tem seu capital aberto; mas é importante deixar claro que nos referimos unicamente a estas. Por que, então, mantemos a expressão? Porque é assim que Marx a utiliza, e é a ele que voltaremos para tratar de nosso objeto mais à frente.

⁷⁶ Várias foram as modificações aqui efetuadas sobre a tradução de *O Capital* publicada na coleção *Os Economistas*, da editora Abril Cultural. Cabe já deixar claro de início que os importantes substantivos *Aufhebung*, *Gegensatz*, *Bestimmtheit* e *Wirklichkeit*, e seus respectivos derivados, receberão aqui traduções distintas à da edição em português a que nos referimos, e que essas modificações serão explicadas nas notas de rodapé nas situações oportunas. Cabe esclarecer ainda que, como as alterações às traduções dos textos de Marx serão frequentes, nosso texto ficaria bastante maçante caso chamássemos sempre a atenção do leitor às alterações efetuadas; estas, portanto, só serão indicadas quando for impreterível fazê-lo. Sobre o significado do verbo alemão *aufheben* (do qual se origina o substantivo *Aufhebung*), citamos os tradutores da *Ideologia Alemã*: “O verbo *aufheben* possui três sentidos principais: 1) levantar, sustentar, erguer; 2) anular, abolir, destruir, revogar, cancelar, suspender, superar; 3) conservar, poupar, preservar (...). Marx, do mesmo modo que Hegel (e Schiller), emprega comumente o verbo nas acepções 2 e 3 combinadas” *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 548. Aqui, traduziremos o verbo ora por *suspender*, ora por *suprimir*, ora por *superar* – a depender do contexto. Na tradução de *O Capital* da coleção “Os Economistas”, adota-se *abolição* para o substantivo *Aufhebung*; para o verbo, adota-se *suprimir*, sem qualquer referência à polissemia que ele possui em alemão (Cf. por exemplo C, I, 1, 227).

apresenta como simples ponto de passagem [Übergangspunkt] para uma nova forma de produção (K, III, 453-4; C. III, 1, 332-3).

A citação acima não pode deixar dúvidas quanto à importância atribuída por seu autor às sociedades por ações – e, por conseguinte, ao capital acionário. E, no entanto, quão pouco sobre o assunto nos legou Marx! Publicada por ele mesmo, uma única passagem digna de nota no primeiro tomo de *O Capital*⁷⁷; algumas mais no segundo e no terceiro, publicados por seu amigo Engels; finalmente, certos comentários bastante abstratos contidos nos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*⁷⁸, texto que seu autor não pretendia publicar e em que sua própria teoria do valor ainda não se encontrava madura⁷⁹.

De uma primeira leitura dessas passagens (as quais teremos ocasião de analisar com detalhe mais à frente), apreende-se, grosso modo, o seguinte: no âmbito da Crítica à Economia Política, a sociedade por ações, assim como as demais categorias, não deve ser tomada em consideração da perspectiva de sua “existência independente histórica ou natural anterior” (Grundrisse, 36; Introdução, 17)⁸⁰ – seja em sua forma embrionária, nas *publicani* da Roma Antiga, seja em uma forma mais desenvolvida, sob as quais se organizaram os grandes monopólios comerciais pré-capitalistas⁸¹ –, mas apenas na medida em que nela se exprima uma relação social *intrínseca* ao sistema econômico regido pela lei do valor, ou seja, na medida em que ela se apresente como uma “forma da sociedade burguesa” (Grundrisse, 42, Introdução, 22)⁸², uma “forma imanente do modo

⁷⁷ A passagem a que nos referimos encontra-se na segunda seção do capítulo XXIII do primeiro tomo de *O Capital*. Há ainda dois outros trechos do primeiro tomo em que Marx cita as sociedades por ações: no capítulo IX, ele fala *en passant* de algumas formas antigas de associação de capitais que seriam predecessoras da moderna sociedade por ações; já no capítulo XI, ele compara o poder do capitalista moderno (seja o do capitalista individual, seja o do capital combinado sob a forma das sociedades por ações) ao dos reis asiáticos e egípcios.

⁷⁸ *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlim: Dietz Verlag, 1974. (A referência a esta obra será feita daqui em diante no próprio corpo do texto.) Notemos que, durante a composição deste trabalho, foi lançada a primeira tradução brasileira dos Grundrisse (Marx, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011). Como nosso trabalho se iniciou antes de tal publicação, e como esta, ao contrário da nossa pesquisa, se fundamenta na versão dos Grundrisse organizada e publicada pelo projeto MEGA 2, nossa tradução dos trechos aqui citados não se baseia completamente na versão brasileira desta obra – a qual, todavia, nos serviu de guia no momento de verter para o português os vários excertos da obra marxiana com cuja tradução tivemos alguma dificuldade.

⁷⁹ Infelizmente, não tivemos acesso à edição da MEGA no período de composição deste trabalho. Ressaltemos de passagem o fato de que, em nosso comentário acima, referimo-nos apenas à obra teórica de Marx; pois são bem conhecidos alguns artigos publicados no *New York Tribune* nos quais Marx trata do desenvolvimento das modernas sociedades por ações.

⁸⁰ A introdução aos Grundrisse, a famosa *Introdução de 1857*, conta com uma tradução para o português que se encontra no primeiro dos dois volumes dedicados a Marx na coleção “Os pensadores”: São Paulo: Nova Cultural, 2005. Com algumas modificações, dela nos utilizaremos aqui.

⁸¹ Sobre as *publicani* e os outros ancestrais das modernas *corporations*, ver o capítulo VI deste trabalho.

⁸² É necessário pois distinguir a sociedade por ações (e o capital acionário) enquanto forma característica da sociedade burguesa e enquanto uma forma social encontrada em *outros modos de produção*, como Marx deixa claro no seguinte texto: “Como outro exemplo da posição diferente que as mesmas categorias ocupam em diferentes estágios de sociedade: umas das últimas formas da sociedade burguesa são as *joint-stock companies*. Mas aparecem também no princípio da sociedade burguesa, nas grandes e privilegiadas companhias de comércio, que gozavam de monopólio.” (Grundrisse, 42; Introdução, 22) Examinaremos a questão com cuidado no capítulo VI desta

de produção capitalista” (K, III, 620; C, III, 2, 116)⁸³. Neste contexto, os *títulos acionários* são apreendidos como “formas do capital portador de juros” (K, III, 494; C, III, 2, 20), “formas de emprestar” o capital (K, III, 494; C, III, 2, 21); mas não formas quaisquer: na verdade, eles constituem a “*mais perfeita das formas*”⁸⁴ do capital – e as sociedades por ações, por seu turno, aparecem como “uma das mais altas formas oposicionais” (Grundrisse, 93), “uma das últimas formas da sociedade burguesa” (Grundrisse, 42; Introdução, 22), “a forma mais exterior a que chega a suspensão” da “independência aparente e do subsistir [Bestehen] autônomo dos [capitais] individuais” (Grundrisse, 559). De fato, na medida em que possibilita a mobilização de toda a poupança social pelo empreendimento privado⁸⁵ – permitindo assim que toda a riqueza social seja transformada em capital (K, I, 656; C, I, 2, 198) –, e em que leva a cabo a separação completa entre propriedade e trabalho (K, III, 453; C, III, 1, 332), a sociedade por ações parece tornar possível a realização de determinações já contidas, em estado ainda pouco desenvolvido, no capital individual – o que não significa que ela suprima [aufhebt] as contradições imanentes ao capital enquanto tal⁸⁶.

Ora, parece claro que as sentenças acima são muito mais propícias a fomentar questões do que a resolvê-las! Se o capital acionário é a mais perfeita forma do capital; se a sociedade por ações é uma das últimas e mais altas formas da sociedade burguesa; se ambos, portanto, são formas características *da sociedade burguesa* (e não de outros tipos de sociedade), então perguntamos: o que exatamente significa ser uma forma *da* sociedade burguesa, ou melhor, uma forma *imane*nte do modo de produção capitalista? Significaria isso que seu desenvolvimento deve ser considerado um resultado *necessário* do desenvolvimento da economia regida pela lei do valor? E, caso a última questão receba uma resposta afirmativa, deveríamos concluir que o modo de existência do capital acionário e das sociedades por ações é *plenamente determinado* pela lei do valor enquanto tal – ou será que haveria espaço para a intervenção consciente dos indivíduos sobre o desenvolvimento histórico dessas formas imanentes ao modo de produção capitalista?

Mas as perguntas não se esgotam aqui. Afinal, o que Marx tem em mente quando afirma que o capital acionário é a *mais perfeita* forma do capital, e que a sociedade por ações é a *mais alta forma*

dissertação.

⁸³ Marx usa tal expressão para distinguir o crédito em suas formas pré-capitalistas (antediluvianas) do sistema de crédito um momento necessário do modo de produção no qual já existe o “monopólio dos meios de produção (...) nas mãos de particulares”, i.e., o sistema de crédito enquanto “uma forma imane

⁸⁴ Carta de Marx citada por Reichelt, H., em *Der Zusammenhang von Werttheorie und ökonomischen Kategorien bei Marx*.

⁸⁵ Cf. Kindleberger, C. *A financial history of western Europe*, New York: Oxford University Press 1993, p. 187.

⁸⁶ Como as sociedades por ações constituem apenas uma das “mais altas formas oposicionais da unidade, a que a própria oposição [contida no trabalho produtor de mercadoria: ser, ao mesmo tempo, trabalho útil e trabalho criador de valor - BH] conduz” [lauter gegensätzliche Formen der Einheit, die den Gegensatz selbst hervorruft] (Grundrisse, 93), seria bastante ingênuo acreditar que ela poderia suprimir a própria oposição. Nas palavras de Marx: “ninguém vai por isso acreditar ser possível suprimir os fundamentos (...) do comércio privado [fundamentos marcados por uma oposição fundamental, como se viu acima - BH] através de uma forma bursátil” (Grundrisse, 93).

da economia burguesa? Se o capital acionário, assim como o capital a crédito, é uma forma econômica na qual propriedade e função se separam, e cuja função é impulsionar a acumulação através da mobilização comum dos diversos capitais individuais, por que Marx dá a entender que ele constitui uma forma *mais desenvolvida* do que o capital a crédito puro e simples⁸⁷? Ainda mais: caso ele seja realmente uma “forma mais desenvolvida do capital”, então será que o capital por ações fará desabrochar determinações da reprodução ampliada do capital até então desconhecidas? Como pergunta Hilferding: corresponde à forma jurídica em que se funda a empresa industrial contemporânea uma *significação econômica específica*?⁸⁸

O primeiro grupo de questões, intimamente vinculadas ao projeto da *Crítica da Economia Política* (tema do próximo capítulo), não seria abordado pelos economistas posteriores a Marx senão tangencialmente. As indagações do último parágrafo, por seu turno, talvez possam ser sintetizadas numa única: “O que se altera na reprodução de uma economia capitalista quando a propriedade de praticamente todos os seus grandes empreendimentos se encontra sob a forma acionária?”, à qual dificilmente resistiriam os sentidos de um economista do século XX desejoso de compreender não apenas os fenômenos mais ou menos casuais, mas a própria lógica do sistema econômico em que vivia. E no entanto, como veremos neste capítulo, é porque se recusa a levar a sério aquele primeiro grupo de questões, ou seja, porque não tematiza a tensa relação entre a lei do valor enquanto tal e a existência real-empírica do capital acionário e da sociedade por ações, mas ao contrário, *pressupõe a lei do valor*, e procura construir suas teorias partindo *imediatamente* destas formas particulares do

⁸⁷ A sociedade por ações recebe o estatuto de uma forma mais desenvolvida que o mero capital a crédito, de maneira evidente, em três passagens dos Grundrisse. Na primeira, Marx afirma que a autonomia aparente dos capitais individuais encontra sua suspensão [Aufhebung] no crédito; mas também que a forma mais adequada dessa suspensão se encontra não no crédito, mas no capital por ações (Grundrisse, 559). Em outros dois trechos ainda mais importantes, vemos dois planos de exposição das categorias *intrínsecas* [innre] ao modo de produção capitalista – categorias que devem ser desenvolvidas *na sequência adequada* (indo da mais abstrata à mais concreta). Em ambos, encontramos o *capital como capital por ações* [Kapital als Aktienkapital] como categoria posterior ao *capital como crédito*, com o que se pode ver que Marx, então, considerava a sociedade por ações algo i) distinto a e ii) mais desenvolvido (*entfaltete*, no sentido dado ao termo pelo idealismo alemão) que o capital como crédito. Cf. Grundrisse, 188 e 201. É claro, porém, que o próprio fato de se encontrarem nos cadernos mais de um plano de exposição já denuncia a indecisão de seu autor, com o que não se pode dizer com certeza que o Marx de *O Capital* mantinha a mesma opinião sobre o assunto. (Veja-se, por exemplo, que capital fixo e capital circulante são duas das primeiras categorias a aparecer nos planos dos Grundrisse, aparecendo antes mesmo do dinheiro. Em *O capital*, porém, tais categorias só são derivadas no livro II, seção II, e o dinheiro já aparece na primeira seção do livro I de *O Capital*. Sobre as alterações feitas por Marx no plano de apresentação das categorias, ver a primeira parte de Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.) Por fim, ressaltemos que, segundo os autores do artigo *Marx in 1869: Notebook B113, The Economist and the Money Market Review*, Marx não estava satisfeito com o que escrevera sobre as sociedades por ação (vale lembrar que os manuscritos que deram origem ao Livro III foram escritos *antes* de 1869); e isso particularmente depois da generalização da responsabilidade limitada, já que ele provavelmente acreditava que essa generalização resultaria em transformações qualitativas importantes no movimento da economia capitalista. Já na primeira edição de *O Capital* (lançada logo após a crise de 1866), por exemplo, Marx escreveu que “the crisis assumed this time a predominately **financial** character”. Cf. o artigo citado, p. 16. (O texto nos foi gentilmente cedido por um de seus autores antes de sua publicação.)

⁸⁸ Hilferding, R. *El capital financiero*, Madrid: Tecnos, 1985, p. 3.

modo de produção capitalista: é justamente por isso que a Economia Política, não obstante seus diferentes matizes conceituais e ideológicos, reiteradamente fracassa em sua tentativa de apresentar as determinações *essenciais* do capital acionário e da sociedade por ações, do que resulta sua incapacidade em compreender as transformações dessas formas em seu devir histórico – e, por conseguinte, em explicar exatamente “o que se altera na reprodução de uma economia capitalista quando a propriedade de praticamente todos os seus grandes empreendimentos se encontra sob a forma acionária”.

A sociedades por ações como conceito econômico

O primeiro grande economista a se debater com essa questão foi, certamente, Rudolf Hilferding. Não apenas isso; infinitamente à frente dos economistas de seu tempo, Hilferding foi provavelmente aquele que colocou o problema da maneira mais límpida.

Había que investigar si a las formas jurídicas en que se funda la empresa industrial corresponde una significación económica específica; por ejemplo, si la teoría económica de la sociedad por acciones se justifica por sí misma.⁸⁹

E ele o investigou. Sua conclusão:

[E]n las relaciones entre el capital bancario y el industrial sólo se podía percibir la perfección de las relaciones que se encontraban en las formas elementales del capital monetario y del capital productivo.⁹⁰

Em outras palavras: não – a generalização da propriedade acionária com responsabilidade limitada *não traz consigo qualquer modificação qualitativa na reprodução ampliada do capital*, mas somente a leva a um novo patamar quantitativo. E por que ela o leva a outro patamar? Segundo Hilferding, porque, “frente a la empresa individual, la sociedad por acciones *puede* trabajar, en primer lugar, a mayor escala, y, en segundo, con una técnica renovada y más perfecta”⁹¹, com o que ela *pode*, por certo, reduzir mais rapidamente o valor dos produtos que compõem a cesta do trabalhador e, com isso, elevar não apenas sua taxa de lucro individual, mas também a taxa de lucro em nível social. Além disso, ela *pode* tanto reter mais lucros quanto receber mais crédito do que a

⁸⁹ Op. cit, p. 3.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Op. cit, p. 126.

empresa individual; em outras palavras: pode transformar uma parte maior do *trabalho social excedente* – o que, numa sociedade capitalista, é o mais-valor⁹² *social* – em capital. Finalmente, afirma Hilferding, a administração da sociedade por ações não apenas *pode* ser tecnicamente superior à da empresa individual⁹³, mas também tende a ser mais comprometida com seu sucesso – isto é, com a manutenção de uma alta taxa de lucro – a longo prazo⁹⁴.

Não há dúvidas de que o otimismo de Hilferding era devido, em boa parte, aos *Großbanken* alemães, os maiores acionistas das grandes empresas da economia que ele tinha em vista, os quais tendiam, em função de seu caráter semipúblico, a sufocar os conflitos de interesse que muitos economistas atribuiriam ao regime de propriedade acionário. Distantes dessas instituições singulares, e diante da maior crise econômica até então experimentada pelo capitalismo, os dois principais economistas liberais do século passado discordarão completamente de Hilferding no que tange às principais características da administração de uma empresa por ações. Schumpeter, por exemplo, verá na separação entre propriedade e função a morte da figura sobre a qual repousaria todo o dinamismo da economia capitalista: o empresário. “Descomprometido”, o administrador profissional não está disposto ao sacrifício sem garantias de recompensa que está na base das inovações revolucionárias, e que é, na terminologia peculiar de Schumpeter, o fundamento do lucro – e, portanto, da acumulação⁹⁵. Assim, embora a grande empresa por ações de fato tenha um potencial de acumulação superior à empresa individual, o administrador profissional não é tão competente quanto o administrador-proprietário para *atualizar* tal potência. Nas palavras do próprio Schumpeter:

[T]he capitalist process also attacks its own institutional framework (...) within the precincts of the big units. Excepting the cases that are still of considerable importance in which a corporation is practically owned by a single individual or family, *the figure of the proprietor and with it the specifically proprietary interest have vanished from the picture*. There are the

⁹² Traduziremos *Mehrwert* sempre por mais-valor, e não mais-valia, como fazem os tradutores de *O Capital* (mesmo sabendo que próprio Marx autorizara o uso, na tradução francesa, de um termo semelhante ao adotado por nossos tradutores).

⁹³ “Hemos visto cómo la facilidad de la procuración de capital es enteramente distinta en la sociedad por acciones que en la empresa individual. De esta forma, la sociedad por acciones tiene la posibilidad de realizar el establecimiento de su empresa, según los puntos de vista puramente técnicos, mientras que el empresario individual continúa chocando contra las barreras que le pone la magnitud de su capital.” Op. Cit, p. 126.

⁹⁴ “Hasta cierto punto, para los directores de la sociedad por acciones, los intereses del propietario por el logro del beneficio mayor e más rápido posible, el afán de explotación excesiva que dormita en toda alma de capitalista, pueden posponerse a las necesidades puramente técnicas que presenta la empresa. Impulsarán, de una forma mucho más enérgica que lo hace el empresario individual, el perfeccionamiento de la empresa, la modernización de las instalaciones anticuadas y también la dirección de la lucha de la competencia por la conquista de nuevos mercados, a pesar del sacrificio que les cuesta la satisfacción de sus demandas”. Op. cit., p. 129.

⁹⁵ Cf. Schumpeter, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os Economistas), principalmente o capítulo II.

salaried executives and all the salaried managers and submanagers. There are the big stockholders. And then there are the small stockholders. The first group tends to acquire the employee attitude and rarely if ever identifies itself with the stockholding interest even in the most favorable cases, i. e., in the cases in which it identifies itself with the interest of the concern as such. The second group, even if it considers its connection with the concern as permanent and even if it actually behaves as financial theory would have stockholders behave, is at one remove from both the functions and the attitudes of the owner. As to the third group, small stockholders often do not care much about what for most of them is but a minor source of income and, whether they care or not, they hardly ever bother, unless they or some representatives of theirs are out to exploit their nuisance value; being often very ill used and still more often thinking themselves ill used, they almost regularly drift into an attitude hostile to 'their' corporations, to big business in general and, particularly when things look bad, to the capitalist order as such. No element of any of those three groups into which I schematized the typical situation unconditionally takes the attitude characteristic of that curious phenomenon, so full of meaning and so rapidly passing, that is covered by the term Property⁹⁶.

É possível que Keynes concordasse com tal julgamento⁹⁷. Para ele, entretanto, este estava longe de ser o fulcro da questão, o qual se encontrava na “influência decisiva” da “separação entre a propriedade e a gestão” sobre o *volume* dos investimentos⁹⁸. Segundo o grande economista britânico, embora as bolsas de valores em que se negociam os títulos de propriedade “se destinem, principalmente, a facilitar a transferência de investimentos já realizados entre indivíduos” (ou seja, embora configurem mercados *secundários*), elas “exercem inevitavelmente uma influência decisiva sobre o montante do investimento *corrente*”, pois transformam “os investimentos que são 'fixos' para a comunidade” em investimentos “líquidos para o indivíduo”⁹⁹. Consequentemente, “o risco de um *predomínio da especulação* (...) aumenta”¹⁰⁰, e surge uma tendência à redução do investimento

⁹⁶ Schumpeter, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper Colophon Books, 1976, p. 141. Note-se que aqui Schumpeter comete um grande equívoco ao circunscrever a remuneração dos executivos apenas ao salário, atribuindo a essa contingência histórica o peso de uma necessidade. De fato, em pouco tempo essa remuneração assumiria também a forma da distribuição de ações (ou de opções) – algo a que os teóricos da financeirização, por exemplo, atribuem grande importância.

⁹⁷ “Em outros tempos, quando as empresas pertenciam, quase todas, aos que as tinham fundado ou aos seus amigos e sócios, o investimento dependia da existência de um número suficiente de indivíduos entusiásticos e de impulsos construtivos que empreendessem negócios como uma maneira de viver, sem realmente tomar como base o os cálculos precisos de lucros prováveis. (...) Os homens de negócios fazem um jogo que é uma mescla de habilidade e de sorte, cujos resultados médios são desconhecidos pelos jogadores que deles participam.” *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Economistas), p. 111.

⁹⁸ Op. cit., p. 112.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Op. cit., p. 116.

de longo prazo¹⁰¹ – e, portanto, também da taxa de acumulação¹⁰².

Note-se, outrossim, que Keynes é enfático ao negar que tais resultados sejam acidentais. Em suas palavras:

Esta conduta não é o resultado de uma propensão mal direcionada, mas a consequência inevitável de um mercado financeiro organizado segundo as normas descritas. (...) Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada 'liquidez'¹⁰³.

Cabe notar, porém, que sua tinta fora carregada não apenas pela escuridão da época, mas também pelo fato de que Keynes refletia sobre a economia de um país que vira a taxa de lucro declinar ao mesmo tempo em que se desenvolviam as modernas sociedades por ações, com o que se acostumou a acreditar que não havia outro remédio às burocracias empresarias, senão oferecer aos investidores tanta resistência quanto um súdito diante de um rei absoluto¹⁰⁴.

Daí que, três décadas mais tarde, e do outro lado do Atlântico, poucos dessem atenção às lamúrias keynesianas. Nos Estados Unidos, onde a passagem das grandes empresas à forma da sociedade acionária se dera muito mais em função do problema da sucessão das gerações de proprietários privados do que da procura por capital¹⁰⁵, onde uma economia pujante tornava o autofinanciamento uma prática comum das grandes empresas¹⁰⁶, e onde, finalmente, os acionistas, na falta dos grandes fundos de investimento (cujo desenvolvimento, segundo um jurista do país, foi deliberadamente impedido pelas leis locais na primeira metade do século XX¹⁰⁷), eram incapazes de se organizar para fazer valer seus interesses¹⁰⁸, era difícil acreditar que a separação entre propriedade e controle não era inerente à sociedade por ações enquanto tais – e, por conseguinte, que a administração empresarial pudesse ter outra meta que não a elevação da taxa de lucro a *médio e longo prazo*. Eis a raiz do curioso fenômeno da concordância quase plena, na consideração teórica

¹⁰¹ “O investimento baseado nas previsões autênticas a longo prazo é hoje tão difícil que mal pode ser posto em prática. Os que tentarem poderão estar certos de passar dias de trabalho muito intenso e de correr riscos muito maiores que os que tentam adivinhar as reações do público melhor que o próprio público”. Op. cit., pp. 114-5.

¹⁰² Como se sabe, em direta oposição ao pensamento neoclássico, a cartilha keynesiana reza que o investimento cria sua própria poupança. Diante da igualdade contábil $I = S$ (investimento = poupança), ela afirma que a grandeza que se encontra dos dois lados da equação encontra seu fundamento último em I , e não em S , como pensam os economistas neoclássicos.

¹⁰³ Keynes, op. cit., pp. 113-4.

¹⁰⁴ Sobre a relação das empresas britânicas com o mercado de capitais até o entreguerras, ver Smith, M. *The equity culture: the story of the global stock market*. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2003, capítulos IV, V e VI. Ver também Cheffins, B. *Putting Britain on the Roe Map: The Emergence of the Berle-Means Corporation in the United Kingdom*, disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=218655 (acesso a 06/07/2011).

¹⁰⁵ Cf. Lazonick, e O'Sullivan. *Finance and industrial development. Part I...*, pp. 11-5.

¹⁰⁶ Cf. Lazonick, e O'Sullivan, op. cit., p. 14.

¹⁰⁷ Cf. Roe, M. *The political roots of american corporate finance*. In: Journal of applied corporate finance vol. 9.4, 1997, pp. 8-9.

¹⁰⁸ Cf. Baskin, J. B & Jr., Paul J. Miranti. *A History of Corporate Finance*, New York: Cambridge University Press, 1999, p. 168.

do funcionamento da grande sociedade por ações moderna¹⁰⁹, entre autores tão distantes no espectro político quanto Galbraith e a dupla Baran e Sweezy.

Concordando com Hilferding quanto à capacidade de acumulação sem precedentes da sociedade por ações – forma de organização da propriedade privada à qual atribuíram não apenas as vantagens já ressaltadas pelo economista austríaco, mas também aquelas advindas da formação de *oligopólios* –, Baran e Sweezy não titubearam ao afirmar que a burocracia empresarial não teria outro objetivo senão o de garantir a máxima rentabilidade da empresa a médio/longo prazo; e isso não em função de alguma “psicologia”, mas dos efeitos seletivos e modeladores das instituições sobre o pessoal que as faz funcionar¹¹⁰. A ordem social fundada sobre a grande sociedade por ações seria, em função principalmente da autonomia da burocracia empresarial, capaz de “transmitir aos seus membros a ambição do êxito, dentro de seus próprios termos”, de modo que haveria perfeita convergência entre a “dedicação ao progresso pessoal” pelo “homem da empresa” e a dedicação ao “progresso da companhia”¹¹¹.

Sob o capitalismo, a mais alta forma de êxito é o dos negócios, e, sob o capitalismo monopolista, a mais alta forma de negócios é a grande empresa. Nesse sistema, o procedimento normal para um jovem ambicioso deve ser procurar aproximar-se o máximo possível da cúpula de uma grande companhia. Quando ingressa numa empresa, ele se dedica a dois objetivos: subir na escala administrativa e fazer progredir a posição relativa de sua companhia no mundo empresarial. Na prática, tais objetivos são indistinguíveis: a ascensão do jovem na companhia depende de sua contribuição para melhorar a posição desta.¹¹²

Quase idêntica será a apreciação de Galbraith; só que, adicionando às vantagens já citadas a peculiar capacidade de planejamento da grande empresa fundada sobre o sistema acionário¹¹³, Galbraith acentuará ainda mais a importância, para a efetivação de todo o potencial dessas empresas, da autonomia daquilo que ele chama de *tecnocracia*¹¹⁴. De acordo com o economista

¹⁰⁹ É claro que, por acreditar que o capitalismo monopolista padecia da falta crônica de oportunidade de investimentos, Sweezy e Baran jamais endossariam os melosos versos compostos por Galbraith em sua ode ao perfeito “novo Estado industrial” - título de um livro que é impossível ler hoje sem corar. Quanto ao funcionamento da sociedade por ações enquanto tal, porém, seus julgamentos eram praticamente idênticos.

¹¹⁰ Baran, P. & Sweezy, P. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 46. O texto é de 1966.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Idem, pp. 46-7.

¹¹³ Cf. Galbraith, J. K. *O novo Estado Industrial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 84-6.

¹¹⁴ A *tecnocracia* “é um aparelho de decisão em grupo, destinado à reunião e à verificação das informações fornecidas por numerosos indivíduos, com o fito de chegar a decisões que estão além do conhecimento de qualquer um deles. Exige (...) um alto grau de autonomia, sendo vulnerável a qualquer intervenção da autoridade externa”. Idem, p. 87. O termo *tecnocracia*, por si só, evidencia toda a ignorância de Galbraith sobre o fato de que “o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, e só pode ser alcançado dentro de condições postas pela sociedade, e com os meios dados por ela”. Marx apud Grespan, J. *O negativo do capital*, p. 57

canadense, somente uma tecnocracia altamente competente, cujo trabalho é “invulnerável a qualquer intervenção da autoridade externa”¹¹⁵ é capaz de dar conta da “complexidade das decisões tecnológicas modernas e de planejamento”¹¹⁶; seria necessário, portanto, afastar “o perigo de intervenção pelos proprietários”: “o acionista”, diz Galbraith francamente, “*deve se excluído*”¹¹⁷. E só uma coisa pode garantir tal isolamento: a plena satisfação dos acionistas com a distribuição dos dividendos. Mas isso não seria problema: afinal, como nos garante Galbraith, “as grandes companhias não perdem dinheiro”¹¹⁸.

Ora, quando tanto social-democratas quanto marxistas concordam em algo, deve-se tratar de ponto indisputável: a separação de propriedade e controle, algo necessário para a realização do potencial de acumulação sem precedentes da moderna sociedade por ações, é intrínseca às modernas sociedades por ações. E no entanto, não se sabe se como tragédia ou como farsa, social-democratas e marxistas viriam a concordar novamente na apreensão das características gerais desse gigante contemporâneo; só que, a partir da década de 1990, para lamentar a retomada do controle pelos acionistas e a submissão da grande empresa a seus interesses de curto prazo.

Começemos pelos social-democratas.

Em artigo publicado em 1997, Lazonick e O'Sullivan afirmam que o poder dos proprietários de ação passou por uma progressiva transformação a partir da década de 1950, o que culminaria, algumas décadas mais tarde, na passagem do controle sobre a organização das empresas para os mercados e na completa abertura dos principais dirigentes corporativos às exigências dos acionistas, representados coletivamente pelos investidores institucionais¹¹⁹. Não seria outra a razão da queda da performance das maiores corporações industriais das grandes potências capitalistas, já que tal transformação minaria aquilo que os autores chamam de *engajamento financeiro* (financial commitment) – um dos dois pilares do *desenvolvimento industrial*¹²⁰ – em prol da *liquidez financeira*. Isso significa que, seja em vista da maximização dos dividendos distribuídos no

¹¹⁵ Galbraith, op. cit., p. 87.

¹¹⁶ Galbraith, op. cit., p. 91.

¹¹⁷ Galbraith, op. cit., pp. 87-8.

¹¹⁸ Idem, p. 92.

¹¹⁹ “[I]n historical perspective, market control over the allocation of American corporate resources stands out as a recent development. For most of the twentieth century public stockholders exercised little, if any, control over the allocation of corporate revenues”. Lazonick e O'Sullivan, op. cit., p. 10. “By the mid-1980s institutional investors could have a direct effect on corporations. The top managers of American companies have been increasingly open – and amply rewarded for acceding – to institutional investors' demands”. Op. cit., p. 21. O mesmo ocorreria na Inglaterra e, mais lentamente, nas outras duas maiores economias capitalistas do século XX: “Institutional investors were among the participants in the market for corporate control from the late 1950s(...) But portfolio management of pension funds only began to exert a major influence on corporate financial policy and corporate stock yields in the deregulated financial environment of the 1980s”. Idem, p. 26. “Yet, even in these nations [Germany and Japan] (...) the forces of market control are challenging organisational control”. Idem, p. 9.

¹²⁰ Cf. ibidem, p. 7.

presente, seja em vista da elevação dos preços das ações¹²¹, a sociedade por ações contemporânea objetiva obter a maior rentabilidade possível *a curto prazo*, ignorando completamente os investimentos mais longos que poderiam garantir a geração de um fluxo de caixa sustentável¹²².

Throughout the 1980s, American corporation demonstrated a prediction towards 'down-sizing', with professional, administrative and technical personell, as well as blue-collar workers, being affected by the elimination of previously stable and remunerative jobs. To justify their actions, corporate managers proclaimed that a corporation's prime, if not only, responsibility was to 'create value for shareholders'.¹²³

Os efeitos disso tudo sobre a reprodução do capital em nível social já foram descritos no capítulo anterior, e por isso não trataremos aqui da questão. Podemos pois passar a uma breve consideração das ideias do marxista François Chesnais, economista influenciado pela escola francesa da regulação, que associará a adoção, pelas grandes empresas industriais, de um padrão de gastos normalmente associado aos empreendimentos de caráter estritamente financeiro ao surgimento de um *regime de acumulação com dominância financeira*. Mas se aqui aparecem significantes bastante distintos dos que se encontram em Lazonick e O'Sullivan, o significado mesmo é mais próximo do que parece. Pois segundo Chesnais, como já vimos, o que caracteriza o regime de acumulação contemporâneo é o fato de que o capital financeiro 'dá o tom' ao movimento dos capitais que se dedicam à produção ou à alta comercialização¹²⁴, impondo sua lógica às transformações das condições de produção em geral e de reprodução do trabalho assalariado; por conseguinte, é ele a principal força por trás da estabilização da destinação do produto social, isto é, da formação dos agregados macroeconômicos.

O regime de acumulação com dominância financeira, para o qual a liberalização financeira – aparentemente, fruto de um ato de vontade unilateral de governantes influenciados por grupos nela interessados – se apresenta como condição essencial, teria se estabelecido quando os interesses dos

¹²¹ “By the collective power of institutional investing, households (...) can now put pressure on companies to raise their stock yields and stock prices”. Idem, p. 20. Com efeito, a elevação da relação dividendos/lucros na economia dos EUA nas últimas décadas é impressionante: “Dividends as a proportion of earnings – the pay-out ratio – rose from about 45 per cent during the 1960s and 1970s to over 60 per cent during the 1980s and 1990s”. Idem, pp. 9-10. Incrível foi também o aumento da recompra de ações pelas empresas, com seus efeitos óbvios sobre seus preços: “Stock repurchases increased even more dramatically to the extent that net equity issues became negative in many years during the 1980s. Stock repurchases were about 22 per cent of dividends in 1985 and about 47 per cent in 1989. Between 1990 and 1993 annual stock repurchases averaged about \$33b., but in 1994 rose to nearly \$70b. (33 per cent of dividends) and during the first nine months of 1995 were already greater than that amount” Idem, p. 10.

¹²² “What financial interests bent on financial liquidity count as free cash flow may be resources that, with appropriate organisational integration, could be reinvested in organisational learning”. Idem, p. 20. Ver também a página 28 do mesmo texto.

¹²³ Idem, p. 10.

¹²⁴ *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*, p. 253.

proprietários-acionistas (para quem o título de propriedade é nada mais que um ativo financeiro) foram *assimilados* pelos administradores dos grupos industriais, fazendo com que o *movimento* característico do capital produtivo tenha se subordinado aos interesses *imediatos* do capital financeiro. Consequentemente, a finalidade do movimento do capital produtivo deixa de ser *apenas* a maximização do dinheiro propiciado pela atividade produtiva, e o movimento mesmo transforma-se em *meio* para a maximização dos valores bursáteis – que, como demonstra Marx, correspondem a capital fictício¹²⁵. No regime com dominância financeira, portanto, “a *acumulação do capital não mais se coloca claramente sob o signo da reprodução ampliada*”¹²⁶.

Eis então que, se confiarmos na melhor Economia Política do século XX, o problema da influência da disseminação da propriedade acionária sobre a reprodução ampliada do capital pode bem ser reduzido a outro: o da capacidade dos acionistas de fazer valer, na estratégia das grandes corporações, a *dupla representação* do capital investido nas sociedades por ações, o qual aparece, por um lado, como o capital efetivamente investido na produção e circulação de mercadorias – e, como tal, tem um *valor* –, e por outro como um capital acionário cujo *preço* depende da expectativa sobre os rendimentos futuros a que ele dará direito. Excetuando-se Schumpeter, que já vê na forma jurídica *enquanto tal* um problema, e Hilferding, que, de olho em uma economia dominada pelos singulares *Großbanken* da Alemanha da virada do século, não vê como os interesses dos acionistas podem entrar em conflito com a reprodução ampliada a médio e longo prazo de uma empresa capitalista, todos os economistas consultados garantiram: para que as grandes sociedades por ações possam realizar seu imenso potencial, é necessário que os acionistas sejam impedidos de lhes impor seus interesses de curto prazo, i.e., é necessário impedir que a cisão *jurídica* entre a corporação enquanto tal e os acionistas invada o próprio metabolismo *econômico*. Na formulação sincera de Galbraith: no que se refere às decisões propriamente *econômicas*, os acionistas devem ser simplesmente *excluídos*.

Ora, tratando assim a questão, a Economia Política ata suas próprias mãos! Pois, como vimos, toda a unanimidade que encontrou essa ciência ao problematizar a relação entre acionista e sociedade por ações se esvai quando se lhe pede que opine: trata-se de um problema *estrutural*? Em outros termos: o controle dos acionistas sobre a sociedade por ações, ou melhor, o *pleno*

¹²⁵ Cf. K, III e C, III, 2, capítulos XXIX e XXX.

¹²⁶ Chesnais, *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*, p. 262. O conceito de *regime de acumulação com dominância financeira*, bem como seus fundamentos históricos e conceituais (a teoria francesa da regulação e a quinta seção do livro III de *O Capital*), foi detalhadamente analisado em meu trabalho de iniciação científica, financiado pela FAPESP e orientado pela Professora Dra. Leda Maria Paulani. O trabalho, cujo título era “Bases conceituais da teoria da mundialização financeira: as influências de Marx e dos regulacionistas sobre Chesnais”, deu origem a minha monografia (“O regime de acumulação com dominância financeira: uma análise crítica”), entregue ao Departamento de Economia da FEA/USP no final de 2009.

desenvolvimento da dupla representação do capital, é um resultado necessário do desenvolvimento do modo de produção capitalista, algo improvável ou um problema completamente aberto à legislação? Keynes, já o sabemos, acreditava ser este um problema imanente ao mercado de capitais desenvolvido; Galbraith, Sweezy e Baran disseram-nos tratar-se de algo praticamente impossível; Chesnais, Lazonick e O'Sullivan, por seu turno, parecem acreditar ser algo acidental, *plenamente* determinável pela legislação. Como um pêndulo que se move por décadas, e de modo incrivelmente independente de sua posição política, os economistas já passaram pelos dois extremos – mas agora, cansados, parecem ter enfim se acomodado ao centro. Assim, a Economia Política parece hoje propensa a dizer que tudo não vai além de um problema de legislação; na divisão atual da medicina econômica, ela parece satisfeita em constatar a doença e identificar sua causa: o tratamento, porém, terá de ficar a cargo do Direito.

A sociedade por ações como conceito jurídico

A definição jurídico-formal de uma sociedade por ações (*corporation*) é muito simples; tão simples que podemos tomá-la de um economista:

[A] sociedade anônima possui uma nítida imagem legal. Seu objetivo é fazer negócios, tal como um indivíduo faria, mas com a capacidade acessória de reunir e utilizar o capital de algumas ou numerosas pessoas. Em consequência, pode dedicar-se a tarefas situadas além do alcance de qualquer pessoa isolada e ademais, *protege aqueles que lhe suprem de capital, limitando a responsabilidade destes ao valor de seu investimento original, garantindo-lhes direito de voto nos negócios importantes da empresa, definindo os poderes e as responsabilidades dos diretores e funcionários e concedendo-lhes o direito de recorrer aos tribunais para a correção de danos*¹²⁷.

À primeira vista, a sociedade por ações é algo bastante curioso: ela pode ser acionada na justiça por seus próprios donos! Ora, ainda não se sabe de capitalistas individuais que tenham entrado na justiça contra sua própria maquinaria. Por que então o capitalista acionário pode “recorrer aos tribunais para a correção de danos” causado pela sociedade por ações? A resposta é simples: é que, ao contrário do capitalista individual, o acionista não é proprietário do capital efetivamente investido pela empresa nas suas atividades produtivas e comerciais. De fato, tal capital pertence à própria sociedade por ações, a qual, como nos explica um jurista conhecido por seu

¹²⁷ Galbraith, op. cit., pp. 82-3.

apurado rigor lógico-formal¹²⁸, constitui uma *pessoa jurídica autônoma*¹²⁹, “um grupo de indivíduos tratados pelo Direito como uma unidade, ou seja, como uma pessoa que tem direitos e deveres distintos daqueles dos indivíduos”¹³⁰, frente ao qual o acionista individual possui o direito de influir sobre o uso do capital efetivo e de seus rebentos, mas não o direito de dele dispor. Assim, capitalista e sociedade anônima são, do ponto de vista jurídico, *pessoas* distintas cuja relação é regulada por um *contrato* – no caso, o estatuto da própria sociedade por ações. Neste caso, “*a pessoa jurídica, no sentido mais estrito do termo, nada mais é que a personificação de uma ordem que regula a conduta de vários indivíduos*”; por assim dizer, o ponto comum de imputação para todos os atos humanos que são determinados pela ordem”¹³¹. Pois:

Vários indivíduos formam um grupo, uma associação, apenas quando estão organizados, se o indivíduo possui uma função específica em relação aos outros. Eles estão organizados quando a sua conduta mútua é regulada por uma ordem, um sistema de normas. É esta ordem – ou, o que redundaria no mesmo, esta organização – que constitui a associação, que faz com que os vários indivíduos formem uma associação. Dizer que esta associação possui órgãos é exatamente o mesmo que dizer que os indivíduos que formam a associação estão organizados por uma ordem normativa. A ordem ou organização que constitui a corporação é o seu estatuto, os chamados regulamentos da corporação, um complexo de normas que regulamenta a conduta dos seus membros. *Deve-se notar aqui que a corporação existe juridicamente apenas através de seu estatuto. (...) A corporação e o 'seu' estatuto, a ordem normativa regulando a conduta de alguns indivíduos e a associação (comunidade) 'constituída' pela ordem, não são duas entidades diferentes; elas são idênticas. Dizer que a corporação é uma associação ou uma comunidade é apenas outra maneira de expressar a unidade da ordem. Os indivíduos 'pertencem' a uma associação ou forma uma associação apenas na medida em que a sua conduta é regulada pela ordem 'da' associação. Na medida em que a sua conduta não é regulada pela ordem, os indivíduos não 'pertencem' à associação. Os indivíduos são associados apenas através da ordem.*¹³²

¹²⁸ Referimo-nos a Hans Kelsen, cuja “corajosa coerência” é elogiada mesmo por estudiosos tão críticos de sua posição normativista quanto o marxista Márcio Bilharinho Naves. Cf. Naves, M. *Marxismo e Direito – Um estudo sobre Pachukanis*, São Paulo: Boitempo, 2008, p. 43.

¹²⁹ “A sociedade anônima torna-se o 'proprietário' legal do capital assim arrecadado” Berle, A. Op. cit., p. 9. “As próprias 'coisas' – incluindo os elementos intangíveis (...) – 'pertencem' à sociedade anônima que possui o título legal de sua propriedade”. Idem, p.12.

¹³⁰ Kelsen, H. *Teoria geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 140. “Uma corporação é considerada como uma pessoa porque nela a ordem jurídica estipula certos direitos e deveres jurídicos que dizem respeito aos interesses dos membros da corporação, mas que não parecem ser direitos e deveres dos membros e são, portanto, interpretados como direitos e deveres da própria corporação. Tais direitos e deveres são, em particular, criados por atos dos órgãos da corporação”. Ibidem.

¹³¹ Kelsen, op. cit., p. 145.

¹³² Kelsen, op. cit., pp. 142-3. “O que eles [os indivíduos associados] têm em comum é a ordem normativa que regula a sua conduta. Portanto, é enganoso dizer que uma associação ou comunidade é 'formada' ou composta de indivíduos, como se a comunidade ou associação fosse apenas um amontoado de indivíduos. A associação ou comunidade é composta apenas pelos atos dos indivíduos que são determinados pela ordem; e esses atos 'pertencem' à associação

Compreende-se então que a *moderna* sociedade por ações é, do ponto de vista jurídico, fenômeno recente. Pois a situação descrita acima não se plenifica até que se limite a responsabilidade do acionista ao “valor de seu investimento original”, e a lei que regulamentou a responsabilidade limitada (*limited liability*) só foi promulgada na Inglaterra em 1856¹³³. Antes do reconhecimento do limite de sua responsabilidade, o capitalista monetário que se dispunha a comprar títulos de propriedade de uma empresa vivia “aparentemente nos poros da produção, como os deuses nos intermúndios de Epicuro”¹³⁴: por um lado, do mesmo modo que na sociedade por ações *moderna*, ele não era um sócio comum, pois não se relacionava diretamente com os outros acionistas como sócios, e também não via o capital efetivamente empregado nas atividades da empresa como *seu* capital – pelo contrário, ele se defrontava com a sociedade acionário enquanto *associação dos sócios* (i.e., enquanto unidade autônoma), e com o capital efetivo como capital *dessa associação*. Por outro lado, no entanto, tal acionista ainda não era plenamente distinguível, do ponto de vista jurídico, da sociedade por ações enquanto tal, já que seu patrimônio *pessoal* encontrava-se, de certo modo, vinculado a ela: caso a empresa viesse a investir mais, o acionista seria chamado a aumentar seu aporte de capital; caso ela viesse à falência, o indivíduo seria chamado a honrar suas dívidas com seu patrimônio pessoal¹³⁵. Como naqueles segundos em que o filho recém-nascido ainda não teve o cordão cortado, a sociedade por ações defrontava o acionista, de certo modo, como *pessoa* distinta de si, sem porém poder se colocar diante dele como um ser plenamente autônomo. O reconhecimento da responsabilidade limitada do acionista corresponde, então, ao nascimento da moderna sociedade por ações¹³⁶. Deverá ela, como a criança, chegar à

ou comunidade apenas na medida em que formam o conteúdo das normas da ordem. A associação ou comunidade nada mais é que a 'sua' ordem”. Ibidem.

¹³³ Cf. o capítulo 6 desta dissertação.

¹³⁴ É assim que Marx se refere se refere à situação do capital de empréstimo nos modos de produção pré-capitalistas. Cf. K, III, 612; C, III, 2, 110.

¹³⁵ O tema será abordado no sexto capítulo.

¹³⁶ A moderna sociedade por ações, a sociedade por ações enquanto forma própria ao modo de produção capitalista, surge apenas quando a sociedade por ações se adapta plenamente à relação de troca, ao modo de sociabilidade fundamental de uma sociedade em que os indivíduos *se defrontam como pessoas* (no sentido jurídico do termo). É neste sentido que se pode dizer que a moderna sociedade por ações só nasce com o reconhecimento da responsabilidade limitada da sociedade por ações pelo Direito de Estado. “A razão decisiva para que uma corporação [*corporation*] seja considerada uma pessoa jurídica parece ser o fato de que a responsabilidade por delitos civis da corporação está, em princípio, limitada ao patrimônio da própria corporação”. Kelsen, H, op. cit., p. 141. “Qualquer ordem que regula a conduta de vários indivíduos pode ser considerada como 'pessoa' – ou seja, pode ser personificada. Porém, admite-se uma pessoa jurídica, no sentido restrito e técnico do termo, apenas quando os órgãos da comunidade considerada como pessoa são capazes de representar juridicamente a corporação, i.e., os indivíduos pertencentes a ela; isso significa participar de transações jurídicas, comparecer nos tribunais e fazer declarações de caráter obrigatório, tudo em nome da comunidade, i. e., dos indivíduos que a ela pertencem e quando a responsabilidade jurídica da comunidade (i. e., dos indivíduos que a ela pertencem) é limitada de um modo específico. Ela é limitada ao âmbito do patrimônio da pessoa jurídica, que é a propriedade coletiva dos seus membros, de modo que os membros da pessoa jurídica (corporação) são responsáveis apenas com o seu patrimônio coletivo, o patrimônio que possuem como membros da corporação e não com o seu patrimônio individual. Isso é possível apenas se o 'Direito de Estado' dá tal efeito ao fato de um estatuto que constitui uma corporação ter sido

maturidade? Deverá ela ser algo *completamente* autônomo frente ao acionista? Eis novamente o nosso problema.

Voltemos à definição apresentada acima. Consta ali que a sociedade por ações deve garantir aos acionistas “o direito de voto nos negócios importantes da empresa” e definir “os poderes e as responsabilidades dos diretores e funcionários”. Ora, é evidente que uma proposição é o avesso da outra: será considerado importante aquilo que for sujeito ao voto dos acionistas, e cairá sobre a alçada dos diretores e funcionários aquilo que não o for. Neste caso, todo o problema consiste em descobrir se há ou não, do ponto de vista normativo, algum fundamento para a demarcação dessa fronteira. Caso exista, entretanto, tal fundamento não poderá ser encontrado apenas no âmbito exclusivo das sociedades por ações; pois esta constitui apenas uma ordem parcial, subsumida à “ordem jurídica total que constitui o Estado”¹³⁷, que é a ordem que garante *legitimidade* às ordenações da própria sociedade por ações. Mas será que o Estado, quando reconhece um grupo de indivíduos como uma *pessoa jurídica*, impondo-lhe obrigações e concedendo-lhe de direitos, já determina quais pessoas poderão servir como órgãos dessa associação e como elas devem cumprir tal papel? Vejamos o que Kelsen tem a dizer sobre isso:

Ao impor deveres e conferir direitos a uma pessoa jurídica, o 'Direito de Estado', a ordem jurídica nacional, regula a conduta de indivíduos, torna ações e abstenções de seres humanos o conteúdo de normas jurídicas e objeto de direitos jurídicos. Mas ela o faz apenas indiretamente. *A ordem jurídica total que constitui o Estado determina apenas o elemento material da conduta, deixando a tarefa de determinar o elemento pessoal à ordem jurídica parcial que constitui a corporação, i. e., ao seu estatuto. Esta ordem determina o indivíduo que, como um órgão, tem de executar os atos pelos quais os direitos da corporação são exercidos e os seus deveres cumpridos. Quando o 'direito de Estado', a ordem jurídica total, impõe deveres e confere direitos à pessoa jurídica de uma corporação, os indivíduos humanos, em sua condição de órgãos da corporação, são, desse modo, obrigados e autorizados; mas a função de impor deveres e conferir direitos está dividida em duas ordens, uma ordem total e uma parcial, uma das quais, a segunda, complementa a primeira. Que o 'Direito do Estado' dê a uma pessoa*

estabelecido. É isso que se pretende com a expressão de que 'o Direito do Estado' concede personalidade jurídica a uma corporação. (...) [E]ste conceito auxiliar [o de pessoa jurídica – BH] é especialmente útil quando o 'Direito do Estado' dá ao estabelecimento de uma corporação o efeito recém-mencionado, a saber: o de que órgãos da corporação são capazes de participar de transações jurídicas e de comparecer perante tribunais em nome da corporação, i. e., dos seus membros, e o de que a responsabilidade civil dos membros é limitada ao patrimônio da corporação, i. e., o patrimônio coletivo dos membros. (...) [O]s deveres e direitos da corporação são deveres e direitos que os indivíduos pertencentes à corporação possuem de uma maneira específica, de uma maneira diferente daquela em que possuem deveres e direitos sem serem membros da corporação”. Idem, pp. 145-7.

¹³⁷ Kelsen, op. cit., p. 145.

jurídica direitos e deveres não significa que um ser, que não o indivíduo humano, seja obrigado ou autorizado; significa apenas que deveres e direitos são indiretamente dados a indivíduos. Servir como intermediária nesse processo é a função característica da ordem jurídica parcial da qual a pessoa jurídica da corporação é a personificação.¹³⁸

Assim, embora forneça legitimidade ao estatuto sob o qual se organizam os diversos indivíduos, o Estado não impõe o modo mesmo como tais indivíduos devem se organizar. Eis então que devemos abstrair essa ordem geral e procurar o fundamento que procuramos na própria sociedade por ações, a “ordem *parcial* que determina o indivíduo que, como um órgão, tem de executar os atos pelos quais os direitos da corporação são exercidos e os seus deveres cumpridos”. Já vimos, porém, que a definição da sociedade por ações diz apenas que os acionistas possuem “o direito de voto nos negócios importantes da empresa” e que “os poderes e as responsabilidades dos diretores e funcionários” devem ser bem delimitados, mas não diz onde exatamente se encontra a fronteira entre as duas coisas. Note-se, ademais, que uma vez que se assuma como dada a ordem jurídica que legitima a existência de uma dada sociedade por ações, a legitimidade *de cada norma parcial dentro dessa sociedade só pode se encontrar no estatuto que a fundou*, o qual se apresenta como *a norma fundamental* frente a todas as demais normas que regulam as relações entre os indivíduos que se organizam na sociedade por ações. Como afirma Kelsen:

[A] norma fundamental (...) provê o fundamento para um sistema de caráter dinâmico. Suas várias normas não podem ser obtidas por meio de qualquer operação intelectual. (...) As normas de um sistema dinâmico têm de ser criadas através de atos de vontade pelos indivíduos que foram autorizados a criar normas por alguma norma superior. Essa autorização é uma delegação. O poder de criar normas é delegado de uma autoridade para outra autoridade; a primeira é a autoridade superior, a segunda é a inferior. A norma fundamental de um sistema dinâmica é a regra básica de acordo com a qual devem ser criadas as normas do sistema. Uma norma faz parte de um sistema dinâmico se houver sido criada de uma maneira que é – em última análise – determinada pela norma fundamental.¹³⁹

O fundamento último da relação entre o acionista e a sociedade por ações deve então, da perspectiva normativista defendida por Kelsen, ser encontrado no estatuto fundador desta última, cuja validade “é a pressuposição última, o postulado final, do qual depende a validade de todas as normas” dessa sociedade¹⁴⁰. As “várias normas” desse estatuto, porém, “*não podem ser obtidas por*

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem, p. 169.

¹⁴⁰ “A derivação das normas de uma ordem jurídica a partir da norma fundamental dessa ordem é executada

meio de qualquer operação intelectual”. Em outras palavras: de uma perspectiva estritamente normativista, o conteúdo do estatuto que cumpre o papel de *norma fundamental* deve ser visto como algo completamente *arbitrário*¹⁴¹, com o que se conclui forçosamente que é *impossível* encontrar na definição jurídico-formal de *sociedade por ações* a solução para o nosso problema: ela terá que ser encontrada (caso exista) fora da própria determinação jurídica¹⁴².

Mas isso já era sabido desde a década de 1930 pela abordagem que dominou o Direito Corporativo estadunidense no último século, como se vê no prefácio de A. Berle à edição revista da obra seminal que escreveu com G. Means¹⁴³. Ali, ao se perguntar se a “lógica tradicional da propriedade ainda se aplica” à grande sociedade por ações – isto é, se a renúncia ao controle (direto) de sua riqueza não deve alterar a relação de seu proprietário com ela¹⁴⁴ –, Berle, afastando-se do “positivismo jurídico”¹⁴⁵ defendido por Kelsen, e portanto também da perspectiva estritamente normativista por ele adotada, responde enfaticamente:

*Não se pode encontrar uma resposta a essa questão na própria lei. É necessário procurá-la nos fundamentos econômicos e sociais da lei*¹⁴⁶.

Os “fundamentos econômicos” da relação entre o acionista e a sociedade por ações identificados por Berle e Means não serão muito diferentes dos que Galbraith encontrará três décadas mais tarde; também para eles, as vantagens advindas da economia de escala e da

demonstrando-se que as normas particulares foram criadas em conformidade com a norma fundamental. (...) Se perguntarmos por que a constituição é válida, talvez cheguemos a uma constituição mais velha. Por fim, alcançaremos alguma constituição que é historicamente a primeira e que foi estabelecida por um usurpador individual ou por algum tipo de assembleia. A validade dessa primeira constituição é a pressuposição última, o postulado final, do qual depende a validade de todas as normas de nossa ordem jurídica. Esta é a norma fundamental da ordem jurídica em consideração” Idem, pp. 168-9.

¹⁴¹ Desde que esteja de acordo com a ordem mais geral que o legitimia, é claro. Mas já vimos que esta também nada tem a dizer sobre o problema que nos ocupa.

¹⁴² Em *Aspectos jurídicos da macro-empresa*, publicado na década de 1970, Konder Comparato não concorda com a ideia da indeterminação intrínseca da forma jurídica sociedade anônima. Amparado no exame das transformações das decisões dos juízes no que se refere a conflitos entre administradores e acionistas, ele afirma existir uma tendência histórica à “passagem da primitiva concepção contratual para a nova interpretação institucional dos poderes dos diretores”, de modo que “o interesse dos acionistas é cada vez mais suplantado por outra realidade: o interesse da empresa.” (op. cit., 2a edição atualizada. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 48 e 52, respectivamente) E no entanto, já a partir da década seguinte à publicação de tais palavras, tanto a jurisprudência quanto a própria teoria jurídica na maior parte dos países desenvolvidos passou a seguir o caminho contrário, defendendo o direito do acionista – de modo que aquela tendência foi revertida. Quanto a isso, cf. Cunha, C. P. F. A. R., *Uma análise funcional da transferência de controle na sociedade anônima*. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16684/16684.PDF> (acesso a 12/01/2013), capítulo 3.

¹⁴³ Berle, A & Means, G. *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

¹⁴⁴ “Essa renúncia não pode ter mudado a relação com sua riqueza de maneira tão essencial que a lógica aplicável a seu interesse nessa riqueza também mudaria?”, pergunta Berle. Op. cit., pp. 3-4.

¹⁴⁵ Kelsen, op. cit., p. 637. Cf. também ibidem, pp. 8-21.

¹⁴⁶ Idem, p. 4.

especialização levariam necessariamente as empresas a se organizar sob a forma de sociedade por ações, a qual seria marcada, por um lado, pela fragmentação de seus títulos de propriedade – o que impediria o controle da empresa por qualquer proprietário –, e por outro, pela alta lucratividade, que a tornaria independente dos desígnios do capital financeiro. Tal modo de organização, enfim, tenderia a se generalizar em função de sua inevitável vitória na luta da concorrência.

Mas essa vitória, como se sabe, foi de Pirro. Pois já na década de 1970 as sociedades por ações assim organizadas se viram em apuros diante das empresas japonesas comandadas por seus clãs familiares; ainda mais: nas décadas seguintes, a maioria das grandes sociedades por ações do mundo capitalista mais desenvolvido caminharam em direção ao aumento do controle dos acionistas, representados coletivamente por aquilo que Berle e Means chamaram de *fundos intermediários*. E nem uma, nem outra coisa poderia ser explicada pela abordagem proposta pelos autores estadunidenses.

Não é difícil compreender o porquê. Se na década de 1930 não havia outra forma de organização que pudesse se colocar em vantagem na luta concorrencial contra a sociedade anônima retratada por Berle e Means, nada em sua teoria provava que uma tal forma não poderia surgir; além disso – e o que é muito mais importante –, nada impedia que os proprietários das ações, caso se sentissem lesados pela administração, se organizassem coletivamente sob a forma de alguma outra empresa e demandassem mudanças. Cabe-nos, pois, perguntar: será que essas falhas na principal matriz teórica do direito corporativo dos EUA se deviam apenas à incapacidade dos autores que a seguiam de extrair dela tudo o que tinha a oferecer, ou será que seria necessário *abandonar* tal matriz e buscar os fundamentos da relação entre acionista e sociedade por ações fora da esfera econômica? Se dependesse de Mark Roe, talvez o mais conhecido jurista dos EUA a tratar da questão nas últimas décadas, a alternativa correta seria, indubitavelmente, a segunda. Em suas palavras:

Corporate finance and corporate governance are primarily economic matters. The financing goal is typically to secure funding for the corporation at the lowest possible cost; the governance goal is to maximize the value of the firm to its owners. Given these economic priorities, politics and law are rarely viewed as fundamental influences on the organization of finance and corporate governance. But *the structure at the top of a nation's companies—the place where the board of directors, shareholders, and senior managers interact—is the outcome not just of economic evolution toward efficiency, but of political developments such as laws and regulations that limited the range of adaptive possibilities.*

Of particular importance are historical events that influenced, and occasionally dictated, the

ways in which financial intermediaries—particularly banks and insurance companies—channelled savings from households to firms.¹⁴⁷

Para Roe, portanto, o desenvolvimento do regime de governança corporativa seria produto da conjunção de uma série de acidentes históricos, e não o resultado de uma pretensa “lógica econômica”¹⁴⁸; por conseguinte, seria possível que um outro regime de propriedade e de controle obtivesse resultados tão bons quanto, ou mesmo superiores ao do modelo existente até então. Neste sentido, a abordagem oferecida por Roe é capaz de resolver alguns dos problemas deixados abertos pelo modelo de Berle e Means. Não é capaz, porém, de explicar por que a governança corporativa das companhias de todas as grandes potências capitalistas caminhou, rápida ou lenta, mas por certo *inexoravelmente*, em direção ao aumento do poder do acionista. Também não explica por que todas as nações europeias com economia de mercado relativamente desenvolvida caminharam quase simultaneamente em direção ao reconhecimento da responsabilidade limitada na segunda metade do século passado – e isso embora tivessem regimes políticos e condições sociais tão diferentes entre si¹⁴⁹. Como são possíveis fenômenos como esses, se a contingência histórica tem papel tão importante? Será mesmo que não existe alguma determinação mais profunda do desenvolvimento jurídico, uma força que, como a gravidade, atraia as formas jurídicas a um mesmo sentido, não importando quão diferente sejam as condições da superfície?

“Insidiosamente, talvez, aproximou-se de nós”

Numa passagem da *Introdução de 1857* em que fala da efetividade social das leis referentes à propriedade, Marx oferece um modo de abordar a questão que nos pode ser útil:

As leis podem perpetuar um instrumento de produção, a terra, por exemplo, em certas famílias. *Estas leis adquirem um significado econômico unicamente se a grande propriedade territorial se encontra em harmonia com a produção social*, como na Inglaterra. Na França, praticava-se a pequena agricultura a despeito da grande propriedade; por isso, esta última foi destruída pela Revolução. Mas se perpetua o parcelamento, por exemplo, através das leis? *Apesar destas leis, a propriedade volta a concentrar-se.* (Grundrisse, 33; Introdução, 15)

¹⁴⁷ Roe, M., op. cit., p. 9. Já mostramos, em nota acima, como o desenvolvimento da governança corporativa dos EUA em direção ao controle dos acionistas foi, segundo Roe, deliberadamente obstruído na primeira metade do século passado.

¹⁴⁸ “[T]he American corporate governance regime evolved as a result of historical accident rather than fundamental economic logic”, afirma Cheffins em artigo no qual defende a abordagem proposta por Roe. Cheffins, B., op. cit., p. 3.

¹⁴⁹ Ver o capítulo 6 desta dissertação.

Assim, as leis só “adquirem um *significado econômico*” onde estão em “harmonia com a produção social”; por si mesmas, são incapazes de perpetuar aquilo que normatizam. Nas palavras de um jurista marxista:

[O] direito entendido apenas como um conjunto normativo só adquire 'significação real' se a ele corresponde determinada relação. A norma, ou provém de uma relação já existente, ou prevê o surgimento posterior dessa relação. Como diz Pachukanis, 'O método jurídico-formal que concerne apenas às normas e a isto que é 'supostamente conforme ao direito' só pode manter a sua autonomia dentro de estreitos limites e exatamente apenas enquanto a tensão entre o fato e a norma não ultrapassa um determinado grau máximo. Na realidade material a relação prevalece sobre a norma'.¹⁵⁰

Mas isso não significa, como quiseram Berle e Means, que as formas jurídicas tendem a se adequar progressivamente a uma espécie de racionalidade econômica universal. Se a transformação do dinheiro em “mercadoria geral dos contratos”, por exemplo, é certamente uma condição necessária da eficiência de um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção, a conversão dos impostos *in natura* em impostos em dinheiro, por seu turno, foi uma das causas da “indescritível miséria da população camponesa da França sob o reinado de Luis XIV” (K, I, 154; C, I, 1, 259)¹⁵¹. O que queremos dizer é, na verdade, que as transformações jurídicas são “condicionadas pela configuração econômica” - isto é, pelas relações sociais fundamentais de um modo de produção historicamente determinado. Como escreve Naves em seu estudo sobre Pachukanis: “[s]e nenhum devedor pagasse as suas dívidas, a regra correspondente deveria então ser considerada realmente inexistente”¹⁵². Desse ponto de vista, pode-se dizer que o Direito acompanha um movimento efetivo das relações econômicas¹⁵³: no caso, o desenvolvimento da relação efetiva

¹⁵⁰ Naves, op. cit., p. 64.

¹⁵¹ Vale citar o parágrafo na íntegra: “Com certo nível e volume de produção de mercadorias, a função do dinheiro como meio de pagamento ultrapassa a esfera da circulação de mercadorias. Ele torna-se a mercadoria geral dos contratos. Rendas, impostos etc. transformam-se de entregas *in natura* em pagamentos em dinheiro. Até que ponto essa transformação é condicionada pela configuração geral do processo de produção é demonstrado, por exemplo, pelo fato de que tenha fracassado por duas vezes a tentativa do Império Romano de cobrar todos os tributos em dinheiro. E a indescritível miséria da população camponesa da França, sob o reinado de Luís XIV, que com tanta eloquência foi denunciada por Boisguillebert, Marechal Vauban etc., não se devia somente ao montante dos impostos, mas também à conversão dos impostos em natura em impostos em dinheiro. Por outro lado, se a forma natural da renda do solo, que constitui, na Ásia, ao mesmo tempo, o elemento fundamental do imposto público, baseia-se lá em condições de produção que se reproduzem com a imutabilidade de condições naturais, aquela forma de pagamento repercute sobre a forma antiga de produção, conservando-a. É um dos segredos da autoconservação do Império Turco. E se, no Japão, o comércio externo imposto pela Europa provoca a conversão da renda em natura em renda em dinheiro, será à custa de sua agricultura exemplar. Suas estreitas condições econômicas de existência dissolver-se-ão.” (K, I, 154-5; C, I, 1, 259-60).

¹⁵² Naves, op. cit., p. 64.

¹⁵³ Idem, pp. 72-3. Ou, como escreve Marx, “cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de

de crédito. Aqui vale o mesmo que em toda relação entre proprietários privados formalmente autônomos:

[A] relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. *O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.* (K, I, 79-80; C, I, 1, 209).

Deve-se notar, entretanto, que somente a conformação *jurídica* da relação de crédito permite sua *generalização* na sociedade; e de fato, considerando-se a coisa de uma perspectiva mais ampla, é necessário reconhecer que apenas a instituição formal do contrato permite a generalização das relações entre proprietários privados formalmente autônomos. O Direito se encontra portanto em situação paradoxal: por um lado, é determinado pelas relações econômicas; por outro, goza de certa autonomia e “retrodetermina” essas mesmas relações. Por um lado é seu produto; por outro, seu pressuposto. Como então concordar com a afirmação de que “*a relação econômica é a 'fonte' da relação jurídica*”¹⁵⁴?

Basta ter em mente que somente em condições bastante específicas as relações entre indivíduos adquirem legitimidade única e exclusivamente caso se apresentem como “*relações de vontades*”, vontades cuja coincidência se exprime na “forma de um contrato” - uma “relação jurídica”. Essa situação singular ocorre apenas nas sociedades em que os indivíduos “se relacionem entre si como pessoas” (K, I, 99; C, I, 1, 209), i.e., ali onde a vontade de um outro é condição necessária para a realização da vontade individual de cada um. Ora, isso existe apenas onde os indivíduos são forçados a “reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados” (ibidem), ou seja: apenas na sociedade em que toda relação econômica deve assumir *genericamente* a forma da troca¹⁵⁵. Na “sociedade mercantil, o circuito das trocas *exige* a mediação jurídica, pois o valor de troca das mercadorias só se realiza se uma operação jurídica – o acordo de vontades equivalentes – for introduzido”; e se é assim, então “[a] relação social da qual a forma jurídica é o 'reflexo' é (...) a relação dos proprietários de mercadorias entre si”¹⁵⁶.

É neste sentido específico que se pode afirmar, acompanhando Pachukanis, a existência de

governo, etc. A grosseria e a incompreensão [Begriffslosigkeit: falta de conceito, apreensão do essencial como casual, do oposto como mero diferente – BH] consistem em não relacionar, senão fortuitamente [zufällig], uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão [in einen bloßen Reflexionszusammenhang zu bringen], elementos que se acham unidos organicamente [das organische Zusammengehörende]” (Grundrisse, 23, Introdução, 7).

¹⁵⁴ Idem, pp. 56-7.

¹⁵⁵ Isso, é claro, inclui a relação entre capitalista e trabalhador; pois, do ponto de vista jurídico, o que se tem ali é nada mais do que a compra, pelo capitalista, da mercadoria *força de trabalho*. Sobre isso, ver a seção II do primeiro tomo de *O Capital*.

¹⁵⁶ Naves, op. cit., p. 57.

uma “*relação de determinação das formas do direito pelas formas da economia mercantil*”: não é uma ou outra lei particular, mas a própria *forma jurídica* enquanto tal o que se apresenta como organicamente relacionada à generalização da troca¹⁵⁷.

[A] 'gênese' da forma do direito se encontra na relação de troca; a forma jurídica é o 'reflexo inevitável' da relação dos proprietários de mercadorias entre si; o princípio da subjetividade jurídica 'decorre com absoluta inevitabilidade' das condições da economia mercantil-monetária; esta economia mercantil é a 'condição prévia fundamental', o 'momento fundamental e determinante' do direito; a forma jurídica é 'gerada' pela forma mercantil; a relação econômica de troca 'deve existir' para que 'surja' a relação jurídica; a relação econômica é a 'fonte' da relação jurídica. Todas essas expressões denotam evidente afirmação do caráter derivado do direito¹⁵⁸, e de sua específica determinação pelo processo de trocas mercantis. (...) Assim, Pachukanis pode apresentar a relação jurídica como 'o outro lado da relação entre os produtos do trabalho tornados mercadorias' e, da mesma forma que a sociedade capitalista se apresenta como uma 'imensa coleção de mercadorias', ela também se constitui em uma 'cadeia ininterrupta de relações jurídicas'. Desse modo, a relação jurídica apresenta-se como a 'célula central' do tecido jurídico e é unicamente nela que o direito realiza seu movimento¹⁵⁹.

A *forma jurídica enquanto tal* deve então ser considerada, *conceitualmente*, como “produto da mediação real das relações de produção”; nas palavras de Pachukanis: “onde quer que se encontre uma camada de superestrutura jurídica, a relação jurídica é diretamente gerada¹⁶⁰ pelas relações materiais de produção existentes entre os homens”¹⁶¹ - afirmação que vale não apenas para as formas jurídicas mais genéricas, como o contrato, mas também para todas as formas jurídicas

¹⁵⁷ “Pachukanis procura identificar a relação social específica que se exprime na forma jurídica. Como já observamos, essa relação social deve ser encontrada na esfera da circulação mercantil, ali onde os sujeitos-proprietários estabelecem relações mútuas de *troca de equivalente*. A relação social da qual a forma jurídica é o 'reflexo' é, assim, a relação dos proprietários de mercadorias entre si” Naves, B. op. cit., pp. 56-7. “Pachukanis mostra que o direito é uma forma que reproduz a equivalência, essa 'primeira ideia puramente jurídica' a que ele se refere. (...) É a ideia de equivalência decorrente do processo de trocas mercantis que funda a ideia de equivalência jurídica. 'Uma vez dada a forma da relação de equivalentes, então está dada igualmente a forma direito' [Pachukanis]. (...) 'Marx (...) **descobre o profundo vínculo interno que existe entre a forma jurídica e a forma da mercadoria** [forma-mercadoria]. A relação de equivalência permite que se compreenda a especificidade do próprio direito, a sua natureza intrinsecamente burguesa”. Naves cita Pachukanis. Idem, pp. 57-8.

¹⁵⁸ É claro que Pachukanis se refere aqui à primeira forma histórica do Direito, aquela que se encontra plenificada em toda sociedade capitalista: o direito enquanto direito privado. Cf. a primeira parte de Hegel, F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, Berlin: Akademie, 2005, que trata daquilo que o filósofo alemão chama de *direito abstrato*.

¹⁵⁹ Naves, B., op. cit., pp. 53-5. Lembramos que destaques em negrito são do autor da citação.

¹⁶⁰ É importante deixar claro que se trata aqui de uma “geração” em sentido lógico, não histórico. Pois o movimento histórico e o movimento conceitual de apresentação de um objeto já constituído historicamente são duas coisas distintas. Cf. Naves, op. cit., pp. 77-8. Trataremos da questão nos próximos capítulos.

¹⁶¹ Apud Naves, op. cit., p. 73 e p. 74, respectivamente. A incompreensão desse condicionamento da forma jurídica *enquanto forma* está no cerne do equivocado argumento habermasiano de que o direito é, segundo sua forma, *universal*. Cf. o último capítulo de Reichelt, H. *Neue Marx-Lektüre. Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburg: VSA-Verlag, 2008 (principalmente as páginas 436-40 e 450-52).

particulares através das quais se torna *efetiva* a rede de relações econômicas determinadas que constituem o modo de produção capitalista.

Mas ei-nos de volta à estaca zero! Afinal, como se lembrará o leitor, foi a incapacidade dos economistas em apresentar adequadamente seu objeto – a categoria da sociedade por ações, ou melhor, a relação econômica que nela se exprime – que nos levou a pedir socorro aos juristas; e no entanto, são agora os próprios juristas que nos remetem novamente à economia. Vejamos com mais cuidado, pois, como os economistas procedem em suas teorizações.

Como ficou claro anteriormente, apesar de exprimirem as mais diversas opiniões sobre os efeitos econômicos do desenvolvimento das modernas sociedades por ações, todos os teóricos citados chegaram, em suas representações dessa forma particular de organização da propriedade privada dos meios de produção, a níveis de *indeterminação* inaceitáveis, i.e., a pontos nos quais todas as determinações aparentemente necessárias de seu objeto revelavam-se dependentes de outras determinações, não incorporadas por suas teorias, e que podem (ou não) ser absolutamente casuais. Especificamente, em todas elas, o caráter preciso da sociedade por ações acaba por repousar sobre contingências históricas não explicitadas (ou não reconhecidas como tais), de modo que o próprio sentido econômico dessa forma social aparece, quando visto mais de perto, como algo totalmente indeterminável.

A razão disso é que todos esses teóricos, sem exceção, assumiram aprioristicamente a validade da própria lei do valor, o que os levou a tentar teorizar imediata e unilateralmente sobre as diversas relações sociais que, em sua *conjunção*, formam o modo de produção no qual rege tal lei, e que portanto determinam, enquanto *totalidade*, os limites dentro dos quais cada uma dessas relações particulares pode se alterar historicamente sem entrar em contradição com a lei do valor enquanto tal¹⁶². Foi essa cisão entre a lei do valor e a realidade empírica – cisão que, como veremos no próximo capítulo, é absolutamente insuperável da perspectiva da Economia Política – que lhes permitiu explicar através de fatores *arbitrários* o nível de desenvolvimento da dupla representação do capital investido nas sociedades por ações, sem atentar para as *tendências* imanentes à operação da lei do valor enquanto tal.

Por isso, se quisermos encontrar as determinações *essenciais* do *capital acionário*, sem o que é impossível tratar racionalmente do nível de desenvolvimento da dupla representação do capital imobilizado nas sociedades por ações contemporâneas – desenvolvimento que, segundo os economistas consultados, determina a própria efetividade, ou melhor, a *significação econômica* das

¹⁶² “Se no sistema burguês completo cada relação econômica pressupõe a outra na forma econômica burguesa e assim tudo o que é posto é simultaneamente pressuposto, o mesmo acontece com todo sistema orgânico” (Grundrisse, 203)

sociedades por ações modernas –, será necessário considerar esta forma particular do capital não em sua “existência histórica independente” (Grundrisse, 36; Introdução, 17), mas sim como a expressão de uma relação social *intrínseca* ao modo de produção capitalista¹⁶³, ou seja, na medida em que se apresenta – e isso, claro, *caso* se apresente – como uma “forma imanente” do modo determinado de reprodução material da sociedade. Em outras palavras: será necessário assumir a postura da Crítica da Economia Política e indagar *qual é o conteúdo dessa categoria característica do modo de produção capitalista desenvolvido*, categoria cuja validade economistas e juristas aceitam *a priori* – o que os impede de apreendê-la em suas determinações *fundamentais*.

[A] Crítica da Economia Política se distingue de todas as formações teóricas [Theoriebildung] econômicas – mesmo as atuais – através de uma colocação específica do problema: o que (...) se esconde nas próprias categorias?; qual é o conteúdo próprio das determinidades formais econômicas, isto é, da **forma-mercadoria**, da **forma-dinheiro**, da **forma** do lucro, do juro, etc? Enquanto a Economia Política burguesa se caracteriza por apreender exteriormente as categorias, Marx insiste em uma rigorosa *derivação* [Ableitung] *da gênese dessas formas*¹⁶⁴

Percebe-se agora que, se de início “tomamos distância”, “nos afastamos de” Marx, ao final de nosso caminho “nos encontramos”, paradoxalmente, “de volta a ele, mas de outra maneira”¹⁶⁵. Depois de seguir os caminhos oferecidos pelas demais teorias e nos certificarmos de que todos eles nos levam a algum beco sem saída¹⁶⁶, é Marx que reencontramos afinal: ele nos esperava, ao

¹⁶³ “As categorias *exprimem* [ausdrücken] suas relações”, isto é, as relações da “sociedade burguesa” (Grundrisse, 18; Introdução, 20). “[N]a medida em que a exposição é sistemática e reconstrói a totalidade contraditória da reprodução capitalista, penetrando no fundamento da redução do trabalho e da autonomização do valor, ela é, simultaneamente, crítica, e tem a função de devolver às categorias o seu verdadeiro estatuto lógico, que é o de serem expressões de relações sociais” Müller, M. *Exposição e Método Dialético em “O Capital”*.

¹⁶⁴ Reichelt, H. *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*, p. 16. “Marx se arroga ter, pela primeira vez na história da pesquisa, visto *através* dessa ‘forma misteriosa’”. Backhaus, *Zur dialektik der Wertform*. Disponível em: http://www.ca-ira.net/verlag/leseproben/backhaus-dialektik.wertform_lp.html (acesso a 06/07/2011).

¹⁶⁵ Cf. Foucault, M. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 73. O que dissemos de Marx acima é aquilo que Foucault diz de Hegel no texto indicado. Segundo o filósofo francês, embora a filosofia ocidental tenha continuamente tentado escapar a Hegel, ele sempre reaparece intocado, como se sua filosofia pudesse absorver todas as críticas a si como um de seus momentos constitutivos. Talvez seja algo imanente à dialética; se os economistas tivessem o discernimento dos filósofos, veriam que o mesmo ocorre sempre com Marx.

¹⁶⁶ Do ponto de vista lógico, todas as teorias que vimos nos levaram a antinomias no sentido kantiano do termo. Cf. Kant, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Daí Backhaus afirmar ser o objetivo da análise do valor *como forma* – e, conseqüentemente, de todas as demais categorias da Economia Política, que, do ponto de vista da apresentação dialética são apenas formas mais complexas assumidas pela forma-valor, formas nas quais a contradição fundamental dessa primeira forma pode se mover – superar [aufzuheben] as antinomias das disciplinas econômicas [fachökonomische]. Cf Backhaus, op. cit.

mesmo tempo, “imóvel e em outro lugar”¹⁶⁷. Talvez seu “*método dialético*”¹⁶⁸, fundamentalmente distinto dos métodos da Economia Política, possa nos ajudar a iluminar o problema que esta mal conseguiu identificar em seu fundamento racional. Será necessário, pois, considerá-lo mais de perto.

¹⁶⁷ “Mas escapar realmente de Hegel supõe apreciar exatamente o quanto custa separar-se dele; supõe saber até onde Hegel, insidiosamente, talvez, aproximou-se de nós; supõe saber, naquilo que nos permite pensar contra Hegel, o que ainda é hegeliano; e medir em que nosso recurso contra ele é ainda, talvez, um ardil que ele nos opõe, ao termo do qual nos espera, imóvel e em outro lugar”. Foucault, op. cit., pp. 72-3.

¹⁶⁸ E não um método dialético genérico, mas aquilo que Marx chama de “seu método dialético”, um método que é, por “sua fundamentação”, “não apenas diferente, mas o direto contrário [Gegenteil]” do método dialético de Hegel (K, I, 27; C, I, 1, 140). Cf. também Fulda, H. These zur Dialektik als Darstellungsmethode (im “Kapital” von Marx), In: *Hegel-Jahrbuch*, Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.

Segunda parte. O capital acionário na Crítica da Economia Política

III. A apresentação crítica da economia burguesa

“O trabalho, de que aqui se trata, é o da crítica das categorias econômicas ou, se você prefere [if you like], o sistema da economia burguesa apresentado criticamente. É simultaneamente a apresentação do sistema e, através da apresentação, a sua crítica.”

Karl Marx, *Carta a Lassale* (22/02/1858)¹⁶⁹

Se dividíssemos todo o corpo teórico da Economia Política em apenas dois campos, e se identificássemos em Ricardo e Böhm-Bawerk os dois maiores expoentes desses campos, então teríamos diante de nós duas abordagens ao problema do *valor* que, apesar de suas importantes e irredutíveis diferenças, partilham de uma determinação essencial comum. Se a primeira delas buscou fundamentar exclusivamente na *materialidade* do processo produtivo a categoria do valor, sem se indispor com as condições subjetivas que tornam possível a redução dos mais variegados produtos a uma forma universal de riqueza¹⁷⁰; e se a segunda tentou fazê-lo atribuindo ao intelecto humano *em geral* a universalidade incrustada na categoria do valor – de modo que talvez possamos dizer, numa analogia à *Crítica da Razão Pura*, que a categoria do valor aparece para Böhm-Bawerk como um pressuposto da “experiência econômica”, sem a qual a vida material dos humanos assumiria a forma da pura fluidez que caracteriza o intercâmbio vital dos demais animais com a natureza (já que a produção humana teria um caráter predominantemente reativo, e a própria noção de trabalho perderia o sentido) –, sem contudo jamais se interrogar sobre as condições objetivas nas quais essa capacidade de abstração perde a forma da *pura potência* e adquire efetividade¹⁷¹; em

¹⁶⁹ MEW 29, p. 550.

¹⁷⁰ Esse caráter da teoria ricardiana do valor é evidenciado, acima de tudo, pela “quimera do padrão invariável de valor”, que tanto atormentou o grande economista inglês do século XIX. Quanto a isso, ver a quinta seção de Sraffa, P. Introdução, in: Ricardo, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

¹⁷¹ Somente assim pode Böhm-Bawerk chamar de capitalista todo intercâmbio com a natureza na qual o indivíduo não se porta de modo meramente reativo, isto é, toda *atividade* produtiva, todo processo produtivo no qual se instalou uma mediação entre a necessidade que o motiva e sua satisfação. Nas palavras do grande economista austríaco: “a produção, que caminha por sábios caminhos indiretos, não é outra coisa senão aquilo que os estudiosos de Economia Política denominam produção **capitalística**, da mesma forma que a produção que vai diretamente, usando só as mãos, ao objetivo, é por eles chamada de produção sem capital. **Por sua vez, o capital outra coisa não é senão o conjunto dos produtos intermediários que surgem nas diversas etapas individuais que perfazem a via de surgimento indireta.**” Böhm-Bawerk, *Teoria positiva do capital*. Livro I. São Paulo, Nova Cultural, 1986, p. 38. Notemos de passagem que, embora Böhm-Bawerk não o reconheça, deve haver um primeiro momento nessa mediação, que consiste no autoreconhecimento do sujeito do processo produtivo, ou seja, algum modo de formalização do aprendizado proporcionado pela própria prática da produção direta, sem a qual é impossível a transformação do corpo mesmo em *instrumento* e, por conseguinte, a introdução do *plano* na atividade produtiva em geral. Afinal, sem tal mediação formal – a qual moldará os atos produtivos futuros – a própria introdução de intermediários materiais no ato produtivo seria impossível. (Não à toa, Marx, apresentando-se neste ponto como legítimo herdeiro do pensamento hegeliano, afirma encontrar-se no fenômeno da consciência, e não imediatamente no uso de instrumentos produtivos, a diferença fundamental entre a atividade de uma abelha que constrói uma

suma: se as essas duas abordagens ao problema do valor aparecem, do ponto de vista do conteúdo, como perfeitamente antagônicas, elas no entanto se encontram numa verdadeira comunhão *formal*¹⁷², na medida em que ambas pretendem fundamentar unilateralmente em um desses dois momentos co-pertencentes – a estrutura de subjetividade e a estrutura de objetividade (a qual Ricardo confunde com a materialidade mesma¹⁷³) do mundo burguês – a forma *social* que, no modo de produção capitalista, ascende à condição de um universal: o valor.

Encontramos portanto na Economia Política aquela característica que Max Horkheimer julga distinguir o pensamento científico burguês enquanto tal¹⁷⁴: na medida em que, consciente ou inconscientemente, ela “assume toda [gesamte] a natureza humana e sobrehumana como *dada*”¹⁷⁵, pode-se dizer que “o dualismo do pensamento e do ser (...) lhe é natural”¹⁷⁶. Note-se porém que, a nos fiarmos no autor frankfurtiano, caso queiramos compreender o fundamento dessa determinação fundamental da Economia Política¹⁷⁷, não é imediatamente a seu fazer teórico que devemos nos voltar, mas antes ao modo de vida sobre o qual se apoia essa ciência. Pois a ilusão da validade geral das relações burguesas, e portanto também das categorias nas quais elas se exprimem¹⁷⁸; a “hipostasiação do Logos”¹⁷⁹ imanente ao modo de produção capitalista: tudo isso, longe de consistir num mero engodo teórico, parece natural a todo indivíduo que vive e age racionalmente (i.e., adaptando meios a fins) dentro de uma economia capitalista.

Segundo Horkheimer, “o mundo perceptível inteiro, do modo como ele existe [vorhanden ist] para o membro da sociedade burguesa (...) vale [gilt] para seu sujeito como a quintessência

colmeia e a de um arquiteto que constrói uma casa. Cf. K, I, 193; C, I, 1, 298.) Logo, se Böhm-Bawerk estivesse correto, então a primeira forma do capital seria, tanto lógica quanto cronologicamente, o *capital humano*. De qualquer maneira, aqui Böhm-Bawerk apenas incorre no pecado capital de toda a Economia Política: a incapacidade de distinguir racionalmente forma e conteúdo, incapacidade na qual repousa toda naturalização do modo de produção capitalista. Assim, a deficiência que ressaltamos em nada afeta a estrutura formal da teoria böhm-bawerkiana do valor; muito pelo contrário: ela apenas revela sua essência.

¹⁷² Na verdade, como mostra Backhaus em seu excelente *Der widersprüchliche und monströse Kern der nationalökonomischen Begriffsbildung* (In: Emanzipation als Versöhnung. Zu Adornos Kritik der 'Warentausch'-Gesellschaft und Perspektiven der Transformation. Alemanha: Neue Kritik, 2002, pp. 111-141), essa comunhão formal de todas as teorias burguesas do valor acaba por fazê-las coincidir também em seu conteúdo. Pois todas elas, na própria medida em que só conseguem conceber o valor como algo unilateralmente positivo, acabam, em algum momento, e de maneira mais ou menos explícita, por representar o valor como uma espécie de grandeza físico-natural, de modo semelhante à representação da energia pela Física.

¹⁷³ Ver à frente.

¹⁷⁴ Cf. Horkheimer, M. *Traditionelle und kritische Theorie*. Disponível m: <http://lesekreis.blogspot.de/images/MaxHorkheimerTraditionelleundkritischeTheorie.pdf> (03/01/2013)

¹⁷⁵ Horkheimer, op. cit., p. 12.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 10.

¹⁷⁷ Na verdade, Horkheimer não restringe o problema à Economia Política: para ele, trata-se de um procedimento comum a todo teórico burguês, isto é, a todo teórico incapaz de reconhecer os limites, a *relatividade* do modo burguês de vida. No que se refere a nós, embora concordemos com o pensador frankfurtiano, preferimos restringir a questão ao campo da ciência econômica.

¹⁷⁸ Falaremos à frente da relação entre as categorias da economia burguesa e as relações sociais constituintes do modo de produção capitalista.

¹⁷⁹ Horkheimer, op. cit., p. 11.

[Inbegriff] da faticidade: ele está aí e deve ser aceito [hingenommen]”¹⁸⁰; assim, “é em regra um traço constituinte do indivíduo, que as determinações fundamentais de sua existência sejam por ele aceitas como *dadas*”¹⁸¹. Mas onde o *fato* parece se lhe apresentar nua e cruamente – ali mesmo, onde o indivíduo acredita estar diante da própria *coisa em si*: eis onde se deve reconhecer sua inalienável “condicionalidade social”¹⁸². Pois:

As pessoas não são um resultado da história apenas em seu modo de vestir e de se comportar; também o modo como elas vêem e ouvem não deve ser descolado do processo histórico vital, como este se desenvolveu por milênios. Os fatos, que os sentidos nos arranjam [zuführen], são *pré-formados socialmente* em duplo sentido: por meio do caráter histórico do objeto percebido e do caráter histórico do órgão que o percebe [wahrnehmend]. *Ambos são formados não apenas naturalmente, mas também através da atividade humana; o indivíduo porém se experimenta a si mesmo na percepção como receptivo e passivo.*¹⁸³

Essa espécie de condicionamento a que Horkheimer se refere já fora reconhecida por Georg Lukács, em *História e consciência de classe*. Ali, o filósofo húngaro escreveu que os fatos, “como *produto* do desenvolvimento históricos, são concebidos [begriffen] não apenas numa transformação contínua; eles são – **precisamente na estrutura de sua objetividade – produtos de uma determinada época histórica: o capitalismo**”¹⁸⁴. Assim, a faticidade que, ao indivíduo, aparece como uma evidência válida *a priori*, seria na verdade condicionada por um modo particular de organização da vida material humana, o qual contaria com uma “estrutura de objetividade” que lhe é imanente. Mas essa “estrutura de objetividade”, de que fala Lukács: do que exatamente se trata?

Para elucidar a questão, será necessário ter em mente a distinção estabelecida por Kant (na *Crítica da Razão Pura*) entre *objeto* e *coisa em si*. Evidentemente, um exame detalhado dessa distinção foge completamente ao escopo deste trabalho¹⁸⁵; para nossos fins, entretanto, cabe deixar claro o seguinte: o termo *objeto*, que encontra sua origem no substantivo latino ‘objectum’ - oriundo do verbo “objicere” (“lançar ou pôr diante”, também no sentido de “pôr um obstáculo”), remete a um sujeito sem cuja unidade a própria experiência seria impossível. Na verdade, as

¹⁸⁰ Ibidem, p. 12.

¹⁸¹ Ibidem, p. 20.

¹⁸² Ibidem, p. 21.

¹⁸³ Ibidem, p. 13.

¹⁸⁴ Lukács, G. *Geschichte und Klassenbewusstsein – Studien über Marxistische Dialektik*. Em: <http://ia600805.us.archive.org/25/items/GeorgLukacs-GeschichteUndKlassenbewusstsein/GeorgLukacs-GeschichteUndKlassenbewusstsein.pdf> (01/01/2013), p. 40.

¹⁸⁵ Sobre isso, ver, por exemplo, Lebrun, G. *Sobre Kant*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras, 1993, pp. 51-68.

conexões necessárias do mundo fenomenal dependem, para Kant, da unidade do *próprio sujeito* – e por isso seria necessário distinguir o *objeto* da *coisa em si* enquanto tal¹⁸⁶. Assim, o termo objeto refere-se, em Kant, à coisa apenas enquanto “filtrada”, ou melhor, enquanto *conformada* pela consciência humana – ao contrário da coisa em si, que é a coisa em sua *materialidade pura*, sem relação com o sujeito¹⁸⁷. E como a consciência dá forma à materialidade que lhe é estranha? Segundo Kant, ela o faz através das categorias, esses “conceitos *puros* do Entendimento, que se aplicam de modo apriorístico” às coisas intuídas “*em geral*”¹⁸⁸, e consistem, portanto, num pressuposto universal de *toda* experiência.

Pois bem: quando afirmam que os fatos são pré-formados, que eles são um *produto*, e não meros *facta bruta*, Horkheimer e Lukács parecem ter em mente justamente essa distinção entre objeto e coisa em si. Contudo, quando dizem que os fatos são pré-formados *socialmente*, e que “eles são – (...) **na estrutura de sua objetividade – produtos de uma determinada época histórica: o capitalismo**”, eles dão a entender que o modo mesmo como a consciência conforma os *facta bruta* nada tem de eterno e imutável. Pelo contrário: a própria *formação da subjetividade* deveria ser concebida como um processo socialmente objetivo; pois se existe, como defende Lukács, uma *estrutura de objetividade* própria do capitalismo, i.e, uma estrutura formal socialmente determinada através da qual as coisas ascendem do estatuto de mera coisa em si, em sua materialidade crua, ao de um *objeto*, então somos forçados a reconhecer que a própria “subjetividade (...) [é – BH] algo por sua vez mediatizado [ein Vermittelt]”¹⁸⁹, ou melhor, que a sociabilidade constitutiva do modo de produção capitalista possui o poder de *format*, de alguma maneira, a própria consciência individual, de engendrar, por seu próprio funcionamento, as *categorias* que, aos indivíduos, aparecem como o *pressuposto de toda experiência* – e portanto também de todo agir racional, o qual deve, pois, ser concebido como “um agir [Handeln] estruturalmente mediado”¹⁹⁰.

E com isso somos levados a uma trilha já aberta por Marx, em cujos textos se lia, por exemplo, que “*as categorias [econômicas – BH] exprimem formas de ser-aí [Daseinformen], determinações da existência [Existenzbestimmungen]*” (Grundrisse, 40) – ou, como consta na

¹⁸⁶ Cf. Taylor, op. cit., p. 30. “[H]e [Kant – BH] showed that the subject of experience has to be a unity, that of the ‘I think’ which must potentially accompany all my representations; and the necessary connections (...) [of – BH] the phenomenal world must necessarily inhabit it, for they form its *indispensable* structure. (...) Thus the Kantian world of experience was distinguished from the ultimate reality. It took its shape partly from the subject, from the shape of our minds (...); but by the very fact that its shape was partly given by us, it could allow us to conclude nothing about the shape of things as they were in themselves. Such things there must be because we as finite subjects are affected, our intuition receives its content from outside of us; but the nature of this must ultimate reality is a closed book to us”. Ibidem, pp. 30-1.

¹⁸⁷ Cf. Lebrun, op. cit., pp. 9-13.

¹⁸⁸ “reine Verstandesbegriffe, welche a priori auf Gegenstände der Anschauung überhaupt gehen”. Kant, E. *Kritik der reinen Vernunft*, § 79. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/6342> (05/05/2013)

¹⁸⁹ Reichelt, *Neue...*, p. 41.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 19.

Miséria da Filosofia, que elas *exprimem* “relações de produção”¹⁹¹. De fato, não é em sua existência imediata, ou melhor, não como coisa em si, mas apenas na medida em que é produto “de trabalhos privados autônomos e independentes entre si” (K, I, 57; C, I, 1, 171) que uma coisa é, além de valor de uso, *valor* (K, I, 55; C, I, 1, 170) – forma sob a qual o produto do trabalho pode, mediante a relação de troca, penetrar o metabolismo social; forma, portanto, cuja generalidade depende da própria generalização desse tipo de relação. Pois “somente dentro de sua troca”, afirma Marx, “os produtos do trabalho recebem uma *objetividade-de-valor socialmente* igual, separada da sua objetividade de uso fisicamente diversa” (K, I, 87; C, I, 1, 199)¹⁹². E no entanto, para o indivíduo considerado isoladamente, a coisa se apresenta como coisa de valor justamente na *forma do em-si*; pois se, para ele, a totalidade das relações sociais cuja forma geral é a troca *necessariamente* aparece como algo meramente exterior, i.e., como um *dado*, então a estrutura, as formas de objetividade constitutivas do modo de produção capitalista se lhe apresentam sempre como um *pressuposto*; por conseguinte a forma-valor, sob a qual a coisa assume validade (Geltung) social no modo de produção capitalista, parece-lhe advir unilateralmente da própria coisa em sua materialidade imediata, e a categoria do valor aparece como válida *a priori*, independentemente das relações sociais nas quais ela se fundamenta¹⁹³. Assim, embora as formas de objetividade características do modo de produção capitalista “constitu[a]m (...) as categorias da economia burguesa” justamente por serem “formas *socialmente válidas* [gültige], portanto *objetivas para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias*” (K, I, 90; C, I, 1, 201), e embora, como afirma Reichelt, “as categorias da subjetividade mesmas sejam ainda um mediado [ein Vermitteltes]” - de modo que “aquilo que ao indivíduo aparece como um primeiro [ein Erstens]”, i.e., o objeto, “é, inclusive naqueles dados *sensíveis*, derivado e secundário”¹⁹⁴; pois bem: apesar de tudo isso, ao indivíduo isolado, cuja sociabilidade é mediada pela relação de troca, a coisa se apresenta de modo completamente invertido: porque a própria totalidade das relações sociais por ele constituída é sentida como uma entidade independente, a “diferenciação entre sujeito e

¹⁹¹ *Das Elend der Philosophie: Antwort auf Proudhons "Philosophie des Elends"*. Marx und Engels Werke, Band 4, p. 126.

¹⁹² “Fora de sua relação [Beziehung] com o outro – a relação na qual eles valem como o mesmo [gleichgelten] – nem linho nem casaco possuem **objetividade de valor** ou sua **objetividade** como mera gelatina de trabalho humano puro e simples [schlechthin]. Esta objetividade social eles possuem apenas como relação social.” Marx apud Heinrich, op. cit., p. 215 e p. 218. (O trecho citado encontra-se num manuscrito publicado pela MEGA no qual o próprio Marx comenta criticamente o primeiro capítulo de *O Capital*.) De fato, o valor é uma abstração irrefletidamente “*engendrada* [hervorgebracht] pelos próprios sujeitos na troca” generalizada – e somente nela! Reichelt, op. cit., p. 28.

¹⁹³ Cf. K, I, 87; C, I, 1, 199.

¹⁹⁴ Reichelt, *Neue Marx-Lektüre...*, p. 36. O tema específico da constituição das formas de pensamento burguesas a partir das relações sociais constituintes do modo de produção capitalista foi trabalhado por Alfred Sohn-Rethel. Cf, por exemplo, *Warenform und Denkform. Mit zwei Anhängen*. Frankfurt am Main: 1978; e *Trabalho espiritual e corporal: Para a epistemologia da história ocidental*, disponível em: <http://planeta.clix.pt/adorno> (01/03/2013)

objetividade [se lhe apresenta sempre – BH] na forma do em-si”¹⁹⁵. Daí que a riqueza material, por um lado, pareça ser em si mesma coisa de valor; e as categorias, por outro, pareçam ser válidas *a priori*, de modo que sua consciência, e portanto sua forma de subjetividade, aparece para o sujeito como algo *natural*¹⁹⁶.

Mas o que é válido para o indivíduo isolado não vale necessariamente para os indivíduos considerados em conjunto¹⁹⁷. É certo: para o proprietário de mercadoria (seja ela a força de trabalho, um meio de produção, ou um bem de consumo acabado), a totalidade social aparece, efetivamente, sempre como um pressuposto de sua ação. Contudo, de uma perspectiva mais ampla, é mister reconhecer que o próprio pressuposto é necessariamente resultado, ou seja, que a totalidade das relações sociais capitalistas é *produto, resultado* da interação de indivíduos que no entanto, por seu isolamento – *insuperável no âmbito de uma economia cuja relação social predominante é a troca*¹⁹⁸ –, necessariamente a *pressupõem*. Como observa Wolf: se “a sociedade capitalista é um **sistema, que se distingue pela auto-organização**” espontânea, isso não deveria impedir a teoria crítica de reconhecer que “são as próprias pessoas quem, das estruturas mais simples às mais complexas dessa sociedade, a **criam e configuram**”¹⁹⁹. Existe então, no modo de produção capitalista, um tipo peculiar de conexão entre *ato* e *estrutura*, que determina o caráter *aparentemente* intocável da rede de relações constituinte deste modo de organização econômica, e cuja determinação fundamental é a seguinte: na medida em que se relacionam com a totalidade

¹⁹⁵ Reichelt, op. cit., p. 25.

¹⁹⁶ “Consciência natural significa que na diferenciação de consciência e objeto [Gegenstand], de sujeito e objeto [Objekt], o objeto [Gegenstand] – embora seja um *constituído*, a saber, a objetividade [Gegenständlichkeit] de um movimento do pensamento – aparece para a consciência sempre como um em-si [Ansich], vem a seu encontro de fora; ela [a consciência – BH] o experimenta como independente de si”. Reichelt, op. cit., p. 25.

¹⁹⁷ A teoria que o reconhece, e que “tem por objeto a sociedade mesma” (Horkheimer, op. cit., p. 19) – tal teoria, Horkheimer chama-a de *crítica*: “A separação do indivíduo e da sociedade, por força da qual os limites [Schranken] de sua atividade são apreendidos pelo indivíduo como naturais, é relativizada na teoria crítica. Ela concebe o espaço condicionado pela coação [Zusammenwirken] cega das atividades individuais, i.e., a divisão do trabalho e a diferença de classes dadas, como uma função, que, originária dos atos humanos, *poderia* também estar sujeito à decisão planejada, ao estabelecimento racional de finalidades. *O caráter discrepante do todo social em sua figura atual se desenvolve, para o sujeito da conduta crítica, até uma contradição consciente.*” Op. cit., p. 20.

¹⁹⁸ “Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado. O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, *porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural*, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir”. Marx, K. e Engels, F. *A ideologia alemã*. Boitempo: São Paulo, 2007, p. 38. (MEW 4, p. 34)

¹⁹⁹ Wolf, D. *Semantik, Struktur und Handlung im „Kapital“*. Em: <http://www.dieterwolf.net/> (01/01/2013), p. 1. “A relação social, relação de produção, aparece *in fact* como um resultado ainda mais importante do processo do que seu resultado material.” Marx, Grundrisse, 371.

social como com um pressuposto, os indivíduos racionais devem a ela adequar suas ações²⁰⁰, num processo de *adaptação* que se exprime sobretudo no arcabouço categorial com o qual representam sua existência e seu agir; e, justamente porque se adequam a sua criatura, os indivíduos *reproduzem inconscientemente, através de seu agir imediatamente consciente, a própria totalidade das relações sociais capitalistas*: “a relação capital”, diz Wolf, “é reproduzida de um modo consciente e inconsciente através do agir das pessoas”²⁰¹ – que “não o sabem, mas o fazem” (K, I, 88; C, I, 1, 200).²⁰²

Ora, se é assim, então os dois campos da teoria do valor identificados acima, porque partem acriticamente de um dos dois pólos constitutivos do modo de produção capitalista – absolutizando-o²⁰³ –, ou seja, porque *assumem unilateralmente como pressuposto aquilo que também é resultado*, representando como uma dualidade uma relação que é de co-pertencimento – justamente por isso, são ambos incapazes de oferecer uma representação plenamente racional de seu objeto: o modo de produção capitalista. Disso não se deve auferir, porém, que a dualidade a que sucumbem os economistas seja uma simples quimera; pois a *oposição* entre formas de objetividade e subjetividade, ou melhor, entre sujeito e objeto, é *real* – e, como vimos, é apenas porque ela existe que podemos dizer que há uma lei geral à qual se adequa a existência real-empírica do modo de produção capitalista. Para ser mais preciso: tal oposição *existe, mas não é absoluta*. De fato, a dualidade é a forma fenomenal *necessária* do modo particular de existência da unidade formada pelas estruturas de objetividade e subjetividade do modo de produção capitalista: uma unidade na qual os criadores, *pelo próprio modo como a criam*, são incapazes de reconhecer sua criatura.

Eis então que a dualidade realidade empírica/lei do valor, que marca toda a Economia Política, replica-se numa outra dualidade, que lhe serve de fundamento: a dualidade sujeito/objeto. Com efeito, se existe uma lei que se realiza, por assim dizer, por trás, ou melhor, *através* das variegadas ações individuais conscientes²⁰⁴, de modo que o que resulta dessas ações em sua conexão é um produto inconsciente dos indivíduos que interagem através da troca, é porque os indivíduos mesmos, em seu agir, não são plenamente conscientes de todas as mediações que

²⁰⁰ Cf. Heinrich, op. cit., p. 207.

²⁰¹ Wolf, op. cit., p. 3.

²⁰² “Eles não o sabem, mas o fazem, na medida em que reduzem a coisa material à abstração **valor**. Esta é uma operação instintiva espontânea [natürwüchsige] e portanto inconsciente de seu cérebro, que brota [herauswächst] necessariamente do modo peculiar de sua produção material e das relações nas quais essa produção se empenha [versetzt].” Marx, K. *Das Kapital*, primeira edição. Disponível em: http://dumauvaiscote.pagesperso-orange.fr/Das%20Kapital_Kap1_1867.htm (05/05/2013). Reichelt, citando Adorno, fala dessa abstração como “um conceitual [ein Begriffliches], que preside a própria coisa”. Op. cit., p. 28.

²⁰³ A contradição na qual se assenta o pensamento econômico é definida assim por Reichelt: “Os economistas devem pressupor o 'valor absoluto', sem poder desenvolvê-lo”, ou seja, eles “supõe[m] [unterstellt] um valor objetivo (...) que eles não podem fundamentar [begründen]”. Neue Marx-lecture..., p. 14.

²⁰⁴ “Em sua perplexidade, pensam os nossos possuidores de mercadorias como Fausto. No começo era a ação. Eles já agiram, portanto, antes de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias atuam [betätigen sich] *no* [im] instinto natural dos seus possuidores.” (K, I, 101; C, I, 1, 211)

determinam sua ação²⁰⁵: na medida em que a totalidade social por eles mesmos criada é o pressuposto inconsciente de sua ação, as categorias com as quais eles orientam esta mesma ação aparecem sempre como um *dado*, um pressuposto da ação racional *enquanto tal*. Por isso, este agir é a um só tempo consciente e inconsciente – um paradoxo, certamente; mas um “*paradoxo da [própria – BH] realidade efetiva [Paradoxon der Wirklichkeit]*”²⁰⁶, o qual, quando ignorado pelo teórico, leva-o fatalmente a cair em autocontradição²⁰⁷. Daí que uma apreensão conceitual racional do modo de produção capitalista só seja possível por uma teoria que simultaneamente reconheça e supere essa dualidade, ou melhor, por uma teoria que *desenvolva essa dualidade conceitualmente a partir* da unidade contraditória que constitui o próprio *fundamento* da lei do valor.²⁰⁸

Neste ponto, contudo, a coisa fica bastante complicada. Afinal, a constatação do caráter unilateral do dualismo que cinde irremediavelmente sujeito e objeto, e portanto também daquele que separa a lei do valor da realidade empírica (concebendo tal lei como algo cuja validade independe completamente do modo como a produção social é organizada), põe o teórico numa situação delicada: não podendo pressupor a validade apriorística, seja ela objetiva ou subjetiva, da forma-valor, ele se vê diante da necessidade de provar a organicidade, tanto das relações sociais, quanto do arcabouço categorial no qual tais relações se expressam. E, se essas relações e categorias formam um todo orgânico, então devemos nos perguntar: por onde exatamente começar? *Como, apesar do caráter necessariamente linear da exposição textual, apresentar conceitualmente um objeto não-linear?*

À resolução de tal problema servirá aquilo que ficou conhecido como *método da ascensão do*

²⁰⁵ “Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias multilateralmente [allseitig] expõem [darstellen] nela seus valores, mas, inversamente, parecem todas expor seus valores nela *porque* ela é dinheiro. *O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio.*” (K, I, 107; C, I, 1, 216). Assim, “no dinheiro como resultado acabado [fertig], não é mais visível que ele é mero resultado das ações (determinadas através das leis do mundo das mercadorias) dos proprietários de mercadoria. Ao contrário, ele defronta o proprietário de mercadorias como pressuposto de seu agir.” Heirich, op. cit., p. 232.

²⁰⁶ Marx, Teorias do mais valor, vol. III. (MEW 26.1), p. 134.

²⁰⁷ Backhaus mostra, através do exame de algumas das mais importantes teorias econômicas do século passado, como a economia burguesa, por se recusar a reconhecer o caráter paradoxal do próprio mundo do capital, acaba por entrar sempre em contradição consigo mesma (cf. op. cit.). De fato, na medida em que, no procedimento científico do economista político, “o material é apreendido exteriormente” (Horkheimer, op. cit., p. 9), o problema das formas de objetividade nas quais a materialidade assume validade dentro da economia capitalista está excluído de antemão: as propriedades que advêm da rede de relações sociais aparecem-lhe como propriedades da própria coisa. A própria consciência se encontra então *coisificada*. Cf. Lukács, op. cit., capítulo V, primeira seção: “O fenômeno da coisificação”.

²⁰⁸ “Aqui torna-se particularmente evidente a ruptura com o campo teórico [theoretischen Feld] da Economia Política. Os fenômenos econômicos não são mais fundamentados mediante referência aos interesses dos indivíduos que agem [handelnden], mediante uma determinada antropologia do *homo oeconomicus*. Ao invés disso, devem ser *reconstruídos* a partir do **conteúdo formal** das ações em geral (do qual os indivíduos normalmente não têm idéia) primeiramente o **caráter social** [Gesellschaftlichkeit] **específico** do trabalho, as relações de produção específicas, que servem de *base* às ações individuais. Somente então poderiam ser examinados os interesses e motivos dos atores econômicos.” Heinrich, op. cit., p. 208.

abstrato ao concreto: um método que não é propriamente histórico, mas sim “**lógico-sistemático**”²⁰⁹; pois pretende expor não o *movimento histórico do capital propriamente dito*, mas sim a auto-organização interna do capital enquanto sistema sócio-econômico histórico²¹⁰, o que é feito mediante a reconstituição conceitual da rede de relações sociais – e, simultaneamente, das formas de objetividade que lhes correspondem – através das quais a lei do valor se impõe sobre a vida das mulheres e dos homens que, através de suas ações imediatamente conscientes, inconscientemente produzem e reproduzem o mundo burguês.

A ascensão do abstrato ao concreto

Retomemos as conhecidas considerações marxianas sobre o método da Economia Política. Na *Introdução de 1857*, o Mouro escreve que:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, (...) *parece que o correto é começar pelo real [Real] e concreto, que é o pressuposto efetivo [wirkliche]*; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é o fundamento [Grundlage] e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação mais atenta, isso se mostra falso. *A população é uma abstração [Abstraktion], se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem.* (...) Assim, *se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo [Ganze], e através de uma determinação mais precisa chegaríamos analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [vorgestellte] passaríamos a abstratos [Abstrakta] cada vez mais tênues até atingirmos as determinações mais simples. Deste ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até chegarmos finalmente de volta à população; desta vez, porém, não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade [Totalität] de muitas determinações e relações.* (...) *O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso/múltiplo.*²¹¹ Por isso o concreto aparece no

²⁰⁹ Cf. Wolf, op. cit., p. 3.

²¹⁰ “Seria, pois, impraticável e errôneo [falsch] colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. *Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade (...) mas sim de sua organização no interior da moderna sociedade burguesa.*” (Grundrisse, 41; Introdução, 22).

²¹¹ “Como se sabe, concreto vem de *concrescere*; *concrescere* = crescer junto [zusammenwachsen]” Wolf, D. *Zur Methode des Aufstiegens vom Abstrakten zum Konkreten*, p. 3. Disponível em: http://www.dieterwolf.net/pdf/Methode_Aufsteigen_Abstrakte_Konkrete.pdf (acesso a 06/07/2011). A concretude de que fala Marx, portanto, não é a mera materialidade.

pensamento como processo da síntese [Zusammenfassung], como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro trajeto [Weg], a representação plena foi volatilizada em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no trajeto do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de apreender o real [Reale] como resultado do pensamento que se sintetiza a si mesmo, se aprofunda em si e se move por si, enquanto que o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, reproduzi-lo como concreto espiritual. (Grundrisse, 34-6).

Eis então que, ao menos no que se refere à Economia Política, o método “cientificamente correto” – o método que nos permite “reproduzir no pensamento” aquilo que a experiência imediata nos deixa apreender apenas de modo “caótico” – deve distinguir três tipos de concreto: em primeiro lugar, o real-concreto (*das Real*), i.e., o empírico, ponto de partida de toda intuição e toda representação e, como tal, pressuposto efetivo de todo o pensar científico; em segundo, o concreto representado, o concreto reproduzido pela consciência *imediata* através de categorias que a análise mais atenta revela serem ainda meras abstrações (pois indeterminadas)²¹²; e por fim, o concreto “como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida”, i.e., o concreto *real-efetivo, concebido/conceituado* (*begrifflich*) - um concreto que “[n]ão é mais individual [Einzelnes], mas sim um todo, uma totalidade; que não mais expressa momentos isolados apreendidos pelos sentidos [Sinnlichkeit], mas sim a conexão concebida e concebível/conceituável [*begrifflich*].²¹³

Deve-se portanto reconhecer, por um lado, que a sociedade burguesa moderna “permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro”, e que “o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, reproduzi-lo como concreto espiritual”; e por outro, que essa “apropriação do concreto” não pode se dar através do espelhamento imediato do concreto pela representação²¹⁴, mas apenas como síntese, como resultado de uma reconstrução a partir das categorias mais simples e gerais, nas quais se exprime o *abstrato real* [Abstrakta] a que chegamos pela *análise* do real-concreto, i.e., a unidade que está *efetivamente* contida na diversidade do real²¹⁵, e que deve ser distinguida da má abstração

²¹² Indeterminadas porque tomadas como coisas em si desprovidas de conexão com os demais elementos que se apresentam à percepção, o que elas efetivamente não são. Justamente por isso, sua análise invariavelmente nos remete a suas determinações reflexivas.

²¹³ Sgro', G. “Die dialektisch-materialistische Methode der Marxschen Kritik der politischen Ökonomie. Stichworte zu einer unendlichen Geschichte”. Em: Müller, S. Probleme der Dialektik heute. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009, págs. 211-27. O trecho citado se encontra na página 205.

²¹⁴ Com efeito, a exposição racional da Economia burguesa resulta da “elaboração [Verarbeitung] da intuição e da representação em conceitos” (Grundrisse, 36: Introdução, 17).

²¹⁵ Esse abstrato real, não há dúvidas, é o valor, ou melhor, o valor como “valor-capital em processo [prozessierende]”,

[Abstraktion] a que é conduzido o pensamento quando procura teorizar diretamente sobre essa diversidade imediata²¹⁶. O concreto a que assim somos levados “é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, resultado de um movimento do pensamento, de uma concepção da coisa através do trabalho do conceito – conceito que “expõe progressivamente, a partir das determinações mais simples e abstratas do conteúdo, suas determinações cada vez mais ricas, complexas e intensas, até o ponto de sua unidade, que não é uma unidade [estritamente – BH] formal, mas uma unidade sintética de múltiplas determinações.”²¹⁷

Assim, o método proposto deve ser constituído por dois momentos, dois trajetos distintos e complementares: no primeiro, a faculdade da abstração nos leva “do concreto representado” até “as determinações mais simples”²¹⁸; no segundo, faz-se a viagem de “modo inverso, até chegarmos finalmente” ao concreto, “desta vez, porém, não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. Nas palavras de Marx citadas acima: “no primeiro trajeto, a representação plena foi volatilizada em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no trajeto do pensamento”²¹⁹. São trajetos distintos, pois enquanto no primeiro deles se trata de pesquisar o material, no segundo trata-se de expô-lo, apresentá-lo da maneira adequada; e complementares, porque a exposição adequada, único modo de reproduzir racionalmente o concreto, tem sempre a pesquisa como seu pressuposto. Como formularia Marx cerca de uma década e meia depois de escrever a *Introdução*:

A pesquisa tem de captar detalhadamente o material, analisar as suas várias formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno [innres Band]. Só depois de concluído esse trabalho é que o movimento efetivo [wirkliche] pode ser adequadamente apresentado. Caso se

o qual consiste, nas palavras de Marx, na própria “abstração *in actu*” (K, II, 106-110). Notemos, de passagem, que o caráter *real* dessa abstração é tão forte que mesmo um teórico tão tributário de Kant quanto Simmel não pôde, em seu rigor lógico, deixar de reconhecê-lo. Cf. Reichelt, H. *Die Marxsche Kritik ökonomischer Kategorien. Überlegungen zum Problem der Geltung in der dialektischen Darstellungsmethode im „Kapital“*; e *Neue Marx-Lektüre...*, cap. 5. Cf. também Backhaus, op. cit., p. 117.

²¹⁶ Vimos no capítulo anterior como a Economia Política, em seu exame da moderna sociedade por ações, é inevitavelmente conduzida a esse tipo de abstração, justamente porque não problematiza a relação entre a relação social particular que se exprime nessa forma empresarial e a lei do valor enquanto tal – o abstrato real que se efetiva justamente pela articulação determinada das diversas relações sociais que constituem a economia burguesa.

²¹⁷ Müller, M. “Exposição e Método Dialético em ‘O Capital’”. Em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html> (06/07/2011)

²¹⁸ “Na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos” (K, I, 11-2; C, I, 1, 130).

²¹⁹ “O concreto é ponto de partida como objeto não-concebido [unbegriffener] da intuição e da representação [Vorstellung], para então se atingir, no curso da pesquisa como processo do desmembrar [Zergliedern] e do rastrear [Aufspüren] analíticos, todos os componentes pertencentes ao concreto (domínios e elementos). Daqui, com o conhecimento – obtido no curso do processo de pesquisa – de como eles [os componentes – BH] se inter-relacionam/concatenam [zusammenhängen], retorna-se ao concreto, *que como não-concebido fora ponto de partida da intuição e da representação e agora é o ponto final do conceber que condensa os resultados da pesquisa.*” Wolf, *Zur Methode...*, p. 4.

consiga isso e a vida do material se reflita [widerspiegelt] agora idealmente, então pode parecer que se trata de uma construção a priori (K, I, 27; C, I, 1, 140).

“O modo de exposição [*Darstellungsweise*]” deve então ser distinguido “do modo de pesquisa [*Forschungsweise*]”, mas apenas “*formalmente*” (K, I, 27; C, I, 1, 140) – pois, como veremos à frente, o modo de exposição mesmo será *condicionado* pelo objeto analisado.

Fonte: Sgro', 2009.

Os métodos da Economia burguesa

É importante notar que o método de ir do abstrato ao concreto é praticado por todos os cientistas e filósofos que Marx considera dignos dessas qualificações; eles admitem, consciente ou inconscientemente, que o concreto não pode ser apreendido apenas pela intuição (*Anschauung*) e pela representação, embora estas consistam momentos necessários do raciocínio científico²²⁰. Infelizmente, porém, este não parece ser o caso dos economistas. Pelo contrário: “que no aparecimento/fenômeno as coisas se apresentam frequentemente invertidas”, diz Marx, “é conhecido em quase todas as ciências, *exceto na Economia Política*” (K, I, 559; C, I, 1, 128).

Para compreender por que Marx afirma isso, basta ter em vista aquilo que ele chamou de

²²⁰ Cf. Wolf, op. cit., p. 5.

economia vulgar, uma expressão que serve à qualificação de todos aqueles economistas que se recusam a “pensar além” da “representação burguesa” (K, III, 826; C, III, 2, 272). A economia vulgar sistematiza e transforma em doutrina as concepções correntes dos agentes produtivos²²¹, as quais, apesar de serem imediatamente adequadas ao modo de proceder destes últimos, são unilaterais, e por isso constituem, como vimos, um fundamento insustentável para o raciocínio científico. Ela *parte* daquilo que Marx denominou *fórmula trinitária* (constituída pelas seguintes associações entre fator de produção e tipo de rendimento: relações capital – juro, terra – renda, trabalho – salário), desconsiderando que os elementos que a constituem formam composições *prima facie* impossíveis²²²; não contesta o *absurdo* da trindade, e por isso se vê obrigada a traçar uma relação incomensurável entre valor de uso (terra, meios de produção) e valor, isto é, a “deduzir” este daquele.

Daí, por exemplo, que embora parta da relação (claramente absurda) capital – juro, a economia vulgar se veja sempre obrigada a fugir do capital enquanto valor para o capital como coisa material (da mesma maneira como faz com a terra). Isso, decerto, a leva a outro absurdo; afinal, por que o produto dessa coisa material não apenas poderia, mas teria *necessariamente* que ser trocado por dinheiro? E por que uma coisa material deveria *gerar* dinheiro, isto é, um excedente na *forma* do lucro? Isso, diz Marx, a Economia vulgar é completamente incapaz de esclarecer.

Primeiro temos o valor de uso terra, que não tem nenhum valor, e o valor de troca renda: de tal modo que uma relação social, concebida como coisa, está posta em relação com a Natureza; portanto duas grandezas incomensuráveis, que precisam guardar entre si uma proporção. Depois capital – juros. Se o capital é compreendido como certa soma de valor, apresentada [dargestellte] autonomamente em dinheiro, então é *prima facie* sem sentido [Unsinn] que um valor deva ter mais valor do que ele tem [als er Wert ist]. *Exatamente na forma: capital – juros desaparece toda a mediação e o capital fica reduzido a sua fórmula mais genérica, mas, por isso mesmo, em si mesma inexplicável e absurda.* Exatamente por isso, o economista vulgar prefere a fórmula capital – juros à fórmula capital – lucro, com o que oculta a qualidade de ser um valor desigual consigo mesmo, pois aqui já se pode chegar mais perto da relação real do capital. Depois, de novo, com a intranquila sensação de que 4 não são 5 (...), ele foge do capital enquanto valor para a substância material do capital, para seu valor de uso enquanto condição de produção do trabalho: maquinaria, matéria-prima etc. Com isso consegue então novamente

²²¹ Ela é “o prolongamento teórico das representações que se originam da aparência da superfície capitalista” Reichelt, Neue..., p. 378.

²²² “Porque ele [o economista vulgar] a encontra expressa na *monetary expression* [em inglês no original – BH], ele não precisa 'conceber' [begreifen], *através do que [wodurch] essa expressão se torna possível (...) e o que ela de fato expressa*” Marx, K. *Theorien über den Mehrwert III*. MEW, vol. 26.3. Berlin: Dietz Verlag, 2000, p. 155.

que, em vez da incompreensível relação, segundo a qual $4 = 5$, acabe aparecendo uma relação completamente incomensurável entre, por um lado, um valor de uso, uma coisa, e, por outro, determinada relação social de produção, o mais-valor; exatamente como na propriedade fundiária. Assim que chega a esse incomensurável, tudo fica claro para o economista vulgar e ele não sente mais a necessidade de pensar além. Pois ele acabou chegando ao 'racional' da representação burguesa ['Rationale' der Bürgervorstellung]. (K, III, 825-6; C, III, 2, 271-2)

O que o economista vulgar faz, portanto, é tentar dar à consciência imediata (na maioria das vezes, efetiva no cotidiano burguês) dos agentes da produção a *forma* da ciência:

[É] natural que os agentes reais da produção se sintam completamente à vontade nessas formas estranhadas [entfremdeten] e irracionais [irrationelen] de capital – juro, terra – renda, trabalho – salário, pois elas são exatamente as configurações [Gestaltungen] da aparência [Schein] em que eles se movimentam e com as quais lidam a cada dia. Por isso é igualmente natural que a Economia vulgar, *que não é nada mais do que uma tradução didática, mais ou menos doutrinária, das concepções cotidianas dos agentes reais da produção, nas quais introduz certa ordem compreensível*, encontre, exatamente nessa trindade em que toda a *conexão interna* [innere Zusammenhang] está desfeita, a base natural e sublime, acima de toda e qualquer dúvida, de sua jactância superficial (K, III, 838-9; C, III, 2, 280)²²³.

Assim, a economia vulgar abdica do trabalho de análise que constitui o primeiro momento do “método cientificamente correto”, com o que ela pode apresentar as três partes do valor global periodicamente produzido como advindas de três fontes não apenas *diversas* (isto é: distintas e *independentes* umas das outras)²²⁴, mas também naturais:

Aparecem como frutos de uma árvore perene a serem anualmente consumidos, ou melhor, de três árvores; constituem as receitas anuais de três classes – do capitalista, do proprietário da terra e do trabalhador – rendimentos que o capitalista ativo distribui em geral como sugador imediato do mais-trabalho e empregador do trabalho. Ao capitalista aparece seu capital, ao proprietário da terra seu solo e ao trabalhador sua força de trabalho, ou melhor, seu próprio trabalho (já que ele só vende efetivamente a força de trabalho enquanto algo que se exterioriza [sich äußernde], e para ele, como se mostrou anteriormente, o preço da força de trabalho, na

²²³ E Marx completa: “Ao mesmo tempo, essa fórmula corresponde ao interesse da classe dominante, à medida que ela proclama e eleva a dogma a necessidade natural e a legitimação eterna de suas fontes de rendimentos” (K, III, 839; C, III, 2, 280).

²²⁴ É importante ter aqui em mente a distinção entre diversidade e oposição: “Hegel define a primeira [a diversidade - BH] como uma forma de diferença na qual os termos diversos são independentes e indiferentes uns dos outros – a diferença não é estabelecida por qualquer relação entre eles – enquanto na segunda [i.e., na oposição - BH] é a relação que constitui os termos opostos em sua diferença – cada um é o que o outro não é, e vice-versa” Grespan, *O negativo do Capital*, p. 66.

base do modo de produção capitalista, se apresenta necessariamente como preço do trabalho), enquanto *três fontes distintas de seus rendimentos específicos: o lucro, a renda fundiária e o salário* (K, III, 830; C, III, 2, 274).

Ora, o absurdo dessa concepção é patente; pois:

a distribuição pressupõe a existência dessa substância, ou seja, o valor global do produto anual, que nada é senão trabalho social objetivado. Todavia, não é nesta forma [in dieser Form] que a coisa [Sache] se apresenta para os agentes da produção, para os portadores das diferentes funções do processo de produção, mas, antes, numa forma invertida [verkehrten Form]. (...) Capital, propriedade fundiária e trabalho aparecem para aqueles agentes da produção como três fontes distintas e independentes, das quais se originam enquanto tais três componentes diferentes do valor anualmente produzido – e daí do produtor em que ele existe; ou seja, dos quais não só se originam as diferentes formas desse valor como rendimentos, que recaem nos fatores particulares do processo social de produção, senão esse mesmo valor e, com ele, a substância dessas formas de rendimento (K, III, 831; C, III, 2, 275).

Pode-se agora ver com clareza o que levou Marx a negar à maior parte da teoria econômica o caráter de *ciência*: por se recusar a investigar e se limitar a *espelhar* as representações que se apresentam no cotidiano do mundo burguês, por não “volatilizá-las” por meio da “faculdade de abstrair” - enfim, por simplesmente deixar de lado o problema da relação entre as formas imediatas do mundo burguês e a legalidade sobre a qual esse mundo repousa, a Economia vulgar abandona desde o início o método adequado àquilo que pode ser seriamente classificado como *raciocínio científico*. Em outras palavras: aquilo que Marx chama de Economia vulgar apenas reflete *imediatamente* as formas de aparecimento das relações sociais de produção, sem atentar para sua conexão interna, e é por isso que suas apreensões teóricas da realidade capitalista são inevitavelmente autocontraditórias e insuficientes do ponto de vista científico.²²⁵

²²⁵ “Na superfície do processo total (...) manifesta-se a relação da essência com o fenômeno na irracionalidade da forma mesma”. Reichelt, Zur..., pp. 90-1. “Essas expressões imaginárias nascem, entretanto, das próprias condições de produção. São categorias para as formas de aparecimento [Erscheinungsformen] de relações essenciais”(K, I, 559; C, I, 2, 128). Tais relações sociais históricas aparecem então *necessariamente* como seu contrário: como imanentes à produção enquanto tal, e isso se reflete na teoria. Assim, a teoria que parte *imediatamente* dessas categorias é necessariamente, inevitavelmente a-histórica. “Caso o teórico não consiga dissipar [aufzulösen] essa mistificação, então ele já está antecipadamente condenado a perceber o mundo burguês apenas sob uma forma, qual seja, a do objeto. (...) Que o modo de produção seja visto como natural e eterno, não é (...) uma assunção consciente do economista burguês, mas sim algo que deve ser remetido a essas formas de aparecimento/formas fenomenais”. Reichelt, op. cit., p. 92.

Como, contudo, dizer o mesmo da Economia clássica? Como dizer que ela não sabe que “as coisas frequentemente aparecem de modo invertido” se seu maior mérito foi justamente ter dissolvido essa aparência de autonomia dos diferentes elementos da riqueza social²²⁶, ter considerado “corretamente o valor e a relação do lucro, do salário, etc. como parte desse valor”²²⁷? Para compreender isso, será útil recorrer à importante passagem das *Theorien über den Mehrwert* cujo início acabamos de citar. Marx escreve ali que Ricardo²²⁸

abstrai com consciência da forma da concorrência, da aparência da concorrência, com o intuito de considerar a lei enquanto tal. Por um lado deve-se lhe censurar o fato de que ele não vai longe o suficiente na abstração, não está de todo na abstração – assim, por exemplo, quando ele considera o valor da mercadoria, mas já se deixa determinar pela consideração de todo tipo de relações concretas –; por outro lado, que ele considera então a forma de aparecimento imediatamente, diretamente como comprovação ou apresentação da lei geral, de modo algum a desenvolve. No que diz respeito ao primeiro [ponto] é sua abstração muito incompleta, no que diz respeito ao segundo é ela abstração formal, a qual é, em si e para si, falsa²²⁹.

Assim, se Ricardo de fato “abstrai da forma da concorrência”, ele “não vai longe o suficiente nessa abstração”. Consequentemente, apesar de chegar ao trabalho como substância do valor, ele é incapaz de ver que apenas em uma dada forma de sociedade o trabalho põe valor²³⁰, isto é, que

²²⁶ “O maior mérito da Economia clássica consiste em ter dissolvido essa falsa aparência, esse engodo, essa autonomização e essa ossificação dos diferentes elementos sociais da riqueza entre si, essa personificação das coisas e a coisificação [Versachlichung] das relações de produção, essa religião da vida cotidiana, à medida que reduz o juro a uma parte do lucro e a renda ao excedente sobre o lucro médio, de tal modo que ambos coincidem no mais-valor; já que apresenta [darstellt] o processo de circulação como mera metamorfose das formas e, por fim, no processo imediato de produção, reduz o valor e o mais-valor da mercadoria ao trabalho” (K, III, 838; C, III, 2, 280).

²²⁷ *Theorien über den Mehrwert II*, MEW, vol. 26.2, Berlin: Dietz Verlag, p. 100. Cf. também Wolf, D. *Abstraktionen in der ökonomisch-gesellschaftlichen Wirklichkeit und in der diese Wirklichkeit darstellenden Kritik der politischen Ökonomie*, p. 5. Disponível em: <http://www.dieterwolf.net/pdf/Abstraktion.pdf> (acesso a 06/07/2011).

²²⁸ Cabe lembrar que Ricardo foi, para Marx, “o último grande economista político, que teve o mérito de enfrentar o problema da teoria do valor-trabalho e de corrigir alguns defeitos da teoria de Smith, ao mesmo tempo em que desenvolveu até certo ponto uma concepção crítica do capitalismo, presente em sua teoria do lucro e na da tendência à queda da taxa de lucro. Além disso, em Ricardo são claras as virtudes de toda a economia inglesa, mas também seus defeitos metodológicos, alvo de observações importantes para se entender o método do próprio Marx. Daí que este último considere a sua crítica a Ricardo como ao que havia de melhor na tradição clássica, de modo que ela pode ser vista enquanto síntese do conjunto da sua crítica à Economia Política”. Grespan, J. *A crise na Crítica a Economia Política*. Publicado originariamente em: *Crítica Marxista* (Roma), São Paulo, v. 10, p. 94-110, 2000. A versão aqui utilizada foi obtida em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/03gresp.pdf>. Cf. também a a seção dos Grundrisse intitulada “Bastiat e Carey”.

²²⁹ Marx, K. *Theorien über den Mehrwert II*, p. 100, nota de rodapé.

²³⁰ “Ricardo (...) apreende a produção como imediatamente idêntica à autovalorização do capital” (Grundrisse, 324). Contra tal concepção, reveladora da unilateralidade dos economistas, Marx escreve que “O trabalho que põe [setzende] valor de troca é uma forma especificamente social de trabalho” *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, MEW, vol. 13, Berlin: Dietz Verlag, 1971, p. 24.. “Labor does not, in itself, give value to the product, but only that labor which is organized in a determined social form (in the form of a commodity economy). If producers are related to each other as formally independent organizers of economic activity and as autonomous commodity producers, then the values of their labor confront each other on the market as 'values'. (...) The value of things expresses a determined type of production relations among people” Rubin, I. *Essays on Marx's theory of value*,

apenas na sociedade em que se produz predominantemente para a troca o valor aparece como “forma imediatamente social” (K, I, 91; C, I, 1, 203) dos produtos do trabalho; apesar de chegar à mercadoria, ele ainda a compreende como *forma natural, modo natural de existência* do produto do trabalho²³¹ – e o produto do trabalho, portanto, como algo que naturalmente porta valor. Embora se encontre muito à frente dos economistas vulgares e desfaça o absurdo da fórmula trinitária ao reduzir todos os tipos de rendimento à mesma substância, e apesar de ter analisado, “ainda que incompletamente, valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas”, a Economia clássica “nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por quê, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto de trabalho” (K, I, 94; C, I, 1, 205)²³². Como escreveu Marx em um dos trechos mais conhecidos de *O Capital*:

É uma das falhas básicas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especialmente, do valor das mercadorias, *a forma-valor, que justamente o torna valor de troca*. Precisamente, seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam a forma-valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria (K, I, 95; C, I, 1, 205-6).

Ou, como ele afirma nas *Theorien*:

Delhi: Aakar Books, 2008, p. 68..

²³¹ “Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais” (Grundrisse, 20; Introdução, 4). Assim, “apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias” (K, I, 57; C, I, 1, 171).

²³² “Havíamos visto, além disso: o capital – e o capitalista é apenas o capital personificado, funcionando no processo de produção apenas como portador [Träger] do capital –, portanto o capital, no processo de produção social a ele correspondente, extrai determinado quantum de mais-trabalho que aquele recebe sem equivalente (...) *Esse mais-trabalho se apresenta num mais-valor e esse mais-valor existe [existiert] num mais-produto*. De modo geral, sempre precisa haver mais-trabalho enquanto trabalho que vá além da medida das necessidades dadas. Só que, no sistema capitalista, assim como no sistema escravista etc., ele assume uma forma antagônica e é complementado por puro ócio de uma parte da sociedade. Determinado quantum de mais-trabalho é requerido [erheischt] mediante o seguro contra acasos, mediante a necessária e progressiva expansão do processo de reprodução, correspondendo às necessidades e ao progresso da população, *o que, do ponto de vista capitalista, se chama acumulação*” (K, III, 827; C, III, 2, 273). Assim, para Economia Política, *todo* mais-trabalho se apresenta num mais-valor; e ela é incapaz de compreender o valor como forma historicamente determinada porque considera o valor como uma *propriedade da coisa*, e não como *forma social*. (Cf. Rubin, op. cit., p. 69). E é justamente por não entender que “*as categorias exprimem formas de ser-aí, determinações da existência*” (Grundrisse, 40), que Ricardo não consegue, por exemplo, lidar com o problema da taxa de lucro de dois capitais de mesma magnitude com rotação diferente; é por achar que o valor é posto pelo trabalho *enquanto tal* que ele não consegue passar do valor ao preço de produção – em que a remuneração de um capital é função de sua participação no processo de reprodução como um todo, e portanto já não é mais função de uma atividade isolada, mas também de sua relação com os demais capitais. Pois a compreensão do valor enquanto propriedade da própria coisa impede a percepção de que “na sociedade capitalista, esse mais-valor ou esse mais-produto se distribui – caso abstraíamos das flutuações ocasionais da distribuição e consideremos sua lei reguladora, seus limites normativos [normierenden] – entre os capitalistas como dividendos em relação à cota do capital social que pertence a cada um”, e de que “nessa figura [Gestalt], o mais-valor aparece como lucro médio que recai no capital” (K, III, 828; C, III, 2, 273).

Ricardo (...) não investiga de modo algum o valor segundo sua forma - *a forma determinada que o trabalho assume como substância do valor* - mas apenas as magnitudes de valores, as quantidades desse trabalho [que é] universalmente abstrato e social *graças a essa forma*, que produz a diferença nas quantidades de valor das mercadorias.²³³

Assim, o trabalho de abstração da Economia clássica é incompleto porque, ao chegar à categoria mais geral da economia capitalista, ela se mostra incapaz de reconhecê-la como a expressão de uma *forma social* (e portanto *histórica*), uma forma determinada assumida pelo produto da atividade humana quando este se socializa através de uma relação (histórica) de troca²³⁴. Evidencia-se assim um defeito característico de toda a Economia Política: ela não consegue compreender as formas de sociabilidade *imanescentes* ao modo de produção capitalista *como formas sociais*²³⁵, o que a condena a assumir *aprioristicamente* a validade das categorias que, na verdade, exprimem apenas as relações sociais específicas deste modo de organização da produção social. Assim, dirá Marx:

mesmo seus melhores porta-vozes, como não poderia ser diferente do ponto de vista burguês, permanecem mais ou menos presos ao mundo da aparência [Schein] que sua crítica extingue; por isso, todos eles recaem, em maior ou menor grau, em formulações inconsequentes, semiverdades e contradições não-solucionadas (K, III, 838; C, III, 2, 280)²³⁶.

²³³ *Theorien... II*, p. 163.

²³⁴ “A razão disso [i.e., dessa incapacidade – BH]”, não custa lembrar, “não é apenas que a análise da grandeza de valor absorve totalmente sua atenção. É mais profunda. A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se no entanto for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto, da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc.” (K, I, 93; C, I, 1, 205-6, nota). Cf.” Wolf, *Zur Methode...*, p. 7.

²³⁵ Uma consequência necessária da eliminação da análise da forma-valor, do valor como *qualidade*, é a completa incapacidade do estudioso de saber exatamente do que é que se fala. Isso fica especialmente claro nas análises mais complexas, em que o economista considera imediatamente como capital aquilo que o proprietário considera como tal – o que impede, por exemplo, a mais elementar compreensão do que é capital fictício. Assim, o economista considera imediatamente a ação de uma empresa como capital, e admite seu preço como o valor do capital; em outras palavras: ele não sabe exatamente *o que mede*. (Aqui cabe perfeitamente a censura levantada por Hegel contra a pretensão de independência da Matemática.) Como escreve Backhaus: “Joan Robinson desvela a situação paradoxal da economia moderna, a qual, por um lado, desenvolveu complicados métodos matemáticos, para calcular os movimentos dos preços e do dinheiro, e por outro, desaprendeu [verlernt hat] – o que quer que isso queira dizer – o que constitui o objeto desses cálculos. Caso no entanto se permaneça no modo de pensamento de Joan Robinson, então a pergunta replicada por ela à economia moderna – ‘*Quantidade do que?*’ - só pode ser caracterizada, de sua própria posição [isto é, a de Robinson – BH], como ‘metafísica’; pois é precisamente essa problematização o que, como questionamento [Frage nach] da gênese das ‘propriedades sobrenaturais’ do valor ou – o que dá na mesma – como questionamento da ‘substância’ do valor, constitui o objeto das reflexões de Marx. A maneira positivista de eliminar problemas qualitativos (...) corresponde àquele notório formalismo assim censurado por Joan Robinson: ‘Os expoentes modernos da economia neoclássica fogem para manipulações matemáticas sempre mais complicadas e se irritam cada vez mais com perguntas relativas a seu suposto conteúdo.’” Backhaus, *Zur dialektik der Wertform*. Disponível em: http://www.ca-ira.net/verlag/leseproben/backhaus-dialektik.wertform_lp.html (acesso a 06/07/2011).

²³⁶ “As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se

“Como”, porém, “esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política” (K, I, 56; C, I, 1, 171), Marx se vê obrigado, antes de iniciar o trabalho de apresentação do material pesquisado, ou seja, antes de iniciar o segundo momento do “método cientificamente correto” – tarefa da qual Marx se ocupará na maior parte de *O Capital* –, a dedicar as duas primeiras seções do capítulo I de sua principal obra à conclusão crítica do trabalho de *análise* que a Economia clássica deixara incompleto²³⁷, e mostrar que a mercadoria não é valor de uso e valor de troca, mas valor de uso e valor – e que “o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso” (K, I, 56; C, I, 1, 171).

Mas voltemos ao trecho das *Theorien* que abriu a presente seção. Ali, não é apenas por não completar o trabalho de análise que Ricardo é criticado: Marx também o censura por considerar “a forma de aparecimento imediatamente, diretamente como comprovação ou apresentação da lei geral”, ou seja, por não “*desenvolver*” essa “forma de aparecimento” a partir daquela “lei”. Como se lê em outro trecho das *Theorien*:

[E]m Ricardo, a unilateralidade vem dele querer em geral demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas não contradizem a lei do valor, em vez de, ao contrário, *desenvolvê-las* junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento deste fundamento mesmo.²³⁸

Ricardo erra então ao aceitar as “diversas categorias ou relações econômicas” tais como elas se apresentam na empiria como aptas à constituição científica do objeto, ou seja, ao pressupô-las como dadas, ao invés de *desenvolvê-las* a partir de seu fundamento social: a lei do valor²³⁹. Afinal, como afirma Reichelt:

esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto [Objekt] – a natureza – são os mesmos. *Este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no tempo*” (Grundrisse, 21-2; Introdução, 5). Por isso, mesmo Ricardo, o maior representante da Economia burguesa, “toma (...) conscientemente a oposição dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, como ponto de partida de suas pesquisas, em que ele considera essa oposição ingenuamente como lei natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia havia, porém, chegado aos seus limites intransponíveis” (K, I, 20; C, I, 1, 135). O limite absoluto da Economia burguesa encontra-se então no reconhecimento do antagonismo como lei natural. É justamente essa limitação o que impede Ricardo de reconhecer o valor enquanto forma social que assume necessariamente o produto do trabalho quando este não se socializa diretamente *enquanto valor de uso*, mas apenas através da troca – isto é, como coisa de valor.

²³⁷ “Nossa investigação começa (...) com a *análise* da mercadoria” (K, I, 49; C, I, 1, 165). Cf. também Rubin, op. cit., p. 73.

²³⁸ *Theorien... II*, p. 146.

²³⁹ “[E]le incorpora as categorias [diretamente – BH] da empiria, pressupõe-as como dadas (*ao invés de primeiro desenvolvê-las*).” Reichelt, Zur..., p. 127.

As categorias não devem ser apreendidas de modo exterior e absolutizadas como naturais; trata-se pelo contrário de desenvolvê-las geneticamente, como formas historicamente devidas, as quais, enquanto socialmente condicionadas, podem também novamente desaparecer com a sociedade da qual nasceram.²⁴⁰

Ora, se, como afirma Reichelt, “*um método que apreende as categorias de modo exterior [äußerlich] deve necessariamente conduzir a um modo falso de exposição [falschen Darstellungsart] do processo total*”²⁴¹, então Ricardo deve inevitavelmente complementar a insuficiência de sua análise com uma exposição também equivocada do material analisado, uma apresentação que ignore completamente o fato de que as “categorias e relações econômicas” mais concretas só adquirem sua validade científica quando são *desenvolvidas* conceitualmente, e não apanhadas diretamente da empiria.

A apresentação/exposição [Darstellung] dialética

Vimos acima que o “modo de apresentação” pode ser distinguido do “modo de pesquisa” apenas “*formalmente*”. Tudo leva a crer então que as duas falhas metodológicas de Ricardo – a insuficiência de seu trabalho de abstração (análise) e o não-desenvolvimento das categorias *a partir* de seu “fundamento contraditório” (síntese) – estão intimamente relacionados, com o que se poderia afirmar que a apresentação equivocada das categorias por parte de Ricardo decorre necessariamente do fato de que ele não as compreende como a expressão das relações de produção capitalista, ou seja, como formas *autonomizadas do valor*²⁴². Com efeito, por compreender equivocadamente a Economia Política como uma ciência da relação das pessoas com as coisas, e não da relação das pessoas com as pessoas no processo de reprodução material da sociedade²⁴³, Ricardo, como vimos, não consegue apreender a mercadoria como forma historicamente determinada do produto do trabalho, ou o valor como a forma sob a qual tal trabalho necessariamente se socializa num modo de produção em que seu produto não é socializado imediatamente enquanto coisa útil²⁴⁴. Consequentemente, ele se mostra absolutamente incapaz de perceber a reprodução da sociedade

²⁴⁰ Reichelt, Neue..., p. 426.

²⁴¹ Reichelt, Zur..., p. 127.

²⁴² Cf. Reichelt, Zur..., p. 128.

²⁴³ Cf. Rubin, op. cit., pp. 2-3. Como escreveu Marx, “não se trata aqui de definições sob as quais as coisas são subsumidas. Trata-se de funções determinadas que são expressas por categorias determinadas.” (K, II, 228; C, II, 168)

²⁴⁴ “Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se [betätigt] apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que as coisas úteis sejam produzidas para a troca, para que o caráter de valor da coisa já seja tomado autonomamente em consideração na produção.” (K, I, 87; C, I, 1, 199)

produtora de mercadorias *como problema*.

A *Crítica à Economia Política*, ao contrário, sabe que as categorias são as “forma[s] estranhada[s] [entfremdet] de aparecimento das relações econômicas” (K, III, 825; C, III, 2, 271) de uma sociedade historicamente determinada. Consegue, assim, livrar-se da assunção da validade *a priori* dessas categorias, o que lhe permite admitir que a reprodução material da sociedade em que tais categorias adquirem validade nada tem de natural ou trivial. Daí que o movimento lógico-conceitual empreendido por Marx possa partir da constatação (analítica) de que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista” – um modo de produção que efetivamente existe e, portanto, *se reproduz* – tem a mercadoria individual “como sua forma elementar” (K, I, 49; C, I, 1, 165)²⁴⁵ e mostrar, a partir daí, *como é possível que isso ocorra* ²⁴⁶ – para o que terá que *derivar* as relações sociais, e concomitantemente as formas de objetividade necessárias à reprodução de uma economia assim organizada. Marx pode pois censurar a Economia Política por pressupor aquilo que deveria desenvolver²⁴⁷: as formas sociais sem as quais a reprodução do modo de produção capitalista seria impossível.

Caberá então à Crítica da Economia Política problematizar pela primeira vez a reprodução material de uma sociedade em que “the private labor of separate individuals does not acquire the character of social labor in the concrete form in which it was expended in the process of production, but through exchange which represents an abstraction from the concrete properties of individual things and individual forms of labor”²⁴⁸, isto é, uma sociedade cuja reprodução material – a produção e a distribuição dos *valores de uso* de que necessita – se fundamenta na *lei do valor*²⁴⁹, e que por conseguinte deverá saciar suas necessidades materiais *apesar* de nela não se produzir para o consumo imediato, mas sim para a troca. Ora, para que uma tal sociedade possa se *reproduzir*, a contradição contida na mercadoria terá que ser ao mesmo tempo superada e conservada: superada, pois numa economia capitalista o valor de uso só se realiza quando se realiza o valor, e vice-versa²⁵⁰; conservada, porque uma sociedade em que tal contradição seja abolida não será uma sociedade capitalista. Assim, o *desenvolvimento* de que falava Marx consistirá numa apresentação/exposição cujo conteúdo será a derivação das formas sociais através das quais a lei do

²⁴⁵ “Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma-mercadoria do produto do trabalho ou a forma-valor da mercadoria” (K, I, 12; C, I, 1, 130).

²⁴⁶ “Marx coloca (...) a questão mais fundamental: de que modo é estabelecida uma concatenação social coerente numa sociedade de produtores *privados*.” Heinrich, op. cit., p. 208.

²⁴⁷ Na crítica a Bastiat, Marx escreve: “ele pressupõe [unterstellt] aquilo que deveria demonstrar [beweisen]” (Grundrisse, 649). Também nos Grundrisse, lê-se que a “livre concorrência (...) *jamais foi desenvolvida* pelos economistas, por mais que estes tagarelem sobre ela e por mais que ela seja a base de toda a produção burguesa, produção que repousa sobre o capital.” (Grundrisse, 327).

²⁴⁸ Rubin, op. cit., p. 70.

²⁴⁹ Como escreveu Backhaus: “O próprio sentido da crítica das categorias econômicas consiste em revelar as *condições econômicas que tornam a existência da forma-valor necessária*.” Backhaus, op. cit.

²⁵⁰ Sobre isso, cf., por exemplo, Reichelt, Zur..., p. 163.

valor poderá se realizar²⁵¹, isto é, das relações sociais específicas através das quais a oposição entre valor de uso e valor poderá *se mover*: resolver-se e desdobrar-se. Trata-se então de um modo de exposição cujo motor é a contradição: um modo de exposição *dialético*²⁵². Como escreve Wolf:

O caráter dialético da exposição desvela-se então fundamental e completamente apenas se é mostrado de modo firme e substancial [inhaltlich verbindlich], para os processos econômico-sociais expostos/apresentados e a cada nível de abstração, de que modo é neles tanto posta quanto resolvida a contradição das mercadorias entre o valor de uso e o valor, entre o caráter material e o caráter social do trabalho. Da forma-valor simples na relação de duas mercadorias entre si, passando pela circulação de mercadoria caracterizada pela relação [Beziehung] entre a mercadoria precificada [preisbestimmte] e o dinheiro, até todas as formas que o capital assume através de seus diferentes circuitos em seu 'processo vital' determinado, trata-se de formas do valor que consistem em formas de movimento nas quais a contradição entre o valor de uso e o valor da mercadoria não apenas é resolvida, mas ao mesmo tempo se conserva. Com base no [caráter – BH] social-geral do trabalho que se exprime no valor e no seu lado material dado com o valor de uso, pode-se dizer sobre o significado da contradição entre o valor de uso e o valor da mercadoria o mesmo que sobre o duplo caráter do trabalho primeiramente descoberto por Marx. Ela é o 'ponto de partida' [Springpunkt] da Crítica à Economia Política'.²⁵³

O movimento de exposição se fundamenta então no fato de que, numa sociedade de produtores privados, o trabalho não é diretamente social em função de seu caráter *útil*²⁵⁴, e portanto o produto não é diretamente social *enquanto valor de uso*; e a exposição mesma *será dialética* porque realizará o processo conceitual de desenvolvimento das contradições do valor a partir dessa

²⁵¹ “A exposição marxiana das categorias contém portanto (...) a derivação [Ableitung] daquelas formas, através das quais [durch die hindurch] a lei do valor pode, em geral [überhaupt], se realizar.” Reichelt, Zur..., p. 178. Justamente por isso, é impossível definir sinteticamente a lei do valor e seu modo de efetivação (verwirklichung); pois (como já foi visto no capítulo I) “A definição da lei do valor e a exposição de seu modo de operação [Wirkungsweise] não pode, portanto, para Marx, ser algo diferente do desenvolvimento das categorias mesmas, que por seu lado deve reabrir [wieder eröffnen] o acesso à análise do 'movimento real-efetivo da concorrência', cuja exposição porém se encontra fora dos 'planos' de Marx.” (Falaremos à frente sobre o modo como a exposição conceitual do capital “abre o caminho para a análise de seu movimento real”). Reichelt, op. cit., pp. 173-4. A apresentação dialética das categorias seria então a única maneira de fugir da aparência da concorrência que, como vimos, aprisiona toda a Economia Política; seria também, portanto, o modo de mostrar que o valor não pode ter outra fonte que não o trabalho.

²⁵² Hegel, como se sabe, dizia que a contradição era a fonte de toda a dialética. Cf. Grespan, *A dialética do avesso*, p. 32.

²⁵³ Wolf, D. *Abstraktionen in der ökonomisch-gesellschaftlichen Wirklichkeit und in der diese Wirklichkeit darstellenden Kritik der politischen Ökonomie*, Disponível em: <http://www.dieterwolf.net/pdf/Abstraktion.pdf> (acesso a 06/07/2011), p. 8.

²⁵⁴ Nos demais modos de produção de que se teve notícia, ao contrário, “o trabalho [é] diretamente socializado”, de modo que “a forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui sua forma diretamente social” (K, I, 91-2; C, I, 1, 203).

contradição fundamental²⁵⁵. Assim, “a mercadoria é uma contradição imediata”, e “essa contradição precisa se desenvolver”²⁵⁶ - desenvolvimento que, como se sabe, levará em sua primeira etapa à gênese lógica da forma-dinheiro, que “produz uma *duplicação* da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma oposição externa, na qual ela [a mercadoria - BH] *apresenta* sua oposição imanente entre valor de uso e valor” (K, I, 119; C, I, 1, 228). A forma-dinheiro, contudo, “*não suprime/supera [aufhebt] essas contradições*”, mas apenas “*gera a forma dentro da qual elas podem mover-se*” (K, I, 118; C, I, 1, 227)²⁵⁷ - e isso significa que, com o dinheiro (o dinheiro não em sua figura empírica imediata, mas enquanto forma-valor: enquanto *concebido*), tem-se uma forma em que a oposição constitutiva da mercadoria pode ser ao mesmo tempo *resolvida* e *desdobrada*, mas não *abolida*.

Se não abole a contradição, o dinheiro todavia a repõe num nível mais concreto, isto é, num nível da exposição que reúne em si mais *determinações* do que aquele do qual o movimento partira. E se é assim, então o movimento dialético de exposição tem um sentido exato: parte da forma “mais geral e abstrata” em direção às “mais complexas e concretas”. O movimento que efetua a resolução e a reposição da contradição dialética entre valor de uso e valor na mercadoria delinea então, na Crítica da Economia Política, o trajeto que constitui o segundo momento do método “cientificamente correto”: aquele que “se eleva do abstrato ao concreto”, que constitui “*a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, reproduzi-lo como concreto espiritual*”. Assim, a exposição categorial deve “reconstituir a articulação entre os vários aspectos deste conceito como um desdobramento de etapas ou momentos – as ‘determinidades formais econômicas’ –, desdobramento através do qual a definição de ‘capital’ se enriquece progressivamente até alcançar seu conteúdo mais complexo, mais ‘concreto’, num movimento que tem como finalidade apreender a relação entre o ‘nexo interno’ do objeto e suas formas externas de

²⁵⁵ “Dialética significa *n’O Capital* primeiramente e, também, predominantemente, o ‘método/modo de exposição’ crítica das categorias da economia política, o método de ‘desenvolvimento do conceito de capital’ a partir do valor, presente na mercadoria, *enquanto ela é a categoria elementar da produção capitalista que contém o “germe” das categorias mais complexas*. O conceito fundamental, aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de ‘exposição’, ‘método de exposição’, que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico (...) A dialética enquanto método caracteriza um procedimento que pretende expor construtivamente o “desenvolvimento conceitual do capital” (Grundrisse, 405) (...) *a partir de sua ‘forma elementar’* (K, I, 49), *a mercadoria (enquanto objeto imediato da circulação e forma econômica dos produtos do trabalho humano)*, e das determinações progressivas das formas de manifestação do valor, presente na mercadoria: forma-valor simples, forma-valor total, forma-valor universal, dinheiro em suas determinações fundamentais. *Ela reproduz, assim, idealmente, o movimento sistemático (lógico) através do qual o capital se constitui naquilo que é, autovalorização do valor.*” Müller, op. cit.

²⁵⁶ Marx, K. *Das Kapital*, primeira edição. Disponível em: http://dumauvaiscote.pagesperso-orange.fr/Das%20Kapital_Kap1_1867.htm (05/05/2013).

²⁵⁷ “Esse é, em geral, o método com o qual contradições reais-efetivas [wirkliche] se resolvem. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve”. (K, I, 118; C, I, 1, 227)

manifestação como uma dedução de categorias”²⁵⁸.

Um tal desenvolvimento expositivo, é evidente, pode ser encerrado apenas quando se chega novamente às formas mais concretas da superfície da economia burguesa, quando se as apreende como momento do desenvolvimento do capital, *modo de realização da lei do valor* – quando, finalmente, se realiza completamente a reconstrução conceitual da “sociedade burguesa organizada através da relação-capital desenvolvida”²⁵⁹, de modo que tal sociedade não mais se apresente como a “representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. Não é à toa, portanto, que no último tomo de *O Capital* se trate:

de encontrar e expor as formas concretas que surgem [hervorwachsen] do processo de movimento do capital, considerado como um todo. Em seu movimento efetivo [wirklich], os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparecem como momento particular [besondere]. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas aparecem [auftreten] na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção. (K, III, 33; C, III, 1, 23)

Por um capital efetivamente historicizado

Vimos que a exposição conceitual empreendida por Marx compreende, a um só tempo, a gênese da consciência burguesa *a partir da totalidade das relações sociais burguesas*, e a gênese desta totalidade a partir daquela forma de consciência. Ainda mais: vimos que a aceitação acrítica da dualidade sujeito/objeto se replica, na consciência burguesa, numa *absolutização* da lei do valor. A superação teórico-conceitual dessa dualidade nos revelou a efetividade, a necessidade da oposição *real*, ali onde a forma mais geral da sociabilidade é dada pela relação de troca, e onde portanto a totalidade das relações sociais e de suas formas características de consciência aparece ao sujeito como algo que lhe é exterior. Justamente porque os dois pólos (sujeito/objeto) se encontram efetivamente cindidos na realidade fenomênica, aquelas relações aparecem para o sujeito como um dado, algo exterior a sua existência, e não um produto de seu agir; e, pela mesma razão, na medida em que seu agir necessariamente pressupõe tais relações, o sujeito, ali mesmo onde parece agir

²⁵⁸ Grespan, *O Negativo do capital*, p. 40.

²⁵⁹ Wolf, *Abstraktionen...*, p. 4.

exclusivamente de modo voluntário e consciente (na relação de compra e venda, que não se realiza sem um ato de vontade), está com efeito sujeito, restrito às normas de racionalidade que lhe são impostas por tais relações, as quais determinam as próprias categorias com as quais o sujeito representa e orienta seu agir. Por isso, nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista, o sujeito age a um só tempo consciente e inconscientemente. E se é assim, então deve ter ficado evidente que, nas sociedades onde vigora esse modo de produção, a realidade empírica, a vida diária mesma, será regida pela lei do valor, *embora isso não fique imediatamente evidente*.²⁶⁰ Pois o périplo conceitual empreendido pela Crítica da Economia Política, na mesma medida em que suprime conceitualmente a dualidade sujeito/objeto – evidenciando, com isso, a falsidade do caráter absoluto do capital –, assevera também sua efetividade, isto é, a realidade efetiva dessa dualidade no dia-a-dia do mundo burguês, e portanto também a verdade de que *o capital, embora absoluto não seja, como o Absoluto aparece*.

Notemos ainda que, ao pressupor a validade absoluta da dualidade característica do modo de produção capitalista, a Economia Política pressupõe também a unidade contraditória que a fundamenta, assumindo-a como natural. Justamente por isso, a unidade problemática entre valor de uso e valor não é por ela percebida como um problema, e o economista se vê de antemão desobrigado de cumprir aquilo que, para Marx, constituía precisamente a tarefa de uma teoria do valor: “*desenvolver como a lei do valor se impõe*”²⁶¹. Assim, a forma social geral do modo de produção capitalista (o valor) é assumida pelo economista sempre como um pressuposto, o que o autoriza a representar a relação entre o valor e as demais formas sociais sem as quais ele não pode se impor como forma social geral – e portanto, também entre a relação de troca simples e as demais relações constitutivas do modo de produção capitalista²⁶² – na *forma da exterioridade*, i.e., a representar a *conexão interna* entre o valor e suas formas mais concretas como uma *conexão exterior* – algo evidenciado, por exemplo, por *todas* as teorias burguesas do dinheiro²⁶³.

Ora, aquele que pressupõe a dualidade característica da economia burguesa pressupõe também

²⁶⁰ “As pessoas renovam mediante seu próprio trabalho uma realidade que crescentemente [in steigendem Maß] as escraviza.” Horkheimer, op. cit., p. 25.

²⁶¹ Marx, carta a Kugelmann de 11 de julho de 1868. Disponível em: http://kulturkritik.net/systematik/philosophie/mew/pop_mew.php?bd=32&pg=552 (05/05/2013)

²⁶² Cf. K, III, 620.

²⁶³ Quanto a isso, cf. Paulani, *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. São Paulo: tese de doutorado, FEA-USP, 1992. Note-se que essa limitação fundamental não implica que a Economia Política seja incapaz de pensar de maneira razoavelmente adequada certos aspectos, certas esferas particulares do mundo do capital. Afinal, também a teoria que aceita acriticamente a totalidade social está de acordo com uma determinação dessa totalidade. Daí que ela não seja simplesmente errada: em sua unilateralidade, ela é capaz de representar adequadamente aspectos limitados da sociedade, i.e., momentos dessa sociedade em que a totalidade mesma, enquanto tal, não está em jogo. Por outro lado, não problematizando a totalidade, ela é incapaz de apreender racionalmente seu devir; é também, por conseguinte, incapaz de compreender os limites de suas teorizações parciais.

a lei fundamental sob a qual ela opera, e com isso aceita a reboque uma outra dualidade: aquela que opõe de maneira absoluta a lei do valor e a existência real-empírica do capitalismo. Afinal, quem assume aprioristicamente a validade de uma lei jamais se pergunta *sob que condições reais ela é válida*; não à toa, o economista não se constrange ao afirmar a necessidade absoluta do que ocorre na história do capitalismo, sem sequer indagar quais são os limites dentro dos quais as relações constitutivas do modo de produção capitalista podem se mover – ou, numa atitude simétrica (adotada, por exemplo, pelos teóricos da financeirização), ao atribuir todas as transformações históricas do modo de produção capitalistas a fenômenos mais ou menos casuais, e a fantasiar livremente sobre seu *dever-ser* antes mesmo de se deter sobre aquilo que ele *é*. Assim, no que se refere à Economia Política, “fatalismo e voluntarismo são, para um modo de consideração a-histórico, a-dialético, apenas opostos que se excluem mutuamente”²⁶⁴ – enquanto, para o modo de consideração que é sua *negação determinada*, fatalismo e voluntarismo, revelando-se um como a negação *abstrata* do outro, aparecem sempre como o que são: posturas co-pertencentes.

Percebe-se dessa maneira que, em função da aparência necessária de naturalidade do capital, e da falsidade dessa aparência, o sistema da economia burguesa só pode ser apresentado de modo racional se o for criticamente, ou seja, se sua exposição conceitual for também a exposição de seus pressupostos, a revelação da unilateralidade de suas determinações, e portanto também a demonstração de seus *limites* – em suma, a explicitação das condições dentro das quais a economia continua a operar de acordo com a lei do valor. *Uma vez que o objeto mesmo não é absoluto, mas aparenta sê-lo, ele só pode ser apresentado racionalmente de modo crítico*. Eis então que a Crítica da Economia Política possui, simultaneamente, um caráter positivo e negativo: sua precisão científica repousa no reconhecimento da negatividade essencial do capital – reconhecimento que, por seu turno, constitui o primeiro passo para a superação *efetiva* do mundo encantado do capital.

De qualquer modo, deve-se ter em mente que a mera superação *conceitual* da dualidade sujeito/objeto não promove a reconciliação entre os dois polos, já que, com ela, não chegamos uma espécie de identidade, mas apenas ao reconhecimento da violência contida em toda *identificação forçada* do sujeito a uma objetividade social que ele criou, mas não consegue controlar²⁶⁵. É porque o fetiche não constitui uma mera loucura individual, porque ele possui *efetividade* nas sociedades produtoras de mercadorias – em suma: justamente porque, na superação teórica da dualidade sujeito/objeto, constatamos que um dos polos dessa relação reiteradamente, e de modo inconsciente, se adequa ao outro, *conformando-se e deixando-se deformar* – é isso o que nos autoriza a dizer que a realidade empírica funciona de acordo com a lei do valor, que ela tende a se reproduzir de acordo

²⁶⁴ Lukács, op. cit. p. 37.

²⁶⁵ Em *Zur Kritik...*, Marx fala da “equação objetiva entre os trabalhos desiguais que o processo social executa à força [gewaltsam]”. Op. cit., p. 45.

com aquela lei. *A lei do valor estará em vigor enquanto os indivíduos se conformarem a ela, e os indivíduos se conformarão a ela enquanto ela estiver em vigor*: ao evidenciar a verdade dessa proposição, a Crítica da Economia Política não faz senão convidar-nos a quebrar o encanto²⁶⁶.

O pressuposto da lei do valor, e os limites da exposição dialética

Dissemos na última seção que o desenvolvimento lógico-sistemático das formas sociais constituintes do modo de produção capitalista deveria revelar os pressupostos da lei sob a qual este opera. O leitor já terá notado, porém, que tal asserção recebeu então um caráter arbitrário, já que ali ela não foi *provada*. Na medida em que este ponto (como veremos à frente) é crucial para nossa pesquisa, a ele nos dedicaremos nesta seção.

Já vimos que, uma vez recompostas a dignidade do objeto e a da pesquisa que deve “rastrear seu nexos interno”, deve-se admitir que a dialética não possui o estatuto de um método válido em si e por si: a exposição só poderá assumir tal forma se assim o exigir o material resultante da pesquisa. Ora, se a forma da exposição é determinada por seu objeto, então os pressupostos sobre os quais este se apoia, *caso existam*, devem aparecer como limites ao próprio desenvolvimento do conceito; afinal, no(s) ponto(s) onde o valor deve se apoiar em algo que lhe é exterior, a sua exposição não mais poderá prosseguir de modo estritamente *dedutivo*. Mas tais pontos existem?

A julgarmos pelas palavras de Marx, a resposta a essa questão é inequívoca. É ele mesmo, afinal, quem afirma que “a *forma dialética de exposição é correta apenas quando conhece seus limites*”²⁶⁷. De fato, a exposição lógico-sistemática do valor só é plausível em função da existência de uma organização econômica particular, na qual o trabalho “põe valor” - algo que, como vimos, nada tem de *natural*; assim, a exposição conceitual propriamente dita *pressupõe*

o diagnóstico histórico de uma sociedade cujas relações sociais de produção estão dominadas por um universal que se auto-adjudica uma subjetividade pseudo-concreta às expensas da atividade concreta dos indivíduos reais: o capital enquanto valor que se autovaloriza, princípio determinante da reprodução material de uma sociedade que repõe todas as suas condições históricas e lógicas como momentos internos da sua reprodução.²⁶⁸

²⁶⁶ Isto é, a romper *praticamente* com este “mundo encantado, invertido [Umgekehrt] e posto de cabeça para baixo, onde Monsieur le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias [ihren Spuk trieben] como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, imediatamente como meras coisas [Dinge].” (K, III, 838; C, III, 2, 280)

²⁶⁷ Marx, *Urtext*. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1858/urtext/index.htm> (01/06/2013)

²⁶⁸ Müller, M., op. cit.

Ora, tais condições só são encontradas ali onde se generaliza a separação entre o produtor direto e as condições objetivas de realização de sua atividade, “separação (...) [que] consolida a dissolução dos laços orgânicos do indivíduo trabalhador com a comunidade na qual ele se inseria como proprietário e instaura a sua individualidade nua, despojada da propriedade” (Grundrisse, 375) - que autonomiza a função social diante do indivíduo que a cumpre, estabelecendo, *no real mesmo*, “o primado do universal na dialética do universal e do particular”²⁶⁹. A dupla constituição histórica do indivíduo burguês – livre da apropriação alheia e livre da propriedade –, ou seja, a emergência histórica do trabalhador assalariado, constitui então o *pressuposto histórico* e sistemático²⁷⁰ da autonomização dos meios de produção sob a forma do capital, autonomização cuja contrapartida é a redução progressiva do trabalho vivo e concreto a trabalho abstrato, “isto é, a trabalho considerado apenas enquanto dispêndio de uma atividade, medida quantitativamente pelo tempo cronológico, e que se tomou indiferente ao seu sujeito.”²⁷¹ Daí que a Crítica da Economia

²⁶⁹ Adorno, op. cit., p. 264.

²⁷⁰ Cf. a última seção do capítulo IV do primeiro tomo de *O Capital*.

²⁷¹ “Esta redução já está logicamente pré-definida na constituição do trabalho assalariado.” Müller, op. cit. Aproveitemos esta nota para tratar com algum detalhamento do problema da adequação da exposição dialética ao modo de produção capitalista. Na sociedade burguesa, como vimos, *as relações sociais se autonomizam frente aos indivíduos, ao mesmo tempo que, para a realização dessas mesmas relações, é indiferente o indivíduo ao qual determinada função recairá*. (Diferentemente do que ocorre, por exemplo, na relação de um rei absoluto com sua função, caso em que o corpo de determinado indivíduo é ele mesmo o material, a *encarnação* da legitimidade. Cf. Rancière, J. *Os Nomes da História: Um Ensaio de Poética do Saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994 e Rancière, J. *As Palavras da História*. In: *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.) O indivíduo pode ser então considerado apenas como uma instância de efetivação, como *suporte* das relações sociais autonomizadas. Como escreve Marx no prefácio à primeira edição de *O Capital*: “*aqui só se trata de pessoas à medida que [soweit] são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses*. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por *relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas*” (K, I, 16; C, I, 1, 131-2). Assim, Marx encontra, em *O Capital*, “o substrato material do sujeito unitário [einheitlich Subjekt] da filosofia burguesa da história”, já que ali ele decifra a própria individualidade desencadeada [entfesselte Individualität] do sujeito burguês como uma forma social, o que lhe permite mostrar também os *limites* dessa forma de subjetividade. “Que os indivíduos na modernidade [Neuzeit] sejam livres apenas no ‘pensamento’, na ‘representação’, enquanto na realidade efetiva sejam menos livres do que no mundo pré-burguês, porque estão mais subsumidos ao poder [Gewalt] das coisas [sachliche], dizem Marx e Engels já na Ideologia Alemã. Nos Grundrisse porém ele mostra como essa representação da liberdade vem à existência conjuntamente à crescente falta de liberdade [Unfreiheit], como o capital existente produz essa forma de liberdade mesma, através da qual [durch die hindurch] ele realiza [realisiert] sua legalidade [Gesetzmäßigkeit] imanente. ‘Não os indivíduos, mas sim o capital é liberado [frei gesetzt] na livre concorrência (...) Esse tipo de liberdade individual é portanto a mais completa suspensão [Aufhebung] de toda liberdade individual e a mais completa subjugação da individualidade, sob condições sociais que assumem a forma de poderes das coisas [sachliche] [Grundrisse, 554, nota]. *O indivíduo é livre, por conseguinte, apenas sob a forma do personagem [Charaktermaske], cuja ação já está pré-formada de antemão, [ou seja, – BH] cada ação já é uma ação geral [allgemeines Handeln], ainda que um geral na forma da unicidade [Einzelheit]*.” Reichelt, *Zur logischen...*, pp. 80-1. Assim, se a Crítica da Economia Política lida exclusivamente com personagens [Charaktermaske], ou melhor, com *papéis sociais, funções autonomizadas*, isso ocorre somente porque a abstração da individualidade é correlata ao reino da propriedade privada. “Na mesma medida em que eu valho [gelte] como proprietário privado, eu não sou válido como indivíduo – uma frase provada diariamente por todos aqueles que vivem em função do dinheiro [Geldheiraten]” Marx e Engels apud Reichelt, op. cit., p. 81. (Cabe dizer que o trecho citado foi suprimido por Marx e Engels nos manuscritos da Ideologia Alemã.) Neste mundo em que as relações sociais estão quase plenamente autonomizadas perante os indivíduos que as criaram, e no qual, portanto, os indivíduos não valem por si, mas pela relação social que *realizam* (pela categoria que personificam), o método de Hegel mostra sua adequação – desde, é claro, que se reconheça seus limites: “O idealismo de Hegel, que afirma que

Política – para a qual, como veremos, o reconhecimento do caráter crucial da exposição dialética do valor, i.e., do desenvolvimento lógico das relações constitutivas do modo de produção capitalista em sua *unidade interna*, não implica a redução do devir histórico do modo de produção capitalista a uma espécie de fenomenologia – reconheça que o próprio surgimento histórico do modo de produção capitalista “constitui [bildet] um momento de seu processo, de seu desenvolvimento” (Grundrisse, 203).

Não por outra razão, ela reconhece as dificuldades que a passagem do dinheiro ao capital impõe ao desenvolvimento conceitual, e admite que a entrada do trabalhador livre no palco da história não pode ser simplesmente derivada das determinações da circulação simples de mercadorias²⁷²: pelo contrário, a relação entre o trabalho assalariado duplamente livre e o capitalista constitui “uma relação social histórico-específica, que *deve ser pressuposta* em seu surgimento [Gewordenheit] histórico”²⁷³, já que essa relação “mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções [Umwälzungen] econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social” (K, I, 183; C, I, 1, 287).

Que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho no mercado, que o encontre [vorfindet] nos limites da circulação *como mercadoria*: este *pressuposto*, da qual nós aqui partimos, e da qual a sociedade burguesa parte em seu processo de produção, é obviamente o

as pessoas obedecem a um poderoso [machthabenden] conceito, é essencialmente adequado a este mundo invertido (...) *Ele é a sociedade burguesa – como ontologia*. A diluição do não-idêntico em categorias puras tem seu substrato real na inversão *de facto* [faktisch], na qual *a individualidade vivente é absorvida pelo seu próprio personagem* [Charaktermaske].” Idem, p. 80. Se é assim, então o método dialético possui apenas validade histórica: “*Ele tem validade apenas ali onde um universal [Allgemeines] se impõe às custas do individual. Como dialética idealista, ele é o redobramento [Verdopplung] filosófico da inversão real [real]; como dialética materialista, é um método com validade revogável, que desaparecerá com as condições de sua existência*. (...) Sobre o método, destacado de seu conteúdo, nada pode ser dito. (...) *Apenas a Economia Política é afinal objeto da exposição dialética; ela mesma pede essa forma*”. Idem, p. 81. A dialética materialista não pode, portanto, assumir a pretensão ontológica da dialética especulativa.

²⁷² “Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza” (K, I, 181-2; C, I, 1, 285). Disso não se deve auferir contudo que a circulação simples considerada no início de *O Capital* seja a apresentação abstrata de uma fase histórica na qual se encontra uma espécie de produção generalizada, mas não capitalista, de mercadorias. Pelo contrário: o desenvolvimento conceitual a partir da circulação simples mostra justamente que relação de troca generalizada, e portanto a produção de valores, é apenas um aspecto, um momento da produção capitalista. Como escreve o próprio Marx, no *Urtext*: “Não se trata aqui (...) de uma passagem [Übergang] *histórica* da circulação ao capital. A circulação simples é muito mais uma *esfera abstrata do processo global da produção burguesa [des bürgerlichen Gesamtproductionprocesses]*, que se revela através de suas próprias determinações como momento, mera forma de aparecimento de um processo que transcorre por trás dela, [e que – BH] de mesmo modo resulta dela (...) – o capital industrial”. “O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. *Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma-mercadoria dos produtos do trabalho*.” (K, I, 184; C, I, 1, 288)

²⁷³ Müller, op. cit. Cf. Grundrisse, 372-3.

resultado de um longo desenvolvimento histórico, o *resumé* de muitos cataclismas [Umwälzungen], e pressupõe o declínio de outros modos de produção (relações sociais de produção) e determinados desenvolvimentos das forças produtivas do trabalho social. (...) *Este nível de desenvolvimento histórico da produção econômica – cujo produto mesmo é o trabalho livre – é porém o pressuposto para o vir-a-ser [Werden] e ainda mais para a existência [Dasein] do capital enquanto tal. Sua existência é o resultado de um demorado processo histórico nas configurações econômicas da sociedade.*²⁷⁴

Portanto, o reconhecimento do caráter limitado do método dialético, sem o qual é impossível compreender que o estabelecimento do valor como forma social geral do produto da atividade humana tem um pressuposto histórico, é a condição *sine qua non* da explicitação do *fundamento histórico da lei do valor*, essa lei despótica que *só opera ali onde se encontram*, “*de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho*” - uma relação que não é produzida pela “Natureza”, e não é, portanto, “comum a todos os períodos históricos”(K, I, 183; C, I, 1, 287). Isso não obstante, é importante notar que, uma vez constituído historicamente o modo de produção capitalista, a reprodução da força de trabalho deve ser considerada como um resultado da própria reprodução do capital. Por isso, como afirma Marx num texto publicado pela nova edição crítica de sua obra, se:

os pressupostos (...) aparecem para o surgimento histórico do capital como pressupostos exteriores e dados, do mesmo modo, assim que o capital tenha se tornado capital enquanto tal, ele cria seus próprios pressupostos (...) através de seu próprio processo de produção. Esses pressupostos, que originalmente apareceram como condições de seu vir-a-ser – e por isso ainda não podiam nascer [entspringen] de sua ação **como capital** – aparecem agora como resultado de sua própria realização, de sua efetividade (...) – não como condições de seu surgimento, mas como resultado de seu ser-aí. Ele não parte [ausgeht] mais de pressupostos, (...) mas sim é ele mesmo pressuposto, parte de si, cria os pressupostos de sua conservação e de seu crescimento mesmos.²⁷⁵

E no entanto, a Crítica da Economia Política também é capaz de desvendar o caráter *unilateralmente formal* da subordinação de “todos os elementos da sociedade” ao movimento do valor em processo, i.e., o caráter *não-absoluto* da relação do valor consigo mesmo – do qual se aúfere que a autodeterminação do capital não pode ser *plena*, embora *pareça sê-lo*²⁷⁶. Justamente

²⁷⁴ Marx apud Reichelt, op. cit., p. 132.

²⁷⁵ Marx apud Wolf, *Abstraktionen...*, p. 5.

²⁷⁶ O tema, já abordado neste capítulo, será melhor desenvolvido no sétimo capítulo desta dissertação.

por isso, ela deve ser capaz de reconhecer não apenas os pressupostos históricos, mas também os limites *insuperáveis* do modo de produção capitalista, e portanto também da exposição estritamente *conceitual* do valor, o que a levará a *recuperar a dignidade do elemento propriamente histórico na consideração teórica do capital*. Como afirma Fulda:

ela [a exposição dialética – BH] não deve reduzir o elemento histórico [das Historische] a meros apontamentos [Anmerkungen]. A conexão entre fenômeno e essência, que o método de desenvolvimento descobre, deve (...) tornar definíveis os pontos em que a exposição sistemática tem que ceder lugar à consideração histórica e nos quais deve ser corrigida a aparência de que se trataria somente de um desenvolvimento conceitual.²⁷⁷

Assim, embora também em *O Capital* – como, aliás, em praticamente toda ciência social – o elemento histórico possa em certos casos servir à mera ilustração de uma relação já desenvolvida conceitualmente²⁷⁸, na principal obra de Marx esse elemento realizará ainda, sobre a exposição estritamente lógico-sistemática, dois outros tipos de intervenção. Em primeiro lugar, como já vimos, o elemento histórico pode aparecer como pressuposto da própria existência do objeto em consideração. Mas ele *deve*, além disso, intervir nos pontos além dos quais o desenvolvimento conceitual *stricto sensu* não pode ir²⁷⁹, como, por exemplo, nas passagens em que Marx trata da determinação da taxa de exploração²⁸⁰. Com efeito, o desenvolvimento conceitual do capital pode fornecer apenas os “limites absolutos” da taxa de exploração, já que, para que uma economia capitalista possa se reproduzir no tempo, é necessário, por um lado, que haja acumulação (limite inferior da taxa de exploração), e por outro, que a força de trabalho seja reproduzida (limite superior); contudo, a determinação da taxa média de mais-valor, *da qual depende o próprio desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista*, depende da evolução da produtividade do trabalho (a qual, por sua vez, está sujeita a condições não inteiramente subordinadas ao movimento do capital) e, principalmente, das capacidades de organização e de luta dos lados envolvidos na divisão do produto do trabalho social. Sobre isso, porém, o capital enquanto conceito nada tem a dizer: deste ponto, o desenvolvimento conceitual não pode passar.

Ora, se é assim, então a apresentação crítica das relações constituintes do modo de produção capitalista não deve se confundir com a história mesma deste último. De fato, a dialética não se

²⁷⁷ Fulda, op. cit., p. 210.

²⁷⁸ Ver, por exemplo, a quinta seção do capítulo 23 do livro I de *O Capital*.

²⁷⁹ Cf. Sgro', op. cit., p. 217.

²⁸⁰ No capítulo seguinte, mostraremos que isso também vale para a determinação da taxa de juro. Grespan, em *O negativo do capital* (seções 29 e 30), mostra que algo semelhante ocorre na determinação dos ciclos da economia capitalista.

apresenta, em *O Capital*, como a *forma de desenvolvimento da história presidido pelo desenvolvimento das determinações de um conceito*; muito pelo contrário: “como 'método de processamento [Bearbeiten]' da Economia burguesa, (...) a dialética distingue-se” não apenas “da exposição de seu objeto”, mas também de “sua consideração histórica”²⁸¹. E isso é da maior importância para nosso trabalho; pois somente sob tais condições pode a Crítica da Economia Política conceber uma supressão da dualidade da lei do valor e da existência histórica do capital que não coincida com a *identificação* (ainda que mediada) desses dois termos, identificação que fatalmente nos levaria a conceber a história real do capital, e em particular a do capital acionário, como uma espécie de processo no qual, progressiva e *necessariamente*, realiza-se seu conceito.

Mas tal problema não nos deve preocupar agora²⁸². Antes de voltar a ele, será necessário justamente desenvolver o capital acionário em sua identidade conceitual com a lei do valor, ou melhor, como *momento* específico do movimento de autoefetivação do valor em processo.

²⁸¹ Fulda, op. cit., p. 210.

²⁸² A consideração detalhada dessa questão será objeto do capítulo VII deste trabalho.

IV. O capital acionário como forma-valor

“Se examinamos as relações sociais dos indivíduos dentro de seu processo econômico, devemos nos deter nas próprias determinações formais deste processo.”

Marx, *Urtext*

Vimos no capítulo anterior que, na economia em que “a circulação torna-se a grande retorta social, na qual lança-se tudo, para que volte como cristal monetário” (K, I, 145; C, I, 1, 252), os diferentes elementos que a constituem devem ser encarados, ao menos num primeiro momento, não como coisas em-si, cuja dignidade repousaria na identidade consigo mesmas, mas como formas de ser-aí do *valor* – agora adequadamente concebido como forma social geral assumida pela riqueza material e *força totalizante* que submete a sua *logicidade* todas as relações econômicas de um tipo especial de sociedade: aquela que produz majoritariamente *mercadorias*.

Note-se no entanto que, para que a relação de troca (relação que se exprime na categoria do valor) se desenvolva como forma mais geral da sociabilidade econômica dos indivíduos, é necessário que a própria relação imediata entre trabalhador direto e proprietários dos meios de produção transforme-se numa relação desse tipo. Pois:

A circulação não porta em si mesma o princípio da autorrenovação. Os seus próprios momentos lhe são pressupostos, não são postos por ela mesma. Mercadorias devem ser sempre nela lançadas de novo e desde o exterior, como combustível no fogo. Do contrário, ela se extingue na indiferença. Ela se extinguiria no dinheiro como resultado indiferente, que, tão logo não esteja mais em relação [bezug] com mercadorias, preços, circulação, teria cessado de ser dinheiro, de exprimir uma relação de produção; dele restaria ainda apenas seu ser-aí metálico, mas seu ser-aí econômico seria aniquilado [vernichtet]. A circulação, que aparece portanto na superfície da sociedade burguesa como o imediatamente dado [Vorhandne], é somente à medida que é continuamente mediada. Considerada em si mesma, ela é a mediação de extremos pressupostos. Mas ela não põe esses extremos. Por conseguinte, ela deve ser mediada não apenas em cada um de seus momentos, mas como todo da mediação, como processo total mesmo. Seu ser imediato é portanto pura aparência. **A circulação é o fenômeno de um processo que transcorre por trás dela.** (Grundrisse,

Quando restrita à esfera da circulação dos bens ordinários, a relação de troca não produz seus próprios momentos; logo, *não pode constituir uma totalidade cuja legalidade ela mesma impõe*. Como o idêntico-a-si-mesmo – o verdadeiro *ser* por trás da multiplicidade do mundo fenomenal –, o valor só se *apresenta* através da incessante *diferenciação quantitativa de si para si*. E isso significa que, como forma social geral dos produtos do trabalho, o valor não pode ser meramente *em si*: deve ser também *para si*; é sujeito, *valor que quer a si mesmo, valor autovalorizante* – numa palavra: *capital*. Considerar as diversas relações sociais de produção como imanentes à sociedade governada pela lei do valor significa então tomar as formas em que elas se apresentam como modos de ser-aí *do capital*. Daí que apresentar os elementos constituintes de uma economia capitalista como formas-valor seja o mesmo que *provar*, no desenvolvimento conceitual *do capital*, a imanência das relações sociais que constituem seu fundamento: o que se tem em vista são relações e formas sociais cuja origem se encontra na superação e reposição da contradição entre o impulso desmedido de autovalorização do valor e seu modo sempre limitado de ser-aí.

A necessidade do capital acionário

É como resultantes desse impulso imanente ao capital *enquanto sujeito do metabolismo social* que se apresentam, em *O Capital*, as tendências à concentração e à centralização do capital. O capital, já o sabemos, só pode existir enquanto sujeito social ali onde os indivíduos se defrontem como *pessoas*, i.e., onde uma *união* da riqueza social *enquanto riqueza social* é impossível; e no entanto, dirá Marx, *o impulso à socialização da riqueza é-lhe imanente*. O capital pede, portanto, um modo de se reunir consigo sem suprimir sua oposição fundamental, i.e., de *socializar-se enquanto propriedade privada*. Ora, isso é exatamente o que ele vai encontrar nas formas do capital de empréstimo e do capital por ações, e não é por outra razão que, não obstante essas formas, por motivos que serão expostos à frente, só poderem ser efetivamente derivadas no terceiro tomo de *O Capital*, a *necessidade conceitual* na qual elas se assentam já se encontra estabelecida no primeiro volume da obra.

Como se sabe, o aumento da produtividade do trabalho constitui a mais poderosa alavanca da acumulação²⁸³; justamente por isso, se apresenta como uma meta imanente ao empreendimento

²⁸³ “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação.” (K, I, 650; C, II, 194)

capitalista. Ora, o progresso técnico, positivamente correlacionado ao volume relativo dos meios de produção, é o principal modo de se chegar a tal fim – o que nos permite afirmar a existência, no modo de produção capitalista, de uma *tendência à elevação da razão trabalho morto/trabalho vivo*:

[O] grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho. Esses meios de produção desempenham duplo papel. O crescimento de uns é consequência; o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho. (...) Mas, condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporadas expressa a crescente produtividade do trabalho. (K, I, 650-1; C, I, 2, 194)

Cabe aqui notar que, de uma perspectiva estritamente capitalista, a elevação da composição técnica do capital não possui qualquer significado imediato. Pois se o capital, como valor que se valoriza, mede-se a si mesmo, a medida física (massa) pela qual essa variação foi acima considerada só o afeta caso se exprima também na dimensão que ao capital compete – isto é, caso haja aqui também modificações na relação entre os *valores* dos trabalhos vivos e mortos. Como porém “[e]ssa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se [spiegelt sich wider] em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável” (K, I, 165; C, I, 2, 194), Marx não titubeia ao afirmar a existência de uma *tendência ao aumento da própria composição-valor do capital – sua composição orgânica*²⁸⁴.

²⁸⁴ “A grandeza relativa do elemento preço, que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação” (K, I, 165; C, I, 2, 194) Isso todavia não significa que as duas composições (a técnica e a orgânica) crescerão na mesma razão. “O decréscimo da parte variável do capital em confronto com a constante ou a composição modificada do valor do capital indica (...) de modo apenas aproximado a mudança na composição de seus componentes materiais. (...) A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas se eleva o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas cai o valor deles em comparação com seu volume. Seu valor se eleva pois de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. O crescimento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menor do que o da diferença entre a massa de meios de produção em que o capital constante é convertido e a massa da força de trabalho em que se converte o capital variável. A primeira diferença cresce com a última, mas em grau menor” (K, I, 651-2; C, I, 2, 194-5). Não nos esqueçamos além disso de que, na medida em que *desvaloriza* o capital existente, a crise impõe novas determinações a este movimento. Como porém essa desvalorização só ocorre ciclicamente, ela não impede a elevação cíclica dessa composição (nem mesmo, diríamos, sua elevação secular; mas este é um tema do qual não podemos tratar aqui), e portanto não aniquila o fundamento da tendência à centralização do capital – tendência sobre a qual, como veremos, repousa a necessidade da *forma* sociedade por ações. Cabe notar por fim que, se Marx não trata aqui da relação entre elevação da composição orgânica e crise, é porque essa determinação da crise ainda não pode aparecer neste momento da exposição. Pois, tendo abstraído metodicamente da circulação imediata do capital, i.e., considerando o processo de produção da perspectiva do capital *em si* (o capital *em geral*, diria Rosdolsky,

Note-se ademais que, não obstante sua enorme importância para este fim, a elevação da composição técnica do capital não constitui o único modo de se auferir ganhos de produtividade. Não percamos de vista um outro fator – fundamental tanto para o surgimento quanto para o desenvolvimento do modo de produção capitalista – a concorrer igualmente para isso: a cooperação em larga escala entre os produtores diretos. Ora, já foi visto que a produção capitalista existe somente onde todo o processo reprodutivo se encontra sob o signo da propriedade privada; e se, como afirma Marx, “o terreno da produção de mercadorias só pode sustentar [tragen] a produção em larga escala na forma capitalista [kapitalistische Form]” (K, I, 652; C, II, 195), então a cooperação só pode nele crescer (ao menos a princípio) através do crescimento dos capitais individuais.

Sobre a base [Grundlage] da produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedade de pessoas privadas, em que o trabalhador manual produz mercadorias portanto de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzir autonomamente, aquele pressuposto só se realiza [realisiert] pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. (K, I, 652; C, I, 2, 195)

Tal crescimento, vale dizer, a própria luta da concorrência trata de impulsionar. “Todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho” são afinal, no modo de produção capitalista, “ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valor ou mais-produto, que, por sua vez, é o elemento constitutivo da acumulação.” (K, I, 652-3; C, I, 2, 195-6)²⁸⁵ Em outras palavras: “toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza,

apoiado nos Grundrisse (cf. Grundrisse, 231)), Marx deve deixar de lado o problema da metamorfose formal do capital – e “a **possibilidade geral** da crise”, já sabia ele, “é a **metamorfose** formal do capital mesmo.” *Theorien...II*, p. 515. (Que fique claro: Marx se refere aqui apenas à “possibilidade geral, abstrata da crise – o que significa nada mais do que a **forma mais abstrata** da crise, sem conteúdo, sem seu motivo pleno de conteúdo [inhaltsvolles Motiv derselben]”. Idem, p. 510. Ele não se refere portanto às causas de uma crise, mas à sua condição de possibilidade. “Esta não é de modo algum a **causa** da crise. (...) Não se pode dizer que a **forma mais abstrata da crise** seja a **causa da crise**. Pergunte-se pelas suas causas, então o que se quer saber é por que a **sua forma abstrata**, a forma de sua possibilidade, devém da possibilidade à **efetividade** [aus der Möglichkeit zur Wirklichkeit wird].” Idem, p. 515.) É por isso que Marx só pode tratar efetivamente da relação entre elevação da composição orgânica e crise ali onde o processo capitalista de produção é levado a cabo por capitalistas individuais que transacionam entre si – isto é, no livro III de *O Capital*, quando o capital já não é mais apresentado como existente apenas em si mesmo, mas sim através da existência conflituosa dos diversos capitais *particulares*.

²⁸⁵ “São, por conseguinte, métodos para produzir capital mediante capital ou métodos de sua acumulação acelerada. A contínua retransformação de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente de capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valor.” (K, I, 652-3; C, I, 2, 195-6).

que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas” - e é por isso que “o crescimento do capital social se realiza no crescimento de muitos capitais individuais. *Pressupondo-se as demais circunstâncias constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes aliquotas do capital global da sociedade.*” (K, I, 653; C, I, 2, 196)

Podemos então pensar numa situação em que, através da reiterada vitória na luta concorrencial do maior capital sobre os menores, o capital social venha, paradoxalmente, a apresentar-se como *um único capital* particular – estado limítrofe que de fato se realizaria, *caso permanecessem constantes as demais circunstâncias*. As circunstâncias, contudo, variam; pois, não obstante a tendência do capitalista a idealmente eternizar seu capital, ele mesmo é, em sua individualidade, *mortal*. Daí que sua riqueza individual só possa sobreviver *como capital* (i.e, na forma da propriedade privada) nas mãos de herdeiros – os quais, em muitos casos, soem ser mais de um. Desse modo, ao mesmo tempo que se concentra a riqueza na forma do capital individual, outras “parcelas se destacam dos capitais originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos.” (K, I, 654; C, I, 2, 196)

“Dois pontos caracterizam”, portanto, “essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela”:

Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais. (K, I, 563-4; C, I, 2, 196)

Encontramos então nesta primeira forma de propriedade privada – a propriedade privada enquanto propriedade do sujeito jurídico na sua primeira forma: a da *pessoa física* – uma espécie de tensão, que precisa ser superada. De fato, segundo suas próprias determinações, o capital deve, por

um lado, reunir-se consigo mesmo, *concentrar-se*; mas ele também deve respeitar sua determinação como propriedade privada, determinação que constitui sua própria condição de possibilidade – e que, no entanto, impede a realização do impulso que acabamos de apresentar. Na forma mais simples da propriedade privada dos meios de produção, portanto, o capital “é uma contradição imediata” - e “essa contradição”, já o sabemos, “precisa se desenvolver”²⁸⁶. Daí que, a “essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações”, oponha-se um outro impulso: *o da sua atração* (K, I, 654; C, I, 2, 196).

Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. *É a concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação.* O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. *É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração.* (K, I, 654; C, I, 2, 196)

Há, pois, um outro modo de concentração do capital, o qual não apenas se contrapõe àquele primeiro, idêntico à acumulação, mas também *supera seus limites*²⁸⁷. Trata-se, num primeiro momento, da *redistribuição* de capitais individuais já existentes através da ruína de alguns capitalistas, cuja riqueza acaba por passar às mãos dos vencedores na luta da concorrência²⁸⁸. Temos aqui portanto um jogo de soma zero em que, não obstante, o capital *efetivamente* empregado na produção e na circulação pode crescer sem abandonar o caráter de propriedade privada. Eis o que Marx denomina *centralização*, algo cujo:

²⁸⁶ Marx apud Reichelt, op. cit., p. 151.

²⁸⁷ “Mas é claro que a acumulação, o aumento paulatino do capital pela reprodução que passa da forma circular para a espiral, é um processo bastante lento, se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social.” (K, I, 656; C, I, 2, 198)

²⁸⁸ “A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam os capitais menores. Recorde-se ainda que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. Os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas de modo esporádico ou incompleto. A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram.” (K, I, 654-5; C, I, 2, 196-7)

progresso (...) não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza do capital social. *E especialmente isso diferencia a centralização da concentração, que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada. A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social.* (K, I, 654; C, I, 2, 197)

Note-se porém que, na forma de centralização apresentada, isto é, a da absorção de alguns capitais individuais por parte de outros capitalistas via concorrência, o capital permanece propriedade da pessoa *física*, com o que ainda não é capaz de superar completamente a contradição apresentada acima. Percebe-se facilmente: o processo de centralização, restrito a essa forma, não se realiza muito mais rapidamente do que a mera concentração imediata. De modo muito mais veloz ocorrerá, por outro lado, *caso os vários capitais consigam reunir-se* *qua capitais individuais*. E é por isso que:

*[C]om a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito*²⁸⁹, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, *mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais.* (K, I, 654-5; C, I, 2, 196-7)²⁹⁰

Assim, “à medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida

²⁸⁹ Note-se que Marx indica claramente tal desenvolvimento como necessário, como imanente à produção capitalista; e mais: que ele descreve aqui o *sistema* de crédito como produto do modo de produção capitalista, mesmo sendo o capital usurário anterior a ele. Modos de expressão como este denunciam uma concepção bastante peculiar da relação entre desenvolvimento conceitual e desenvolvimento histórico, a qual será desenvolvida nas duas próximas partes deste trabalho.

²⁹⁰ A distinção analítica entre concentração e centralização não nos deve impedir de compreender que, na economia capitalista plenamente constituída, ambas constituem *momentos* umas das outras, ou melhor, *ambas alimentam-se mutuamente*: “A centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. *Seja esse último resultado agora consequência da acumulação ou da centralização; ocorra a centralização pelo caminho violento da anexação – onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados – ou ocorra a fusão de uma porção de capitais já constituídos ou em vias de constituição mediante o procedimento mais tranquilo da formação de sociedade por ações – o efeito econômico permanece o mesmo.* A expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente dispostos.” (K, I, 656; C, I, 2, 197).

desenvolvem-se concorrência e crédito.” (K, I, 654; C, I, 2, 197) Pois, soldando entre si “as massas de capital (...) da noite para o dia”, o crédito permite-lhes reproduzir-se e multiplicar-se “mais rapidamente e, com isso, [as transforma em – BH] novas e poderosas alavancas da acumulação social.” (K, I, 656-7; C, I, 2, 198)

No crédito, portanto, o capital encontra uma forma na qual se supera a contradição acima exposta. Mas deve quedar claro: falamos aqui do capital a crédito *em geral*, e não apenas na forma ordinária da emissão de títulos de dívida²⁹¹; pois também na “sociedade por ações” - “a mais perfeita forma” assumida pelo capital, como escreve Marx numa carta²⁹² – encontraremos uma forma na qual a centralização pode chegar, “num piscar de olhos”, à sua máxima dimensão (K, I, 656; C, I, 2, 198)²⁹³: outra forma, portanto, na qual a riqueza privada pode socializar-se *como riqueza privada*.

Capital de empréstimo e capital acionário: formas nas quais o capital pode reunir-se *mediatamente* consigo mesmo; duas formas-valor, portanto, nas quais se resolve uma mesma contradição. Não se trata de algo fortuito. Ambas, afinal, são formas daquilo que Marx chamou de *capital portador de juros* – e aqui nos aproximamos da razão pela qual, apesar de apresentar a necessidade dessas duas formas já no livro I de *O Capital*, seu autor não pôde ainda *desenvolvê-las* nesse estágio da exposição conceitual. É que naquele livro, encontramos-nos em altíssimo nível de abstração: o daquilo que talvez possamos chamar de capital *em si*, estágio no qual o teórico, municiado por sua análise minuciosa, expõe de modo bastante abstrato a legalidade do capital enquanto sujeito *formal* do metabolismo social, sem ainda atentar para o modo como tal legalidade fundamental se realiza *através* da relação aparentemente caótica dos diversos capitais individuais²⁹⁴.

Ora, como o pretendo ser, o *idêntico-a-si-mesmo* a permear a multiplicidade do real²⁹⁵, o capital é sujeito – e o sujeito, já ensinava o idealismo alemão, é aquilo que não é apenas em si: é *em*

²⁹¹ No início do capítulo XXIII do livro terceiro, por exemplo, Marx fala de aparecimentos, fenômenos do crédito, que não podem ser examinados individualmente. Fica evidente então que, quando fala do crédito neste contexto, Marx se refere ao empréstimo de capital em geral, e não apenas a sua forma ordinária (gewöhnlich).

²⁹² Marx apud Reichelt, *Der Zusammenhang...*

²⁹³ “O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos.” (K, I, 656; C, I, 2, 198)

²⁹⁴ “No primeiro livro foram investigados os fenômenos [Erscheinungen] que o processo de produção capitalista, considerado *para si* [i.e., na forma de uma subjetividade imediata – BH], apresenta [darbietet], como processo de produção imediato, tendo-se feito abstração de todas as influências secundárias de circunstâncias a ele estranhas. Mas esse processo imediato de produção não esgota [erschöpft] o ciclo de vida do capital. No mundo real-efetivo, ele é complementado pelo **processo de circulação**, e este constitui [bildet] o objeto das investigações do Livro Segundo. Aqui se mostrou, especificamente na Seção III, na consideração do processo de circulação como a mediação do processo de reprodução social, que o modo de produção capitalista, considerado como um todo, é unidade do processo de produção e de circulação.” (K, III, 33; C, III, 1, 23)

²⁹⁵ Cf. o quarto capítulo do livro II de *O Capital*.

*si e para si*²⁹⁶. Justamente nessa dimensão será ele apresentado no último tomo da principal obra de Marx, onde se trata “de encontrar e expor as formas *concretas* que surgem [hervorwachsen] do **processo de movimento do capital, considerado como um todo**” (K, III, 33; C, III, 1, 23) - onde, enfim, os capitais individuais aparecem como formas de ser-aí do capital (em linguagem hegeliana: como *particulares*).²⁹⁷

Repitamos: o capital de empréstimo e o capital por ações configuram, para Marx, formas particulares do capital portador de juros. A categoria do juro, por seu turno, não diz respeito à dimensão teórica do capital *em si*²⁹⁸. Como veremos à frente, a forma do capital portador de juros surge de um processo de *inversão* [Verkehrung] no qual o capital *particular* se reconhece, *enquanto capital particular*, como *sujeito*; ela só pode, por conseguinte, ser derivada no último tomo da *Crítica da Economia Política*²⁹⁹. Vem assim à tona a razão pela qual Marx foi impedido de derivar a forma do capital acionário ali mesmo onde demonstrara sua necessidade; descobre-se, simultaneamente, o motivo que nos levará, no projeto de desenvolvimento da categoria do capital acionário, a dar um salto expositivo, e cair diretamente na antepenúltima seção de *O Capital*, onde encontraremos a exposição marxiana da categoria do *capital portador de juros*.

O capital portador de juros: o capital como mercadoria

Dinheiro – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias – pode, sobre a base da produção capitalista, ser transformado em capital, e passa, em virtude dessa transformação, de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se aumenta. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado *quantum* de trabalho não pago, mais-produto e mais-valor, e apropriar-se dele. (K, III, 351; C, III, 1, 255)

²⁹⁶ Assim, o capital é uma relação que assintoticamente subordina as demais relações sociais à condição de *momento*. (Para uma síntese da demonstração hegeliana da impossibilidade da identidade da coisa consigo mesma na forma imediata do *em si*, ver Taylor, op. cit., pp. 269-273.)

²⁹⁷ “Em seu *movimento efetivo* [wirklich], os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, *só aparecem como momento particular* [besondere].” (K, III, 33; C, III, 1, 23) “O capital existe e só pode existir enquanto muitos capitais, e sua autodeterminação aparece, por isso, como ação recíproca dos mesmos uns sobre os outros.” (Grundrisse, 327)

²⁹⁸ “A categoria do juro (...) é estranha ao movimento do capital industrial em si” (K, III, 383). É importante saber que, quando se refere neste contexto ao capital industrial, Marx tem em mente o capital em seu movimento totalizante, ou melhor, o capital como algo que não se restringe às meras formas do capital de empréstimo ou do capital comercial (os dois primeiros modos de existência do capital na história), capital que já apreendeu como seu *momento* a própria produção e se pôs como sujeito da reprodução material da sociedade. Quanto a isso, ver os capítulos XX e XXXVII do livro III de *O Capital*.

²⁹⁹ Eis por que Marx escreve, no contexto da apresentação da tendência à centralização, que “as leis dessa centralização dos capitais ou da atração de capital por capital não podem ser desenvolvidas aqui.” (K, I, 654; C, I, 2, 196)

Encontramos essas palavras no início da quinta seção do terceiro livro de *O Capital*. Ora, o que Marx nos diz aqui, já o sabíamos desde o livro primeiro. Somente agora, entretanto, aprendemos que, em função dessa sua capacidade que tão bem conhecemos, o dinheiro – reiteremos: “considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor” – adquire, *enquanto valor*, um *valor de uso*. “Adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade [Eigenschaft] de capital possível, de meio de produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria” (K, III, 352; C, III, 1, 255): mercadoria-capital.

De mercadoria tão peculiar não se poderia esperar que ingressasse na arena econômica da mesma forma que as demais. Estas, vale lembrar, são compradas e vendidas; em suas trocas invertem-se, portanto, seus proprietários – os quais cedem o valor de uso da mercadoria que detinham, mas não seu valor (abstraindo-se, é claro, o logro). Entretanto, a mesma coisa não poderia ser feita com uma mercadoria que é cedida *como capital*. Pois, como já vimos, seu valor de uso é justamente o de *ser valor* e, em consequência disso, “poder ser transformado em capital, (...) poder funcionar como capital e assim produzir em seu movimento determinado mais-valor” (K, III, 363; C, III, 1, 264); logo, seu proprietário simplesmente não pode ceder seu valor de uso *sem ceder seu valor*. Assim, o proprietário da mercadoria-capital entrega seu produto numa transação distinta da troca ordinária, já que no momento da concessão não recebe qualquer valor em troca daquele que cede.

Uma transação de tal natureza, é claro, seria absurda caso fosse encerrada aí. Por isso, nosso capitalista só cede sua mercadoria a outrem com a condição de recebê-la de volta após determinado prazo – e não mais sozinha, mas acompanhada de filhotes. Reclama seus direitos, embasado na lei dos homens, no direito divino e, é claro, nas propriedades da mercadoria que cedera – pois esta “tem a peculiaridade de que, pelo consumo de seu valor de uso, seu valor e seu valor de uso não só são conservados, mas multiplicados” (idem, *ibidem*); lembra assim ao mutuário que não lha vendera – emprestara-a.

“A *forma do empréstimo*”, diz Marx, “resulta já da determinação de que o capital se encontra [auftritt] aqui como mercadoria ou de que o dinheiro como capital torna-se mercadoria.” (K, III, 354; C, III, 1, 257) *Forma do empréstimo*? Ora, já vimos que o desenvolvimento dialético em *O Capital* corresponde à dedução das relações sociais imanentes ao modo de produção capitalista a partir de sua relação mais geral: a da troca. É evidente contudo que, apesar de a relação de

empréstimo ser legitimada por um acordo de vontades de indivíduos juridicamente autônomos, nela absolutamente nada é trocado³⁰⁰: na verdade, o que encontramos na relação de empréstimo é *a forma da troca, sem o seu conteúdo*. Estamos, pois, num ponto da exposição em que a forma se autonomiza frente a seu conteúdo, em que a legitimação das relações sociais pela forma da coincidência das vontades autônomas (juridicamente: pelo contrato) se liberta de sua base natural: em suma, um limite a partir do qual a forma-valor reivindica validade como coisa em-si³⁰¹.

Mas deixemos de lado por ora as veleidades metafísicas e voltemos ao objeto imediato de nossa atenção. Dizer que na relação de empréstimo encontramos a forma da troca, sem seu conteúdo, significa em primeiro lugar reconhecer que, diferentemente do que ocorre no movimento de qualquer outra mercadoria (i.e., na relação de compra e venda), ao movimento do capital enquanto mercadoria-capital não corresponde qualquer *metamorfose do valor*: ele “não expressa ato algum da metamorfose, nem compra, nem venda.” (K, III, 359) A relação que as partes mantêm entre si, portanto, não é de caráter *econômico*, mas *jurídico*.

A mercadoria, porém, fora emprestada como capital, e, para que como tal se realize, deve se infiltrar no processo econômico e gerar seu mais-valor. Fica evidente assim que, caso queiramos entender a relação do capital portador de juros com o processo de reprodução global do capital, não podemos nos restringir à relação mantida por mutuário e prestamista; devemos abandonar este último – pois, tão logo ceda sua mercadoria, não mais constitui para nós qualquer interesse – e acompanhar o outro, que agora, com a posse de uma mercadoria capaz de gerar mais-valor, tudo pode e tudo quer. Por isso, *pode ou não querer utilizá-la como capital*; mas, sabendo que a tomou emprestada como capital, sabe também que *deve devolvê-la como tal* e, temendo as consequências com que arcará caso não cumpra seu contrato – violando o único direito verdadeiramente inviolável de seu mundo: o de propriedade –, tende a pô-la rapidamente a gerar os filhotes que prometia. Tais filhotes, como sabemos, o dinheiro só possuía idealmente; é necessário, portanto, ir retirá-los à sua

³⁰⁰ “A propriedade não é cedida, porque não ocorre intercâmbio/troca (*Austausch*), nenhum equivalente é recebido.” (K, III, 359; C, III, 1, 261)

³⁰¹ Essa transação entre agentes da produção, na qual o indivíduo aliena seu capital *qua* capital, surge como *consequência natural das relações capitalistas de produção*. Falar entretanto de uma legalidade natural é sem sentido. Pois, embora na mera forma jurídica essa transação apareça como expressão da vontade comum dos partícipes, *essa mera forma não pode determinar o conteúdo da transação* (i.e., o movimento autonomizado do valor que se valoriza), mas apenas exprimi-lo: “Falar aqui de uma justiça [*Gerechtigkeit*] natural (...) é sem sentido [*Unsinn*]. A justiça das transações que se efetuam entre os agentes da produção repousa na circunstância de *as transações se originarem da relações de produção como consequências naturais*. As formas jurídicas em que essas transações econômicas aparecem como atos de vontade dos participantes, como exteriorizações de sua vontade comum e como contratos cuja execução pode ser imposta à parte individual por meio do Estado não podem, como meras formas, determinar esse conteúdo. Elas apenas o expressam. Esse conteúdo é justo contanto que [*sobald*] corresponda ao modo de produção, que lhe seja adequado. É injusto, tão logo o contradiga.” (K, III, 351-2) O mesmo argumento pode ser expresso negativamente: é possível que haja acordo de vontades, sem que por isso exista o capital portador de juros. Este, como veremos à frente, repousa na organização capitalista da produção, não na relação de vontade enquanto tal. E isso significa que a forma jurídica na qual se realiza essa transação não encontra seu fundamento na mera vontade dos partícipes, nem determina o conteúdo da própria relação.

verdadeira fonte, cuja existência já está pressuposta no empréstimo do dinheiro como capital. E o capitalista funcionante o faz saindo da “esfera ruidosa” da circulação, passando desta àquela “em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*” (K, I, 189; C, I, 1, 293) e voltando depois ao mercado para realizar monetariamente os frutos ali colhidos. Executa, assim, aquele movimento que tão bem conhecemos, e que constitui a razão de ser de todo o metabolismo econômico de nosso tempo: D-M-D’. Pode agora cumprir o contrato previamente assinado não apenas sem ter que se desfazer de seus bens, mas adicionando a eles algo mais (cuja magnitude depende tanto do valor que consegue resgatar ao final do movimento descrito acima quanto do juro que acordara pagar no início do processo).

Assim, mutuário e prestamista voltam para casa satisfeitos com a operação – e já pensando em começar tudo novamente no período seguinte; pois sabem muito bem, pela experiência, que o trabalho de Sísifo não pode parar³⁰². Nós, por outro lado, podemos finalmente abandoná-los e visualizar o movimento completo que realizaram. Ei-lo:

D-D-M-D’-D’

Atentemos para essa expressão. Já à primeira vista se nota: o excedente do qual se apropria o primeiro capitalista só é gerado porque o capital *funcionou* como capital. Mas, se a soma de valor só se pode realizar como capital nas mãos do capitalista funcionante³⁰³, este, por outro lado, pode fazê-la funcionar como capital apenas porque ela lhe foi adiantada como tal. Depende pois de uma transação jurídica que a soma de valor *possa* se realizar como capital, e de transações econômicas dependerá que ela *efetivamente se realize* como tal. Por conseguinte, embora se trate aqui sempre de um único valor-capital, esta mesma soma é despendida *duas vezes como capital* – e como tal também tem ela duas vezes que refluir³⁰⁴:

[A] primeira mudança de posição [Stellenwechsel] do dinheiro não constitui momento algum (...) da reprodução do capital. Isso ele só se torna no segundo dispêndio, nas mãos do capitalista

³⁰² “O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.” Enquanto “portador consciente” do movimento do capital, portanto, o capitalista é inseparável do “impulso absoluto de enriquecimento”, da “caça apaixonada do valor” (K, I, 167; C, I, 1, 273): “Tens aqui, pois, minha alegre profissão de fê: cuidar dos negócios, e fazer dinheiro” Goethe, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 282.

³⁰³ “Nas mãos de B [o capitalista funcionante – BH] o dinheiro é efetivamente transformado em capital” (K, III, 352)

³⁰⁴ “O que aparece aqui duplicado é 1) o dispêndio do dinheiro como capital, 2) seu refluxo como capital *realizado*.” (K, III, 353; C, III, 1, 257)

funcionante [fungierende], que com ele comercia ou o transforma em capital produtivo. A primeira mudança de posição do dinheiro expressa nada mais do que sua transferência ou remessa de A a B; uma transferência que costuma acontecer sob certas formas jurídicas. / A esse duplo dispêndio do dinheiro como capital, em que o primeiro é mera transferência de A a B, corresponde seu duplo refluxo. Como D' (...) refluí do movimento ao capitalista funcionante B. Este o transfere então para A, mas ao mesmo tempo com uma parte do lucro, como *capital realizado*, como $D + \Delta D$ (...) [O dinheiro como capital – BH] permanece nas mãos de B apenas enquanto é capital funcionante. E com seu refluxo – no fim do prazo estipulado – deixa de funcionar como capital. Como capital não mais funcionante entretanto tem de ser devolvido a A, que não cessou de ser o proprietário jurídico do mesmo. (K, III, 353; C, III, 1, 257)³⁰⁵

Ora, se dispêndio e refluxo, por um lado, ocorrem duplamente no movimento *completo* da mercadoria-capital, seu movimento *enquanto mercadoria-capital*, por outro, aparece como “mero resultado de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa.” (K, III, 361-2; C, III, 1, 263) Aqui, portanto, “vemos somente entrega e reembolso. *Tudo o que ocorre de permeio é apagado.*” (K, III, 361-2; C, III, 1, 263) Se sabemos que a valorização do capital se dá exclusivamente entre a concessão da mercadoria-dinheiro e seu refluxo ampliado às mãos de seu proprietário, é porque antes deixáramos o verdadeiro proprietário da mercadoria-dinheiro e acompanhamos o mutuário em sua peregrinação pela circulação e pela produção; ou seja: sabemos da origem da valorização do valor porque jamais deixamos a companhia daquele faria o capital de fato *funcionar* como tal. O prestamista, todavia, seguiu seu rumo e reencontrou o capitalista funcionante somente quando este não mais cumpria tal papel – reencontrou-o, portanto, como simples mutuário. Para ambos, sua relação se reduz à transação jurídica que os liga, isto é, ao movimento: D-D’.

A mesma soma de valor aparece simultaneamente como o capital em duas determinidades: por um lado, como mercadoria-capital; por outro, como soma de valor investida na extração de mais-valor: “como capital emprestável nas mãos do prestamista, como capital industrial ou comercial nas mãos do capitalista funcionante.” (K, III, 376; C, III, 1, 273) Nada mais natural então do que aparecer ela também duplicada na representação dos agentes enredados por esse movimento. Pois, embora o capital se encontre não apenas sob o controle do mutuário, mas mesmo *indisponível* – pois

³⁰⁵Note-se que, se havia uma espécie de duplicação na cisão do capital em capital industrial e capital mercantil, aqui esses movimentos dobrados são acompanhados de uma *metamorfose* do valor, constituindo por conseguinte um momento (autonomizado) da reprodução do capital. No caso do capital portador de juros, ao contrário, o que se tem aqui é a *repetição* do dispêndio e do refluxo do mesmo capital para *sujeitos jurídicos diferentes*. E isso ocorre porque, como já vimos, o movimento do capital *enquanto mercadoria* não possui qualquer conteúdo econômico. E como, para que ele se realize como capital, é necessário seu movimento propriamente econômico, então tanto o dispêndio quanto o refluxo devem ocorrer duas vezes.

imobilizado – enquanto produz e circula, o prestamista, “que nunca deixou de ser seu proprietário jurídico” (K, III, 353; C, III, 1, 257), tem sempre consigo um título que lhe permite, a qualquer momento, obter a mesma soma (com algum desconto) nos mercados secundários. Assim, o mero ato do empréstimo faz com que uma dada soma de valor se *duplique* na representação dos agentes, existindo não mais exclusivamente em seu circuito real-efetivo, mas também de modo ideal num título que a representa, um *capital fictício*, cujo preço (não se pode falar aqui em valor, pois este se encontra imobilizado no circuito efetivo do capital) segue leis completamente distintas das que regulam seu valor como capital efetivo. Para os contratantes, tudo se passa como se o mesmo capital existisse simultaneamente em dois modos de existência: capital como *propriedade*, capital como *função*³⁰⁶.

Ora, se o capital aparece duplamente representado, em duas representações distintas também terá que aparecer seu excedente. Afinal, uma soma de valor só é capital quando se valoriza, e portanto as duas representações do capital devem necessariamente vir acompanhadas de seu próprio rendimento. Dito de outra maneira: o mais-valor produzido terá que se dividir em duas rubricas, terá que se apresentar, por um lado, como excedente que remunera o capital como propriedade, e por outro, como excedente que remunera o capital em seu movimento, ou melhor, em seu *funcionamento* como capital. Ainda mais: como o fato de que era *emprestado* o dinheiro com o qual se iniciou a produção em nada altera o *valor* do produto³⁰⁷, tais rubricas nada podem ser senão partes do mesmo mais-valor, agora dividido entre pessoas (no sentido jurídico do termo) distintas: numa, chamada *juro*, se exprime a remuneração do capital enquanto propriedade; noutra – o “ganho do empresário” –, encontra-se sua remuneração enquanto função.

Examinemos a primeira rubrica, remuneradora do capital enquanto propriedade. É importante que se tenha em mente, desde o início, a distinção conceitual entre taxa de juros como grandeza empírica e taxa de juros como uma *média* temporal. No que se refere a esta última, é evidente que, sendo o juro nada mais do que uma parte do mais-valor gerado pelo capital em seu movimento, seus limites aritméticos estão sempre dados pelo próprio valor excedente, ou melhor, pela taxa de lucro *média*³⁰⁸. Tem-se assim que a taxa média de juro é regulada pela taxa de lucro média – uma

³⁰⁶ O fato de que o mesmo capital aparece separadamente de dois modos não implica que, nesses seus dois modos de aparecer na representação dos agentes, ele tenha o mesmo valor. Pois, embora a soma de valor adiantada permaneça (supondo-se constante a produtividade social do trabalho) constante durante todo seu circuito, o *preço* do papel que a representa nas mãos do prestamista pode variar, por exemplo, pela variação da taxa de juros. Quanto a isso, cf. os três capítulos do livro terceiro nomeados *Capital-dinheiro e capital efetivo*.

³⁰⁷ “No processo de produção mesmo, o caráter do capital como capital emprestável não desempenha papel algum.” (K, III, 376; C, III, 1, 273.) Logo, o valor dos produtos “não é afetado pelo pagamento de juros.” (K, III, 358; C, III, 1, 261)

³⁰⁸ “Abstraindo casos isolados, em que o juro pode de fato ser superior ao lucro, mas então não podendo ser pago a partir do lucro, poder-se-ia talvez considerar como limite máximo do juro o lucro todo menos a parte do mesmo a ser desenvolvida adiante e que se resolve em salários de superintendência (*wages of superintendence*).” (K, III, 370; C, III, 1, 269) O limite mínimo do juro, por seu turno, é “totalmente indeterminável.” (K, III, 370; C, III, 1, 269)

grandeza que a *regula*, mas não a *determina plenamente*³⁰⁹. Expressemos-nos matematicamente: o juro, enquanto grandeza média, é *limitado* pelo lucro, mas em hipótese é uma *função* deste último³¹⁰. A nos fiarmos em Marx, inexistente algo como uma taxa natural de remuneração do capital enquanto propriedade. Pelo contrário:

A maneira como duas pessoas que têm direito a [certa parte do – BH] lucro o dividem é *em si e para si um fato puramente empírico*, pertencente ao reino do casual [des Zufälligen], do mesmo modo que a repartição das parcelas percentuais do lucro comum de uma empresa societária [Kompaniegeschäfts] entre os diversos sócios. Na repartição entre mais-valor e salário, na qual repousa essencialmente a taxa de lucro, atuam de modo determinante dois elementos inteiramente diferentes, força de trabalho e capital; *são funções de duas variáveis independentes* que se impõem limites mutuamente; e *de sua diferença qualitativa surge a repartição quantitativa do valor produzido*. (...) No caso do juro não se encontra nada desse gênero. *Aí, a distinção qualitativa surge (...), ao contrário, da repartição puramente quantitativa da mesma soma de mais-valor.*” (K, III, 376-7; C, III, 1, 273)

Se, como foi visto, “a primeira mudança de posição do dinheiro [como mercadoria-capital – BH] de modo algum constitui um momento seja da metamorfose de mercadorias, seja da reprodução do capital” (K, III, 353; C, III, 1, 257), então “o caráter do capital como emprestável não desempenha papel algum no processo de produção mesmo” (K, III, 376; C, III, 1, 273), nem no de circulação. Falando dialeticamente: a mercadoria-capital não corresponde a qualquer *forma funcional* do capital em seu movimento; logo, juro e ganho do empresário não podem consistir em formas de remuneração advindas de duas *variáveis* distintas. O desenvolvimento estritamente conceitual não é portanto capaz de fornecer uma lei que relacione o juro ao lucro: mesmo dada a taxa média de lucro – o seu *limite* –, a determinação da taxa média de juro pode ser tomada como algo *estritamente empírico*.

Eis então que o desenvolvimento conceitual nos permite chegar apenas aos limites dentro dos

³⁰⁹ “Nesse sentido pode-se dizer que o juro é regulado pelo lucro, ou mais precisamente, pela taxa geral de lucro. E esse modo de regulação vale até mesmo para sua média. / Em todo caso, a taxa média de lucro deve ser considerada o limite máximo definitivamente determinante do juro.” (K, III, 372; C, III, 1, 270)

³¹⁰ “A propriedade se apresenta assim estabelecida antes pelo Direito do que por relações puramente econômicas, ligadas ao uso dos meios de produção e da força de trabalho. É claro que a oferta e a demanda de dinheiro-capital constituem um elemento econômico, mas a conclusão a que Marx chega, de que não existe o que os economistas em geral chamavam de 'taxa natural de juros', decorre do caráter fundamentalmente jurídico da divisão entre juros e ganho empresarial, caráter por sua vez derivado da separação de base entre capital como propriedade e como uso dos meios de produção. / A taxa de juros não obedece daí a uma razão regular, não absorve uma parte fixa do lucro médio, variando de acordo com os contratos feitos entre os capitalistas proprietários de dinheiro e os que o põe em funcionamento.” Grespan, J. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III de *O Capital*. In: *Crítica Marxista* no 33. Fundação Editora Unesp: São Paulo, 2012, p. 24.

quais se move a taxa de juro média. Quando se busca a taxa *imediata* de juro, contudo, sequer isso é atingido. Pois não apenas o *preço* da mercadoria-capital, do mesmo modo que o preço de qualquer mercadoria, se encontra determinado imediatamente apenas pela relação de oferta e demanda, mas o próprio juro é, a cada empréstimo, estabelecido contratualmente *antes* do capital efetivamente se movimentar. Daí que ele possa ser, em setores e períodos limitados, igual, ou mesmo *maior* do que o lucro – com o que se teria apenas uma transferência de riqueza do resto da sociedade para os detentores de riqueza coagulada na forma do valor.

Não é essa contudo a única peculiaridade da taxa de juro enquanto grandeza imediata. Pois o juro não é apenas uma parte do valor excedente que pode ser maior do que o próprio valor excedente; como grandeza determinada antes mesmo do funcionamento do capital, ele é também a única parte do mais-valor que aparece, a cada momento, como uma grandeza dada, *fixa* — e fixada do mesmo modo para toda e qualquer mercadoria-capital, em função da absoluta indiferença qualitativa que as acomete. O juro é, portanto, a única parte do excedente que é sempre *uniforme* para todo o mercado. “No que tange à taxa de mercado sempre flutuante de juros, ela em cada momento é dada como grandeza fixa, como o preço de mercado das mercadorias, pois no mercado de dinheiro [Geldmarkt] todo o capital emprestável sempre se defronta [gegenübersteht] como massa global ao capital funcionante, de modo que a relação entre a oferta de capital emprestável, de um lado, e a procura por ele, por outro, decide o nível de mercado do juro em cada momento.” (K, III, 378-9; C, III, 1, 274) – característica que se acentua continuamente com o desenvolvimento do sistema de crédito³¹¹. Existe então no mercado uma *taxa geral* de juro – uma taxa que varia no tempo, mas que é, a todo momento dado, idêntica para todo e qualquer capital emprestável.

Não subestimemos essa singularidade da forma do excedente chamada juro. A taxa geral de lucro, por exemplo, nunca existe como grandeza dada, mas apenas como tendência – como:

movimento de equalização [Ausgleichung]³¹² das taxas particulares de lucro. A concorrência entre os capitalistas – *que é ela mesma esse movimento de equalização* – consiste aqui no fato de que estes retiram gradualmente capital das esferas em que o lucro fica durante períodos maiores abaixo da média, e do mesmo modo encaminham capital para as esferas em que o lucro fica acima da média; ou também de que capital adicional se reparte pouco a pouco em proporções diversas entre essas esferas. Trata-se da variação constante da oferta e da retirada de capital, em face dessas diversas esferas, e jamais ação

³¹¹ “Esse é tanto mais o caso quanto mais o desenvolvimento e a consequente concentração do sistema de crédito [Kreditwesens] derem ao capital emprestável caráter social geral e o lançarem ao mercado de dinheiro de uma vez, ao mesmo tempo.” (K, III, 379; C, III, 1, 274)

³¹² Sobre as possíveis traduções do substantivo *Ausgleichung* neste contexto, cf. Grespan. As formas da mais-valia..., p. 13.

simultânea e em massa [gleichzeitige Massenwirkung], como na determinação da taxa de juros. (...) As taxas particulares de lucro nas diversas esferas da produção são, elas mesmas, mais ou menos incertas; mas, na medida em que aparecem, não é sua uniformidade, mas sua diversidade que aparece. A taxa geral de lucro, entretanto, aparece apenas como limite mínimo do lucro, *e não como figura empírica, diretamente visível da taxa de lucro efetiva*. (K, III, 379-80; C, III, 1, 274-5) ³¹³

Ora, se o capital não pode ser julgado qualitativamente senão pelo excedente que absorve, e se a todo capital, enquanto soma de riqueza na forma-valor, cabe a cada instante a mesma taxa de retorno, então se conclui que todos os capitais são, enquanto capitais emprestáveis, qualitativamente iguais: como mercadoria-capital, o valor é imediatamente idêntico a si mesmo.

Temos então que, como grandeza imediata, o juro é, a cada momento, i) idêntico para todo valor-capital emprestável³¹⁴, e ii) definido contratualmente antes da realização da soma de valor como capital. Assim, embora o modo de refluxo efetivo do capital adiantado seja determinado pelo

³¹³ A taxa geral de lucro, ao contrário da de juro, se efetiva pela *transferência* de capital no tempo em decorrência da diferença entre preço de mercado e preço de produção: “Viu-se que o capital portador de juros, embora [seja – BH] uma categoria absolutamente diferente da mercadoria, se torna uma mercadoria *sui generis* e, por isso, o juro torna-se seu preço, o qual, como o preço de mercado da mercadoria ordinária, é fixado a cada vez pela procura e pela oferta. A taxa de mercado do juro, embora sempre flutuante, aparece por isso em cada dado momento tão constantemente fixada e uniforme como, a cada vez, em cada momento, o preço de mercado. Os capitalistas monetários [Geldkapitalisten] oferecem essa mercadoria, e os capitalistas funcionantes compram-na, constituem a procura por ela. Isso não ocorre na equalização da taxa geral de lucro. Se numa esfera os preços das mercadorias estão abaixo ou acima dos preços de produção (no que se abstraiem as flutuações próprias de cada negócio, relacionadas às diversas fases do ciclo industrial), então ocorre a equalização mediante expansão ou contração da produção, isto é, ampliação ou redução das massas de mercadoria lançadas ao mercado pelos capitais industriais, mediada pela imigração ou emigração de capital em relação às esferas particulares da produção. É através da equalização assim acarretada dos preços de mercado médios das mercadorias ao preço de produção que se corrigem os desvios das taxas particulares de lucro em relação à taxa geral ou média de lucro.” (K, III, 379; C, III, 1, 275) Ora, esse processo de equalização da taxa de lucro nunca aparece de modo que o capital industrial/comercial enquanto tal se coloque como uma mercadoria (que tem um preço – neste caso, o juro). Ele aparece apenas através das flutuações e equalizações dos preços de mercado em relação aos preços de produção, através de uma *fixação direta* da taxa de lucro (K, III, 379-80; C, III, 1, 275). Eis então o que determina a taxa de lucro – e pedimos que o leitor note, quanto a isso, o modo diferente como nisso influi a concorrência: “A taxa geral de juro é determinada de fato: 1. pelo [durch] mais-valor que o capital global produz, 2. pela relação desse mais valor com o valor do capital global, e 3. pela concorrência, mas apenas na medida em que esta é o movimento através do qual os capitais investidos em esferas particulares procuram extrair dividendos iguais desse mais-valor, proporcionalmente a suas grandezas relativas. *A taxa geral de juros haure de fato sua determinação de fundamentos [Gründen] inteiramente diversas e muito mais complicados que a taxa de mercado do juro, que é determinada direta e imediatamente pela relação entre procura e oferta, e, por isso, não é um fato dado e palpável, da maneira como a taxa de juro o é.*” (K, III, 380; C, III, 1, 275) A taxa de lucro, portanto, ao contrário da taxa de juro, não se apresenta, a cada momento, de modo *uniforme*. (Note-se que, para escândalo de muitos economistas políticos críticos – vulgos heterodoxos –, os dividendos, já nessa determinação da uniformidade quantitativa, parecem-se muito mais com o juro do que com o lucro.)

³¹⁴ Na verdade, a taxa de juro varia de acordo com as diversas classes de mutuários (risco). Essa variação quantitativa, porém, repousa numa igualdade qualitativa: o preço da mercadoria-capital é sempre o mesmo, mas ponderado pelo risco que cabe a cada tipo de mutuário. Daí que ela seja, para cada classe, em cada instante *t*, *absolutamente uniforme*. Cf. K, III, 378.

movimento circular do capital que realmente se reproduz – e o refluxo dependa, por conseguinte, dos modos particulares que esse movimento assume –, *para o capital emprestado, o refluxo assume a forma de um mero desembolso, porque a alienação assumira a forma do empréstimo*³¹⁵. É portanto imanente ao movimento da mercadoria-capital *enquanto tal* que o juro apareça como uma grandeza autônoma frente ao mais-valor, algo que cabe ao capital enquanto propriedade, *seja ele posto em movimento ou não*. O juro se apresenta então como algo que o valor gera por si mesmo – seu fruto natural.

Tão logo esteja emprestado ou também investido no processo de reprodução (desde que proporcione ao capitalista funcionante, como seu proprietário, juros separadamente do ganho empresarial), acresce-lhe o juro, esteja dormindo ou acordado, em casa ou em viagem, de dia ou de noite. (K, III, 406; C, III, 1, 295)

Recordemos o que foi até aqui exposto. O capital cedido como mercadoria é o capital cedido como algo imediatamente capaz de gerar mais-valor. Para seu proprietário, por conseguinte, a grandeza de valor adiantada constitui capital única e exclusivamente porque fora emprestada como tal – ato jurídico que parece garantir-lhe por si mesmo a apropriação de um valor excedente, um mais-valor na *forma do juro*. Assim, embora o juro seja nada mais do que a expressão do fato de que toda soma de valor é potencialmente capital, ele *aparece* como um excedente que toda soma de valor gera por si mesma. Noutras palavras: apesar de o capital só se pôr efetivamente como sujeito através da redução de *todas* as relações econômicas à forma da troca e a consequente redução de tudo o que penetra o metabolismo econômico à forma-valor – ou seja, apesar de ele só se apresentar objetivamente como capital na conexão de todos os seus momentos: como *totalidade* –, o que se vê aqui é uma inversão na qual o valor se apresenta como algo em si mesmo capaz de gerar um mais-valor. Por uma inversão imanente ao modo de produção capitalista, o capital se apresenta *em seu ser-aí* como capital. O capital agora *porta, em si mesmo, o juro: é capital portador de juros*. O juro aparece então como aquilo que se paga pela valorização que, por si mesmo, todo capital gera – e, por conseguinte, como algo que cabe ao possuidor de dinheiro não porque este dinheiro é utilizado na exploração da força de trabalho, mas simplesmente *porque o possui*³¹⁶.

Ressalte-se ainda que, na categoria do capital portador de juros, como sempre ocorre no desenvolvimento expositivo de *O Capital*, a representação invertida dos agentes tem sua

³¹⁵ “A *maneira* [Art] de refluxo é pois determinada a cada vez pelo circuito [Kreislbewegung] efetivo do capital que se reproduz e pelas suas modalidades [Arten] particulares. Mas, para o capital emprestado, o refluxo assume a forma do reembolso porque o adiantamento, a alienação do mesmo, tem a forma do empréstimo.” (K, III, 362; C, III, 1, 259)

³¹⁶ Cf. K, III, 387; C, III, 1, 280.

correspondência na realidade objetiva. Pois não apenas o proprietário do capital de fato recebe os juros que lhe cabem, seja seu dinheiro empregado na produção de mais-valor ou não, mas a própria magnitude desses juros, como já vimos, é realmente determinada não na produção, mas contratualmente, refletindo a casual relação entre oferta e demanda de capital como mercadoria.

Chegamos assim a um novo estágio da exposição, na qual a forma-valor parece plenamente autonomizada frente às determinações materiais da reprodução social. Pois, como o leitor já terá notado, em nenhuma das figuras particulares do capital até então desenvolvidas mostrara-se ele, em seu mero *ser-aí*, como o que ele efetivamente é enquanto *totalidade*. De fato, como capital-dinheiro, ele atua “apenas como dinheiro” – e, como capital-mercadoria, “apenas como mercadoria” (K, III, 354; C, III, 1, 258); assim, tanto no capital-mercadoria quanto no capital-dinheiro, as formas particulares assumidas pelo capital em seu processo de circulação ainda se mostram (desde que se veja o movimento em sua totalidade) como o que são: *momentos* da reprodução do capital, e não capital *em si*. “É só na *conexão* [Zusammenhang] de todo o curso [Verlauf], no momento em que o ponto de partida aparece igualmente como o ponto de retorno, em D-D’ ou M-M’, que o capital se apresenta no processo de circulação como capital (enquanto, no processo de produção, ele se apresenta como capital mediante a subordinação do trabalhador ao capitalista e a produção de mais-valor)” (K, III, 355; C, III, 1, 258).

No capital portador de juros, ao contrário, “o capital aparece” em sua própria imediatidade “como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento”.

A coisa [Ding] (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si [von selbst] a uma coisa; depende do possuidor do dinheiro, isto é, da mercadoria em sua forma sempre intercambiável, se ele quer despendê-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital. No capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, o valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera [heckendes]dinheiro, e ele não mais porta nesta forma marca alguma de seu nascimento. A relação social está consumada [vollendet] como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo [zu sich] mesmo. Em vez da transformação efetiva do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo (...) O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar [tragen] pêras. E como tal coisa portadora de juros vende o prestamista seu dinheiro. (K, III, 405; C, III, 1, 293-4)

Adiantado como mercadoria-capital, o dinheiro (figura autonomizada do valor) não mais

aparece como simples momento do capital: ele “encarna em si o próprio movimento”³¹⁷, “é o capital acabado [fertige], unidade do processo de produção e do processo de circulação, e que portanto proporciona determinado mais-valor em determinado período de tempo” (K, III, 404-5; C, III, 1, 293). Medeia-se consigo mesmo, ficando guarnecido de uma *necessidade interna*: aparece, enfim, como o próprio sujeito da vida social - com o que o capital já não mais se mostra como a *relação social* posta em *movimento* que de fato ele é³¹⁸.

Em D-D', temos a forma sem-conceito [begriffslose, i.e., desprovida de conexão – BH] do capital, a inversão e coisificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual ele é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – a mistificação do capital em sua forma mais crua. (K, III, 405; C, III, 1, 294)

Um nome pomposo para o capital financeiro? (Parêntese terminológico)

Aproveitemos a ocasião para desfazer um equívoco que volta e meia acomete o economista político crítico (distinto, em sua essência, do *crítico da economia política*). Sempre lasso no manejo dos conceitos, parece-lhe natural identificar a categoria marxiana do capital portador de juros a uma outra, muito mais difundida: a do *capital financeiro*. Demonizado à direita e à esquerda por supostamente recusar a “política de investimento socialmente mais vantajosa” – a qual, infelizmente, não coincide com a “mais lucrativa” –, o capital financeiro, que encontrou num Keynes pouco disposto a tolerar seu “fetiche pela liquidez” um de seus mais ferozes inimigos³¹⁹, é

³¹⁷ Paulani, Do conceito..., p. 155.

³¹⁸ Cf. K, II, 109.

³¹⁹ Keynes, *Teoria Geral*, pp. 114-5. Apreciamos, *en passant*, a monstruosa coerência deste homem que, apenas seis anos antes de publicar as palavras acima citadas, justificara o imperialismo inglês nos seguintes termos: “O valor dos investimentos britânicos no exterior atualmente é avaliado em cerca de 4 bilhões. Isto nos proporciona uma renda à taxa de cerca de 6,5%. A metade disso trazemos para casa e desfrutamos; a outra metade, 3, 25%, deixamos acumulados no estrangeiro a juros compostos. Algo assim vem ocorrendo há cerca de 250 anos. Calculo que o início dos investimentos britânicos no exterior esteja no tesouro que Drake roubou da Espanha em 1580 (...). A rainha Elizabeth viu-se com cerca de 40 mil libras nas mãos, as quais ela investiu na Levant Company – que prosperou. Com os lucros da Levant Company, a East Índia Company foi fundada, e os lucros desta grande empresa forma a base dos investimentos subsequentes da Inglaterra no exterior. Essas 40 mil libras, acumulando-se a juros compostos de 3,25%, correspondem aproximadamente ao volume real dos investimentos da Inglaterra no exterior em várias datas, e realmente atingiram hoje o total de 4 bilhões de libras, que já citei como sendo o que representa nossos atuais investimentos no exterior. Portanto, cada libra que Drake trouxe, em 1580, corresponde agora a 100 mil libras. *Este é o poder dos juros compostos.*” Keynes apud Meszáros, 2004: 61.

normalmente concebido como o capital que se valoriza sem ser investido na produção ou na circulação de mercadorias, ou melhor, como o capital cuja remuneração encontra seu fundamento na simples cessão de determinado *quantum* monetário³²⁰.

Ora, também o capital comercial aufere, quando dedicado ao *comércio de dinheiro*, de uma parte do mais-valor social em função de uma transação desse tipo. Sua participação no produto social, sabemos bem, é justificada pela autonomização de uma fase do movimento do capital global: a metamorfose da mercadoria, que a partir de então se fixa como *função* específica de um capital *particular*³²¹. A existência do capital portador de juros, ao contrário, não repousa na autonomização de qualquer “momento, seja da metamorfose de mercadorias, seja da reprodução do capital” (K, III, 353; C, III, 1, 257), e sim na coagulação *ideal* do movimento completo do capital num único ponto – na transformação ideal do capital em *mônada*.

Recusando-se a procurar as determinações fundamentais das diversas formas particulares do capital na sua mera existência imediata, e remetendo-as a sua *conexão* com o processo global de reprodução do capital – procedimento através do qual se pode superar as “cruas representações” geradas pela “falta-de-conceito [Begriffslosigkeit]” (K, III, 235) –, Marx é capaz de distinguir o *adiantamento de dinheiro enquanto dinheiro* e o *adiantamento de dinheiro enquanto capital*. Percebe-se então facilmente que, nas transações do primeiro tipo, o que se adianta é a metamorfose da mercadoria, e que sua razão de ser é portanto a cessão do dinheiro enquanto *forma específica do valor*: o que aqui se quer é nada mais do que um meio de pagamento universalmente aceito. *Conceitualmente*, tem-se não um empréstimo de capital, mas adiantamento da *forma-dinheiro*; logo, a remuneração que aqui se obtém deve, numa apreensão racional da realidade, assumir a forma do *lucro comercial*, não a do juro.

No adiantamento de dinheiro enquanto capital, ao contrário, adianta-se uma soma de valor por ter ela, sobre a base do modo de produção capitalista, a capacidade de funcionar como capital. O que é cedido neste, portanto, é *o próprio capital: valor que possui a capacidade de “se valorizar”* (de modo que a natureza desta transação em nada seria alterada caso o capital fosse emprestado não sob a forma-dinheiro, mas sob a forma de uma mercadoria – um meio de produção, por exemplo). Aqui – e somente aqui! –, a remuneração ao capital deve ser concebida sob a forma do *juro*³²² – *forma de rendimento* que não advém, como o lucro obtido no comércio de dinheiro, da determinação de que o dinheiro, no modo de produção capitalista, existe como *forma autonomizada da riqueza social*, mas sim da determinação de que, neste modo de produção localizado e datado, o

³²⁰ Cf. por exemplo Chesnais, *O Capital portador de juros*. Fica evidente, por essa definição, que aqui não nos referimos ao capital financeiro nos sentidos dados por Hilferding e Lênin ao termo.

³²¹ Cf. o capítulo XVII do terceiro livro de *O Capital*.

³²² Percebe-se então que o pensamento marxiano é capaz de apreender conceitualmente aquilo com que até hoje o pensamento econômico se debate sem sucesso: a distinção entre as taxas de juro de curto e longo prazo.

dinheiro, enquanto figura do valor, é *potencialmente capital*.³²³

“Ora”, dirá o economista: “mas o dinheiro não é cedido, seja como dinheiro, seja como capital, sempre nos mesmos mercados – os assim chamados *mercados financeiros*? Não recaem essas operações regularmente sobre os mesmos agentes? Não se encontram, pois, comércio de dinheiro e empréstimo de capital completamente embaralhados no mundo real?” Claro! - responderemos. Mas daí não se segue que a apreensão racional dos fenômenos, por assim dizer, *financeiros* seja possível sem a distinção conceitual apresentada acima – algo evidenciado, por exemplo, pela conhecida dificuldade do economista em distinguir insolvência e iliquidez, taxas de juros de curto e longo prazo, etc. Aqui, mais uma vez, nos vemos forçados a concordar com Marx:

Que no aparecimento as coisas se apresentam frequentemente invertidas, é conhecido em quase todas as ciências, exceto na Economia Política. (K, I, 559; C, I, 1, 128)

Diante de sua incapacidade em compreender este fato, não surpreende que o economista usualmente não distinga o adiantamento da forma-dinheiro e o empréstimo de capital, nem que, desprezando a *íntima conexão* que une os mercados financeiros ao movimento do capital como um todo (e, por conseguinte, à lei do valor), ele não se constranja ao teorizar *diretamente* sobre o assim chamado capital financeiro, referindo-se a ele como algo *exterior* ao processo de criação de riqueza “real” – ao contrário de Marx, que *desenvolve* as demais formas de capital encontradas nas altas esferas financeiras *a partir* do próprio capital industrial³²⁴. Do mesmo modo, não nos deve espantar o reiterado fracasso da Economia Política em suas tentativas de expor racionalmente o capital acionário como objeto teórico; afinal, ao contrário da sua *Crítica*, ela jamais tentou *desenvolver conceitualmente* esta forma particular do valor.

É isso, justamente, o que tentaremos fazer na próxima seção.

O capital acionário como forma mais desenvolvida da mercadoria-capital

Na medida em que constitui capital, a riqueza material deve, necessariamente, se encontrar sob a forma da propriedade privada, ou melhor, da propriedade privada em movimento,

³²³ “ Em nenhum momento isolado da metamorfose, considerado por/para si [*“für sich”*, o que, neste contexto, significa: em sua identidade *imediata* consigo mesmo – BH], o capitalista vende a mercadoria *como capital* ao comprador, embora, *para ele*, ela *represente* capital” (K, III, 355; C, III, 1, 258).

³²⁴ Cf. os capítulos 19 e 21 do terceiro livro de *O Capital*.

cumpridora, em cada um dos momentos da reprodução social capitalista, de uma *função* imanente ao circuito vital do capital. Já vimos porém que deste mesmo movimento resulta necessariamente uma tendência à socialização da riqueza, e que portanto o capital se encontra, sob a forma da simples propriedade privada dos meios de produção, em contradição consigo mesmo – contradição que será *superada* na forma do capital portador de juros. Oferecendo-se como mercadoria-capital, pode o capital socializar-se enquanto coisa privada; através de sua duplicação ideal, ele *cinde* e *exterioriza* suas determinações, aparece simultaneamente como propriedade e como função em dois entes distintos, e com isso consegue, a um só tempo, negar e conservar a contradição que o atormenta.

Não é contudo na forma *ordinária*³²⁵ do empréstimo de capital – a emissão de *debentures* – que isso pode acontecer. Pois neste tipo de operação, como se sabe, a soma de valor, enquanto *principal*, volta reiteradamente às mãos de seu proprietário. Por isso, se a pessoa (seja ela física ou jurídica) enquanto emissora de *debentures* pode idealmente reunir todo o capital disponível em dada economia, ela por outro lado deve periodicamente devolvê-lo a seus proprietários efetivos: na sua reunião consigo mesmo, o capital sempre acaba, sob essa forma, por *repelir-se* novamente.

Isso não é casual. Não sendo plenamente cedida, a mercadoria-capital deve reiteradamente suprimir sua duplicidade: parte-se de sua cisão, mas volta-se sempre à sua unidade imediata; afinal, uma vez quitada a dívida, desaparece a dupla representação do capital. Não se completando a exteriorização de suas determinações, não pode o capital reunir-se *plenamente* consigo mesmo senão de modo *imediato* (e portanto, como já foi visto, *insuficiente*): como sempre sói acontecer a este ser contraditório, *não sendo plena a oposição, plena não será a unidade* – uma verdade que se exprime cotidianamente nos limites que o endividamento impõe à captação de recursos pelas companhias privadas. Assim, se propriedade e função aparecem cindidas durante o circuito do capital de empréstimo ordinário, é apenas para novamente se reunirem na linha de chegada

Do ponto de vista expositivo, as consequências disso são inequívocas. Por mais desenvolvido que apareça o capital na figura do capital de empréstimo, essa não pode ainda constituir “sua última forma” (Grundrisse, 436). A “*oposição entre o caráter social da riqueza e a riqueza privada*” *deve ainda se desenvolver [ausbilden] “numa nova figura”* (K, III, 456), uma forma na qual a duplicação ideal do capital e sua cisão em capital como propriedade e capital como função seja levada a seus limites máximos, com o que se chegará à “*superação [Aufhebung]* da propriedade privada dentro de suas próprias condições”³²⁶. Ora, isso é justamente o que encontraremos na última forma do capital portador de juros, a “*mais perfeita das formas*”³²⁷ do capital: o capital acionário,

³²⁵ Cf. K, III, 352; C, III, 1, 256.

³²⁶ Carta de Marx citada por Reichelt, 2012.

³²⁷ Ibidem.

sobre o qual se erige a sociedade por ações moderna (aquilo que os anglofônicos chamam de *corporation*).

O capital, que em si repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em oposição ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em oposição às empresas privadas. É a superação [Aufhebung] do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. (K, III, 452; C, III, 1, 332)

Chegamos aqui aos limites absolutos da propriedade privada, a um modo de organização no qual, através da criação de uma pessoa jurídica, os capitalistas podem se unir sem abrir mão de sua própria personalidade (no sentido jurídico do termo): unem-se *como proprietários privados*, ou seja, como indivíduos cuja *responsabilidade jurídica* se limita às somas de valor adiantadas como capital por cada um deles, numa transação que, também aqui, *mantém a forma da troca, mas em hipótese alguma seu conteúdo*.

Da “superação da propriedade privada” dentro dos seus próprios limites resultarão finalmente as tão almejadas *cisão e exteriorização completas das determinações da mercadoria-capital*. Pois aqui se tem a:

Transformação do capitalista efetivamente [wirklich] funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. (...) Nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade de capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho. (K, III, 452-3; C, III, 1, 332)

E, uma vez que se tenham separado propriedade e função, também o valor-capital deverá se refletir necessária e *permanentemente* numa segunda forma, um título, um capital fictício cujo preço é determinado não pelo *valor* outrora adiantado e agora empregado nas operações de valorização, mas sim pelo rendimento futuro que, *espera-se*, tal título pode proporcionar a seu proprietário. No capital acionário, portanto, o valor-capital se encontra plenamente duplicado: existe realmente, por um lado, no capital imobilizado na produção/circulação; e idealmente, por outro, no capital acionário.

Os títulos que constituem o capital acionário, evidentemente, são negociáveis a qualquer

momento nas bolsas de valores; todos os títulos desse tipo devem então, como consequência das leis naturais da concorrência, “gerar”, a cada instante, o *mesmo rendimento* (desde que descontemos as variações de risco, é claro). Daí que as ações sejam, tanto quanto os títulos de dívida acima examinados, *qualitativamente indiferentes umas às outras* – ou, dir-se-ia melhor: idênticas em qualidade a *todos os demais títulos que prometem participação no produto excedente futuro*. Evidencia-se assim que o dividendo é, do ponto de vista do desenvolvimento categorial, *nada mais do que uma forma de juro*.

Mesmo se os dividendos que recebem incluem o juro e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois o ordenado do dirigente é ou deve ser mero salário por certa espécie de trabalho qualificado, cujo preço é regulado no mercado de trabalho, como o de qualquer outro trabalho), esse lucro total passa a ser recebido somente na forma de juro, isto é, como mera recompensa à propriedade do capital. O lucro se apresenta assim (e não mais apenas uma parte do mesmo, o juro, que extrai sua justificação do lucro do mutuário) como simples apropriação de mais-trabalho alheio, oriundo da transformação dos meios de produção em capital, isto é, de seu estranhamento [Entfremdung] em face dos produtores reais, de sua oposição como propriedade alheia a todos os indivíduos realmente ativos na produção, do dirigente até o último dos diaristas. (K, III, 452; C, III, 1, 332)

Como parte do lucro, já o sabemos, o juro (e portanto também o dividendo) encontra nele o seu limite máximo. Não nos esqueçamos contudo de que termina aí a determinação do juro/dividendo pelo lucro; pois, como também foi visto acima, é da natureza do rendimento que cabe ao capital enquanto propriedade não ser uma função pré-definida do mais-valor – do que se aúfere que essa rubrica pode inclusive, de modo um tanto paradoxal, ser em dado momento *maior* do que o próprio excedente.

Ora, não haveria nessa situação absurdo algum. Pois, na medida em que se apresenta como uma forma do juro, o dividendo aparece também como algo que deve caber ao capital em decorrência de sua mera existência como coisa de valor. E, por mais insana que pareça tal representação, ela é, para cada agente individual, *absolutamente verdadeira*. Afinal, se são todas imediatamente negociáveis nos mercados secundários, as ações podem a qualquer momento ser transformadas numa soma de valor em dinheiro, uma soma que, mais uma vez, “terá o valor de uso de funcionar como capital” - uma soma-valor que é em si mesma capaz de “gerar” um excedente na forma do juro, e assim por diante.

Concebendo o capital acionário como forma do capital portador de juros, pudemos desenvolvê-lo como modo de ser-aí do capital – portanto, como parte de um todo cuja logicidade é determinada pela lei do valor. Esperamos com isso oferecer fundamentos para a apreensão do desenvolvimento do capital acionário em suas determinações sistêmicas, i.e., não casuais. Sem o trabalho aqui empreendido, acreditamos ser impossível considerar racionalmente o devir histórico do modo de organização empresarial que repousa sob essa forma de propriedade hegemônica no centro do capitalismo contemporâneo.

Note-se, por fim, que uma interpretação consistente do devir propriamente *histórico* do capital acionário exigiria um trabalho mais longo, no qual se esclarecesse a seguinte questão: *como exatamente as formas-valor desenvolvidas dialeticamente determinam a existência real, empírica do modo de produção capitalista?* Ou melhor: como pensar a relação entre a lei do valor e a realidade empírica do modo de produção capitalista, sem reduzir a conexão entre esses dois polos a uma mera identidade imediata, nem recair novamente no dualismo que, como vimos, impede qualquer compreensão racional do devir histórico do capital – e, portanto, também do capital acionário? Eis o tema da próxima parte deste trabalho.

Terceira parte. Primeiro modelo de superação da dualidade: a fenomenologia do valor

V. O tempo do Absoluto: a superação da dualidade em Hegel

“Se Marx apresenta em *O Capital* as relações efetivas apenas conquanto elas 'coincidem com seu conceito', então também é expresso com isso que o *capitalismo existente não deve coincidir imediatamente com seu conceito, não deve ser 'adequado a si mesmo'; mas a forma na qual ele existe deve, apesar disso, ser concebida como modo de existência em que o movimento do valor se realiza* [hineintreibt].”

Reichelt, *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*

“A lei é o permanecer do desaparecer.”

Gadamer, *Hegel – Die verkehrte Welt*³²⁸

No terceiro capítulo deste trabalho, foi dito que a recusa da coincidência imediata das formas reais-empíricas assumidas pelos capitais particulares com as formas-valor derivadas do movimento lógico-sistemático empreendido pela Crítica da Economia Política era condição necessária para a interpretação racional da *história real do capital*. De fato, admitir uma tal coincidência seria o mesmo que refutar unilateralmente o *momento de verdade* da oposição entre lei do valor e realidade empírica, e atribuir algo assim a Marx seria reputar-lhe algo por que ele mesmo tanto criticou a Economia Política: o pensamento (consciente ou inconsciente) de que já “*houve história, mas agora não há mais*” (K, I, 96; C, I, 1, 206). Pois, quando se afirma que o modo de produção capitalista tem uma *história*, admite-se tacitamente que um modo de organização da vida material que existe no tempo, e portanto está sempre a alterar-se, continua sendo, em algum sentido, sempre o mesmo, ou seja, que a lei do valor continua a operar em toda economia plenamente mercantilizada, ainda que a superfície do mercado se apresente a cada momento de modo diferente.

A coincidência imediata da lei do valor com a realidade consistiria na *impossibilidade da história do capitalismo*; logo, não é na forma da *simples identidade* que devemos conceber a relação entre as formas-valor desenvolvidas na exposição conceitual do capital e as formas reais-empíricas que este assume em cada momento de seu desenvolvimento histórico. No âmbito da Crítica da Economia Política, é necessário distinguir, portanto, “o capital como *realidade histórica*”³²⁹ e o capital *como conceito*, o qual se relaciona com sua superfície como a unidade processante da

³²⁸ Citado por Reichelt, *Neue Marx-Lektüre*, p. 316.

³²⁹ Reichelt, *Zur...*, p. 85.

essência com suas formas fenomenais – que constituem *momentos* da exposição conceitual³³⁰. Não à toa, Marx diferencia a concorrência considerada como existência real-empírica do modo de produção capitalista da concorrência vista como ponto de chegada do movimento conceitual do valor, i.e., da concorrência considerada “*conceitualmente*”, que “é (...) nada mais do que a natureza *interna* do capital, sua determinação essencial que aparece e se realiza [realisiert] como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa” (Grundrisse, 327). Apenas desta última trata Marx em *O Capital*³³¹, obra na qual ele procura “expor a organização interna do modo de produção capitalista em sua média ideal”, em sua “estrutura nuclear [Kernstruktur]” (K, III, 278), e na qual, por conseguinte, as relações sociais são tomadas em consideração apenas na medida em que “coincidem com seu conceito, ou, o que é o mesmo, (...) só são apresentadas na medida em que expressam seu próprio tipo universal [allgemeine]” (K, III, 152). De fato, se de um tal “exame geral” deve ser peremptoriamente excluído aquilo que é “contingente” e “inessencial” (K, III, 152), então o “movimento *real-efetivo* da concorrência fica” necessariamente “fora do plano” de sua obra capital (K, III, 839; C, III, 2, 280)³³².

Mas se é assim, então em que sentido se pode dizer que o método marxiano é capaz de nos auxiliar na compreensão das tendências que determinam a existência *real* do modo de produção capitalista? Especificamente: como pode ele nos ajudar a compreender o desenvolvimento histórico do capital acionário, e sua relação com a regulação dos mercados financeiros pelo Estado?

Infelizmente, na parte da obra marxiana a que temos acesso, encontramos apenas algumas páginas onde nosso autor lida diretamente com questões desse tipo, as quais se encontram na seção dos Grundrisse em que é criticada a obra de Alfred Darimon. Em *De la Réforme des Banques*, o economista francês teria afirmado ser possível eliminar, por meio de uma reforma do sistema monetário – especificamente, a supressão da base metálica da circulação e a correspondente criação de uma nova organização bancária –, os efeitos nocivos da reprodução do capital. Assim, Darimon acreditaria que uma “mudança no instrumento de circulação” é capaz de criar “condições de produção e de circulação inteiramente novas” (Grundrisse, 57).

³³⁰ Cf. Fulda, op. cit., pp. 209-10.

³³¹ “A (...) Crítica da Economia Política não pretende expor o fenômeno histórico [historische Phänomen] do capitalismo, mas sim (...) o conceito geral do capital” Theunissen, *Krise der Macht*, p. 325. Cf. também Fulda, op. cit., p. 210.

³³² “O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação” (K, I, 12; C, I, 1, 130). Note-se, aliás, que “Marx mesmo alertou em diversas ocasiões tanto para o perigo teórico quanto para o perigo político de um (...) procedimento que recorra a atalhos [Kurzschlussverfahrens] - por exemplo, da tendência a transformar os '**esboços** históricos do surgimento do capitalismo na **Europa ocidental**', contidos no vigésimo quarto capítulo do primeiro tomo do *Capital*, numa '**teoria geral histórico-filosófica**' cuja 'grande virtude consistiria em ser **supra-histórica**'. [K. Marx: Carta à redação de 'Otetschestvennyje Sapiski', (1877)]” Sgro', op. cit., p. 214; os grifos são de Sgro'. Cf. também a famosa carta de Marx a Vera Sassulitsch (1881), na qual Marx lança o mesmo tipo de censura às leituras que procuram em sua obra esquemas supra-históricos. A carta está disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1881/03/sassulitsch.htm> (acesso a 20/09/2011). (Sobre isso, ver também Grundrisse, 405)

Já vimos, no primeiro capítulo, que formulações desse tipo – que aceitam acriticamente a exterioridade imediata dos momentos co-pertencentes do circuito do valor em processo – não podem ser aceitas pela Crítica da Economia Política. De fato, Marx propõe, diante do argumento de Darimon, uma “questão fundamental, que não se relaciona mais com o ponto de partida” do economista francês:

A questão geral seria: as relações sociais existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas através de mudança (...) na organização da circulação? Pergunta-se ainda: pode uma tal transformação da circulação ser implementada sem tocar nas relações de produção existentes e nas relações sociais que sobre elas repousam? (...) Haveria de se investigar além disso, ou caberia isso antes à questão geral, se as diferentes formas civilizadas do dinheiro (...) podem alcançar o que delas é exigido sem suprimir [aufzuheben] a própria relação de produção expressa na categoria dinheiro, e se então, por outro lado, não é uma exigência que se autodissolve pretender, através das transformações formais de uma relação, passar por cima de suas condições essenciais? (Grundrisse, 58).

“Essa questão geral sobre a relação da circulação com as demais relações de produção” (Grundrisse, 59), que Darimon, do mesmo modo que os economistas críticos dos quais falamos na primeira parte desta dissertação, parece simplesmente ignorar, constitui o próprio pressuposto de qualquer inquirimento sobre a possibilidade de reformas *efetivas* do sistema monetário, i.e., reformas que incidam imediatamente apenas sobre as relações de circulação, mas que sejam capazes de afetar o modo de reprodução da economia capitalista como um *todo*. E no entanto, afirma Marx, tal questão “*só pode, naturalmente, ser formulada no final*” (Grundrisse, 59). Afinal:

As diferentes formas do dinheiro podem corresponder melhor à produção social em diferentes etapas [Stufen], uma remove inconvenientes dos quais outra não está à altura; mas nenhuma delas, enquanto permanecerem formas do dinheiro e enquanto o dinheiro permanecer uma relação de produção essencial, pode suprimir [aufheben] as contradições inerentes à relação do dinheiro, mas apenas representá-las [repräsentieren] em uma ou outra forma. (Grundrisse, 58-59)

Ora, aqui descobrimos apenas o que já sabíamos: antes de se tomar em consideração os modos de existência peculiares que as relações constitutivas do modo de produção capitalista podem assumir durante a *história do capital*, e de inquirir sobre a possibilidade de transformação consciente de alguma dessas relações em particular, é necessário desenvolvê-las como “relação

essencial”, ou seja, como momento do desenvolvimento conceitual do valor, de modo a apreender suas determinações essenciais, *não fortuitas*. E no entanto, como vimos, o elemento fortuito, aquilo que é “contingente” e “inessencial”, de fato *existe* na realidade histórica do capital, e disso se auferiu que o mero desenvolvimento conceitual da relação social, à qual corresponde uma determinada forma-valor, não basta para nossos propósitos. É o próprio Marx quem o reconhece: se “*na teoria pressupõe-se que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvem de maneira pura*”, diz ele, “*na realidade efetiva existe sempre [besteht immer] apenas aproximação*” (K, III, 184). Infelizmente, contudo, o caráter mesmo dessa “aproximação”, seu modo de operação, o grau de proximidade a que se chega, etc., é algo de que nosso autor não trata explicitamente.

E isso nos leva (tendo ainda em mente a “*questão geral*” formulada por Marx, enunciada acima) à seguinte pergunta: se ela – a questão geral – só deve vir no final, o que *exatamente* vem *antes*?

Em um texto também pertencente aos Grundrisse, encontramos a seguinte observação: “Todas as relações devem *antes* ser trabalhadas de maneira pura, *como postas pela sociedade*” (Grundrisse, 202). Dediquemos a devida atenção a esta importante frase da *Introdução de 1857*. Ela parece indicar que desenvolver as relações sociais constituintes do modo de produção capitalista “apenas na medida em que coincidem com seu conceito”, equivale, para a Crítica da Economia Política, a elaborá-las como se fossem “postas pela sociedade”. O modo de expressão peculiar que encontramos aqui, revelador de algo muito mais forte do que o flerte posteriormente confessado³³³, interessa-nos sobretudo por nos remeter a um pensador que, como Marx, se recusou a admitir que a oposição de “finidade e infinidade, realidade e idealidade, do sensível e do supra-sensível [Übersinnlich]”³³⁴ – oposição que, segundo este autor, existe e *deve existir*³³⁵ – fosse *absolutizada* pelo pensamento. Falamos, é claro, de Georg W. Friedrich Hegel, em cuja Ciência da Lógica a categoria do *ser-posto* aparece como um degrau crucial no *caminho* de superação dessas oposições (comumente transformadas pelo Entendimento em uma dualidade intransponível): ali ela compõe, junto com as categorias da essência e do ser-aí (existência), a tríade através da qual tal superação é obtida em sua forma mais abstrata.

Tendo em mente que o próprio Marx ressaltou, numa carta a Engels, a importância da Ciência

³³³ Cf. K, I, 27; C, I, 140.

³³⁴ Hegel, Glauben und Wissen. In: Werke 2, *Jenaer Schriften (1801-1807)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1970, pp. 387-433 (o trecho citado se encontra na página 297).

³³⁵ Pois é “a **definição das coisas finitas**, que nelas conceito e ser são diferentes, conceito e realidade, corpo e alma, são (...) separáveis” (WL) - e as coisas finitas, como veremos, *devem existir*. Cf. Hegel, F. *Wissenschaft der Logik, Band I*. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/6729>. Acesso: 04/07/2011. Os trechos da Ciência da Lógica citados neste trabalho serão seguidos pelas iniciais do título da obra em alemão (WL), no próprio corpo do texto.

da Lógica na composição do mais conhecido texto preparatório de *O Capital*³³⁶, não nos parece demasiado ousado afirmar que não foi casual a incorporação da noção de *posição* ao trecho dos Grundrisse citado acima. De fato, na medida em que é capaz de conceber a superação das oposições apresentadas acima, sem para isso recorrer a uma espécie de identidade imediata entre os dois termos, Hegel parece nos oferecer um modelo adequado para pensar a tensa relação de oposição e determinação recíproca entre a lei do valor e a existência real-empírica do modo de produção capitalista – e, por conseguinte, para empreender uma interpretação consistente do devir *histórico* recente do capital e, em particular, do capital acionário.

Neste capítulo, será apresentado, de maneira relativamente sucinta, o modo como Hegel concebe a unidade não imediata da essência e da existência – unidade que reaparecerá, numa figura mais desenvolvida, na dialética da forma e do conteúdo, cujo exame será crucial para que possamos elucidar, na próxima parte deste trabalho, algumas importantes semelhanças e diferenças que subsistem entre o Sujeito Absoluto hegeliano e o conceito marxiano de capital³³⁷. Para realizar tal tarefa, recorreremos não apenas à Ciência da Lógica, do próprio Hegel, mas também ao estudo desta mesma obra empreendido por Michael Theunissen (autor de *Krise der Macht: These zur Theorie des dialektischen Widerspruchs*, artigo cuja relevância para a compreensão da *tensa* relação de Marx com a filosofia hegeliana é reconhecida por importantes estudiosos da obra marxiana³³⁸) em seu *Sein und Schein*³³⁹. Posteriormente, veremos, com o auxílio do livro *Hegel: a ordem do tempo*, do professor Paulo Eduardo Arantes, que Hegel, com base nos resultados obtidos em sua Lógica, chega a um conceito bastante singular de *História* – o qual, no sexto capítulo, servirá de base para uma *primeira* tentativa de interpretação do desenvolvimento *histórico* do capital acionário.

A negação da negação como autorrelação

Origem do Lógico. – De onde surgiu a lógica na mente humana? Certamente, do ilógico, *cujo domínio deve ter sido enorme no princípio*. Mas incontáveis outros seres, que inferiam de maneira diversa da que agora inferimos, desapareceram: e é possível que ela fosse mais

³³⁶ “Prestou-me grande serviço no método de elaboração [Methode des Bearbeitens] (...) eu ter folheado novamente a Lógica de Hegel.” Carta a Engels, de 16 de janeiro de 1958. MEW, vol. 29, p. 260. Note-se ademais que excertos da “pequena Lógica”, produzidos entre 1860 e 1863 (portanto, no auge da elaboração marxiana da Crítica da Economia Política), foram encontrados nos papéis de Marx. Cf. Heinrich, op. cit., p. 167.

³³⁷ Este último tema será abordado apenas no capítulo 7.

³³⁸ Cf. por exemplo Heinrich, op. cit., pp. 164-171, Müller, op. cit., e Grespan, *A dialética do avesso*.

³³⁹ Theunissen, M. *Sein und Schein: die kritische Funktion der Hegelschen Logik*. Frankfurt am Main: Surkamp, 1994

verdadeira! Quem, por exemplo, não soubesse distinguir com bastante frequência o 'igual', no tocante à alimentação ou aos animais que lhe eram hostis (...) tinha menos probabilidade de sobrevivência do que aquele que logo descobrisse igualdade em tudo o que era semelhante. Mas a tendência (...) de tratar o que é semelhante como igual – uma tendência ilógica, pois nada é realmente igual – foi o que criou o fundamento para a lógica.

O comentário acima se encontra na *Gaia Ciência*, de Friedrich Nietzsche³⁴⁰. Evidentemente, seu tom polemista e sua apresentação da *ideia da identidade* como algo *casual* – e, provavelmente, *equivocado* – dificilmente se harmonizariam com o pensamento do filósofo que acreditava ter, com sua *Fenomenologia do Espírito*, demonstrado a *necessidade* do conhecimento absoluto [das Absolute Wissen], da Ciência Pura da qual a Fenomenologia não era senão a dedução³⁴¹, e que “contém o pensamento, na própria medida em que ele é a Coisa em si mesma [Sache an sich selbst], ou a Coisa em si mesma, na própria medida em que ela é o pensamento puro” (WL)³⁴². Isso não obstante, o aforismo nos interessa por exprimir vivamente a singularidade dessa *ideia* – a *ideia mesma da Ciência*³⁴³ – e o ponto de virada por ela imposto à história humana. De fato, todo o conhecimento científico, sem o qual a própria *Modernidade* seria impensável, *parece* partir de um pressuposto: o de que, por trás da diversidade da existência imediata, existe uma espécie de identidade, que a ciência teria a pretensão de apreender. Em *oposição* àquilo que *aparece*, portanto, a ciência pretenderia exprimir o que *é*.

Sabendo disso, um conhecedor da filosofia eleata dificilmente julgaria gratuitas as muitas loas que Hegel tece a Parmênides³⁴⁴ na Ciência da Lógica. E no entanto, era justamente o legado do pensador grego que, segundo Hegel, o “pensamento objetivante [vergegenständliches Vorstellen]”³⁴⁵ pusera em risco, ao cindir completamente o sujeito do conhecimento e a coisa em si, separando de modo aparentemente irremediável o *logos* da *phýsis*. Por isso, não espanta que a Lógica hegeliana, considerada por seu autor como um momento literalmente fundamental da ciência absoluta, sirva à exposição, ou melhor, *seja* a exposição mesma do “pensamento objetivo”, um tipo de pensamento que não é meramente “formal”, pois seu “conteúdo (...) é a matéria verdadeira”, a qual “não é exterior à forma” (WL); pelo contrário: tal “matéria”, afirma Hegel, é a

³⁴⁰ *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 139.

³⁴¹ Cf. Wissenschaft der Logik, Band I. Einleitung., Allgemeiner Begriff der Logik.

³⁴² Assim, o objeto da Ciência da Lógica, “o puro Ser”, “deve ser considerado como a unidade na qual o saber, no ápice de sua conciliação [Einigung], coincidiu com o objeto [Objekt]” (WL).

³⁴³ Theunisse, *Sein und Schein*, p. 98.

³⁴⁴ “A recusa [Zurückweisung] do ser **determinado e finito** [e a passagem ao – BH] Ser enquanto tal em sua universalidade inteiramente abstrata deve ser considerada como a primeiríssima [allererste] exigência, não apenas teórica, mas também prática”. Tal passagem dos seres finitos e determinados ao ser enquanto tal, Hegel a atribui aos eleatas – e, particularmente, a Parmênides (cf. a Doutrina do Ser, cap. 1, Anmerkung 1) Daí ele afirmar que “[c]om Parmênides começou o filosofar propriamente dito [eigentlich]”. Hegel apud Theunissen, op. cit. p. 98.

³⁴⁵ Theunissen, op. cit., p. 29.

própria “forma *absoluta*” (WL). De fato, segundo as pretensões de seu autor, a Lógica Objetiva (constituída pelas Doutrinas do Ser e da Essência) deve substituir “a parte daquela metafísica, que deveria examinar [erforschen] a natureza do *Ens* em geral” (WL): ela deve, em suma, constituir a *verdadeira* Ontologia³⁴⁶.

É o Ser mesmo, portanto, que deve nela se exprimir. E no entanto, a *categoria* do Ser, que já em Aristóteles denotava o idêntico-a-si-mesmo – o Absoluto –, é absolutamente incapaz de fazê-lo por si mesma. Pois na identidade imediata consigo, i.e., na identidade pura à qual o pensamento objetivante o reduz, o Ser aparece como um indeterminado, desprovido de reflexão [reflexionslose] – e, como tal, ele é idêntico ao *Nada*. Nas famosas palavras de Hegel: o “Nada é (...) a mesma determinação, ou antes o [mesmo – BH] não-ter-determinação [Bestimmungslosigkeit], e, por conseguinte, (...) o mesmo que o Ser puro é” (WL): “ [o] puro Ser e o puro Nada são portanto o mesmo” (WL). O Ser não pode, pois, exprimir-se na forma da sua diferença absoluta em relação ao Nada: como absolutamente distintos, ambos são igualmente indeterminados.

Não pretendemos mostrar detalhadamente como o pensamento que parte do Ser e do Nada como *immediatos* chega, pelo movimento de identificação abstrata de um ao outro – no qual “cada um desaparece imediatamente em seu contrário” –, à representação segundo a qual ambos são não apenas “absolutamente diferentes”, mas “*também* [ebenso] não-separados e *inseparáveis*” (WL) -, e que sua “*verdade é portanto este movimento do desaparecer imediato de um e do outro: o devir [Werden]*; um movimento dentro do qual ambos são diferenciados, mas através de uma diferença que, justamente, assim [eben so] se dissolve imediatamente.” (WL) Também não é nosso intuito tratar da passagem dessa unidade já determinada, mas ainda bastante abstrata, do Ser e do Nada – unidade na qual a imediatidade de ambos, embora ainda não superada, encontra-se *relativizada*, i.e., na qual “eles se rebaixam de sua **autonomia** representada [vorgestellten] inicialmente a [a condição de – BH] **momentos, ainda diferenciados**, mas simultaneamente superados” (WL) – a esta outra unidade, mais determinada: o Ser-aí [Dasein], no qual Ser e Nada se encontram numa *unidade que é [seiende]*, ou seja, *na forma do ente*³⁴⁷.

Na verdade, o que nos interessa em todo esse desenvolvimento, que se encontra no primeiro capítulo da Ciência da Lógica, é o fato de ele já nos permitir *entrever* o modelo hegeliano de expressão da verdade – e não (apenas) a verdade *sobre* algum objeto dado, mas a verdade *enquanto tal*.³⁴⁸ Pois aqui descobrimos que esta não se pode exprimir na forma da simples identidade, i.e., que o *Ser*, caso exista, não pode ser um *mero* idêntico-a-si-mesmo, já que, nesta forma, ele é também um

³⁴⁶ “(...) é primeira e imediatamente o lugar da ontologia que a Lógica objetiva ocupa – a parte [da] metafísica, que deveria investigar a natureza do *Ens* em geral” (WL).

³⁴⁷ Cf. a Doutrina do Ser, capítulo I, parte 3: Aufheben des Werdens.

³⁴⁸ Esta distinção entre verdade sobre... e verdade enquanto tal, que já marcara todo o trajeto da *Fenomenologia do Espírito*, cumprirá novamente um papel fundamental na *Ciência da Lógica*.

simples indeterminado, um *nada*. De fato, Hegel afirma que somente enquanto *mediado* o Ser é um *existente*³⁴⁹, e que a mediação, “que (...) contém [enthält] uma relação a outro” (WL), é *determinação*: “[u]m ser finito, determinado, é tal que ele se relaciona com outro” (WL). Afinal, como já dissera Spinoza, em frase à qual Hegel atribuía “importância infinita” (WL): *Omnis determinatio est negatio*³⁵⁰; e se é assim, então chegamos à paradoxal conclusão de que, *para que o Ser seja, ele deve se negar enquanto tal*. Todavia, na própria medida em que a Lógica Objetiva deve ser uma Ontologia, seu desenvolvimento tem necessariamente que ser o pleno desenvolvimento do Ser, ou melhor, das determinações já contidas, abstratamente, na própria categoria do Ser. E se é assim, então seu movimento deve consistir na volta ao idêntico-a-si-mesmo que a categoria do Ser, considerada unilateralmente pelo pensamento objetivante, não conseguiu exprimir; deve consistir, portanto, numa *negação daquela primeira negação*.³⁵¹

Pois bem: a negação da negação deve ser a forma na qual se desenvolve o *Ser enquanto tal*. Entretanto, um tal desenvolvimento não parece imediatamente coadunável com o resultado a que chegamos acima. Pois, à primeira vista, o que descobrimos é que, para que haja o idêntico-a-si-mesmo, este deve *também* ser um diferenciado: o indeterminado é *também* um determinado, o imediato, *também* um mediado – o infinito, *também* um finito. Formulações como essas correspondem exatamente ao primeiro tipo de relação entre o Ser e o Nada, no qual ambos, concebidos pelo pensamento objetivamente como imediatos, como *exteriores um ao outro*, dão origem a um movimento em que aparecem *também* como mediados, um movimento no qual ambos são sucessiva e continuamente negados, i.e., uma negação da negação que se realiza na forma de uma má infinidade, e que não é senão a expressão de uma *negatividade abstrata* – modelo que, na medida em que prossegue indefinidamente, não serve à expressão da verdade *enquanto tal*. Por isso, se na Ciência da Lógica deve-se exprimir o próprio Ser, então a supressão [Aufhebung] daquela primeira negação tem que consistir justamente na supressão daqueles *tambéns* que ela mesma instituiu; pois o imediato que se deve exprimir em tal obra não é *também* um mediado, mas é imediato *enquanto mediado* – algo que só é possível caso aquilo com que ele se media seja ele mesmo, i.e., caso o outro não seja senão *o próprio si*. Ora, mas uma tal identidade, este estar-em-si-mesmo-enquanto-outro, só é concebível se aquilo “que defronta 'seu outro', é simultaneamente o todo, que contém o outro dentro de si como seu próprio momento”³⁵²; e se é assim, então a negatividade na qual se exprime a verdade enquanto tal não pode ser uma negatividade abstrata, mas sim *absoluta*: outro modo de dizer que *a negação da negação na qual se revela o próprio ser é*

³⁴⁹ “Para o Ser que é **mediado**, conservaremos a expressão **existência**.” (WL)

³⁵⁰ “Toda determinação é negação”.

³⁵¹ “[C]omo verdadeira vale para o pensamento dialético apenas a identidade que compreende [übergreift] a diferença.” Theunissen, *Krise der Macht*, p. 319.

³⁵² Theunissen, *op. cit.*, p. 28.

necessariamente uma autorrelação.³⁵³ Eis então que aquilo que deve resultar do desenvolvimento empreendido na Lógica Objetiva, ou melhor, o que *se desenvolve* nessa Lógica, é o *automediado*, o autorrelacionado: um indeterminado que é *autodeterminado*.

A verdade do Ser-aí é o devir

O Ser infinito deve ser finito – finidade cuja primeira figura é o Ser-aí. Como resultado da negação determinada da infinidade abstrata, esta primeira figura revela, necessariamente, um *espaço-temporal*³⁵⁴. Se Hegel não o afirma explicitamente no início do segundo capítulo da Doutrina do Ser, embora já o tivesse feito em outras obras³⁵⁵ – e apesar de reconhecer que a espacialidade, ao menos, já se denuncia na própria categoria do Ser-aí³⁵⁶ –, é porque uma lógica que não é meramente formal não se pode contentar com asserções arbitrárias: as determinações, já contidas abstratamente no início, devem *resultar* plenamente desenvolvidas do próprio movimento do conceito³⁵⁷. E se nós, mais uma vez, nos adiantamos, é porque nos parece importante ressaltar que, na Ciência da Lógica, a determinação da temporalidade se desenvolve a partir da própria intemporalidade, i.e., que a oposição entre o temporal (Ser-aí) e o intemporal (Ser) aparece nela como algo *absolutamente necessário*, e que portanto o verdadeiro intemporal – o *essencial* – só se pode efetivar através da supressão do temporal *dentro do próprio regime da temporalidade* (concepção da qual, como veremos, resultará um conceito bastante peculiar de *história*). Na verdade, isso já fora afirmado por Hegel no final da Fenomenologia; ali, lê-se que:

O tempo é o conceito mesmo, que é aí [da ist], e que se representa à consciência como intuição vazia; daí que o Espírito apareça *necessariamente* no tempo, e aparece no tempo enquanto não se apreende em seu conceito puro, ou seja, enquanto não anula [tilgt] o tempo.³⁵⁸

³⁵³ Sobre a negação da negação que não é relação a si, cf. Theunissen., op. cit.

³⁵⁴ Segundo Theunissen, as categorias do limite e da finidade, desenvolvidas na lógica do ser-aí, exprimem, respectivamente, seu [i.e., do ser-aí] caráter espacial e seu caráter temporal: “Enquanto Hegel compreende o limite espacialmente, ele concebe [begreift] a finidade essencialmente como temporalidade.” Theunissen, op. cit., p. 269.

³⁵⁵ Cf., por exemplo, a primeira seção de *Glauben und Wissen*, e o primeiro e o último capítulos da Fenomenologia do Espírito. Já na *Enciclopédia das ciências filosóficas*, escrita posteriormente à Ciência da Lógica, Hegel afirma que “as coisas mesmas são o temporal”. Disponível em: <http://www.zeno.org/Philosophie/M/Hegel,+Georg+Wilhelm+Friedrich/Enzyklop%C3%A4die+der+philosophischen+Wissenschaften+im+Grundrisse/Zweiter+Teil%3A+Die+Naturphilosophie/1.+Abteilung%3A+Die+Mechanik/A.+Raum+und+Zeit/b.+Die+Zeit> (10/04/2013)

³⁵⁶ “Não é mero Ser, mas sim Ser-aí; tomado em seu sentido etimológico, ser em certo lugar; mas o representação do espaço não pertence aqui” (WL).

³⁵⁷ Cf., por exemplo, o terceiro parágrafo da subseção “Dasein überhaupt”, no segundo capítulo da Doutrina do Ser.

³⁵⁸ *A Phänomenologie des Geistes* está disponível na internet, em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/6698> (15/05/2013)

Ora, na medida em que o Conceito – no qual “o 'Ser puro' [se mostra – BH] não **apenas** como objeto, mas sim também como aquele que o objetiva [das es vergegenständlicht]”³⁵⁹ –, é o ponto de chegada do movimento iniciado com a categoria do Ser, podemos dizer que a *superação* [Aufhebung] da “forma temporal [Zeitform]”³⁶⁰ em que se apresenta o Ser-aí coincide, para Hegel, com a superação da oposição entre finitude e infinidade – superação que deve resultar do próprio desenvolvimento do Ser. Assim, não é por acaso que a categoria do ser-posto encarnará, como veremos, a própria intemporalidade do temporal: mediando a oposição entre o unilateralmente finito (Ser-aí) e o unilateralmente infinito (Essência), o ser-posto cumprirá um papel essencial na expressão conceitual da verdadeira infinidade. Nas mal traçadas linhas que seguem, dedicaremos-nos à apresentação não só do caráter temporal do Ser-aí, mas também do papel cumprido pela categoria do Ser-posto na superação dessa temporalidade.

Como “Ser **determinado**”, “simples ser-uno [Einssein] do Ser e do Nada” (WL), o Ser-aí *resulta* de uma negação determinada. “Tão logo o Ser-aí seja ente, tão logo ele seja não-Ser, ele é um determinado” (WL): ele é um mediado, e como tal tem sua determinidade. Ainda mais: o Ser-aí não é *O* Ser-aí – ele é um ente, ente-aí, e como tal aparece para a representação como um *imediato*; na medida em que “este não-ser é apanhado na unidade simples com o Ser” (WL), ele assume, para o pensamento objetivante, “a forma de um **imediato**. Sua mediação, o *dever*, jaz atrás dele; ela se suspendeu [aufgehoben], e por isso o Ser-aí aparece como um primeiro, do qual se partiu” (WL). O Ser-aí aparece então como o meramente positivo, i.e., ele se mostra na forma de um *dado* [Vorgegebenheit]. Daí que sua determinidade *apareça* unilateralmente como sendo-aí, como “não-refletida”: em suma, como uma *qualidade* “pertencente ao Ser-aí. Assim a qualidade em geral não é separada do Ser-aí” (WL). Assim, embora a determinidade seja *negação* (“A determinidade é a negação posta como afirmativa” (WL); “a determinidade é negação” (WL)), ela assume, na representação, a forma da positividade imediata, e o Ser-aí aparece unilateralmente como “Ser qualitativo” (WL): Algo [Etwas].

Como “momentos de seu desenvolvimento [i.e., do desenvolvimento do Ser-aí – BH], qualidade e algo são do mesmo modo determinações afirmativas” (WL). E no entanto, Hegel insiste, já de início, que no Algo encontramos a primeira forma de reflexividade – e, portanto, de negação. O *desenvolvimento* dessa reflexividade a partir da representação do Algo pela consciência objetivante é bastante complicado, e dele não nos ocuparemos aqui. Como porém já sabemos, pela exposição conceitual, que o Ser-aí resulta de uma primeira negação, podemos compreender sem

³⁵⁹ Theunissen, op. cit., p. 109.

³⁶⁰ Hegel, *Phänomenologie des Geistes*.

grandes dificuldades em que consiste a primeira forma da reflexividade do Algo: como Ser-aí qualitativo, Algo resulta da “superação [Aufhebung] da diferenciação” (WL) simples que constitui o Ser-aí enquanto tal; logo, é uma negação da negação: “O algo é a **primeira negação da negação**, como simples relação [Beziehung] consigo que é [seyend].” (WL) O *Dasein* na forma do *Etwas* é então relação simples a si, ser-dentro-de-si [Insichsein], e como tal *parece* constituir a primeira figura de um processo de negação da negação gerador de um *positivo*. Tal positividade, porém, é meramente formal, e portanto – se considerada unilateralmente, como tende a fazer a representação – ilusória; pois Algo, como sabemos, está no espaço³⁶¹, e portanto se encontra *em relação* com outro(s) Algo(s). Daí segue que, como mera relação a si, Algo não é ainda “**idêntico a si**” (WL), i.e., não constitui exatamente uma *identidade*, mesmo que unilateralmente formal. Pois, justamente por ele se encontrar no espaço, as qualidades que, consideradas unilateralmente em sua positividade, apareciam como *propriedades/qualidades* [Eigenschaften] que dizem respeito apenas ao Algo enquanto tal, não podem ser propriamente consideradas apenas em sua imediatidade. Afinal, afirma Hegel:

Sob propriedades/qualidades (...) se entendem determinações que não apenas são **próprias** de um algo, mas sim por meio delas ele se **conserva** na relação com outro de um modo próprio, não deixa as influências estranhas nele postas atuarem em si, mas sim faz **valer** [geltend] suas próprias determinações no outro (WL).

Logo, o Ser-aí não é ente-aí, Algo, apenas como negação de seu caráter de Ser-aí em geral: Algo é apenas na medida em que se encontra numa relação com *Outro*. Nas palavras de Hegel: “Algo contém em si seu não-ser; ele é essencialmente **um** com ele e essencialmente **não um** com ele. Ele se encontra portanto em relação [Beziehung] com seu ser-outro.” (WL) E no entanto, Algo só é caso *negue* este Outro, caso se afirme na relação – em suma, caso não deixe afirmar-se em si a influência [Einwirkung] do Outro. Nas palavras de Hegel: “[a] negação de seu outro é somente a qualidade do Algo, pois como este suspender [Aufheben] seu outro ele é Algo.” (WL) Evidencia-se assim a contradição imanente ao Ser-aí enquanto tal: ele é apenas na medida em que negue o Outro – um Outro sem o qual ele mesmo não é o que é, e que portanto lhe é *constitutivo*³⁶². E o mesmo vale para o Outro – que, afinal de contas, é também um Algo. Nas palavras de Theunissen:

³⁶¹ A rigor, como vimos, Hegel ainda não tinha desenvolvido, nesta altura, a determinação da espacialidade do Ser-aí. Contudo, como não objetivamos seguir *pari passu* o desenvolvimento conceitual da Ciência da Lógica, mas apenas ressaltar, neste desenvolvimento, aquilo que nos pode auxiliar na constituição de um modelo para a apreensão conceitual do desenvolvimento histórico do capital, podemos simplesmente assumir a espacialidade, de modo a chegar o quanto antes à *temporalidade* do Ser-aí. (Note-se, além disso, que na primeira versão da Ciência da Lógica Hegel deriva o Outro antes do próprio Algo. Cf. Theunissen, op. cit., p. 165.)

³⁶² “[E]le é posto como o que se comporta negativamente contra [o outro – BH] e o que com isso se conserva” (WL).

[No nível do Ser-aí, – BH] os 'lados que se tornaram autônomos' (WL) reciprocamente tanto se contêm como se excluem. Eles contêm um ao outro como momentos e excluem um ao outro como totalidades. Se cada um deve ser o **todo**, então eles devem conter o respectivamente outro como momento; se **cada um** porém é de fato [tatsächlich] o todo, então ele ao mesmo tempo exclui o outro, a saber, o outro como o todo, que ele mesmo é. A reciprocidade da implicação dos momentos requer obrigatoriamente a também recíproca exclusão das totalidades, as quais *somente em virtude dessa implicação são o que são*.³⁶³

Assim, se “um, para *poder ser* mesmo, pressupõe o ser do outro, isto [i.e., esta condição – BH] significa seu próprio não-ser, no sentido de que ele simultaneamente é apenas sob a condição do não ser do seu outro.”³⁶⁴ Ora, a noção de “[q]ue um contém o outro e no entanto o exclui” pode também “exprimir-se negativamente: ambos contêm a si mesmos e simultaneamente não contêm a si mesmos”³⁶⁵; daí Theunissen dizer, noutro texto, que o “*Algo totalizante*” é “*pura idealidade*”³⁶⁶, e que “a dissolução do todo [i.e., do Algo como todo – BH] num tal suceder [Geschehen] caracteriza a verdade do Ser-aí de modo essencial”.³⁶⁷

Descobre-se deste modo que, se já no nível do Ser-aí nos defrontamos com a negação da negação, esta não se constitui ainda como um processo verdadeiramente afirmativo: temos aqui, na verdade, uma afirmação que é também negação – ou melhor, uma autoafirmação que é também auto-negação. Noutras palavras: o modo de afirmação do Algo é ainda uma negação da negação *apenas formal*, e portanto uma *negação como “primeira [negação – BH]”,* a qual, “como negação **em geral**, deve se diferenciar bem da segunda, a negação da negação, que é a negação concreta, **absoluta**, enquanto aquela primeira é, pelo contrário, apenas a negatividade **abstrata**.” (WL)

Pois bem: como relação apenas abstrata consigo, Algo só se afirma na medida em que se nega. Essa contradição, imanente ao Ser-aí enquanto tal, traz consigo um desenvolvimento da mais alta importância. Na medida em que Algo já é mediação consigo, ainda que apenas formalmente; melhor dizendo: na medida em que sua constituição já nos remete a uma negação da negação, *que porém não é plena relação a si*, e na qual portanto se exprime, num primeiro momento, nada mais do que uma *negatividade abstrata*, Algo é em si mesmo um vir-a-ser: um vir-a-ser que não é *volta a si*, mas mera *transição* [Übergehen].

³⁶³ Theunissen, *Krise der Macht*, p. 321.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 322.

³⁶⁵ *Ibidem*, *idem*.

³⁶⁶ Theunissen, *Sein und Schein*, p. 239.

³⁶⁷ *Sein und Schein*, p. 240.

Esta mediação consigo, que Algo é **em-si**, tomada apenas como negação da negação, não tem qualquer determinação concreta por seu lado (...). Algo **é**, e **é** portanto também Ente-aí [Daseyendes]; ele é **em-si** ademais também **devir**, que porém não tem mais como seus momentos somente Ser e Nada. Um deles, o Ser, é agora Ser-aí e, ainda mais, Ente-aí. O segundo é igualmente um Ente-aí, mas determinado como negativo do Algo – um **outro**. O algo como devir é um sobrepassar, cujos momentos mesmos são eles mesmos Algo, e portanto ele é **variação/alteração** [Veränderung] – um devir que já se tornou **concreto**. (WL)

Note-se que aqui, mais uma vez, tratamos de determinações que o próprio desenvolvimento ainda não trouxera à luz. Nesta altura da exposição, afinal:

O Algo (...) se altera em primeiro lugar apenas em seu conceito; ele ainda não está **posto** assim como aquilo que se medeia e é mediado; em primeiro lugar [ele está posto – BH] apenas como aquele que simplesmente se conserva em sua relação consigo, e o negativo dele [está posto – BH] do mesmo modo como um qualitativo, apenas um **outro** em geral. (WL)

No ponto da exposição em que ora nos encontramos, portanto, Algo só se conserva [erhält], i.e., só encontra sua identidade formal consigo mesmo, na medida em que constitui uma relação simples a si. Aqui “Algo e Outro são 'indiferentes um ao outro'”, já que “seu ser é representado como um ser-em-si [Ansichsein], que permanece estranho a sua relação recíproca”³⁶⁸. O Outro, efetivamente, ainda se lhe apresenta como *mero* outro, ao qual nosso Algo só pode dedicar a indiferença [Gleichgültigkeit]: nesta altura da exposição, afirma Hegel, “seu sentido aparece como completo ainda sem seu outro” (WL). Fomos nós, portanto, quem lhe inseriu à força este Outro, pondo fim, de modo exterior, à autonomia da qual ele ainda gozava – e pulando uma parte do desenvolvimento conceitual que se encontra no segundo capítulo da Doutrina do Ser. De qualquer modo, tendo dado o passo maior do que a perna, acabamos por nos defrontar com a própria “verdade do Ser-aí”³⁶⁹: ele é em si *devir*, mas um devir que, ao contrário daquele que encontraremos na Lógica da Essência, “*nunca se completa*” (WL), e que portanto não é mais do que um *Übergehen* (sobrepassar)³⁷⁰. E é justamente porque esse *Übergehen* se apresenta em três formas diferentes, mas internamente relacionadas, que encontraremos estas três determinações constitutivas daquilo que é-aí: a *mutabilidade*, a *finidade*, e aquele regime de infinidade que se lhe contrapõe: a

³⁶⁸ Theunissen, op. cit., pp. 25-6.

³⁶⁹ Theunissen, op. cit., p. 180. Cf. também ibidem, p. 238.

³⁷⁰ “Na esfera do Ser, o autodeterminar-se do Conceito é ele mesmo apenas em si; por isso, é chamado de sobrepassar [Übergehen]” (WL).

infinidade abstrata, *unilateral*.

Consideremos em primeiro lugar a mutabilidade, que não é senão o “sobrepassar da determinação e da constituição [do Algo] uma na outra” (WL). Infelizmente, não poderemos examinar aqui o silogismo [Schluss] determinação-determinidade-constituição [Beschaffenheit], no qual a mutabilidade do Ser-aí encontra sua expressão mais concreta. Nestas breves considerações, seremos forçados a derivar tal determinação da própria contradição imanente ao ente-aí, segundo a qual este *tem* o outro em si, mas só *é* na medida em que o nega. Nessa contradição se revela, por um lado, que o Algo *só se relacione consigo na medida em que sai de si*; e por outro, que o Algo volta a si não apenas passando pelo outro, mas *negando-o*. Ora, se é assim, então, no que se refere ao ente-aí, *toda volta a si é a volta a um outro*. Já vimos acima: “O algo como devir é um sobrepassar, cujos momentos mesmos são eles mesmos Algo, e portanto ele é **variação/alteração** [Veränderung].” Assim, se aquilo que é-aí é nada mais do que devir, *Übergehen*, a primeira forma assumida pelo devir é a da variação/alteração.

Mas a inquietude que, mantida dentro dos limites da identidade formal do ente consigo mesmo (como no parágrafo acima), faz do Algo um suceder [*Geschehen*], se exterioriza: o limite é, para o Ser-aí, uma barreira, que deve ser ultrapassada – contradição da qual resulta, inevitavelmente, seu *perecimento*. Como afirma Hegel noutro contexto:

Algo é (...) vivente somente enquanto contém dentro de si a contradição, e justamente é esta força de prender e sustentar dentro de si a contradição. Se porém um existente não é capaz, em sua determinação positiva, de abarcar simultaneamente sua determinação negativa e de manter firmemente uma na outra, de ter dentro de si mesmo a contradição, então ele não é a unidade vivente mesma, não é fundamento, mas sim perece na contradição [geht in dem Widerspruche zu Grunde].” (WL)

Contradição em si mesmo, Algo se apresentou, num primeiro momento, como *mutante*. Contudo, a contradição mesma deve ser superada – o que, no nível do Ser-aí, só pode ocorrer com seu *perecimento*³⁷¹. O Ser-aí é então um perecível: um *finito*. Como afirma Theunissen, “o conceito de finidade exprime a verdade sobre o Ser-aí ”³⁷²; pois o dia sempre chega, em que “ele mesmo é [o] sobrepassar.”³⁷³ Assim, o *Übergehen*, que constitui a própria verdade do Ser-aí, assume uma segunda forma: a do perecer [Vergehen], o que leva Hegel a dizer que o Ser-aí, ou seja, “o finito não apenas se altera, (...) mas **perece**, e não é meramente possível que ele pereça, de modo que ele

³⁷¹ “O finito é então a contradição de si em si; ele se suprime, perece”. (WL)

³⁷² Op. cit., p. 267.

³⁷³ Ibidem, p. 237.

pudesse ser, sem perecer. Pelo contrário, o ser das coisas finitas enquanto tal é ter o germe do perecer como seu ser-dentro-de-si: a hora de seu nascimento é a hora de sua morte.” (WL)

Pois bem: a categoria da finitude exprime a própria verdade do Ser-aí. Ainda mais: segundo Theunissen, “[a] verdade sobre o Ser-aí é que ele é 'o outro nele mesmo’”³⁷⁴ – e “o *outro* do finito [des Endlichen]”, é evidente, só pode ser o própria “*infinito*” (WL). Daí Hegel afirmar que:

o finito defronta **perenemente** o infinito, [ele] é o em si nulo, e ele é **como** o em si nulo. (...) e o desenvolvimento do finito mostra que ele em si, como tal contradição, desmorona dentro de si [in sich zusammenfällt], mas que se dissolve/resolve aqui efetivamente a contradição, não que ele apenas é perecível e perece, mas sim que o perecer, o Nada, não é o último, mas perece. (WL)

“Assim, o finito não pereceu no [seu – BH] perecer; (...) ele apenas se tornou um **outro** finito, o qual porém é igualmente apenas o perecer como sobrepassar num outro finito, e assim por diante, até o infinito.” (WL) Logo, por mais paradoxal que isso pareça, se “o conceito da finitude constitui a verdade sobre o Ser-aí”³⁷⁵, a “a verdade do próprio finito”, por seu turno, será encontrada “somente no infinito.”³⁷⁶

Que essa “inquietude [Unruhe]” (WL) na qual se consome o existente seja representada usualmente através de referências àquilo que nós, indivíduos modernos, nos acostumamos a representar como o tempo mesmo (intervalos determinados: segundos, minutos, horas, dias, anos, séculos...), eis algo que nada tem de casual. De fato, o próprio Hegel, segundo Theunissen, “concebe a finitude como temporalidade [Zeitlichkeit]”³⁷⁷: “Ele pensa num fim temporal, quando, considerando o significado da palavra 'finitude', acentua: 'As coisas finitas (...) **são**, mas a verdade deste ser é seu **fim**'. Encontra-se então no lugar do sobrepassar, acentuado primariamente de modo espacial, o **perecer** [Vergehen], que deve ser apreendido *temporalmente*.”³⁷⁸

Podemos então falar de uma “co-pertinência” do tempo e do Ser-aí³⁷⁹, já que este último, como contradição em si, é um finito – e, como afirma Arantes, se “a finitude das coisas explica sua temporalidade, esta exprime a verdade daquela”³⁸⁰. Devemos porém ser cuidadosos, e reconhecer

³⁷⁴ Theunissen, op. cit., p. 267.

³⁷⁵ Ibidem, idem.

³⁷⁶ Ibidem, idem.

³⁷⁷ Theunissen, op. cit., p. 269. Nas palavras do próprio Hegel: “o finito [é] perecível e *temporal*”. Enzyklopädie, § 258.

³⁷⁸ Theunissen, op. cit., 269. “Quando lidamos com o finito estamos já no tempo”. Arantes, P. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 101.

³⁷⁹ Arantes, op. cit., p. 99. Se Hegel afirma na Lógica que a verdade do Ser-aí, como vimos, é o devir, na Enciclopédia ele dirá que “o tempo mesmo é este devir, surgir e perecer” (§ 258). No mesmo parágrafo da Enciclopédia ele afirma ainda que “o real [Reelle] é de fato diferente do tempo, mas também [ebenso] essencialmente idêntico a ele.”

³⁸⁰ Arantes, op. cit., pp. 103-4.

que *temporalidade* e *tempo* não são exatamente a mesma “coisa”. De fato, a temporalidade é a verdade das “coisas reais”; mas é “o *processo*” dessas coisas, e não *elas mesmas* em sua *imediatidade*, o que “constitui o *tempo*”³⁸¹. Este é, portanto, a *negação abstrata*, o *outro* da temporalidade, assim como a infinidade é a negação abstrata da finitude³⁸². Com efeito, se o “finito se deixa levar no fluxo” (WL) da existência, é porque a forma do vir-a-ser no qual o Ser-aí *enquanto tal* encontra sua verdade não é senão um momento do próprio devir *enquanto tal*, i.e., desta primeira forma da infinidade que pode, considerada unilateralmente, ser representada como o puro escoar, o processo abstrato do nascimento e do perecimento de todas as coisas, do qual não se vê o começo nem o fim: processo no qual reencontramos o “mau-infinito” (WL), e cuja isomorfia em relação ao *tempo* não é mera coincidência. Podemos portanto dizer, sobre as coisas finitas, que “elas são finitas como momentos do processo, e infinitas como o processo mesmo”³⁸³; e sobre o tempo, que ele é “a intuição abstrata”³⁸⁴ deste processo – intuição abstrata de um processo abstrato, ou melhor, da “pura processualidade”³⁸⁵ constitutiva da “infinidade afirmativa”³⁸⁶, *considerada unilateralmente* – intuição imanente à consideração imediata do Ser-aí, e que não pode ser ultrapassada dentro dos limites impostos por tal perspectiva.

A alteridade absoluta

Afirmamos acima que a consideração unilateral da infinidade afirmativa – modo de infinidade a que ainda não chegamos, e que, como veremos, não é para Hegel senão o próprio Ser –, que nos lega uma representação do verdadeiro infinito como “mau infinito”, não pode ser superada nos limites do próprio Ser-aí. Com efeito, já sabemos que a verdade do ente-aí é ser “*nada mais* do que um vir-a-ser”³⁸⁷: o *Übergehen*, que o ente-aí é, “não pode chegar definitivamente a um repouso, pois o Algo não seria capaz de subjugar-lo através da reflexão”³⁸⁸. Assim, se chegamos, com o desenvolvimento do Ser-aí, a uma espécie de negação da negação, e por conseguinte a um tipo de *reflexão*, a negatividade a que ele dá vazão ainda é meramente abstrata, i.e., não é a expressão de uma *autorrelação*: a reflexividade que temos em vista não é *absoluta*; o Outro, com o qual Algo se

³⁸¹ Hegel, *Enzyklopädie*, § 258, citado por Arantes, op. cit., p. 98.

³⁸² Hegel insiste em sua *Ciência da Lógica* no fato de que a infinidade é resultado, *processo*. Cf. também Theunissen, op. cit., p. 278.

³⁸³ Theunissen, op. cit., p. 294.

³⁸⁴ Arantes, op. cit., p. 103.

³⁸⁵ Theunissen, op. cit., p. 294.

³⁸⁶ Theunissen, op. cit., p. 294.

³⁸⁷ Theunissen, op. cit., pp. 180. “[O] Ser-aí [é], de acordo com sua verdade, não mais do que **devir**”. Ibidem, pp. 180-1.

³⁸⁸ Theunissen, op. cit., p. 238.

medeia, não é ele mesmo³⁸⁹.

É provável que nada evidencie tão bem o caráter abstrato dessa reflexividade quanto a *temporalidade* do Ser-aí. O temporal é essencialmente resultado, mas *aparece* como um imediato, i.e., se apresenta à experiência como um *dado*³⁹⁰; pois, como já sabemos, embora o Ser-aí seja um mediado – um “negativamente determinado” –, o “movimento mediador” propriamente dito, como diria Marx em outro contexto, “desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio” (K, I, 107; C, I, 1, 216)³⁹¹. Justamente por isso, “o pensar nas categorias do Ser-aí está (...) preso à aparência de que seu objeto [Gegenstand] seria-lhe simplesmente dado”³⁹²: afinal, “Algo vale [gilt] para a representação” meramente “como um real [ein Reelles]” (WL), um unilateralmente positivo: um *dado*³⁹³ – confusão que impede o pensamento de conceber a *unidade* determinada do finito e do infinito que é a *verdadeira infinidade*, e portanto de chegar ao verdadeiro Ser que a Lógica Objetiva, como ontologia, deve ser capaz de apresentar.

Faz-se necessária, pois, a crítica da “ontologização do ôntico”³⁹⁴. Daí Hegel falar, já de início, sobre a necessidade de distinguir entre aquilo “que é **posto** num conceito” (WL), e aquilo que é meramente “**para nós, em nossa reflexão**”³⁹⁵ (WL):

*Contra o que é somente para nós, que Hegel também denomina o que é “em si”, distingue-se o posto [das Gesetzt] somente quando se o equipara àquilo que é derivado [der Hergeleiteten]. Esta equiparação repousa imediatamente naquela contraposição. Ela é ali, porém, excluída, quando Hegel trabalha com a expressão “primeiramente posto”. Pois o “primeiramente” entra em conflito com a derivação. Na ligação com “primeiramente”, “posto” pode significar somente “dado”. Hegel identifica porém o *modus*, no qual algo é “primeiramente posto”, com o modo como ele se apresenta “para a representação”. O primeiramente posto é aquele que é dado à representação, ou melhor: aquele que vale como dado para o pensamento que representa [vorstellenden Denken].³⁹⁶*

Note-se que, se os dois sentidos assumidos pelo termo “*Gesetzt*” aparecem, na Doutrina do

³⁸⁹ Por isso mesmo, Theunissen fala, como vimos, de uma “pura idealidade do Algo totalizado”. Op. cit., p. 239.

³⁹⁰ “(...) e aquela imediatidade e simplicidade do começo é (...) o resultado” Hegel, *Phänomenologie*... “Não à toa, Hegel chama a atenção, já no segundo capítulo da Doutrina do Ser, para o fato de que, embora a representação tenda a apreender o Ser-aí unilateralmente como um *positivo*, que *possui* qualidades, e não como uma determinidade, i.e., como o *resultado* de uma determinação, é necessário ter em mente que ele possui a negatividade em si, que ele é uma unidade determinada do ser e do nada na forma do ente.

³⁹¹ É Theunissen quem aproxima esta frase de Marx dos resultados obtidos pela Lógica hegeliana, em op. cit., p. 215.

³⁹² Theunissen, op. cit., p. 147.

³⁹³ Tratando do tema, Theunissen fala da aparência de *Vorgegebenheit* do Ser-aí. Infelizmente, o termo *dado* não serve para dar conta do significado desse substantivo alemão, que talvez pudesse ser traduzido como “pré-dadidade”.

³⁹⁴ Adorno apud Theunissen, op. cit., p. 199.

³⁹⁵ Cf. Theunissen, op. cit., pp. 147.

³⁹⁶ Theunissen, op. cit., pp. 147.

Ser, como inconciliáveis, isso se deve não à Coisa mesma, mas à perspectiva necessariamente unilateral que a Razão assume quando parte imediatamente do Ser-aí.³⁹⁷ Daí que, se quisermos, como é necessário, *reconstruir conceitualmente* o imediato, i.e., concebê-lo como um imediato-mediado, de modo a despi-lo de seu caráter de *dado*, será necessário mudar de perspectiva, deixar o Ser-aí enquanto tal e tomar em consideração seu verdadeiro Outro: “esta **identidade consigo** [mit sich], a negação da negação”, o “Ser que pereceu [vergangne]”, mas “pereceu sem-tempo [zeitlos]”: em suma, a “Essência”³⁹⁸.

“O *Ser-em-si* [Ansichsein]”, diz Hegel, “deve ser tomado usualmente como um modo abstrato de exprimir o conceito” (WL). É necessário então “exprimir a verdade sobre aquela positividade”³⁹⁹ que o pensamento objetivante se acostumou a considerar [erachten] “como algo dado [Vorgegebenheit]”⁴⁰⁰, o que só é possível “caso se o revele como *ser-posto*”⁴⁰¹. O próprio “*pôr* [Setzen]”, contudo, “*recai propriamente somente na esfera do Ser, da reflexão objetiva*” (WL): “o ser-posto”, afirma Hegel, “é um ser-posto apenas quando está consideração a essência [in Rücksicht auf das Wesen]” (WL). Logo, é na Lógica da Essência que encontraremos o modelo hegeliano de reconstituição do imediato como mediado – e consequentemente, também de superação do dualismo da realidade e da essência –, modelo no qual a categoria do ser-posto, a que Marx faz referência em seu texto sobre o método da Economia Política, cumpre um papel fundamental. Nos próximos parágrafos, tentaremos esclarecer o modo como a filosofia hegeliana pretende, mediante o desenvolvimento da categoria do Ser-posto, superar a oposição entre Essência e Ser-aí.

“Ao Ser-aí **corresponde, na esfera da essência, o ser-posto**” (WL): em tal frase encontramos a primeira formulação da relação entre Ser-aí, Essência e Ser-posto. Na “**esfera do Ser**”, vale lembrar, “o Ser-aí era o Ser que tinha a negação em si” (WL), ou melhor, o Ser como primeira unidade determinada do Ser e do Nada, que no entanto se apresentava unilateralmente na forma do Ser – e, como tal, o Ser-aí aparecia como um imediato. Ora, como Ser-posto, o Ser-aí é justamente o contrário: ele é um positivo, pois não resulta da negação do Ser, mas da posição da Essência; e, enquanto resultado, ele é um *mediado* – ou melhor, ele é um imediato como imediatamente suprimido; nas palavras de Hegel: “Ele [o ser-posto] é igualmente um Ser-aí, mas seu chão é o Ser como essência ou como pura negatividade; é uma determinidade ou negação, não como ente [seyend], mas sim imediatamente como suprimida” (WL).

Convém atentar para esse modo peculiar de mediação que encontramos no imediato “como

³⁹⁷ Cf. Theunissen, op. cit., pp. 147-8.

³⁹⁸ “[A] essência é o Ser perecido, mas perecido [como] sem-tempo [zeitlos]” (WL).

³⁹⁹ Theunissen, op. cit., p. 151.

⁴⁰⁰ Theunissen, op. cit., p. 151.

⁴⁰¹ Theunissen, op. cit., p. 151.

suprimido”, aqui contraposto à “negação como ente”. Qual é o fundamento dessa contraposição? No mesmo parágrafo no qual encontramos as últimas citações, lemos o seguinte: “O ser-posto defronta por um lado o Ser-aí, por outro lado a essência, e deve ser considerado como o meio-termo [Mitte], que unifica/reúne [zusammenschließt] o Ser-aí com a essência e, vice-versa, a essência com o Ser-aí.” (WL) Aqui se encontra a própria verdade do Ser-posto: ele é o meio-termo que encadeia o Ser-aí com a essência, e *vice-versa*. Num primeiro momento, porém, deparamo-nos não propriamente com um encadeamento, mas com uma *posição unilateral*: o Ser-aí, de início, parece resultar do movimento reflexivo que a Essência é, e é isso o que se pode apreender da própria continuação do trecho citado acima:

Quando se diz que uma determinação é **somente** um ser-posto, isso pode então ter duplo sentido; ela o é em oposição contra o Ser-aí ou contra a essência. Naquele sentido o Ser-aí é tomado como algo mais elevado que o ser-posto, e isto deve ser atribuído à reflexão exterior, ao subjetivo. Na realidade, porém, o ser-posto é o mais elevado; pois como ser-posto o Ser-aí está como o que ele é em si [an sich], como negativo (...) Por isso, o ser-posto é um ser-posto somente em referência à essência (WL).

Eis então que, como Ser-posto, o Ser é “a imediatidade puramente apenas como determinidade ou como aquilo que se reflete” (WL): um mediado na forma da positividade. Outrora um imediato, o Ser-aí é, “*apenas, pura e simplesmente* [schlechthin nur], como Ser-posto”, “o Ser não como Ser, mas sim apenas como a determinidade do Ser, contra a mediação: o Ser como *momento*.” (WL)

Não subestimemos os advérbios grifados na última citação; pois no fato de que o Ser-aí foi ali encarado *apenas* como Ser-posto reside a própria razão do fracasso dessa primeira representação da Essência, fracasso do qual agora trataremos. Hegel enfatizara já no início da Doutrina da Essência que esta não pode ser pensada unilateralmente como começo, i.e., ponto de partida do qual a existência *advém*. Em suas palavras: “[e]ssa igualdade consigo mesma (...) não é então um **primeiro** [ein Erstes], do qual se parte” (WL): “ela é apenas este movimento mesmo” (WL). Ora, um tal movimento só pode ser um “automovimento [Selbstbewegung]” (WL) - outro modo de dizer que “a Essência”, necessariamente, “é *reflexão*” (WL). Por isso, se “a essência é o Autônomo [das Selbständige]”, ela o é como “pura mediação”, e disso decorre que, se ela é um pressuposto, só pode sê-lo como *resultado* – uma noção que é evidentemente inconciliável com o Ser *apenas* posto, “um ser que foi posto [Poniertsein] como exterior ao Ser-aí”⁴⁰².

⁴⁰² Thenissen, op. cit., p. 331.

Mas isso não é tudo. Na verdade, o Ser *apenas* posto, i.e., o Ser-aí pensado como *mero momento*, é incompatível também com a própria noção de Ser-aí. Se já tomamos conhecimento, na Doutrina do Ser, da impossibilidade da apresentação racional do Ser-aí como um mero positivo; noutras palavras: se o movimento do Ser-aí revelou que ele resultara de uma mediação, trazendo à tona a unilateralidade de sua representação como *apenas* imediato, daí não segue que ele não constitua, ainda que apenas formalmente, uma identidade consigo mesmo, ou seja, que o Ser-aí não seja uma espécie de relação-a-si. Noutras palavras: se o Ser-aí é resultado, ele não é *apenas* isso – e não foi por outra razão que acima ressaltamos a necessidade não apenas de refutar seu caráter de algo dado, mas de também, ao fazê-lo, restituir o momento de verdade de sua imediatidade.

Ora, considerado como mero momento, o Ser-aí deixa de ser referência a si; conseqüentemente, deixa de ser o que é. *Exclusivamente como ser-posto*, diz Hegel, o Ser-aí é mera aparência⁴⁰³; não surpreende então que, neste ponto, a representação deixe de pensar o Ser-aí como Ser-posto, i.e., um mediado, e volte a apreendê-lo como um imediato – mas um imediato ao qual agora se contrapõe uma essência *exterior*, que não é senão o movimento de negá-lo⁴⁰⁴. Evidentemente, também essa representação fracassa; afinal, “[n]esta determinação” a reflexão “está duplicada; uma vez [está] como o pressuposto, ou a reflexão dentro de si, que é o imediato. Na Outra vez ela é a reflexão que se relaciona consigo como negativa; ela se relaciona consigo como aquele se não-ser” (WL)⁴⁰⁵. Temos aqui pois um modo de reflexão que, evidentemente, não pode ser chamado de *absoluto*, e portanto não nos oferece uma noção adequada da Essência.

Se quisermos que a noção de Ser-posto nos permita superar efetivamente a dualidade na qual a oposição entre Essência e Ser-aí até aqui se apresentou, será necessário levar a sério a seguinte frase, já citada: “O ser-posto defronta por um lado o Ser-aí, por outro lado a essência, e deve ser considerado como o meio-termo [Mitte], que unifica/reúne [zusammenschließt] o Ser-aí com a essência e, vice-versa, a essência com o Ser-aí.” (WL) Dissemos acima que tal frase exprime a própria verdade do Ser-posto. E de fato, depois de percorrer os momentos da reflexão, chegamos necessariamente ao seguinte enunciado: o Ser-posto é o meio-termo que, encadeando o Ser-aí à Essência, encadeia a Essência ao Ser-aí, e vice-versa. Afinal, se a verdade do Ser-aí é ser um imediato que é mediado, esta só pode se revelar efetivamente na sua identidade mediada com a

⁴⁰³ “[A] aparência é este não-ser-aí **imediato**” (WL).

⁴⁰⁴ “A reflexão exterior **pressupõe** (...) um Ser, **primeiramente** não no sentido de que sua imediatidade seja apenas ser-posto ou momento, mas sim muito mais no de que essa imediatidade é a relação consigo, e a determinidade é *apenas* como momento. Ela se relaciona com sua pressuposição de tal maneira, que esta é o negativo da reflexão, mas de maneira que este negativo é superado [aufgehoben] como negativo.” (WL)

⁴⁰⁵ “Há então na determinação reflexiva dois lados (...) **Em primeiro lugar** ela é o ser-posto, a negação enquanto tal; **em segundo**, ela é a reflexão dentro de si. De acordo com o ser-posto ela é a negação da negação; esta é, com isso, já sua unidade consigo mesma. Mas ela é [esta unidade – BH] apenas, somente **em si**”. (WL)

Essência, essência que não é senão a *automediação que se dá imediatidade*⁴⁰⁶. Daí que o silogismo do qual o ser-posto é meio-termo deva ajudar a trazer à tona não a mera determinação unilateral do Ser-aí pela essência, nem uma essência que é mera negação do Ser-aí, mas sim a identidade mediada, ou seja, o *co-pertencimento* desses dois polos.

Mas como exatamente devemos pensar essa identidade peculiar? Como exprimir esse co-pertencimento sem voltar àquela primeira noção, bastante pobre, de *posição*? Como, em suma, falar de uma *automediação que se dá imediatidade*, i.e., de uma Essência que é o próprio Ser, mas de modo que este seja também “determinado como um Outro” (WL) – uma essência cuja reflexão seja “o **seu** parecer num Outro” (WL), e que portanto, “esteja igualmente no Ser imediato”, que não é senão ela mesma, “como com um também exterior” (WL)?

A nos fiarmos em Theunissen, isso só é possível se concebermos a essência como *atividade*: a atividade “que se destaca na dissolução da aparência da pré-dadidade [*Vorgegebenheit*].”⁴⁰⁷ Ora, uma tal atividade só pode ser concebida por meio de uma identificação da *reflexão* com o próprio *pôr* [*Setzen*], i.e., na forma de uma “*atividade ponente*”⁴⁰⁸, em cuja figura a Essência se revele como “o superar-se [*das sich Aufheben*] do ser-outro e da determinidade” (WL), processo “que não se fundamenta em substrato algum”⁴⁰⁹, que “já é enquanto tal a atividade que retorna a si [*zu sich zurueckkehrende*] e que, neste retorno, se medeia consigo mesma.”⁴¹⁰ “Apenas assim”, afirma Theunissen “ela pode do mesmo modo ser o Ser que se condensou justamente num processo sem substrato. E apenas assim torna-se compreensível por que não há mais 'a relação com outro'; não há mais relação com outro *como uma relação entre dados*.”⁴¹¹ Mas, por mais enriquecedora que seja a noção da Essência como processo sem substrato, é impossível não notar que tal processo – um automovimento –, embora constitua uma figura importante, ou melhor, um estágio essencial do desenvolvimento da Essência, não pode ser ainda compreendido como reflexão *absoluta*. De fato, no ponto em que ora nos encontramos, ainda não queda esclarecido como exatamente o Ser-aí pode, de alguma maneira, se manter como um *exterior* à essência – como, nas palavras de Hegel, se pode conceber “o Ser imediato como um exterior a ela” (WL).

Para esclarecer essa questão, Theunissen se aproveita dos termos empregados pelo próprio

⁴⁰⁶ “Segundo a concepção do próprio Hegel, a essência **se torna** ser-para-si [*Fürsichsein*] somente quando ela *se dá* existência [*Dasein*; i.e., se dá a forma do Ser-aí – BH], i.e., somente na passagem ao fenômeno [*Erscheinung*].” Theunissen, op. cit., p. 312. Ou, como o mesmo autor afirma noutro texto: “A essência é reflexão, e a reflexão, um relacionar-se consigo [*Sich-auf-sich-beziehen*], que conserva [*bewahrt*], como diferenciar-se de si mesmo [*Sich-von-sich-Unterscheiden*], a igualdade consigo.” *Krise der Macht*, p. 319.

⁴⁰⁷ Theunissen, p. 308. Sobre o significado do substantivo *Vorgegebenheit*, ver nota acima.

⁴⁰⁸ Theunissen, op. cit., p. 309.

⁴⁰⁹ Theunissen, *ibidem*.

⁴¹⁰ Theunissen, *ibidem*.

⁴¹¹ Theunissen, op. cit., p. 312.

Hegel na última sentença citada, e nos oferece a via da superação da oposição entre interioridade e exterioridade⁴¹². A completa apreciação da relação entre interioridade e exterioridade, contudo, nos levaria demasiado longe. Melhor pegar um atalho. Parece-nos evidente a isomorfia da essência ainda não plenamente desenvolvida (i.e., da essência como mero *automovimento*, um movimento incessante de negação daquilo que lhe é exterior) com a má infinidade a que chegáramos pelo desenvolvimento do Ser-aí enquanto tal. Tal má infinidade, como vimos, é apenas uma versão do *devir*, o qual, como sobrepassar [*Übergehen*], constituía a própria verdade do Ser-aí. Ora, se o processo *puro*, que a essência *é*, mostra-se em sua primeira figura *como* *Übergehen*, é porque a própria essência, plenamente desenvolvida, se apresentará como “o movimento do devir e do sobrepassar, *que em si permanece* [*bleibt*]” (WL). Não à toa, se o Ser-aí se revelou, em seu movimento, como devir, a Essência, no seu, revela-se como “devir pleno [*vollendet*]”⁴¹³. Daí podermos dizer, com Theunissen, que o processo absoluto se apresenta como *Übergehen* não apenas em sua *primeira figura*; de fato, se ele é *Übergehen*, é porque o *mero* devir não é senão o *devir absoluto* considerado unilateralmente. Se “ao Ser-aí”, i.e., ao *finito*, “corresponde na esfera da essência o ser-posto”; se, como afirma Hegel, a reflexão exterior é aquilo que “o infinito era na esfera do Ser” (WL); e se, enfim, “a reflexão determinante é em geral a unidade da reflexão ponente e da exterior” (WL), então a reflexão determinante, *absoluta*, só pode corresponder, na esfera da Essência, à infinidade afirmativa que resultara da unidade do finito e do infinito, mas que a perspectiva limitada do Ser-aí apenas nos permitira *entrever*.

De acordo com Theunissen, a infinidade afirmativa deve ser pensada como “o processo do superar-se (...) do finito e do infinito”⁴¹⁴, processo no qual ambos, finito e infinito, são “finitos como momentos do processo, e infinitos como o processo mesmo”⁴¹⁵. E se é assim, então, na medida em que nos faz pensar no Ser como “retorno a si mesmo [*Rückkehr zu sich selbst*]”⁴¹⁶ – ao contrário do Ser estanque da Ontologia tradicional –, a “pura processualidade” constitutiva da infinidade afirmativa já prefigurava a “presentidade factual [*faktische Gegenwärtigkeit*] do infinito”⁴¹⁷, e por conseguinte também a *supressão do tempo dentro da própria temporalidade* que apenas a reflexão absoluta – o “retorno *pleno* do Ser dentro de si”⁴¹⁸ (WL) – poderia exprimir *plena e adequadamente*.

⁴¹² Cf. Theunissen, op. cit., p. 313.

⁴¹³ Ibidem, p. 314.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 293.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 294.

⁴¹⁶ Theunissen, op. cit., p. 296.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 297.

⁴¹⁸ Não confundir este “in sich”, que exprime um estar-*dentro-de-si* (o Ser absoluto não tem um “fora de si”), com o “an sich” do Ser-em-si.

Que a supressão do tempo dentro da própria temporalidade – e, por tabela, a refutação *basilar* do progresso infinito a que sempre nos remete o Entendimento – deveria resultar de uma concepção adequada da Essência, é algo que Hegel sugere já no primeiro parágrafo de sua Doutrina, onde encontramos a seguinte frase: “A essência é o Ser perecido, mas perecido [como] sem-tempo [zeitlos].” (WL) Leiamos-na com cuidado; o que descobrimos, em primeiro lugar, é que a Essência é o *Ser perecido*. A primeira figura do perecimento, não custa lembrar, encontramos-na já no Ser-aí: ali descobrimos que o devir é a própria verdade do Ser-aí, e que o perecer não era senão uma sua figura: o Ser-aí é um subjugado à força do tempo, e, como tal, ele necessariamente *perece*. Importante notar, entretanto, que se perece, é porque ele também já é em si mesmo uma *negação* – embora apenas parcial – do tempo. Como relação a si, o Ser-aí *dura* – e a duração é, evidentemente, “supressão do tempo”⁴¹⁹. Se uma tal supressão é “relativa”⁴²⁰, é apenas porque a autorrelação do Ser-aí a si é meramente formal, i.e., porque ao negar o Outro – que não é ele mesmo, mas lhe é constitutivo – o Ser-aí nega a si mesmo. No que se refere à Essência, todavia, *o Outro é o si mesmo*⁴²¹: sua relação a si não é relativa, mas *absoluta* – e não é por outra razão que, se aqui também encontramos o devir, este é o devir *pleno*. Daí Hegel afirmar, como vimos, que “[a] essência é (...) o movimento do devir e do Übergehen, *que em si permanece*; no qual o diferente é determinado pura e simplesmente apenas como o em si negativo, como aparência.” (WL) Pois a Essência é o devir que nunca sai de si: “aquilo-que-*permanece*-dentro-de-si [die insichbleibende]” (WL); justamente por isso, quando nos encontramos na esfera da essência, descobrimos que a reflexão é o “determinar que permanece dentro de si” (WL), e que “seu ser-refletido dentro de si é seu subsistir” (WL).

Importante notar que, nas últimas citações (extraídas do primeiro capítulo da Doutrina da Essência), a referência temporal se encontra numa peculiar conjunção com o intemporal, i.e., com aquele que não tem relação com um outro que não seja si mesmo⁴²². E isso nos leva de volta à primeira sentença citada no parágrafo acima, com a qual descobrimos que “a Essência é o (...) Ser perecido sem-tempo [zeitlos vergangene Seyn]”: ela é aquilo que, perecendo, *permanece*. Melhor ainda: ela é aquilo que permaneceu *através do próprio* perecer; pois o perecer que temos em vista é *zeitlos*: sem-tempo, *intemporal* – o que nos autoriza a afirmar que a duração aqui encontrada é

⁴¹⁹ Arantes, op. cit., p. 97.

⁴²⁰ Idem, ibidem.

⁴²¹ “A verdade, afirma Hegel, ‘repousaria somente na reconciliação [Versöhnung] e na mediação de ambos [os polos – BH], e tal mediação não é meramente uma exigência (como em Kant [o comentário é de Wolf – BH]), mas sim o em si e para si produzido [Vollbrachte] e producente [Vollbringend].” Wolf, D. *Ende oder Wendenpunkt der Geschichte. Zur Einheit von Darstellung und Kritik bei Hegel und Marx*. Disponível no endereço do autor na internet (www.dieterwolf.net). Acesso: 03/07/2011. (O trecho citado por Wolf encontra-se nas “Vorlesungen über die Ästhetik I, de Hegel.)

⁴²² Evidentemente, o termo Outro foi utilizado nessa frase no sentido assumido por ele na Doutrina do Ser.

absoluta. Mas como pensar uma duração (temporal) que é absoluta (intemporal)?

Já vimos que o Ser do Algo (ente-aí) é em si uma igualdade-consigo-mesmo mediada pelo “não-ser do ser-outro” (WL), e que a igualdade-consigo-mesma da Essência, por seu lado, é mediada pelo *ser do ser-outro* – um outro que não é senão ela mesma. Talvez consigamos agora pensar em alguma “entidade” que seja, no nível do Ser-aí mesmo, simultaneamente o Algo e o Outro. Ora, essa “entidade” existe: Hegel a chama de *limite* [*Grenze*]. Não pretendemos nos deter sobre a noção de *limite*, que nos obrigaria a empreender um indesejado retorno à Doutrina do Ser; interessa-nos sobretudo mostrar como podemos pensar, já no nível do Ser-aí, uma espécie de duração através do perecimento – a qual, porém, só poderá encontrar sua plena expressão no contexto da reflexão absoluta. Pois bem: na conjunção das autoafirmações (e portanto também das negações recíprocas e autonegações) de cada um deles, Algo e Outro, num primeiro momento, se *alteram* – mas o *limite* através do qual a relação a si do Ser-aí se mantém no fluxo da mudança, este continua ali; num segundo momento (lógico), Ser e Algo perecem, mas nem por isso o limite deixa de existir: se desaparece *este* limite determinado, os limites enquanto tais, que para os diversos entes-aí aparecem como *barreiras* [*Schranke*], se reproduzem (do contrário, a má infinidade a que o ser-aí nos conduz seria apenas quimera). E como é justamente através do limite-barreira que o Ser pode *estar aí*, talvez não seja loucura afirmar que o que resulta do *bellum omnium contra omni* dos diversos entes-aí e de seu inevitável perecimento é nada mais do que o próprio *ser-aí enquanto tal*.

Para compreender a última afirmação, é necessário ter em mente uma “determinação” que é “da mais alta importância”: “que o Ser-aí, a Vida (...) se determinam essencialmente em entes-aí, viventes” (WL), etc. Apenas tendo em vista essa distinção – sem a qual não se compreende a necessidade da determinação da forma Ser-aí num conteúdo, i.e., num ente-aí determinado – podemos imaginar como, da alteração e do perecimento de cada ente-aí, resulta o próprio Ser-aí; como, da metabólise dos seres vivos, resulta a vida enquanto tal – como, enfim, da finitude de cada “exemplar”, resulta a infinidade de seu conceito. Impossível, neste ponto, não lembrar de uma frase já citada noutro capítulo: “O universal *resulta* do particular, do determinado e da sua negação.”⁴²³ Ora, tal frase, que tão bem ilustra o processo indicado acima, também nos faz lembrar que, se muitas vezes encontramos na Doutrina do Ser determinações que se replicarão, sob outra figura, na Doutrina da Essência, tais determinações se apresentam no primeiro livro da Lógica hegeliana necessariamente numa figura germinal, e portanto *limitada*⁴²⁴. Com efeito, os processos evocados logo acima neste parágrafo, mais do que numa identidade, nos fazem pensar numa determinação

⁴²³ Hegel, G. W. F. A Razão na História: Introdução à Filosofia da História Universal. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 96.

⁴²⁴ “A Lógica do Ser está duplamente presente na Lógica da Essência, por um lado do modo já aludido, de acordo com o qual aquela é reformulada nesta, e por outro também no sentido de que a Lógica da Essência recai nela [na Lógica do Ser – BH]”. Theunissen, op. cit., p. 35.

unilateral: pela indução, descobrimos que o Ser-aí enquanto tal resulta da metabólise dos entes-aí, i.e., que a forma *resulta* do conteúdo; mas o que a dedução – o movimento propriamente *conceitual* – trouxera à tona não era exatamente o Ser-aí como resultado da existência dos entes-aí, mas sim os entes-aí como resultado da determinação do Ser-aí. Tal discrepância pode ser descrita nos seguintes termos: se *conceitualmente* fomos levados do Ser-aí enquanto tal ao Algo (ente-aí), o caminho seguido pela *experiência*, e portanto também pela *intuição*, é justamente o contrário; e a *identidade* dos dois trajetos, à qual quer chegar uma lógica que se pretende *ontologia*, é absolutamente inatingível na perspectiva necessariamente limitada da Lógica do Ser.

Isso não obstante, é de se imaginar que, se a forma *necessariamente* resulta da autoafirmação do conteúdo, i.e., se não temos aqui um resultado casual, é porque o conteúdo mesmo já tem, de alguma maneira, a forma dentro de si. Não à toa, a oposição entre forma e conteúdo, a que a Doutrina do Ser de certo modo já fizera referência (embora à sua maneira unilateral), reaparecerá na Lógica da Essência, como uma figura mais desenvolvida da oposição germinal entre a Essência e o Ser-aí. Não temos espaço aqui para fazer uma exegese da seção em que encontramos tal oposição. Interessa-nos muito mais ressaltar que, já tendo desenvolvido a noção da reflexão absoluta, Hegel pode afirmar – sem temer cair em autocontradição – por um lado, que o conteúdo “se defronta com a Forma”, mas “lhe é indiferente”; e por outro, que à forma, que “se defronta com o conteúdo”, pode-se atribuir uma espécie de poder, de dominação – de *Herrschaft*. Assim, o que a Lógica da Essência nos revela é uma espécie de “co-pertencimento [*Zusammengehörigkeit*] de dominação e indiferença”⁴²⁵, algo que Hegel acredita evidenciar pelo desenvolvimento da reflexão absoluta – no qual se descobre, por um lado, que “o subsistir indiferente” dos diversos conteúdos “pressupõe a dominação”⁴²⁶ da forma; e por outro, que a “dominação não apenas pressupõe a existência indiferente, mas inclusive a *potencializa* [*potenziert*]”, ou seja, que a própria “indiferença do subsistir isolado é (...) reforçada pela dominação.”⁴²⁷

A dialética da forma e do conteúdo na economia mercantil

Em *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*, Reichelt defende a tese de que “o idealismo de Hegel” é nada mais do que “a sociedade burguesa – como ontologia”⁴²⁸. Não temos

⁴²⁵ Theunissen, op. cit., p. 30.

⁴²⁶ Ibidem, p. 28.

⁴²⁷ Ibidem, pp. 30-1. “Autodeterminação não é, sob as condições da determinidade estranha [*Fremdbstimmtheit*], um *resto de autonomia poupada* pelas relações exteriores; pelo contrário, ela só é possível se o Algo também ainda ‘determina (...) o determinar estranho’”. Ibidem, p. 242.

⁴²⁸ Op. cit., p. 80.

capacidade para julgar a correção geral desta tese; de qualquer modo, é inegável que a dialética hegeliana da forma e do conteúdo – bem como a tese da identidade mediada entre indiferença e dominação, que ela traz a reboque – parece bastante adequada à apresentação das determinações de uma economia mercantil. Afinal, na medida em que é constituída por indivíduos juridicamente autônomos, a sociabilidade mercantil só pode resultar da conjunção das ações imediatamente livres, *egoístas*⁴²⁹, desses indivíduos; contudo, como a forma-valor já conforma, por meio das categorias, o agir formalmente livre desses indivíduos, pode-se dizer que existe uma espécie de *conformação a priori* do conteúdo de suas ações. Isso não significa porém que as ações mesmas sejam, de antemão, uma expressão unilateral do valor; muito pelo contrário: a liberdade individual burguesa *existe*, e incorreríamos em grave erro caso concebêssemos a determinação das ações individuais pelas formas-valor como algo *imediato e unilateral*. De fato, comprovando a fecundidade da analogia entre as determinações da economia mercantil e as da ontologia hegeliana, poderíamos dizer que não apenas na Lógica, mas também no mercado “o *realmente necessário* é (...) necessário segundo a forma [der Form nach], mas, segundo o conteúdo, ele é limitado [ein Beschränktes], e através dele [do conteúdo - BH] tem seu caráter contingente [Zufälligkeit]”. E se é assim, então devemos dizer que, também na economia burguesa, a determinação plena do conteúdo pela forma só pode se realizar *no tempo*: só *dura*, na sociabilidade econômica burguesa, aquilo que é racional da perspectiva da lei do valor⁴³⁰, i.e., aquilo, nas ações individuais aparentemente arbitrárias, que é

⁴²⁹ A palavra egoísta é usada aqui em seu sentido literal: enquanto *formalmente* livres, os indivíduos podem centrar sua ação, formalmente, apenas em si mesmos.

⁴³⁰ Por exemplo: que os diversos desejos individuais possam se exprimir numa forma individual-geral, i.e., em algo semelhante àquilo que os economistas denominam *função utilidade*, e que essas funções individuais possam se exprimir numa *demanda social* geral, é algo que já pressupõe a dominação social da forma-valor. Afinal, *apenas onde todos os produtos são precificados* pode o indivíduo *arbitrar* do modo *pressuposto* pela teoria econômica, e apenas onde todos os indivíduos arbitram podem os diversos desejos individuais chegar a compor uma *demanda social enquanto tal*. Logo, aquilo que a Economia burguesa considera o mais íntimo e individual só se efetiva ali onde todo o metabolismo econômico se encontra permeado pelo dinheiro, i.e., onde os próprios produtores diretos são remunerados em dinheiro – onde, portanto, a lei do valor já está em vigor. De qualquer modo, essa determinação unilateralmente formal *não* faz com que os desejos individuais sejam suprimidos enquanto tais: a liberdade formal da economia burguesa não impede a manifestação das mais variadas ânsias; muito pelo contrário: ao colocar o indivíduo diante do mundo das mercadorias, ela amplia a cesta de bens disponíveis para o indivíduo (ainda que, em alguns casos, apenas formalmente) de maneira inédita na história da humanidade. E no entanto, a realização desses desejo não depende apenas das condições de demanda: ela está condicionada pelos custos de produção (que também só podem se exprimir numa forma social geral porque terra e força de trabalho encontram-se mercantilizados) e pela necessidade do *lucro* – pois, não custa lembrar, na economia onde existe uma demanda geral que se exprime numa forma monetária, os produtores diretos são assalariados, e onde os trabalhadores são assalariados, a produção social não visa diretamente a satisfação das necessidades materiais do indivíduo – pelo contrário, tais necessidades só são reiteradamente satisfeitas *se, em tal processo, for gerado um excedente monetário*. Assim, a totalidade dos preços, a qual, por um lado, resulta das ações individuais, mas por outro é o pressuposto dessas ações, é determinada pela lei do valor (que, por sua vez, só se pode efetivar *através da formação aparentemente arbitrária dos preços*) de três maneiras inter-relacionadas: i) o preço, enquanto forma social *geral* – forma monetária –, é uma forma-valor (determinação unilateralmente formal); ii) o preço, que, considerado imediatamente, é nada mais do que a expressão da conjunção da oferta e da demanda sociais, é determinado, pelo lado da oferta, pelos custos de produção, e pelo da demanda, pelo nível dos salários (determinação unilateral pela produção sob condições capitalistas); iii) o preço, que só se pode apresentar como forma social geral ali onde a força de trabalho foi mercantilizada, é determinado pela lei do valor enquanto tal, já que produção (oferta, que depende dos custos de produção) e consumo (demanda, que

socialmente *efetivo*. Pois o *efetivo*, ao contrário do meramente real – que *recalca* sua negatividade, e por isso perece –, é justamente aquilo que a força do tempo não pode subjugar; e, como bem sabia Hegel, “apenas em seu conceito” (i.e., na medida em que exprima a coincidência da forma com seu conteúdo) “algo tem efetividade [Wirklichkeit]; tão logo ele seja diferente de seu conceito, deixa de ser real-efetivo [wirkliche]” (WL).

Eis então que a dialética hegeliana da forma e do conteúdo nos ajuda a compreender o caráter homeostático da economia mercantil – onde, afinal, o fato de que as ações individuais, em seu conteúdo, não são meras expressões imediatas da forma que neste tipo determinado de sociedade ascende à condição de um universal não impede que, da conjunção de todas as ações individuais – mediatemente determinadas pela estrutura formal da economia burguesa, mas marcadas por um momento de indeterminação social que não pode ser negligenciado – resulte a reprodução da *forma mesma*. Quanto mais se desenvolve a forma burguesa de sociabilidade, mais se desenvolve a individualidade que lhe é constitutiva (bem como a liberdade formal que a acompanha), e vice-versa: conteúdo e forma são, a um só tempo, pressuposto e resultado, e como tal são *imediatos mediados*. Evidentemente, aqui, como sempre ocorre na ontologia hegeliana, a “concordância entre ser e dever-ser não é (...) uma concordância estratificada e desprovida de processo”⁴³¹; daí que, no movimento acima descrito, a superação da oposição entre forma e conteúdo (oposição que tende a ser, por um observador pouco acurado, *absolutizada*, de modo a se transformar numa dualidade) se dê *no tempo*, e a forma apareça como um *intemporal* que se efetiva na, ou melhor, *através da* própria inquietude do *temporal*⁴³².

Que tal apresentação da economia mercantil não seja plenamente adequada ao modo de produção *capitalista*, não é algo que nos deve importunar nesta altura⁴³³. Agora interessa-nos sobretudo que, por meio dela, pudemos não apenas expor, da perspectiva que nos interessa neste trabalho – que, afinal, versa sobre história econômica –, o modo como Hegel concebe a superação das oposições entre Ser-aí e Essência e conteúdo e forma, mas também mostrar que, ao menos numa primeira apreciação, a dialética hegeliana parece nos oferecer um importante auxílio no esforço de superação da oposição entre a lei do valor e a existência real-empírica do modo de produção

depende do nível dos salários) são apenas *momentos* da valorização do valor (cf. K, I, cap. 23). Dessa maneira, oferta e demanda aparecem, *no tempo*, como meros *momentos* do movimento da forma totalizante que é o valor – o que não significa que elas contínuam, a *cada momento*, uma expressão *imediata* dessa forma. (Cf. K, III, capítulo 10). Não à toa, Marx escreve, nos Grundrisse, que os preços sempre oscilantes se adequam ao valor “não, como Hegel diria, através de uma identidade abstrata, mas sim através da incessante [beständige] *negação da negação*” (Grundrisse, 72).

⁴³¹ Hegel apud Arantes, op. cit., p. 323.

⁴³² Quanto a isso, cf. o segundo capítulo da terceira seção da Doutrina da Essência (*Die Wirklichkeit*).

⁴³³ Já dissemos, no terceiro capítulo, que não se pode pressupor a existência de uma *identidade* entre os dois polos constitutivos da economia burguesa. Voltaremos à questão no capítulo 7.

capitalista – oposição que, *absolutizada* pela Economia Política, aparece neste campo teórico sempre sob a figura de uma *dualidade intransponível*.

Pois bem: através do exame da Lógica hegeliana, e do modo particular como ela concebe a supressão da oposição entre essência e ser-aí, pudemos oferecer uma reconstituição razoável do modo como a economia burguesa, apesar da inquietude insuprimível de sua existência imediata – inquietude que parece ser a contra-face de um processo de *desadequação da desadequação* do conteúdo em relação à forma –, reproduz sua própria estrutura formal. Ora, mas o leitor atento já terá notado que, se tomamos o desvio deste capítulo, não foi para tratar da reprodução no tempo da totalidade formada pelas relações sociais constitutiva do modo de produção, mas sim para compreender o devir, ou melhor, a *história* de uma dessas relações em particular⁴³⁴. É claro, porém, que o modelo apresentado acima não serve *imediatamente* à consideração histórica de uma totalidade. Na história, a totalidade das relações sociais não apenas se *reproduz* através da metabólise da existência: pelo contrário, a história é o reino da *produção* de estruturas sociais por um existente que, a rigor, não pode ser considerado como mero momento do todo por ele produzido. Por conseguinte, a história não pode ser pensada sem a noção de *descontinuidade*.

Consciente de que história e temporalidade não podem pura e simplesmente ser *identificadas* uma à outra, Hegel sabia que não poderia meramente *aplicar* a reflexão absoluta, derivada do movimento conceitual do Ser enquanto tal, ao reino da história. Na próxima seção, veremos como o filósofo prussiano remaneja o modelo de superação da oposição de existência e essência com o fito chegar a um conceito todo particular de *História*.

Lógica e história em Hegel

Dissemos, no início do capítulo, que a *oposição* entre realidade e lei do valor – ou, em termos hegelianos, entre existência e essência do modo de produção capitalista – é condição de possibilidade da história sob o modo de produção capitalista. Hegel indubitavelmente concordaria com tal afirmação; acrescentaria, porém: a oposição é condição necessária, mas não *suficiente*. Pois se a oposição já traz a reboque o próprio tempo⁴³⁵, e se a noção de História é simplesmente impensável sem este, não segue daí que ambos os termos – tempo e história – possam ser reduzidos

⁴³⁴ A verdadeira importância de nossa digressão pela Ciência da Lógica só se evidenciará no sétimo capítulo desta dissertação, no qual veremos que, apesar das semelhanças entre o Ser hegeliano e o conceito marxiano de capital, não encontramos, neste último, a unidade entre forma e conteúdo, i.e., entre existência e essência que, como vimos, resulta da Lógica de Hegel – constatação que terá importantes consequências sobre nossa tentativa de compreender, através da Crítica da Economia Política, o recente desenvolvimento histórico do capital acionário.

⁴³⁵ Cf. Arantes, op. cit., p. 101.

a uma mera identidade. Afinal, como vimos, a oposição perpassa a sociedade burguesa – e nem por isso nosso filósofo se viu impedido de encontrar nela o *destino* e o *ponto final* da história. No mundo burguês, afinal, aquilo que da perspectiva individual era *produção* – algo de inédito e *arbitrio* –, aparece, da perspectiva da estrutura, como *momento* de uma *reprodução necessária*; e a História, já foi dito, é justamente o o reino da *produção* de novas estruturas a partir de um existente que não pode ser considerada como mero momento do todo por ele produzido. Mas como falar em destino, como faz Hegel, se à primeira vista aquilo que foi produzido não estava contido no produtor?

Para responder tal questão, será necessário ter em mente que, quando fala de História, Hegel não tem em vista apenas “o puramente histórico [das rein Historische]”, que é nada mais do que o devir da humanidade considerado a partir do “Ser-aí individual”, o “conteúdo visto sob o ângulo de seu caráter contingente [Zufälligkeit] e sua arbitrariedade [Willkur], as suas determinações não necessárias”⁴³⁶ – perspectiva unilateral a partir da qual é impossível reconhecer a “meta [Ziel]” que se conserva, se efetiva e se manifesta “na forma da contingência” do “Ser-aí”⁴³⁷. Pelo contrário: para ele, a História é o “devir que se medeia consigo mesmo – o Espírito [Absoluto, i.e., o verdadeiro Ser – BH] que se exterioriza no tempo”; e se é assim, então o devir humano enquanto *história* tem, ao contrário do tempo, um começo bem definido: sua “abertura (...) coincide com o advento do Espírito [finito – BH]”⁴³⁸, o qual se institui apenas através do “ato da cisão, da oposição a si mesmo, o tornar-se objeto de si mesmo”⁴³⁹ instaurado com a “reflexão originária”⁴⁴⁰, a partir da qual se rompe o devir abstrato da vida natural⁴⁴¹. Convém porém não “superpor diretamente não-História e 'estado de natureza’”⁴⁴²; pois “o natural nunca se apaga na História”⁴⁴³ - e, além disso, não foram poucas as civilizações cuja existência era “apenas um curso uniforme, reprodução de um equilíbrio dado desde sempre”⁴⁴⁴, isto é, sociedades que não *interiorizaram* o devir temporal, de

⁴³⁶ Hegel, *Phänomenologie des Geistes*, Vorrede [Prólogo].

⁴³⁷ *Ibidem*, último capítulo (Das absolute Wissen).

⁴³⁸ Arantes, op. cit., p. 203.

⁴³⁹ *Ibidem*, *idem*.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 204.

⁴⁴¹ A distinção entre Espírito absoluto e Espírito finito, no qual o primeiro assume uma figura exteriorizada que se opõe a sua outra figura exteriorizada, a Natureza (como escreve Hegel no § 384 da Enciclopédia, “O Espírito absoluto se compreende como aquele mesmo que põe o Ser, como seu próprio outro, aquele que produz a natureza e o espírito finito”), e o reconhecimento de que tal oposição é instituída no tempo, i.e., que ela advém da cisão através da qual se instaura a oposição do Espírito absoluto a si mesmo, é essencial para a compreensão da afirmação de que o Espírito absoluto é (como o Ser verdadeiro) atemporal, enquanto o Espírito finito, por seu turno, tem um *advento*. Como afirma Arantes: “É só, pois, na ruptura com a vida imediata que o objeto da História especulativa começa a desenhar-se. (...) a abertura da história supõe a desarticulação das formas imediatas e, por isso, confusas da consciência, estando necessariamente bloqueada enquanto a consciência permanecer mergulhada na natureza.” *Idem*, p. 190.

⁴⁴² Arantes, *idem*, p. 213.

⁴⁴³ *Ibidem*, *idem*.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 204.

modo que, nelas, a *permanência* se sobrepõe à *mudança*: sociedades, em suma, que *apenas* duram, e que Hegel não temeu classificar como “sem-história”⁴⁴⁵.

Por isso, caso queiramos compreender o conceito hegeliano de História, é necessário em primeiro lugar reconhecer que esta não pode ser identificada com o devir temporal da humanidade enquanto tal; e em segundo, que não nos basta, no reino do histórico, simplesmente reproduzir o modelo de supressão do tempo que encontramos na Ciência da Lógica. De fato, se a História, para Hegel, é um processo de automediação, “lugar de *produção* do universal ou, o que é a mesma coisa, de manifestação da racionalidade”⁴⁴⁶ – portanto, processo não apenas de reprodução, mas também de *produção* do intemporal (a Razão) dentro da própria temporalidade – é porque aqui reencontraremos a *duração* sob uma outra figura: para conceber a realização objetiva daquilo que *já estava contido abstratamente no Espírito* – sem o que não se pode pensar a realização de “seu fim último absoluto”⁴⁴⁷ como resultado de um processo de automediação –, será necessário passar à categoria da *acumulação*.

Vimos, no exame da Ciência da Lógica, que o Ser-aí, como relação formal a si, dura, mas que sua verdade é o devir – o qual se manifesta, num primeiro momento, como mutação, e num segundo como perecimento. De todo modo, o perecer perece, dando origem não apenas à infinidade abstrata do mero devir, mas também à infinidade afirmativa do devir plenificado, que é a contra-face da duração absoluta. Assim, no processo instaurado pela dissolução do ser imediato, deparamo-nos com uma dialética da mudança e da permanência na qual a *mudança enquanto tal* parece subsumir-se à permanência daquilo que chamamos de *estrutura formal*, num processo semelhante ao que ocorre com os povos sem-história. No reino do “Espírito que se exterioriza no tempo”⁴⁴⁸, porém, deve haver uma espécie de “mudança” que é também “um progresso”, a qual não se opere apenas “na superfície, mas no conceito”; noutras palavras: é necessário, aqui, que “o conceito mesmo se [encontre – BH] retificado”⁴⁴⁹. Como afirma Hegel:

Na esfera espiritual, (...) torna-se manifesto que as formações superiores foram *produzidas* pelas formações anteriores, inferiores. É *por isso* que estas últimas cessaram de existir. O que se manifesta no mundo do Espírito é que cada forma é *transfiguração* da forma precedente: é *por isso*

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 208.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 211.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 211.

⁴⁴⁸ Phänomenologie des Geistes.

⁴⁴⁹ Hegel apud Arantes, op. cit., p. 220-1

que a aparição das formas espirituais se faz no tempo.⁴⁵⁰

Examinemos essa última citação. Nela descobrimos que a história é, simultaneamente, processo de produção e de transfiguração. Trata-se de uma aporia, sem dúvida; pois, como transfiguração, ela parece nos remeter à noção de desenvolvimento, um processo no qual as etapas posteriores já estão *contidas* nas anteriores (do mesmo modo que a planta já está contida na semente), e em que a descontinuidade, na verdade, não passa de aparência. Mas, como produção, a história deve trazer consigo algo de novo, i.e., apresentar-se como processo *descontínuo*. O “histórico”, afinal, “institui-se (...) graças a um descompasso, a um desequilíbrio fundamental que se produz sob a forma de conflito entre a forma determinada do ser do Espírito e seu elemento universal”⁴⁵¹. E se tal *desequilíbrio* pode ser concebido como um momento necessário do processo absoluto que leva a uma meta determinada, é apenas porque a História mesma é, para Hegel, um processo no qual a inadequação de cada figura particular do Espírito é *retificada* através da “*integração do negativo*, [de – BH] sua conversão na positividade do universal”⁴⁵².

Necessário notar, neste ponto, que também a representação popular da divindade é capaz de pensar, através da ideia de Deus como um *guia* do existente, um processo de “*integração*” do negativo no universal. Já sabemos, todavia, que Hegel é incapaz de aceitar a ideia de uma tal exterioridade unilateral do particular frente ao universal, sem a qual a representação popular de Deus não faria sentido. Com efeito, a identidade mediada da existência e da essência, i.e., do particular e do universal, já fora provada na Lógica, e se esta, como pretendia Hegel, constituía uma Ontologia, então seus resultados não podem ser simplesmente desprezados em vista de um “outro” objeto: no domínio da História, eles não podem ser eliminados, mas devem passar por um *remanejamento*. Tal remanejamento, com efeito, será fundamental à compreensão de que embora a história, como processo de *retificação da desadequação*, aponte para um destino pré-determinado, ela não contém em si, já de início, o modo como se chegará a tal destino: o caminho terá muitos *acidentes*, e como tal não pode ser *plenamente* pré-determinado: pré-determinados são “apenas” seus *momentos* imanentes (inclusive seu *ponto de chegada*)⁴⁵³. De fato, Hegel se esforça por

⁴⁵⁰ Hegel apud Arantes, op. cit., pp. 219-20.

⁴⁵¹ Arantes, op. cit., p. 221.

⁴⁵² Ibidem, p. 276.

⁴⁵³ Na Enciclopédia, Hegel insistia em que a verdade não se pode efetivar sem o erro: “A Ideia em seu processo cria para si mesma essa ilusão, opõe a si um Outro e seu agir consiste em suprimir essa ilusão. É somente desse erro que surge a verdade e nisso reside a reconciliação com o erro e com a finitude. O ser-outro – ou o erro –, enquanto suprimido, é ele próprio um momento necessário da verdade que só é na medida em que se faz seu próprio resultado.” (§ 212) Compreende-se assim que, embora nunca se deva esquecer de que ela necessariamente é um *momento da progressão*, a noção de regressão é absolutamente *compatível* com o conceito hegeliano de história – algo que, se não parece ter tanta importância quando se considera a história como um *todo*, se mostra como crucial

mostrar que os indivíduos realizadores da História não podem ser reduzidos a autômatos do Espírito: artilosa, a Razão não suprime a paixão nos sujeitos – até porque, como já sabia Hegel, ela (a paixão) constitui o *impulso* por trás de tudo o que já houve e há de grandioso sobre a Terra. A grande artimanha hegeliana consiste então em afirmar que, *mesmo na paixão, há algo de racional* – e que portanto, longe de ser um guia exterior, o Espírito já está contido nas ações e formações aparentemente mais canhestras e irracionais⁴⁵⁴. De fato, se o processo histórico é uma produção, ele o é como *autoprodução* (transfiguração), processo motivado pelo descompasso entre o que o Espírito é em-si em seu advento e aquilo que ele será para-si, ao fim de seu *desenvolvimento*. Eis então que, “no Espírito, (...) o que é em si torna-se para si”⁴⁵⁵; em seu reino, “*não se produz senão o que já é em si*”⁴⁵⁶. Replica-se assim, no domínio da história, aquele modo peculiar de identificação mediada do contingente (o inessencial) e do necessário (o essencial): se, como vimos na Lógica, o meramente arbitrário deve perecer, então somente o elemento racional das ações *dura*, e com isso *pavimenta o caminho para a autorrealização da Razão neste seu movimento de reflexão em si mesma, que é a história*.

Mas se aqui, como na Lógica, a *duração* cumpre papel essencial na efetivação da identidade mediada de existência e essência, é importante ter em mente que, no domínio da História, a categoria da duração assume uma outra figura: a da *acumulação*. Pois aqui não se trata meramente de reconhecer a identidade do perecimento do existente e da duração absoluta do todo; pelo contrário: trata-se de reconhecer que subsiste, na história, uma espécie de identidade entre perecimento e duração no próprio nível da existência, identidade sem a qual é inconcebível a progressão – e, por conseguinte, a realização do racional no devir da humanidade. Pois uma tal realização exige, por um lado, o devir do tempo enquanto tal, sem o qual o devir histórico não poderia ser equiparado a uma *produção* (algo de *descontínuo*); mas, por outro lado, tal realização não pode ser concebida sob o arquétipo da má infinidade do escoar temporal, já que é processo de *autoprodução*, e portanto, de *volta* a si – uma *continuidade descontínua*. Se o Espírito é um eterno que está no tempo, então o “advento” de seu processo de aut mediação, que é a história, deve ser pensado “à luz dessa mutação do regime da infinidade”⁴⁵⁷. Assim, se a autoefetivação da Razão na história, do mesmo modo que a da forma no conteúdo, deve ser concebida como algo *absolutamente necessário*, isso não nos deve impedir de reconhecer que ela não se dá de modo

quando se tem em vista a vida *do indivíduo*.

⁴⁵⁴ “(...) dizer que a universalidade existe objetivamente é dizer que ela constitui a essência do ser-aí imediato do acontecimento histórico (pressuposição especulativa da conexão do universal e do particular)”. Arantes, op. cit., pp. 310-311.

⁴⁵⁵ Hegel apud Arantes, p. 282.

⁴⁵⁶ Hegel apud Arantes, p. 281.

⁴⁵⁷ Arantes, op. cit., p. 223.

direto, i.e., *imediato*; muito pelo contrário: uma vez que nela o tempo é suprimido na forma de uma *Aufhebung*, tal efetivação se dá *necessariamente* sob a forma de uma *tendência* – inexorável, sem dúvida, mas nem por isso menos tendencial⁴⁵⁸; pois *a tendência é o modo adequado de efetivação de uma identidade que necessariamente se dá a forma da diversidade*, ou seja, de supressão do tempo dentro do próprio regime da temporalidade.

Chegamos desse modo à noção de tendência, à qual já fizéramos referência no primeiro capítulo deste texto. Modo de efetivação do intemporal no temporal, a tendência aparece para Hegel, enquanto *tendência inexorável*, como a forma sob a qual se dá a adequação absolutamente necessária da existência a sua essência – ou, se assim se quiser, a seu conceito. No próximo capítulo, tentaremos descobrir se tal modelo de supressão da oposição entre existência e essência pode servir a uma interpretação consistente do desenvolvimento histórico deste sujeito que, à primeira vista, se nos apresenta como tão absoluto quanto o sujeito hegeliano: falamos, é claro, do capital.

⁴⁵⁸ Não à toa, motivos como a “*lentidão da história*”, “a paciência e o trabalho do negativo”, etc., reaparecem a torto e a direito nas considerações hegelianas sobre o Espírito. Cf. Arantes, op. cit., pp. 284-292.

VI. A história do capital acionário como processo de realização do seu conceito

“(...) e, como bons instrumentos de comer, coisa para a qual tinham sido criados como todo o resto do mundo, ficavam muito espantados vendo-se de repente como instrumentos da história.”

Robert Musil, *O homem sem qualidades*

Uma fenomenologia do valor?

Impressiona a recorrência de temas hegelianos no desenvolvimento conceitual do capital por Karl Marx. O valor, escreve ele:

torna-se o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, repele-se, como mais-valor, de si mesmo como valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valor, é seu próprio movimento, sua valorização portanto autovalorização. (K, I, 169; C, I, 1, 274).

O capital é “relação de produção (...) refletida dentro de si [in sich reflektiert]” (Grundrisse, 225), “sujeito todo-abarcador/todo-compreensivo [übergreifende Subjekt]”⁴⁵⁹ (K, I, 169; C, I, 1, 274 / Grundrisse, 383) - um sujeito que, de modo *semelhante* ao Espírito absoluto, é trespassado por uma cisão: no caso do capital, “o processo de separação do trabalhador da propriedade das suas condições de produção” (K, I, 742; C, I, 262), que opõe os produtores diretos aos meios de produção⁴⁶⁰. Tal cisão, já o vimos, não pode ser meramente deduzida da relação de troca; pelo contrário: ela advém de uma série de cataclismas e reviravoltas – e por isso é necessário admitir que “o devir totalidade [das Werden zu dieser Totalität]”, no que se refere ao capital, “constitui um momento de seu processo, de seu desenvolvimento” (Grundrisse, 203): ele “tem, como totalidade,

⁴⁵⁹ Já para Hegel, a “Razão é o poder de tudo-compreender [Übergreifen]”; e, no que se refere ao Conceito, “sua relação a outro assume também a forma do tudo-compreender [Übergreifen]” (nas palavras de Hegel: o Conceito “über die Realität übergreift”). Theunissen, *Krise der Macht*, p. 318.

⁴⁶⁰ Ainda mais: assim como o movimento do Espírito, o do capital é “sem fim [endlos]”, compreende uma “autofinalidade [Selbstzweck]” e é “desmedido [maßlos; a tradução consultada, inexplicavelmente, verte o termo para 'insaciável']” (K, I, 166-7; C, I, 1, 271-2) - já que o valor autovalorizante é necessariamente a medida de si mesmo, isto é, ele não tem nenhuma medida fora de si.

seus pressupostos, e seu desenvolvimento para a totalidade consiste precisamente em subordinar [*unterzuordnen*: sub-ordenar] todos os elementos da sociedade ou criar a partir de si os órgãos que ainda lhe faltam” (Grundrisse, 203). Eis então que, no momento em que se instaura a cisão, não se encontram ainda prontas todas as relações constitutivas do modo de produção capitalista plenamente desenvolvido; e no entanto, uma vez que a lei do valor tenha dominado a produção direta de bens materiais, ela parece forte o suficiente para moldar a realidade, ou melhor, para “criar a partir de si os órgãos que ainda lhe faltam”.

Desnecessário insistir na isomorfia de um tal processo em relação ao devir histórico do Espírito – o qual, como já vimos, “não (...) produz senão o que já é *em si*”. Tratemos pois de uma outra semelhança, muito mais sutil que a ressaltada acima. Vimos no último capítulo: embora Marx pressuponha, em *O Capital*, “que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvem de maneira pura”, ele sabe que “na realidade efetiva existe sempre apenas aproximação” (K, III, 184) – outro modo de dizer que as formas resultantes do movimento lógico-sistemático do valor não se realizam na existência real-empírica de maneira direta, ou seja, que elas não coincidem imediatamente com seu conteúdo; ou, como se lê nos Grundrisse, que “[a]s leis internas do capital (...) aparecem no curso histórico de seu desenvolvimento apenas como tendências” (Grundrisse, 550). Ora, algo semelhante foi encontrado na Lógica: também ali, forma e conteúdo não coincidem imediatamente; todavia, apesar dessa aparente *indiferença* entre forma e conteúdo, Hegel não vê problemas em proclamar a existência de uma relação de *dominação* entre os dois termos, dominação em que a forma se efetiva e se mantém *no tempo* através da incessante mutação e do perecimento do conteúdo. Mas isso não é tudo: ainda há pouco, descobrimos como, remanejadas, as categorias através das quais Hegel exprime a identidade mediada da forma e do conteúdo permitem-nos chegar a uma concepção da história como o processo de autoprodução do Espírito, automovimento através do qual se realiza a Razão no mundo⁴⁶¹, que se desenvolve na forma de uma progressão que vai das formas sociais (objetivas e subjetivas) menos racionais à forma mais racional – a qual deve então ser considerada como resultado da reiterada ação do Espírito sobre as formas precedentes, que se apresentam, de uma perspectiva ampla o bastante, como o próprio conteúdo do agir espiritual.

É apenas em vista de um tal conceito de história que Hegel pode afirmar o seguinte: “o que o conceito ensina, a história mostra com a mesma necessidade.”⁴⁶² Evidentemente, não se trata aqui de simplesmente identificar o movimento conceitual ao histórico; o próprio Hegel, afinal, reconhece

⁴⁶¹ “A filosofia hegeliana gostaria, em seu desdobramento sistemático, de apanhar/recolher o único pressuposto do qual ela parte: que a Razão teria em si a força para sua realização, ou melhor, que ela mesma *seria esta força*. Realizar-se significa: abarcar totalmente a realidade [*übergreifen auf Realität*].” Theunissen, *Krise der Macht*, p. 318.

⁴⁶² Apud Arantes, op. cit.

a existência de um elemento “*puramente* histórico [das rein Historische]”, que, como vimos, é nada mais do que o devir da humanidade considerado a partir do “Ser-aí individual”, o “conteúdo visto sob o ângulo de seu caráter contingente [Zufälligkeit] e sua arbitrariedade [Willkur], as sua determinação não necessárias”. E no entanto, se pode ser considerado unilateralmente pelo seu lado contingente, o conteúdo a que Hegel fez referência na última citação também pode – justamente porque é a expressão de um processo de autoprodução, i.e., de um processo plenamente *autodeterminado* – ser considerado abstratamente do ponto de vista de sua necessidade, ou melhor, de suas determinações *formais* necessárias. Assim, se é possível dizer que ordem lógica e ordem histórica coincidem de alguma maneira, isso é verdade apenas quando se considera que, no Conceito, a “série histórica” aparece despida de seu “resíduo irreduzível de exterioridade”⁴⁶³. E não será por outra razão que Hegel considera o desenvolvimento propriamente conceitual, apesar de seu caráter abstrato, como algo capaz de exprimir as *tendências inexoráveis* que se efetivam pelo movimento histórico enquanto tal, oferecendo, assim, a chave para a *inteligibilidade deste processo*; pois, sem o Conceito, é impossível reconhecer, no “turbilhão dos séculos”, o processo de “tentativa e erro”, de “retificação da desadequação” dessa existência aparentemente sem sentido que no entanto se aproxima, inconsciente e lentamente, de sua meta [Ziel] intemporal.

Pois bem: caso as semelhanças apresentadas acima entre o conceito marxiano de capital e o Espírito hegeliano constituam mais do que mera coincidência, não será absurdo afirmar que o desenvolvimento conceitual do valor exprime a lógica interna do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista – e portanto, também das suas formas sociais fundamentais⁴⁶⁴. E se for assim, então poderemos dizer que a derivação da forma capital acionário, empreendida no quarto capítulo desta dissertação, exprime abstratamente o seu desenvolvimento real, com o que ela nos permitiria reconhecer não seu desenvolvimento real-empírico enquanto tal, mas sim a lógica interna desse processo.

A importância desta última asserção para nosso trabalho é patente. Pois já vimos, no terceiro capítulo, que *a lei do valor estará em operação sempre que os produtores diretos estiverem separados dos meios de produção*, ou seja, sempre que o salário constituir a principal fonte de renda da maioria da população (situação que o assim chamado Estado de Bem-estar, por melhor que fossem as intenções, nunca eliminou); e descobrimos, no capítulo seguinte, que a dupla representação do capital organizado sob a forma da sociedade por ações (capital que aparece, por um lado, como o capital investido em salário e meios de produção, e por outro como um título

⁴⁶³ Arantes, op. cit., p. 338.

⁴⁶⁴ Isso é algo que o próprio Marx parece sugerir, quando afirma que o “o processo dialético de gênese [dialektische Entstehungsprozeß] é apenas a expressão ideal do movimento real-efetivo no qual o capital devém.” (Grundrisse, 231) Segundo Reichelt, também Horkheimer defende essa ideia. Cf. Reichelt, Neue Marx-Lektüre..., pp. 32-3.

acionário), considerada por boa parte da Economia Política como a grande causa dos males contemporâneos, é um resultado necessário do desenvolvimento *conceitual* do valor. Por conseguinte, caso o modo hegeliano de conceber a superação da oposição entre realidade e conceito na história constitua um modelo adequado para a apresentação abstrata do devir histórico do capital, teremos forçosamente que admitir a existência de uma tendência *inexorável* à caducidade das reformas estruturais instituídas após a Grande Crise da década de 1930, as quais, como já vimos, visavam destituir aquela dupla representação de seu caráter economicamente *efetivo*.

Cabe-nos, pois, *testar* a hipótese da adequação do modelo hegeliano à história do capital acionário. Mas antes é necessário fazer uma ressalva, esclarecendo que não pretendemos oferecer aqui um estudo propriamente historiográfico do desenvolvimento desta forma particular do capital; trata-se, isso sim, de *tentar* identificar, na realidade histórica da economia capitalista mais desenvolvida de cada período considerado (a Inglaterra do segundo ao terceiro quartil do século XIX; os EUA daí em diante), a existência de um processo de desenvolvimento real das determinações formais já identificadas na derivação do capital acionário como forma-valor. Para isso, contudo, não é necessário checar se as formas históricas assumidas pelo capital acionário coincidem *imediatamente* com sua forma conceitual; pois já vimos que uma tal coincidência é impossível não apenas da perspectiva marxiana, mas também daquela adotada por Hegel, para quem o Ser-aí é, acima de tudo, um mutante – o que o levará a concluir, na Doutrina da Essência, que “o *realmente necessário* é (...) necessário segundo a forma, mas, segundo o conteúdo, ele é limitado, e através dele [do conteúdo - BH] tem seu caráter contingente”. Na verdade, o que pretendemos fazer aqui é testar uma espécie de “leitura hegeliana” do devir histórico do capital acionário, e descobrir se, através dos modos de existência mais ou menos casuais que o capital acionário assume no tempo (figuras que variam não apenas em função da conjuntura econômica, mas também em função das peculiaridades do sistema jurídico de cada Estado), podemos entrever o desenvolvimento das determinações fundamentais que encontramos na forma-valor capital acionário.

As formas antediluvianas do capital acionário

Nada há de trivial na consideração do capital acionário como um *produto*, ou melhor, um momento do circuito percorrido pelo capital em processo de valorização. Já em Roma, afinal, encontramos um ancestral bastante desenvolvido desta forma particular do capital: as *partes*, títulos de propriedade que davam direito à participação nos resultados das *publicani* (empresas

comandadas por uma administração executiva, que prestava contas para o público investidor, de modo rudimentar, pelas *tabulae*, e conduzia frequentes reuniões entre seus acionistas), para os quais já existia um mercado secundário de importância considerável⁴⁶⁵. Além disso, várias outras formas de associação entre proprietários de meios produtivos surgiram ao longo da história européia; por exemplo: a *maone*,

a large finance petty conquests of one city-state by another during the Middle Age; the associations that grew up to provide loans to city-states in return for special privileges, as in the Casa di San Giorgio in Genoa, 1408, the first bank of Europe; various municipal affairs that required charter from monarchs or local lords, paid for them, and obtained bundles of right that gave a city or borough a quasi-corporate character; the guild, with a wide variety of purposes of a socioreligious nature beyond trade and crafts, essentially a monopoly that excluded nonmembers.⁴⁶⁶

Entre todas essas formas sociais, porém, apenas nos empreendimentos financeiros das Repúblicas Italianas voltamos a nos deparar, depois de Roma, com aquilo que os anglofônicos denominam *transferable claims on assets*; e mesmo ali, tais títulos ainda se encontravam numa forma bastante rudimentar. De fato, é apenas na Antuérpia, no século XVI, que os mercados onde eles eram transacionados passaram a funcionar de modo contínuo. Evidentemente, isso se devia em grande medida ao restabelecimento das feiras permanentes⁴⁶⁷; e não será por mera coincidência que também à evolução das atividades comerciais se associará a criação do mais direto ancestral das modernas sociedades anônimas: as antigas *joint-stock companies*, que tornavam possível a reunião de uma massa considerável de capital pelo longo período de imobilização do capital exigido por aquilo que Adam Smith chamou de *distant trade*. De início, tal associação era desfeita ao fim de

⁴⁶⁵ “Purchases and sales of *particulae* seemed to occur frequently from the second century B.C. onward.” Ainda mais: este tipo de propriedade já se encontrava tão disseminado que mesmo estrangeiros participavam do mercado: “The Roman republic was ‘international’ in nature, having conquered or otherwise acquired previously foreign lands, and the Forum market was likewise internationalized. Noncitizens were permitted to own shares of most *publicani*, and many did so. Because the importance of timely information was so widely recognized, a network of couriers extending to the far reaches of Rome’s possessions was maintained to systematically gather useful financial intelligence. Dealings in foreign currency (foreign exchange) were commonplace, making transactions with outsiders relatively easy to execute.” Smith, *The equity culture*, pp. 10-1.

⁴⁶⁶ Kindelberger, *A financial history...*, pp. 190-1. Cf. também

⁴⁶⁷ Podemos encontrar aí a origem do termo *bolsa* (em seu sentido financeiro): “By the mid-sixteenth century, Antwerp, with its ‘continuous fair’, emerged as the leading financial center in the West. It became home to the first permanent stock exchange, or bourse, so named after the Hôtel de Bourses in nearby Bruges (...) The name Bourse caught on; in the seventeenth century, the writer of *The New Business Man*, specifically defined the term ‘bourse’ as ‘[stock] exchange’ that was the ‘meeting-place of bankers, merchants and businessmen, exchange currency dealers and banker’s agents, brokers and other persons’”. Smith, *The equity culture*, p. 15.

cada viagem⁴⁶⁸; mas logo surgiriam as primeiras *joint-stock companies* a funcionar ininterruptamente. A Dutch East India Company, por exemplo, foi criada em 1609; nela:

Investors, rather than being partners in the firm, held shares in the new company, making the firm itself an entity independent of its owners. This meant that the firm would not have to be dissolved upon the death or departure of one of its partners, and made it much easier to attract capital from a large number of investors, many of whom would take passive roles. (...) partners could not demand that their capital be returned after a successful voyage; if they wished to cash in their holdings, they could do so only by selling to a third party. Thus the need for a market in shares was created.⁴⁶⁹

O quanto o desenvolvimento do mercado de ações foi impulsionado pela criação dessas *joint-stock companies* permanentes é algo evidenciado pelo caso da *East India Company*, criada na Inglaterra em 1600. Esta companhia, talvez a mais importante sociedade por ações do país durante o século XVII, passaria a funcionar de modo contínuo apenas em 1657⁴⁷⁰ - e não é casual que já em 1690, “a lively stock market (in joint-stock company shares) sprang up in London”⁴⁷¹.

Vemos assim que o capital acionário não só existia, mas inclusive se desenvolveu sobremaneira em sociedades que ainda não poderiam ser consideradas capitalistas, i.e., nas quais a relação entre os produtores diretos e os meios de produção ainda não era, na grande maioria dos casos, mediada pela relação de troca. Na verdade, muito mais do que produto, o capital acionário se apresenta, num primeiro momento, como pré-condição do desenvolvimento do modo de produção capitalista, na medida em que cumpre importante papel na concentração de riqueza na forma monetária – tanto em função das fortunas geradas pelas grandes companhias comerciais, quanto pelo ensejo de um processo de canalização da poupança social, outrora entesourada, para o mercado de capitais⁴⁷². Talvez não seja absurdo, então, traçar um paralelo entre o capital acionário e este ancestral do capital portador de juros, tão amaldiçoado durante praticamente toda a história da

⁴⁶⁸ No século XVI foram criadas, na Inglaterra companhias autorizadas pelo Estado a funcionar por apenas uma viagem. Cf. Smith, op. cit., p. 18.

⁴⁶⁹ Smith, *The equity culture*, pp. 18-9.

⁴⁷⁰ Isso não significa que ela tenha recebido autorização perpétua, mas sim que ela não deixou mais de renovar as autorizações outorgadas pela coroa. A licença sem limitação temporal é algo que a *East India Company* nunca receberia. Cf. Kindelberger, op. cit., p. 191.

⁴⁷¹ *The equity...*, p. 20. Necessário ressaltar, porém, que “the term 'stock', as used at the time, also included government bonds and annuities, which were often called government 'stock'. (The word derives from the wooden tallies, or stocks, that were commonly used to represent government debt, with notches being cut in the tallies as each interest payment was made.) Words like 'stockjobber', 'director', 'subscription', underwriting, 'puts', 'refusals' (calls), which had a few years earlier been unknown, were now commonplace in financial circles”. Ibidem.

⁴⁷² Smith, *The equity culture*, p. 22.

humanidade: o capital usurário⁴⁷³. A usura, afirma Marx, “é uma poderosa alavanca para a formação dos pressupostos do capital industrial”, “na medida em que (...) acarreta duas coisas: primeiro, constituir em geral, ao lado do estamento comercial, uma fortuna monetária autônoma, e segundo, apropriar-se das condições de trabalho, isto é, arruinar os possuidores das condições de trabalho antigas” (K, III, 624; C, III, 2, 118-9). Mas, apesar desta sua importância histórica na forma pré-capitalista, Marx não titubeia em afirmar que

o capital portador de juros, ou, como podemos denominá-lo em sua *forma antiga*, o capital usurário, pertence, com seu irmão gêmeo, o capital comercial, às *formas antediluvianas do capital*, que por longo tempo precedem o modo de produção capitalista e se encontram nas mais diversas formações econômicas da sociedade (K, III, 607; C, III, 2, 107).

Ora, algo parecido é dito em relação às *joint-stock companies*; nos *Grundrisse*, lemos o seguinte:

Como (...) exemplo da diferente posição que as mesmas categorias ocupam em diferentes estágios sociais: uma das últimas formas da sociedade burguesa: as *joint-stock companies*. Ela aparecem porém também em seu início, nas grandes companhias comerciais privilegiadas e detentoras do monopólio. (Grundrisse, 42)

Aqui, Marx parece distinguir a forma pré-capitalista de sociedade por ações, que encontramos nos primórdios da sociedade burguesa, de sua forma capitalista, a qual só aparece com o pleno desenvolvimento do modo de produção do capital. E se isso vale para a sociedade por ações, deve valer também para o título de propriedade sobre o qual ela se erege: as ações, ou – quando se tem em vista sua determinação estritamente econômica – o capital acionário. De fato, é impossível não notar que, por mais que se tenha desenvolvido o capital acionário nas formas pré-capitalistas de organização social, em nenhuma delas sua representação parece descolar-se completamente do capital propriamente investido em determinado empreendimento – seja ele produtivo, comercial ou financeiro –, como acontece com o capital acionário considerado enquanto *forma-valor*.

A própria economia capitalista, aliás, demorou bastante para se acostumar com a ideia de que o capital acionário não representa uma parte do capital efetivamente investido, mas sim um título

⁴⁷³ A usura era tão malquista que, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo e a generalização das relações de empréstimo a juros, as leis contra ela ainda demoraram a cair: “The laws against usury, long a dead letter, were dropped in Britain, Holland, Belgium and north Germany between 1854 and 1867.” Hobsbawm, E. *The age of capital, 1848-1875*. New York: Vintage Books ed., 1996.

que permite a seu portador receber parte dos rendimentos futuros gerado por aquele capital – e que portanto seu preço é determinado não pelo valor do capital propriamente investido, “mas pelo quantum de mais-valor que produz”, ou melhor, que se *estima* que ele vá propiciar “para seu possuidor” (K, III, 367; C, III, 1, 366). Daí que muita desconfiança tenha sido gerada quando, em 1901, J. P. Morgan comprou a *Carnegie Steel*, incorporando-a a este gigante do capitalismo dos EUA chamado *U.S. Steel*, um colosso cuja capitalização ultrapassava US\$ 1,4 bilhão⁴⁷⁴; pois ainda era comum que o preço da totalidade das ações emitidas por uma companhia fosse pensado em termos de um suposto *valor intrínseco*, “usually defined as its 'book value' – the total of asset minus liabilities”⁴⁷⁵ – algo que, no caso da *U.S. Steel*, totalizava “apenas” US\$700 milhões. Com efeito, a maioria das pessoas envolvidas no mercado de ações “explicitly did not take into account any additional profits that would flow from the presumably great efficiencies that were the primary rational for forming the giant trust in the first place”⁴⁷⁶ – o que apenas refletia o método convencional de precificação de ações da época, no qual não era levado em consideração o possível crescimento dos rendimentos futuros (assumidos como *imprevisíveis*).

Encontravamos-nos ainda muito longe dos modelos de precificação de ações baseados no desconto de dividendos futuros (*Dividend Discount Model*), que, ao menos em teoria⁴⁷⁷, se tornariam praticamente uma unanimidade na segunda metade do século XX⁴⁷⁸. De qualquer maneira, a consideração, na virada do século, do *book value* (i.e., a soma dos preços de todos os ativos da empresa, subtraída de todas as suas dívidas⁴⁷⁹) como uma medida fundamental para a valoração das ações – uma espécie de centro de gravidade, em torno do qual o preço da ação poderia variar, de acordo com seus dividendos *presentes* – já pode ser encarada como uma evolução, tendo em mente que tal posição, poucas décadas antes, ainda era ocupada pelo *valor de face (par value)* das ações, i.e., o preço propriamente pago pelo primeiro investidor a comprar determinado título⁴⁸⁰. A própria negociação levada a cabo por Morgan, aliás, já parecia indicar uma

⁴⁷⁴ Para se ter uma ideia da magnitude dos valores, basta notar que o orçamento do governo dos EUA, naquele ano, era de US\$ 350 milhões, e que a dívida total do Estado mal superava US\$ 1 bilhão. Cf. Smith, *Toward...*, p. 15.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 18.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 18.

⁴⁷⁷ Embora tal modelo seja normalmente assumido como o melhor para a valoração das ações, as dificuldades operacionais que ele acarreta faz com que a relação preço/lucro ainda seja a mais usada na prática. De todo modo, o *Dividend Discount Model* é certamente um dos métodos mais usados de valoração hoje em dia. Cf. Rutterford, Rutterford, J. From dividend yield to discounted cash flow: a history of UK and US equity valuation techniques. *Accounting, Business and Financial History*, 14(2), 2004, pp. 115–149, pp. 23–5. A versão do texto que servirá de base para as citações, e cuja paginação iremos respeitar, encontra-se em <http://oro.open.ac.uk/1468/> (09/04/2013)

⁴⁷⁸ *The theory of investment value*, tese de Ph.D. de John Burr Williams, só seria escrita em 1937. Sobre a evolução das teorias de valuation cf. Bernstein, P. *Capital Ideas: the improbable origins of modern Wall Street*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

⁴⁷⁹ Smith, *Toward...*, p. 18.

⁴⁸⁰ Quão penoso foi o reconhecimento de que o título acionário não representa o capital propriamente investido na companhia é algo evidenciado, por exemplo, pelo fato de que, para fins de taxação, apenas em 1920 essa medida deixou de ser utilizada: “Only with the decision in *Eisner v. Macomber* in 1920 was it officially recognized in the

importante mudança nos padrões de valoração de ações; de fato, em poucos anos, o *valor* dos ativos reais seria praticamente ignorado nos cálculos dos investidores, e a expectativa sobre os fluxos financeiros futuros (*discounted cash flow*)⁴⁸¹ se transformaria no principal determinante do preço dos títulos acionários.⁴⁸² Que essa cisão, já contida formalmente nas *publicani*, só se tenha *efetivado* realmente dois milênios mais tarde, na economia capitalista, é um *sintoma* da peculiaridade do modo de existência do capital acionário neste sistema econômico particular.

A forma-valor capital acionário, em si

A mais *evidente* diferença entre o capital acionário pré-capitalista e aquele que aparece no modo de produção regido pela lei do valor encontra-se na sua relação com a produção enquanto tal. Assim como a usura, o capital acionário em suas formas antediluvianas “vive aparentemente nos poros da produção, como os deuses nos intermúndios de Epicuro” (K, III, 612; C, III, 1, 110); não por outra razão, pode-se se dizer que ele se relaciona com os modos de produção pré-capitalistas “*de modo exterior [äusserlich]*” (K, III, 623; C, III, 1, 118). Assim, em modos de organização social onde a mercantilização da atividade econômica encontrava-se em estágio bastante avançado, sem porém penetrar a maior parte do *processo produtivo*, é sobretudo em atividades bancárias (no caso britânico, especialmente o Banco da Inglaterra) e, como já foi visto, nos monopólios do comércio exterior que encontramos empresas organizadas sob alguma forma de sociedade por ações. O quanto essa relação de exterioridade em relação ao processo de reprodução material propriamente dito determina o desenvolvimento do capital acionário, é algo de que podemos ter uma ideia comparando dois momentos cruciais da história econômica inglesa: os pânicos financeiros de 1720 e 1847.

Vimos na seção anterior que o mercado acionário inglês já era bastante ativo no final do século XVII; tal atividade chegaria a níveis frenéticos no final da década de 1710, quando os líderes políticos britânicos, temendo perder terreno para a rival França – onde as peripécias de John Law pareciam a um só tempo possibilitar o refinanciamento do Estado e impulsionar a *Compagnie des Indes* –, puseram em funcionamento um plano ambicioso que catapultaria os preços das ações da *South Sea Company*⁴⁸³, e com isso também o dos demais ativos transacionados no mercado

United States that increasing par value equity is purely symbolic (as distinguished from an increase in the face value of debt)” Baskin, *The Development of Corporate Financial Markets in Britain and The United States, 1600-1912: Overcoming Asymmetric Information. The Business History Review*, Vol. 62, Nº 2, p. 226.

⁴⁸¹ Rutterford, op. cit., p. 25.

⁴⁸² Sobre a evolução das teorias e dos métodos de *valuation*, cf. Rutterford, op. cit.; Bernstein, op. cit.; e Smith, *Toward...*

⁴⁸³ “Share prices rose from £ 128 on 1 January 1720, to £ 335 by 2 May, peaking at £ 1,050 on 24 June.” Baskin e

acionário: era a famosa *South Sea Bubble*, que estourou em meados de 1720, trazendo abaixo os demais centros financeiros europeus. Não será possível neste espaço detalhar todo esse processo; o que nos interessa é notar que o episódio motivou uma resposta dura e imediata: já no ano do *crash*, o parlamento inglês aprovou o *Bubble Act*, que imporia severas restrições à formação de *joint-stock companies*, fazendo que o desenvolvimento do mercado de capitais londrino ficasse, por um longo período, praticamente parado no tempo⁴⁸⁴.

Pois bem; em 1825, o *Bubble Act*⁴⁸⁵ foi removido, o que elevou repentinamente a formação de novas companhias por ações, voltadas sobretudo – mas não apenas – à construção de ferrovias⁴⁸⁶. Apesar do aumento da instabilidade, o crescimento do mercado seguiu firme e forte, até que, “in the 1840s a new railroad boom took place, this time a mania.”⁴⁸⁷ Evidentemente, a bolha teve evidente relação com a crise de 1847 – a qual, não custa lembrar, motivaria um dos maiores abalos políticos da história européia. E se nem por isso chegou a ser cogitada seriamente a reinstauração de medidas restritivas sobre o mercado de capitais, nos moldes do *Bubble Act*, é porque já havia consciência de que a economia inglesa não poderia mais viver sem esses mercados: uma vez mercantilizada a mão de obra, e portanto a produção, o capital acionário deixara de se relacionar com esta última “de modo exterior”.

Ora, mas o leitor já terá notado que, se na década de 1840 a grande maioria do capital investido em ações encontrava-se aplicado em ferrovias, e se, por conseguinte, a grande maioria dos empreendimentos produtivos ainda não se organizava sob a égide da propriedade acionária, então não é de todo evidente a validade da distinção estabelecida acima entre a relação das sociedades por ações com a produção enquanto tal no mundo pré-capitalista e sua relação com a produção na economia capitalista de meados do século XIX. Além disso, é notório que tais companhias ferroviárias usufruíam de uma situação de mercado não muito diferente das empresas *monopolistas* dos primórdios da civilização burguesa (as quais, como foi vimos, já se organizavam sob a forma da

Miranti”, p. 112.

⁴⁸⁴ “For one and a half centuries after the Bubble Act new businesses in Britain were organized primarily as either partnerships or joint venture associations. These forms did not facilitate the concentration of capital into single economic units as had the larger joint stocks (although joint venture associations could issue transferable shares of ownership).” Baskin e Miranti, op. cit., pp. 121-2. “The history of business corporations or joint-stock companies in England during the one hundred and fifty years following the statute of 1720 is the story of an economic necessity forcing its way slowly and painfully to legal recognition against strong commercial prejudice in favor of individual enterprise.” Bishop Carleton Hunt apud Baskin, op. cit., p. 203. Para um detalhamento das medidas impostas pelo *Bubble Act* e suas consequências, cf. Kindelberger, op. cit., p. 192; Baskin e Miranti, op. cit., pp. 117; Smith, *The equity culture*, p. 46. As reformas na França foram ainda mais restritivas, e seu mercado de capitais nunca mais se equipararia ao inglês. Cf. Baskin e Miranti, pp. 113-6.

⁴⁸⁵ Sobre a importância da remoção do *Bubble Act* para a concentração do capital, e a importância desta concentração para a industrialização inglesa no segundo quartil do século XIX, cf. Baskin e Miranti, op. cit., p. 130.

⁴⁸⁶ “These joint stock companies with parliamentary approval grew from 1824 to 1856 when general incorporation without specific approval became possible, as amounts of capital required for various business became larger with the growth of factories and ships, and with the widespread steam power.” Kindelberger, op. cit., p. 196.

⁴⁸⁷ Kindelberger, op. cit., p. 195.

sociedade por ações⁴⁸⁸). Daí não se deve auferir, contudo, que as ferrovias do século XIX ainda vivessem em poros ou intermúndios; pois a mercantilização da produção, que a submete à pressão da concorrência e à necessidade de escoamento do produto, acaba tornando carnal sua relação com os meios de transporte. Ainda mais: com o ingresso de toda a atividade econômica no circuito do valor em processo, aumenta a quantidade de indivíduos com renda excedente na forma monetária, ávidos por modos de valorizá-la: justamente o tipo de gente que financiou as primeiras ferrovias⁴⁸⁹, o que mostra que a relação do capital acionário com a vida econômica da sociedade inglesa como um todo, longe ser exterior, já havia assumido um caráter orgânico.

De qualquer maneira, é evidente que esse episódio (a não imposição, após a crise de 1847, de restrições legais severas às transações efetuadas nos mercados financeiros), muito mais do que um exemplo da capacidade do valor em processo de “criar a partir de si” um mundo a sua imagem e semelhança, parece exemplificar apenas seu poder de bloquear mudanças que lhe seriam nocivas. Já foi dito porém que, a esta altura do desenvolvimento histórico, a relação entre o capital imediatamente produtivo e o capital acionário ainda era, grosso modo, indireta: na primeira fase de expansão da indústria capitalista inglesa, que se estendeu, grosso modo, de 1780 a 1840, e se baseou nos têxteis, o capital inicial requerido para a produção ainda era relativamente baixo, e a grande maioria das empresas produtivas ainda se encontrava sob a forma da propriedade individual⁴⁹⁰. Isso muda, porém, com a queda da taxa de lucro – que leva ao acirramento da concorrência – e a gênese de empreendimentos voltados para a produção de bens muito mais custosos do que aqueles produzidos na fase anterior⁴⁹¹. Se até então a maior parte das empresas produtivas que se

⁴⁸⁸ Quão seguras, por exemplo, as companhias ferroviárias eram aos olhos dos investidores (em relação às outras empresas privadas da época), é algo que fica evidente pelo seguinte comentário de Kindelberger: “Debenture, especially of railroad companies, were the nearest thing to government bonds in the eyes of the Victorian investor”. Op. cit., p. 195. O mesmo acontecia com as ferrovias dos EUA. Cf. Baskin e Miranti, op. cit., pp. 132-4, e Baskin, *The Development...*, p. 208.

⁴⁸⁹ “Capital and labour wanted a 'new channel'. The new channel came and all persons of authority, alike political and commercial, seemed quite surprised that it had arrived; but when a thing or a man are wanted, they generally appear. One or two railway, which had long been sleepy in formation, about this time were finished (...) Suddenly there was a general feeling in the country, that this capital should be invested in railways; that the whole surface of the land should be transformed, and covered, as by a network, with these mighty means of communication. When the passions of the English, naturally an enthusiastic people, are excited on a subject of finance, their will, their determination, and resource are irresistible. This was signally proved in the present instance, for they never ceased subscribing their capital until the sum intrusted to this new form of investment reached an amount almost equal to the national debt; and this too in a very few years. What was remarkable in this vast movement in which so many millions were produced, and so many more promised, was, that great leaders of the financial world took no part in it. (...) [I]t was only by an irresistible pressure of circumstances that a banking firm which had an extensive country connection was ultimately forced to take a leading part that was required, and almost unconsciously lay the foundation of the vast fortune which it has realized, and organize the varied connection which it now commands. All seemed to come from the provinces, and from unknown people in the provinces.” Disraeli apud Kindelberger, pp. 194-5. Sobre o papel dos investidores individuais no financiamento das ferrovias, cf. Também Baskin e Miranti, p. 136.

⁴⁹⁰ Cf. Hobsbawm, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, capítulos 2 e 3.

⁴⁹¹ Na nova fase, iniciada na década de 1840, o crescimento econômico se basearia “nas indústrias de bens de capital,

organizaram sob alguma forma de sociedade por ações o fizera motivada pelo problema da sucessão familiar⁴⁹², doravante esta forma se imporia em função dos próprios imperativos do valor que se valoriza, que passou a exigir níveis de socialização da produção antes inimagináveis⁴⁹³.

Não é difícil compreender o quanto o capital acionário, tal qual se apresentava na primeira metade do século XIX, estorvava o processo de socialização da produção dentro dos limites da propriedade privada. As empresas que, à época, assumiam a forma da sociedade por ações, ainda se assemelhavam, em muitos sentidos, mais às velhas parcerias entre conhecidos que se dispõem a unir seu capital com um fim comum do que às organizações completamente impessoais de nosso tempo. Como afirma Hunt:

Hoary ideas of partnership continued to confuse thinking with regard to corporate enterprise. Partnership law, hammered out of common experience by the courts and riveted to the legal mind by a long line of decisions, was a barrier to the essential change that had taken place in the position of the investor.⁴⁹⁴

De fato, embora a propriedade dos títulos acionários já fosse transferível⁴⁹⁵, a despersonalização das relações ainda era tão incipiente que não era rara a exigência, pelas corporações, de emprego de capital adicional por seus acionistas, sempre que a situação o exigisse⁴⁹⁶. Ainda mais: na medida em que sua responsabilidade frente aos assuntos da companhia ainda era considerada ilimitada, “shareholders would be fully liable for any losses their companies incurred, even if those losses exceeded the amount of money the shareholders had invested”⁴⁹⁷ -

no carvão, no ferro e no aço.” Hobsbawm, op. cit., p. 101.

⁴⁹² A morte dos fundadores das empresas privadas colocava-as em iminência de desmembramento, o que afetava sua capacidade de sair vitoriosa da guerra concorrencial. Daí que mesmo empresas sem capital aberto passassem a se organizar na forma da sociedade acionária.

⁴⁹³ Daí não segue que as ferrovias tenham sido suplantadas como maiores captadores de capitais nos mercados de ações. Às vésperas da I Guerra Mundial, elas ainda absorviam 80% dos capitais investidos na compra de ações na Inglaterra. Cf. Baskin, *The Development...*, p. 207. Já nos EUA, embora o capital investido na indústria (falamos aqui de investimento na atividade produtiva enquanto tal, e não do nível de capitalização via mercado de ações) tenha atingido, já nos anos 1880, a mesma magnitude daquele investido em ferrovias, apenas uma companhia industrial era continuamente transacionada na NYSE na década seguinte. Cf. Navin, T. R. & Sears, M. V. *The rise of a market for industrial securities, 1887-1902*. *The Business History Review*, Vol. 29, No. 2 (Jun., 1955), p. 106.

⁴⁹⁴ Hunt, *Development of the business corporation*. Citado por Baskin e Miranti, op. cit., p. 177.

⁴⁹⁵ Cf. Baskin, op. cit., p. 5.

⁴⁹⁶ “To ensure available capital to finance the extension of service, it was essential that equity subscribers be wealthy and deeply committed to the success of the enterprise. (...) These contingent claims, expected during periods of financial stringency, impeded the formation of broad, impersonal markets for common shares”. Baskin e Miranti, op. cit., p. 178. Cf. também Baskin, op. cit., p. 4.

⁴⁹⁷ Smith, *The equity culture*, p. 54. Assim, se boa parte do dinheiro ganho em Glasgow com o tabaco de Maryland e Virginia se dividiu na compra de terras e ações bancárias, isso não impediu que o dinheiro investido nas terras fosse perdido em função do fracasso dos bancos dos quais seus proprietários eram acionistas. Como escreve Kindelberger, “the collapse of the Ayr Bank in 1772, moreover, led to the loss of much of the land because of unlimited liability of shareholders” *A financial history...*, p. 177.

problema cujos efeitos sobre a socialização da riqueza abstrata sob a forma da propriedade privada são evidentes⁴⁹⁸.

Já instaurada na forma do em-si, em função da mercantilização da produção, a Razão capitalista no mercado de capitais encontrava o primeiro obstáculo para seu pleno desenvolvimento; era chegada a hora da limitação da responsabilidade do acionista.⁴⁹⁹

Do em-si ao para-si, primeira etapa

Em sua *História universal dos algarismos*, Ifrah escreve o seguinte: “Resultante de um verdadeiro turbilhão de invenções e inovações, o zero veio à tona pouco a pouco, após milênios de uma extraordinária profusão de ensaios e tentativas, avanços fulgurantes e vacilações, e até mesmo de regressões e revoluções.”⁵⁰⁰ Isso não obstante, é muito difícil para nós, indivíduos que sempre vivemos sob as condições da abstração mercantil, compreender o quanto de tempo, de imaginação e de “maturidade de espírito” foram necessários para que a humanidade chegasse ao último de seus algarismos, “esse 'algo' que significa nada”⁵⁰¹ – esta abstração que está *aí*. Talvez não nos seja mais fácil, em pleno século XXI, entender o quanto de astúcia foi necessária para que se pudesse conceber a categoria da *pessoa* (em sentido jurídico), esta “unidade personificada de um conjunto de normas jurídicas”⁵⁰², sem substrato material – conceito puro da jurisprudência⁵⁰³, coroamento de

⁴⁹⁸ Como notam Baskin e Miranti, se “the rise of large-scale public markets for common stocks was very much a post-World War I phenomenon”, isso se deve muito ao fato de que até então, “equity shares were a convenient way to transfer ownership between limited circles of business associates, rather than instruments to support broad public dealings. From this aspect ordinary shares were perceived as being akin to partnership interests, a view that persisted until the middle of the nineteenth century”. Baskin, J. B & Jr., Paul J. Miranti, op. cit., p. 177. Não se tratava, é claro, de algo meramente subjetivo; até o reconhecimento do princípio da responsabilidade limitada, que foi essencial para o estabelecimento de mercados públicos, tal percepção correspondia muito bem à realidade, já que as pessoas que entravam juntas em dado empreendimento não se relacionavam ainda plenamente como proprietários privados, como *pessoas*; elas estavam, por assim dizer, amarradas umas às outras. Sinteticamente: a relação, juridicamente considerada, ainda não era uma relação entre a pessoa física e a jurídica. Por isso mesmo era bastante comum, como vimos, as corporações requererem contribuições adicionais por parte dos acionistas, o que as aproximava bastante das trading companies antigas. Não se pode dizer, enfim, que, acionista e corporação eram naquela época pessoas juridicamente distintas uma da outra - fato essencial para a compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade por ações e do capital acionário: “This was a crucial issue upon which the future development of the stock market would stand or fall. A modern market requires the participation of large number of middle-class investors, not just a few wealthy individuals. Only in this case can it access the capital necessary to fund large industrial enterprises. But potential middle-class investors were reluctant to participate in investment schemes that exposed them to unlimited liability. If the joint-stock laws were not altered to address this issue, the future growth of the equity market would be severely constrained” Smith, M., op. cit., p. 72.

⁴⁹⁹ Na verdade, já houvera uma espécie de limitação da responsabilidade na própria Inglaterra, instaurada em 1662; todavia, a proteção, que dependia da aprovação do Estado, era restringida às empresas monopolistas ligadas ao comércio exterior, dependia da autorização do Parlamento, e seria revogada pelo Bubble Act, a que fizemos referência acima. Cf. Baskin, op. cit., p. 86. e p. 139.

⁵⁰⁰ Ifrah, Georges. *História universal dos algarismos, volume 1: a inteligência dos homens contada pelos números e pelo cálculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 685.

⁵⁰¹ Ibidem, idem.

⁵⁰² Kelsen, op. cit., p. 136.

⁵⁰³ Ibidem, p. 137.

um senso de abstração que tem na troca seu fundamento⁵⁰⁴ e que seria levado ao extremo com a limitação da responsabilidade do acionista e a consideração da corporação como “uma pessoa que tem direitos e deveres distintos daqueles dos indivíduos que a compõem”⁵⁰⁵.

A humanidade resistiu fortemente à gênese da noção jurídica de responsabilidade limitada⁵⁰⁶, e não espanta que uma gama considerável de dispositivos tenha sido criada para tornar mais efetiva, ainda no regime de responsabilidade ilimitada, a duplicação do capital⁵⁰⁷, já bastante desenvolvida com a revogação do *Bubble Act* e o crescimento dos mercados de capitais que isso trouxe a reboque, mas não ainda realizada plenamente (em função, como vimos, da ilimitação da responsabilidade do acionista). De todo modo, quão racional a limitação da responsabilidade era da perspectiva do valor em processo⁵⁰⁸, e quão fraca era a moral burguesa para se contrapor a sua força, é algo que se evidencia pela *velocidade* com que, uma vez criada em um país, ela foi adotada em quase todo o resto da Europa ocidental (e também nos EUA). Talvez não seja exagero afirmar que aqui encontramos um exemplo cristalino do processo de retificação da desadequação que Hegel acreditava ter identificado no processo de autorrealização da Razão que é a história. Pois não importa quão distintos foram os modos com os quais os países europeus tentaram lidar com a separação de propriedade e função e com as dificuldades que isso impunha, do ponto de vista jurídico, à representação até então existente da *responsabilidade*: o fato é que, nas palavras de Kindelberger, “incorporation with limited liability arrived everywhere in Europa simultaneously in

⁵⁰⁴ Cf. Naves, op. cit., capítulo 2.

⁵⁰⁵ Kelsen, op. cit., p. 140.

⁵⁰⁶ “It was widely believed that limited liability (as is now done in modern corporations) would encourage sharaholders and managers to take irresponsible risks. Parliament also enacted a requirement that shareholders of companies previously chartered by the government 'be individually liable, in the extent of their persons and property, for the debts ... of the corporation'” Smith, *The equity...*, p. 54. “In the 1850s and 1860s, moreover, limited liability came to be widely debated. It was unpopular, Bagehot said, not only for the banks, where it reduced security of depositors (and was delayed in until after the failure of the City Bank of Glasgow in 1878), but generally with the rich, who found the combined wealth of little stockholders in corporations provided them with greater competition. A number of economists were fearful that generalized incorporation would stimulate speculation” Kindelberger, *A financial history of western Europe*, pp. 196-7.

⁵⁰⁷ O período imediatamente posterior à revogação do *Bubble Act* assistiu a um importante desenvolvimento de instrumentos financeiros que visavam aumentar a captação de recursos pelas novas *joint stock companies* dentro dos limites impostos pela ilimitação da responsabilidade do acionista, desenvolvimento do qual resultou, entre outras coisas, o aumento do endividamento das empresas. “The need to raise more capital to complete construction underway led to further innovations – vendor shares, preference shares, and debentures.” As ações preferenciais e as debêntures são instrumentos financeiros que subsistem até hoje; o mesmo não vale para as *vendor shares*, papéis “issued to contractors (...) in lieu of money payments. They (...) were regarded by Jeffrys as 'one of the most objectionable devices of modern finance', presumably because they are bought not for investment but for resale when the market conditions improve and hang over the market like a pall (1938, p. 41)” Kindelberger, op. cit., p. 195. Já na França foram criadas as ações ao portador (“bearer share”), “shares that were not specifically registered to any individual but whoever held them” Smith, *The equity culture*, p. 73.

⁵⁰⁸ O quanto a disseminação da responsabilidade limitada foi produto da mercantilização da atividade econômica em geral, é algo que se pode ver pela quantidade de setores para os quais ela se fazia necessária já em meados do século XIX; como afirma Kindelberger: “Whatever the proximate cause, however, the basic reason was surely that the amounts of capital required by railroads, mines, shipping companies, banks, and a growing number of industrial enterprises were increasing beyond the capacity of informal markets to provide them” Kindelberger, op. cit., p. 197.

the 1850s and 1860s”⁵⁰⁹. O primeiro país a se render foi a Suécia, em 1848; em 1856, foi a vez da Inglaterra, que, apesar da crise de 1857 – a qual levou à falência 1/6 das companhias cotadas na bolsa⁵¹⁰ –, aprofundou a reforma em 1862; cinco anos depois, o Estado francês abandonou de vez o impulso regulacionista que, desde o susto provocado por John Law e as meteóricas ascensão e queda da *Missisipi Company*, orientara sua relação com o mercado de capitais, e autorizou a incorporação generalizada de companhias com responsabilidade limitada – no que ele foi seguido por Espanha (1869), Alemanha (1870), Bélgica (1873) e Itália (1873)⁵¹¹.

Era – sem dúvida – a Razão capitalista na história!⁵¹² Que não nos entusiasmemos, porém; seu trabalho é sempre muito mais lento e tortuoso do que gostaria a impaciência do Entendimento. De fato, embora a limitação da responsabilidade tenha posto o patrimônio não investido pelos acionistas nas novas corporações a salvo das falcaturas de seus administradores, existia ainda o patrimônio nelas imobilizado, o qual não poderia ser negligenciado, e que encontrava-se em permanente risco em função da assimetria de informações que dificultava a avaliação, pelo parte do investidor de boa fé, dos negócios privados das corporações. Notórios farsantes, como o famigerado Jay Gold⁵¹³, punham em risco a captação da poupança social pelo mercado de capitais. Daí que o próprio mercado tenha iniciado, nos anos 1850, um movimento de autorregulação⁵¹⁴ – o que no entanto não impediria a entrada do Estado no jogo, primeiro de modo ainda tímido, na Inglaterra (onde, já em 1844-5, as companhias se viram forçadas a apresentar seus balanços aos acionistas), e posteriormente de maneira mais séria, como na década de 1930, nos EUA.⁵¹⁵

A história da luta contra a fraude financeira certamente daria uma pesquisa à parte, e não

⁵⁰⁹ Kindelberger, *A financial history of western Europe*, p. 117.

⁵¹⁰ Ibidem, p. 199.

⁵¹¹ Sobre o tortuoso caminho que a noção de responsabilidade limitada percorreu antes de ser aceita, principalmente na Inglaterra e na França, cf. Smith, op. cit., capítulos 3 e 4, e Kindelberger, op. cit., pp. 196-7. Sobre o rápido alastramento dessa noção jurídica pela Europa Ocidental (mais a Rússia), cf. Kindelberger, op. cit., p. 207 e Smith, op. cit., p. 74.

⁵¹² Sendo a Alemanha, como é do conhecimento de todos, o país escolhido pela Razão, não surpreende que a autorrevelação desta última tenha assumido ali um aspecto tão triunfal. Assim, embora as sociedades por ações fossem raras na Alemanha até 1850, a história corporativa assumiu no país, a partir de então, uma velocidade alucinante. Como escreve Kindelberger: “German corporate history is thus different from French and British in various respects. Most striking, however, is that the history that took several hundred years in Britain was telescoped into sixty-five in Germany”, op. cit., p. 207.

⁵¹³ Cf. Smith, *Toward rational exuberance*, p. 11.

⁵¹⁴ Nos EUA, a primeira regra imposta pela própria NYSE com o fito de reduzir o risco de falcaturas, criada em 1869, como resposta aos problemas causados por Jay Gold naquilo que ficou conhecido como “Eerie Wars” – batalhas sobre o controle da Eerie Railroad –, foi a exigência de provisão de um registro público das ações emitidas. (À época, era comum que ações fossem emitidas para pagar dividendos sobre outras ações, já emitidas anteriormente.) Sobre as outras regulações impostas com a mesma intenção a essa época nos EUA, cf. Smith, *Toward...*, pp. 12-3; idem, *The equity culture*, p. 85; e Baskin e Miranti, op. cit., pp. 141-3.

⁵¹⁵ Cf. o primeiro capítulo deste trabalho. Ressaltemos também que os profissionais das finanças, sempre ávidos pelo dinheiro do público ignorante, são especialistas em especular irregularmente com fundos alheios. Daí que também a relação entre os possuidores da riqueza investida e os profissionais do investimento tenha entrado na pauta regulatória do Estado, como vimos no primeiro capítulo, no que se refere aos EUA.

pretendemos nos debruçar sobre esta questão. Se nela nos detivemos brevemente, é sobretudo porque lança luz sobre um problema crucial para o pleno desenvolvimento do capital acionário: a geração e a padronização de informações financeiras referentes às companhias cotadas em bolsa, sem o que é impossível a estimação de seu lucro futuro, e portanto, também a precificação das ações de modo minimamente racional – problema cuja influência sobre o desenvolvimento dos mercados secundários é facilmente perceptível. Ora, quão singular do ponto de vista histórico é a liberação, para o público em geral, de dados concernentes não apenas às questões exclusivamente financeiras, mas também às atividades produtivas e comerciais das grandes companhias, é algo que se evidencia com um breve olhar sobre as antigas guildas (para as quais o rompimento do segredo era motivo de assassinato), ou mesmo sobre algumas das antigas sociedades por ações monopólicas voltadas para o comércio exterior, que, por incapacidade ou falta de vontade de seus administradores, não transmitiam periodicamente ao público as informações mais relevantes sobre seus negócios – deficiência que constituía um importante obstáculo ao funcionamento contínuo dessas empresas, pois forçava a liquidação dos ativos e o reembolso dos investidores ao fim de cada viagem⁵¹⁶.

As modernas companhias da segunda metade do século XIX honraram a tradição, e, mesmo sendo cotadas permanentemente e captando cada vez mais capital através da emissão de ações, só a muito custo começaram a divulgar informações relevantes sobre suas operações. Como afirma Smith, até a virada para o século XX, “the market lacked transparency, with accurate financial data often unavailable. Unsavory manipulative practices by market insiders were common place, unrestrained by effective regulation.”⁵¹⁷ Não à toa, a maior parte das ações ordinárias ainda era transacionada por um pequeno grupo de pessoas, conhecidas umas das outras⁵¹⁸, e os instrumentos que melhor serviam à captação junto ao público externo eram os títulos de dívida e as recém criadas *ações preferenciais*, instrumentos híbridos (por um lado, oferecem rendimentos variáveis, como as ações; por outro, garantem a seus portadores a precedência na distribuição dos lucros, frente aos acionistas comuns, e não dão direito a participação no controle da empresa) que não apenas permitiram às companhias reduzir progressivamente a proporção do dinheiro captado via endividamento (o que ajudaria a reduzir o risco de falência⁵¹⁹), mas também cumpriram importante

⁵¹⁶ “Typically, all assets were sold and the proceeds distributed at the end of each voyage, and the next voyage was financed by soliciting new subscriptions, usually among the same group of investors.” Baskin, J. op. cit., p. 202.

⁵¹⁷ Smith, *Toward...*, p. 14.

⁵¹⁸ “Poorly informed investors can also gain access to a market by relying on help from those with better knowledge. Honest assistance is most forthcoming in the context of continuing relationships, which typically arise in a local community of business associates. Early markets were widened by personal contacts. Friends and associates would place their confidence in individual financiers who had reputations for honest deal-ings and who were willing to put their own funds at risk in the ventures they promoted.” Baskin, op. cit., p. 210.

⁵¹⁹ Não custa lembrar que, nesta época, em que o investidor externo ainda relutava bastante em comprar ações, a taxa de falência era bastante alta, mesmo entre as maiores companhias. O alto grau de alavancagem das companhias

papel na transição para o período seguinte, no qual o grande público passaria a inundar o mercado acionário com suas poupanças⁵²⁰.

De todo modo, a quantidade e o padrão das informações oferecidas aos investidores ao longo da segunda metade do século XIX melhoraram, ainda que lentamente⁵²¹. Em Londres, por exemplo, todas as empresas listadas foram obrigadas a informar seus balanços ao *Board of Trade* na virada do século; já nos EUA foi criada, em 1887, a *Interstate Commerce Commission*, dando início ao processo de padronização das divulgações de dados financeiros pelas companhias industriais. O período assistiu ainda ao crescimento do número de publicações voltadas para o mercado financeiro, tanto na academia quanto na imprensa.⁵²², o que no século seguinte daria origem a um mercado bastante particular. Infelizmente, porém, tal imprensa era facilmente manipulável pelas administrações corporativas: já naquela época, a honestidade não era a principal virtude dos indivíduos que cobriam os mercados financeiros. Ainda mais: apesar da pequena evolução, “the information that companies listed on the New York Stock Exchange were required to make public was sketchy at best”⁵²³; e quando existiam, as declarações financeiras não eram confiáveis, seja por falhas metodológicas, seja pela limitação das técnicas de medição até então existentes. Para piorar, o processo de padronização da metodologia contábil ainda era bastante incipiente, e questões fundamentais, como a definição de como deveriam ser medidos os “custos de capitais”, ainda continuavam em aberto, oferecendo enormes brechas para a manipulação e o logro⁵²⁴.

ferrovias dos EUA na virada do século, por exemplo, cumpriu papel importante na entrada em concordata de 25% dessas companhias (consideradas da perspectiva da capitalização; da perspectiva de sua extensão física, as companhias representavam 40% da malha ferroviária do país). Cf. Baskin, op. cit., p. 218. Ressalte-se também que mesmo a capitalização via endividamento sofria restrições por uma exigência dos investidores externos, motivada pela falta de informações confiáveis: a de que os títulos emitidos fossem lastreados em ativos tangíveis. Cf. Baskin e Miranti, op. cit., pp. 154-5.

⁵²⁰ “Preferred stock originally developed out of the necessity of raising additional capital to finish construction among early British railroads, when current shareholders objected to diluting their holdings by issuing common shares below par, and when the government restricted the level of debt finance. The new preference shares usually combined the benefits of both fixed-income and equity securities by providing “participation” in common dividends in excess of the preferred rate—thus the origin of the name. In the United States, preferred stock was first issued under similar circumstances, when entrepreneurs thought it ill-advised to assume greater debt during construction when there was little prospect of immediate earnings. Over time the new security became more like debt, and both participation and voting rights became less frequent.” Baskin, op. cit., p. 219. As emissões de ações preferenciais começaram a se generalizar já na década de 1870, e se tornariam uma importante fonte de capital, especialmente entre as corporações industriais. Cf. idem, ibidem, e também Baskin e Miranti, op. cit., pp. 152-4.

⁵²¹ Para uma síntese dessa evolução, cf. Baskin e Miranti, op. cit., pp. 140-3. Note-se que apenas uma tal evolução poderia ter permitido o desenvolvimento das técnicas de valoração de ações a que fizemos referência no começo do capítulo, através da qual o *book value* assumiu no início do século XX, em detrimento do *par value*, o papel de medida fundamental da precificação desses ativos.

⁵²² Cf. Baskin e Miranti, op. cit., pp. 143-4.

⁵²³ Smith, *Toward...*, p. 25.

⁵²⁴ Evidentemente, como sabe qualquer pessoa que já estudou os rudimentos de contabilidade, a padronização não impede esse tipo de manipulação, como evidenciam, por exemplo, os recentes escândalos contábeis, nos quais mesmo uma auditora independente do porte da Deloitte acabou envolvida. Mesmo assim, é inegável que a inexistência de tais padrões facilita bastante as fraudes.

Do em-si ao para-si, segunda etapa

Na virada do século, a pressão objetiva imposta pela lei do valor em condições de produção que exigiam um capital inicial cada vez mais vultoso, associada ao reconhecimento dos perigos impostos pela capitalização via endividamento, tornava patente a necessidade de atrair o grosso da poupança social para o mercado de capitais – e, em especial, o acionário. Infelizmente, porém, “public participation in the market in 1901 was tiny; it is difficult to estimate how many Americans actually owned stocks, but it could not possibly have been more than a small fraction of the total population.”⁵²⁵ Assim, apesar da evolução, as condições de capitalização ainda estavam longe de colocar o capital em condição de aproveitar mercantilmente a rápida evolução na geração de energia elétrica e o potencial da combustão interna, inovações que dariam o tom ao novo ciclo de acumulação, e que exigiriam das companhias privadas que chegassem a níveis até então inéditos de capitalização. Antes de 1920, não havia grandes mercados de ações: tudo ainda não passava de um “insider's game”⁵²⁶.

O que não significa que tal mercado fosse desprovido de importância; de fato, ele era grande o suficiente para levar o presidente Theodore Roosevelt, nos EUA, a impedir outra enorme aquisição de J.P. Morgan, recorrendo a uma lei anti-truste até então pouco notada⁵²⁷. Mas as intervenções estatais ainda assumiriam por muitos anos este caráter pontual, e apenas após a ascensão de um Roosevelt mais famoso (Franklin Delano) – e, o que é mais importante, após a maior crise da história do capitalismo – o Estado passaria, como já vimos⁵²⁸, a assumir uma postura mais ativa frente a este mercado que na década de 1920 operava com somas de riqueza abstrata até então nunca reunidas⁵²⁹. Daí encontrarmos no período, diante da evidente necessidade de melhoria das informações financeiras das companhias cotadas em bolsa, essa curiosa alternância de intervenção estatal e autorregulação do mercado, fenômeno que, não obstante a falta de coordenação entre as

⁵²⁵ Smith, op. cit., p. 25.

⁵²⁶ Ibidem, idem. “[E]arly investors reacted to poor information by exercising extreme caution. Outside investors were likely to perceive not only equity securities as unduly speculative; they were reluctant to put their savings at risk when there was any potential for fraud and malfeasance.” Baskin, op. cit., p. 216. “The concentration of efforts to raise risk capital among those who were already familiar with the enterprise created a presumption that appeals would always first be made to exist-ing shareholders. When shares were offered to outside investors, there-fore, the outsiders were naturally suspicious, assuming that those with the best knowledge had not been willing to subscribe the shares fully. If the issue involved a security that was difficult for them to evaluate, their reluctance was intensified.”. Idem, ibidem, p. 224.

⁵²⁷ Smith, *Toward...*, p. 41-3.

⁵²⁸ Cf. o primeiro capítulo deste trabalho.

⁵²⁹ Até o *New Deal*, a intervenção estatal mais importante sobre o mercado de capitais não visava diretamente este mercado, mas sim o sistema bancário; trata-se da criação do *Federal Reserve System*, cujas operações se iniciaram em 1914. Cf. Smith, *Toward...*, p. 58.

duas esferas, ajudou o capital a atrair a poupança social para seu circuito.

Talvez não seja exagero afirmar que aqui, mais uma vez, nos deparamos com o incansável trabalho da Razão capitalista. Pois não foi sem passar por uma série de erros que a meta foi atingida, o que parece dar a tal processo a forma da retificação da desadequação que Hegel sugerira em sua filosofia da história. Vemos assim, já na virada do século, Estado e iniciativa privada iniciarem um esforço de geração e compilação de dados sobre as condições econômicas, os quais seriam úteis para a avaliação dos riscos de mercado: é o surgimento não só de uma série de importante estruturas burocráticas destinados à estatística social, mas também das hoje tão criticadas agências de risco⁵³⁰. Também neste período, a recém-criada *Federal Trade Commission* exigiu das corporações que emitissem relatórios explicitando seu resultado financeiro anual: algo a que, na verdade, elas já eram obrigadas pela própria *New York Stock Exchange*.⁵³¹ A mesma comissão tentou ainda, em 1917, estabelecer regras gerais de abertura dos dados financeiros pelas companhias⁵³² – assim como, em 1906, o *Hepburn Act* objetivara prescrever metodologias uniformes para a contabilidade corporativa (o que de fato foi feito, mas apenas em relação às companhias ferroviárias e, pouco depois, a outros setores regulados, como telefonia, telegrafia, etc.)⁵³³. A tal padronização, todavia, resistiam não apenas as companhias privadas ⁵³⁴, mas também os profissionais da contabilidade, que, embora favoráveis ao estabelecimento de normas uniformes, rebelavam-se porém contra o modo particular como o Estado propunha fazê-lo, e tentavam autorregular a profissão por meio de suas associações de classe – o que no entanto levou a uma disputa entre organizações rivais, e ao consequente fracasso do projeto.⁵³⁵

Pois bem; mesmo com toda essa balbúrdia, pode-se dizer sobre as primeiras décadas do século passado que, apesar do estado ainda não muito avançado da padronização (não havia ainda, por exemplo, definição precisa da categoria “lucro”, o que dava ensejo a uma série de peripécias contábeis), a situação já se encontrava muito melhor do que jamais fora: em 1926, praticamente todas as companhias listadas produziam relatórios anuais auditados, e as informações já eram muitos mais confiáveis do que no início do século⁵³⁶. Como já vimos no primeiro capítulo, o processo só seria completado com a criação da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e o estabelecimento, por meios jurídicos, da obrigatoriedade e da padronização de tais relatórios. De

⁵³⁰ Cf. Baskin e Miranti, op. cit., p. 186.

⁵³¹ Smith, op. cit., p. 58.

⁵³² Baskin, op. cit., p. 228.

⁵³³ Cf. Miranti, The mind's eye of reform: The ICC's Bureau of Statistics and a vision of regulation, 1887-1940. *The Business History Review*, Vol. 63, No. 3(Autumn, 1989), pp. 469-509, e Baskin e Miranti, op. cit., p. 183.

⁵³⁴ Cf. Miranti, P. J. Associationalism, Statism, and Professional Regulation: Public Accountants and the Reform of the Financial Markets, 1896-1940. *The Business History Review*, Vol. 60, N° 3, pp. 447-8.

⁵³⁵ Ibidem.

⁵³⁶ Baskin, op. cit., pp. 229-30.

todo modo, o trabalho da Razão nas três primeiras décadas do século parece ter sido satisfatório: “the number of common shareholders in the United States increased dramatically: from a half million in 1900, to two million in 1920, to about ten million in 1930”⁵³⁷ - e, o que é mais significativo, “the distribution of shareholding in the United States shifted significantly from higher-income to middle-income individuals”⁵³⁸ Ainda mais: a partir dos anos 1920, o preço das ações se dissocia mais e mais do capital *efetivamente investido* na reprodução ampliada do capital, e o fluxo de rendimentos *futuros* passa a ser considerado por uma proporção crescente dos investidores como o elemento central da precificação das ações⁵³⁹ (o que provavelmente ajuda a explicar a disparada de seus preços que culminaria na terça-feira negra), uma transformação que se exprime, num primeiro momento, pela elevação da relação até então estável entre preço e lucro (crescimento da taxa P/L) e, nas décadas seguintes, pela progressiva aceitação do *Dividend Discount Model* como método mais adequado de valoração dos títulos acionários.

Assim, por um processo lento e tortuoso, a duplicação ideal do capital havia finalmente se realizado, e sua socialização parecia ter chegado ao mais alto nível possível dentro das condições por ele mesmo estabelecidas: para honra e glória de nosso senhor o Capital, a lei do valor tinha finalmente recriado o mundo financeiro a sua imagem e semelhança.

Do para-si ao em-si – e volta?

Já sabemos que a história real foi um pouco diferente, e que mais uma vez, como em tantas outras ocasiões, seria necessária a ajuda do Estado para que o capital pudesse completar sua obra. Ressaltando a importância dessa intervenção para o desenvolvimento do mercado de capitais contemporâneo nos EUA⁵⁴⁰, Baskin e Miranti afirmam que

[s]ome of the most critical economic reforms introduced by the New Deal administration of President Franklin D. Roosevelt helped to place corporate finance on a firmer footing by reducing the perception of the riskiness of holding financial asset. Federal securities legislation of this period bolstered investor confidence by ensuring the greater transparency of corporate

⁵³⁷ Ibidem, p. 230.

⁵³⁸ Smith, op. cit., p. 64. Para dados mais detalhados, cf. ibidem, pp. 64-6.

⁵³⁹ Cf. Rutterford, op. cit., pp. 19-27, e Smith, op. cit., pp. 88-93.

⁵⁴⁰ Na Inglaterra, a evolução dos relatórios financeiros das empresas com capital aberto só chegaria a um nível razoável em 1948, com o *Companies Act*. Neste exemplo histórico, encontra-se cristalizada a importância da divulgação de informações com um padrão razoável para o pleno desenvolvimento do capital acionário; pois foi tal atraso o que levou os investidores a basear por mais algumas décadas a precificação dos papéis acionários nos dividendos *correntes*, acarretando a tardia adoção naquele país dos métodos de valoração que predominariam na segunda metade do século. Cf. Rutterford, op. cit., p. 3.

affairs. These law also extended and defined more precisely the responsibilities of financial market agents to the public.⁵⁴¹

Importante notar que os autores têm em vista, no trecho citado, apenas uma parte das reformas aprovadas pela administração Roosevelt: aquelas que protegeram juridicamente os acionistas e reduziram sobremaneira os problemas associados à assimetria de informações – medidas às quais fizemos referência no primeiro e, *en passant*, na última seção do presente capítulo. Devemos lembrar, porém, que o conjunto de dispositivos criados com o *New Deal* não parou por aí: ele incluiu também, como já vimos, a imposição de severos limites à livre criação de instrumentos financeiros, bem como a compartimentalização do setor financeiro, agora dividido entre empresas com limites de atuação bem definidos: os bancos comerciais, os de investimento, e as seguradoras⁵⁴². Justamente por isso, as leis criadas nos EUA na década de 1930 visando alterar o modo de funcionamento do mercado financeiro assumem, quando vistas em conjunto, um caráter paradoxal: por um lado, na medida em que fortalecem a divisão da personalidade jurídica e dão aos investidores condições de estimar com mais precisão os rendimentos futuros dos títulos acionários, criam as condições para a plenificação da dupla representação do capital que, em sentido jurídico, já fora instaurada pela limitação da responsabilidade do acionista; por outro, na medida em que drenam os mercados secundários e diminuem a liquidez dos ativos neles negociados, elas atrelam o interesse do acionista ao da corporação – e portanto a sorte do capital acionário à do capital efetivamente funcionante – de maneira talvez inédita na história do modo de produção capitalista.

As consequências desse caráter, por assim dizer, esquizofrênico das mudanças instituídas no governo Roosevelt (Franklin D.) são muito importantes para nosso trabalho. Nossa hipótese neste capítulo, afinal, era a de que o pleno desenvolvimento do capital acionário se mostraria, para um olhar que não se deixa enganar pelo lado unilateralmente contingente do devir histórico do capital, “tanto como produto quanto condição”, i.e., “tanto como efeito quanto como causa da concentração de capital” (Grundrisse, 57) e da valorização do valor em escala ampliada, a qual seria então impulsionada pela adequação tendencial (por ela mesma provocada) da existência do capital acionário a seu conceito. E no entanto, a história econômica do século XX mostra, ao contrário, que *a atrofia da dupla representação do capital esteve associada a um dos períodos de maior*

⁵⁴¹ Baskin e Miranti, op. cit., p. 197. Os autores ressaltam também a importância das reformas no sistema bancário (do qual não temos espaço para tratar com cuidado): “Moreover, banking reforms gave government new powers to counter disruptive volatility in the financial markets and provided insurance protection for depositor accounts.” Ibidem, idem.

⁵⁴² “The notion that capital markets could self-regulate was decisively rejected.” Eichengreen, B. *Why no Glass-Steagall II?* Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-weakness-of-post-2008-us-financial-reform-by-barry-eichengreen#8EISIFMigiBGtFOT.99> (14/04/2013). Sobre este assunto, cf. o primeiro capítulo desta dissertação.

acumulação de riqueza abstrata na história da humanidade, um movimento expansivo que estava na base daquilo que ficaria conhecido como os *anos dourados* do capitalismo. Assim, parece ser possível dizer, em afronta direta a nossa hipótese, que não existe uma relação intrínseca entre lei do valor e dupla representação do capital, ou que, se ela existe, não tem o caráter inequívoco em que o desenvolvimento conceitual do valor nos fizera crer: de todo modo, a tendência ao desenvolvimento da dupla representação do capital já não aparece mais como algo *inexorável*, já que o valor autovalorizante – visto por nós como a força objetiva e *direcionada* a atuar por trás, ou melhor, *através* das transformações aparentemente caóticas do capital acionário – parece se movimentar de modo ainda mais desembaraçado sem o pleno desenvolvimento do capital acionário.

Pois bem: a história das economias capitalistas mais desenvolvidas nas duas décadas e meia posteriores à Segunda Guerra mundial parece mostrar inequivocamente o fracasso do modo de interpretação sugerido neste capítulo. De fato, mesmo com as reformas elogiadas acima por Baskin e Miranti, e com os importantes surgimentos de novos tipos de fundos de investimento (em especial os fundos mútuos)⁵⁴³ e do mercado absolutamente desregulado de euro-dólares⁵⁴⁴, e apesar do crescimento decerto lento, mas *consistente* dos mercados acionários no período, é impossível afirmar que os estes mercados canalizassem para o processo de acumulação o grosso da poupança formada nessa época de ampliação da renda e redução da desigualdade: na verdade, a parte mais importante do capital das companhias produtivas vinha de seus próprios lucros⁵⁴⁵ e do crédito bancário⁵⁴⁶. Contudo, a história não se encerra com a chegada da Jules Rimet ao país de Garrastazu Médici. Poucos anos mais tarde, parecem-se inverter completamente as tendências que ainda há pouco guiavam o devir histórico do capital acionário: os EUA, como já vimos⁵⁴⁷, são aparentemente invadidos por uma força à qual a regulação dos mercados financeiros é absolutamente incapaz de resistir, no que a maior potência capitalista é acompanhada por praticamente todos os seus pares mais relevantes: um a um, os países centrais do capitalismo mundial aderem ao movimento de remoção das barreiras pouco antes instituídas; e em todos eles, os mercados de capitais são inundados por um fluxo de riqueza abstrata antes restrito a outros canais de valorização, os preços das ações se elevam a níveis estratosféricos e tais títulos passam a ser negociados num ritmo até

⁵⁴³ Sobre o desenvolvimento dos fundos de investimento no século XX, cf. Smith, *Toward....*; para um estudo focado na sua evolução mais recente, cf. Sauviat, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In Chesnais, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 109-132.

⁵⁴⁴ Sobre o mercado de eurodólares, cf. Wachtel, H. M., *Os mandarins do dinheiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, pp. 91-4; e Chesnais, *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996, capítulo 10.

⁵⁴⁵ Cf. Lazonick e O'Sullivan, *Finance and industrial development. Part I: the United States and the United Kingdom*.

⁵⁴⁶ Cf. Chesnais, op. cit., capítulo 10; e Frontana, A. V., *O capitalismo no fim do século XX: a regulação da moeda e das finanças em um regime de acumulação sob dominância financeira*. São Paulo: tese de doutorado, FEA-USP, 2000, pp. 184-5.

⁵⁴⁷ Cf. o primeiro capítulo deste trabalho.

então inimaginável – o que parece reabilitar a leitura hegeliana desta história, já que nos faz pensar até mesmo numa espécie de *convergência* entre os modelos de organização da mais elevada esfera do modo de produção do capital (os mercados de capitais) nos mais diversos países⁵⁴⁸.

Avaliação do modelo hegeliano

À primeira vista, o modelo hegeliano de supressão da oposição entre existência e essência na história parece se apresentar como um modo bastante satisfatório de compreensão do devir do capital acionário dentro do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Pois hoje encontramos o capital acionário sob uma figura que, guardados os limites impostos pela dialética da forma e do conteúdo, parece plenamente adequada a seu conceito. Evidentemente, o processo no qual se deu tal adequação foi marcado não apenas por avanços, mas também por retrocessos. Mas isso não nos deve espantar, já que, se na Lógica o *erro* se apresenta como um momento necessário da própria *verdade*, então a história, segundo a filosofia hegeliana, deverá ser concebida justamente como um processo de tentativa e erro, de retificação das desadequações, no qual, apesar das aparências em contrário, encontra-se em curso a realização de uma meta atemporal. Espanta-nos porém o seguinte: embora a afirmação da necessidade da oposição entre existência e essência permita a Hegel admitir retrocessos no processo de autorrealização da meta atemporal, é improvável que possamos considerar, *tendo como medida a valorização do valor*, a atrofia do capital acionário durante as décadas seguintes à Segunda Grande Guerra como um *retrocesso* (no sentido hegeliano): ali, afinal, a supressão da dupla representação coincide com um dos períodos de maior acumulação de riqueza abstrata da história da humanidade. Como portanto admitir a existência de um retrocesso do ponto de vista do capital em processo, se no período a valorização do valor se *intensificou*? Será que em tais condições, podemos dizer que a realidade se afastou de seu Conceito? Ainda mais: se, como supusemos, o modelo hegeliano é adequado à compreensão do devir histórico do capital; e se, como vimos, a supressão da efetividade econômica da dupla representação do capital esteve associada àquilo que ficou conhecido como os *anos gloriosos do capitalismo*, então como devemos entender o fato de que, a partir dos anos 1970, a realidade tendeu a se readequar numa velocidade estonteante ao conceito de capital – e que este fenômeno pareça correlacionado à brusca *redução do ritmo de valorização do capital social total*? Eis algumas questões que parecem impor sérios limites à leitura fenomenológica do desenvolvimento histórico do capital.

⁵⁴⁸ Sobre a hipótese da convergência, cf., por exemplo, os detalhados estudos históricos de Lazonick e O'Sullivan em *Finance and industrial development. Part I: the United States and the United Kingdom* e *Finance and industrial development. Part II: Japan and Germany*, In: *Financial History Review* 4, United Kingdom: Cambridge University Press, 1997, pp. 117-138.,

Infelizmente, porém, os problemas desse modelo não parecem se encerrar aqui. Pois a dialética da forma e do conteúdo, como já vimos, é um momento no desenvolvimento do Ser enquanto tal, o idêntico-a-si-mesmo, o Absoluto que, na Lógica hegeliana, apresenta-se como um autodeterminado – e que, como tal, não se relaciona senão consigo mesmo. Mas, ao contrário do que ocorre quando implanta reformas cujo fito é dar maior segurança ao acionista e ao investidor em geral, e cujo resultado tenderia a ser a efetivação da dupla representação do capital em seu sentido *econômico* – com o que talvez estivéssemos autorizados a dizer, sobre esse tipo de intervenção, que através dela o Estado apenas *completa* um impulso *advindo da operação da lei do valor enquanto tal*, i.e., que aqui o Estado funciona como um mero *auxiliar* no processo de realização da Razão capitalista na história –, quando implementa as reformas atrofiadoras do mercado de capitais (imposição de severos limites à livre criação de instrumentos e compartimentalização do setor financeiro), que podem ser chamadas de *estruturais*, o Estado não procura simplesmente adaptar o mundo ao funcionamento da lei do valor, mas sim *afetar o modo de operação da lei enquanto tal*. Noutras palavras: nas reformas estruturais, o Estado parece agir sobre o capital social total, por assim dizer, *de fora*, tomando como objeto de sua ação não o capital em suas figuras particulares, mas sim o capital enquanto estrutura, i.e., *totalidade*. Ora, mas uma totalidade que tem um *exterior* é necessariamente algo cujos limites são, em verdade, *barreiras*; e se é assim, então, aparentemente, a teoria marxiana só poderá nos servir à compreensão do devir histórico do capital acionário (e do capital enquanto tal) caso a analogia estabelecida acima entre o capital e o sujeito absoluto hegeliano tenha ela mesma um caráter *limitado*.

Será mesmo plausível considerar o capital como um sujeito absoluto, *plenamente autodeterminado*? É factível dizer que, apesar das aparências, o valor em processo não se relaciona senão consigo mesmo? Qual é, enfim, o caráter exato da automediação encontrada na fórmula D-M-D'?

Quarta parte. Para além da fenomenologia do valor

VII. O capital acionário na totalidade unilateralmente formal do valor em processo

“As categorias da crítica ao sistema são ao mesmo tempo [zugleich] aquelas que concebem o particular. (...) Só os fragmentos enquanto forma da filosofia seriam capazes de entregar às mônadas projetadas de maneira ilusória pelo idealismo o que lhes é devido. Elas seriam representações no individual da totalidade irrepresentável enquanto tal.”

Adorno, Dialética Negativa

Em D-M-D', o capital se apresenta como “uebergreifende Subjekt”, sujeito todo-abarcador: descreve um movimento infinito; não tem medida fora de si, e é portanto autofinalidade; “repele-se de si mesmo” (K, I, 169; C, I, 1, 274), dá-se uma imediatidade que aparentemente o contradiz – e no entanto, nas formas do dinheiro e da mercadoria, que não são senão “formas de aparecimento [Erscheinungsformen]” (K, I, 169; C, I, 1, 274), “modos de existência [Existenzweise] do valor mesmo” (K, I, 168; C, I, 1, 273), ele “se conserva” e reconhece “sua identidade consigo mesmo” (K, I, 169; C, I, 1, 274). Necessário notar, porém, que a “fórmula geral do capital, do modo como ele aparece imediatamente na esfera da circulação” (K, I, 170; C, I, 1, 275), “contradiz todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro, e da própria circulação” (K, I, 170). Em mercadoria e dinheiro, encontramos apenas valor já objetivado: a circulação imediata não permite, por sua natureza, a “valorização do valor que nela penetra e, daí, a constituição [Bildung] de mais-valor” (K, I, 171; C, I, 1, 276); noutras palavras: ela “não gera valor” (K, I, 178; C, I, 1, 282).

A modificação do valor do dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele (...) petrifica-se numa grandeza de valor permanentemente igual. Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação (...). A modificação deve ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato $D - M$, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes (...). A modificação só pode nascer [entspringen], portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma

mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica [Beschaffenheit] peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo próprio consumo efetivo [wirklich] fosse objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. (K, I, 181; C, I, 1, 285)

Já vimos, porém, que “o intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza” (K, I, 181-2; C, I, 1, 285); por conseguinte, “para que (...) o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições” - as quais, historicamente, não dependem de início do próprio capital - “precisam ser preenchidas” (ibidem) antes que o capital compreenda e conforme todo o metabolismo econômico da sociedade. Por exemplo: a separação entre o produtor direto e as condições objetivas de realização de sua atividade, “separação (...) [que] consolida a dissolução dos laços orgânicos do indivíduo trabalhador com a comunidade na qual ele se inseria como proprietário e instaura a sua individualidade nua, despojada da propriedade” (Grundrisse, 375), apresenta-se como uma pré-condição para o vir-a-ser sujeito do capital, o que motiva Marx a afirmar que o capital “tem, como totalidade, seus pressupostos [Voraussetzungen]”. Se é assim, então, neste aspecto crucial, o capital se diferencia completamente do Espírito absoluto hegeliano – o qual, como já vimos, “se compreende como aquele mesmo que *põe* o Ser, como seu próprio outro”, “que *produz* a natureza e o espírito finito”: ao contrário do sujeito absoluto – o verdadeiro *ser*, que se *torna histórico* a partir de uma *autocisão* – o capital, este sujeito *histórico*, *vem-a-ser* por uma *cisão que ele mesmo não institui*. E no entanto, insiste Marx, embora o capital claramente venha a ser no tempo, é necessário reconhecer o seguinte: uma vez instituído como sujeito do metabolismo social, ele “*põe* suas condições” (Grundrisse, 372), outro modo de dizer que os pressupostos a que fizemos referência são *meramente históricos*, e que portanto, com o estabelecimento da totalidade governada pela lei do valor, eles “desapareceram [verschwunden]”, i.e., pereceram *como pressupostos* (Grundrisse, 372). Assim, aquilo que aparece, no devir histórico do capital, como sua pré-condição, deixa necessariamente de sê-lo quando se considera sua “história contemporânea”: esses pressupostos são, enquanto tais, “suprimidos [aufgehoben]” pela própria “existência [Dasein] do capital” (Grundrisse, 376) – eles “aparecem, agora, como resultado de sua própria efetivação [Verwirklichung], de sua efetividade [Wirklichkeit], como **postos** por ele – **não como condições de seu surgimento, mas como resultado de sua existência [Dasein]**” (Grundrisse, 372)⁵⁴⁹.

No que se refere à mercantilização da força de trabalho, é evidente que, uma vez realizada a

⁵⁴⁹ “Através do próprio processo de produção, [os pressupostos] naturais se transformam em históricos, e se eles, para um período, aparecem como pressupostos naturais da produção, eles foram para um outro [período] seu resultado histórico.” (Grundrisse, 32)

“separação [Trennung]” da qual advém, ela tende a ser sempre repostada pelo próprio movimento do capital (Grundrisse, 374): “o processo de produção capitalista (...) reproduz, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho” (K, I, 603; C, I, 2, 161). Logo, com o pleno estabelecimento da economia governada pela lei do valor, a produção da mercadoria força de trabalho torna-se *reprodução*; e, como já “não é mais o acaso [Zufall] que (...) contrapõe” (ibidem) o trabalhador aos meios de produção sem os quais não pode produzir os meios de subsistência, e ao dinheiro sem o qual não pode consumi-los, deve-se reconhecer que, apesar da “aparência de sua independência” (K, I, 599; C, I, 2, 158), a força de trabalho é, “[d]o ponto de vista social (...), mesmo fora do processo imediato de trabalho, um apêndice [Zubehör] do capital – tanto quanto o instrumento morto de trabalho” (K, I, 598; C, I, 2, 158): “[n]a realidade”, diz Marx, “o trabalhador pertence ao capital” antes mesmo de se vender a ele (K, I, 603; C, I, 2, 161). Compreende-se deste modo que, uma vez separada dos meios de sua objetivação, e portanto formalmente compreendida pelo sujeito todo-abrangente que é o capital, a capacidade de trabalho se transforma em seu *momento*, i.e., *resultado* da reprodução do capital social total.

As condições objetivas do trabalho vivo aparecem como valores separados, autonomizados frente à capacidade viva de trabalho como ser-aí subjetivo, a qual, contraposta a eles, aparece então (...) apenas como valor de um outro tipo (*diferente daqueles não como valor, mas como valor de uso*) (Grundrisse, 374).

Este “valor de um outro tipo”, conhecemo-lo bem; trata-se da *forma-valor* peculiar na qual se transforma, sob as condições objetivas do mundo do capital, a capacidade de trabalho: o *capital variável*, “modo de existência” particular do *valor em processo*, o qual, de maneira semelhante à *atividade pura* que é a essência hegeliana, parece ser capaz de *dar a si mesmo a forma da imediatidade*. De fato, a força de trabalho se defronta com o capital social total de modo bastante similar ao ser-aí diante da essência: como (“hegelianamente”) escreve Marx, o trabalhador “produz (...) a si mesmo como capacidade de trabalho e ao capital que se lhe contrapõe”, assim como o capital “se produz como capital, [e produz – BH] a capacidade viva de trabalho que se lhe contrapõe. *Ambos reproduzem a si mesmos, enquanto cada um reproduz seu outro*” (Grundrisse, 371). Assim, a força de trabalho reproduz as próprias determinações fundamentais do capital na medida em que *realiza a si mesma*.

Tal realização, evidentemente, só pode consistir no próprio processo de trabalho, o qual é *in actu* aquilo que a força de trabalho é *in potentia*⁵⁵⁰. Como porém “[q]uem diz capacidade de

⁵⁵⁰ “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer

trabalho, não diz trabalho” (K, I, 187), devemos reconhecer que a mera constatação da identidade mediada entre capital e força de trabalho não basta para que proclamemos a validade da analogia entre a subjetividade do capital e a do Espírito absoluto. É o próprio Marx, afinal, quem escreve que

[o] processo de trabalho, como o apresentamos em seus momentos simples e abstratos, é *atividade orientada a um fim* para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (K, I, 198; C, I, 1, 303)

A frase citada parece dar a entender que o processo de trabalho, tal qual este se realiza sob as condições do modo de produção capitalista, é apenas um modo fortuito, não necessário de realização desta “atividade orientada a um fim”, que é, enquanto tal, uma “condição natural” e “eterna da vida humana”. Evidentemente, tal interpretação importaria sérios problemas à proclamação de uma espécie de identidade mediada, mas absoluta, entre trabalho e capital, identidade sem a qual seria impossível atribuir a este último o estatuto de um sujeito absoluto, i.e., de uma substância que, tal qual o Espírito absoluto, se eleva a sujeito. Nos Grundrisse, porém, Marx afirma justamente que, uma vez que ultrapassa os limites da circulação [aus der Zirkulation hervorgeht] – aos quais ficara restrito durante a maior parte de sua história –, “o capital (...) põe o trabalho como trabalho assalariado”, e com isso “forma-se a si mesmo [bildet sich aus], e se desenvolve como todo [Ganze]” (Grundrisse, 203). Assim, o trabalho poderia, ao menos num certo nível de abstração⁵⁵¹, ser considerado como *posto* pelo capital: como se pode auferir da última citação, o capital passa, a partir de seu pleno estabelecimento como sujeito, a *pôr* também este elemento que outrora fora sua pré-condição exterior: o trabalho assalariado.

Ora, já vimos que a figura categorial do ser-posto constitui, na filosofia hegeliana, justamente o meio-termo [Mitte] unificador do ser-aí e da essência, através do qual se exprime a identidade absoluta que o próprio *Ens* era apenas em si. Daí sermos forçados a admitir – caso seja mesmo verdade que o capital passa, a partir de seu pleno estabelecimento como sujeito, a *pôr* o trabalho – não apenas que o capital, “desenvolvido como todo”, se comporta como o Espírito absoluto (o qual “*põe* o Ser, como seu próprio outro”), e pode portanto ser concebido como *substância que se eleva*

trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*.” (K, I, 192; C, I, 1, 297)

⁵⁵¹ Pois, como já vimos, é apenas num primeiro momento que “as relações devem (...) ser trabalhadas de maneira pura, como *postas pela sociedade*” (Grundrisse, 202). De fato, para o próprio Hegel, como já vimos, o Ser não se encontra, na figura do ser-aí, em identidade imediata com sua figura de ser-posto.

a *sujeito*, mas também que o trabalho, na forma do trabalho assalariado, encontra-se numa forma *adequada a seu conceito*.

Marx, filósofo da história?

A consideração do trabalho produtor de mercadorias como *a* forma racional de intercâmbio consciente com a natureza⁵⁵² está na base de toda filosofia burguesa da história. Smith, por exemplo, se esforçara por mostrar não, como às vezes se supõe, que o caçador tribal era um produtor de mercadorias, mas que já ali, numa economia não mercantilizada, a troca do excedente, e os ganhos dela advindos, revelavam a racionalidade da divisão do trabalho fundada na relação de troca [barter]⁵⁵³; e é isso o que parece autorizá-lo a considerar, consciente ou inconscientemente, não apenas que a “sociedade comercial” já se encontrava, *em germe*, nas formas econômicas anteriores, mas também que ela, como modo de existência plenamente desenvolvido daquelas formas, deve ser considerada conceitualmente como seu *destino*⁵⁵⁴. Algo semelhante ocorre com Hegel; para ele, o movimento de mediação do particular pelo universal instaurado pelo trabalho – que “opera a passagem do estado da consciência afogada no desejo e na singularidade (...) ao estado da consciência de si universal”, ou melhor, a elevação “acima da simples busca-de-si do desejo destruidor”⁵⁵⁵ –, mediação instaurada com a atividade teleológica que o trabalho já é em si nas formas mais primitivas, realiza-se plenamente no Estado moderno, dentro do qual a divisão *mercantil* do trabalho – em que o indivíduo, na medida em que produz *apenas para os outros*, parece levar ao nível máximo a suspensão do desejo, permitindo que a atividade produtiva

⁵⁵² Para Marx, o que distingue o intercâmbio humano com a natureza do intercâmbio do animal com esta é justamente o momento consciente da atividade.

⁵⁵³ “In a tribe of hunters or shepherds, a particular person makes bows and arrows, for example, with more readiness and dexterity than any other. He *frequently* exchanges them for cattle or for venison, with his companions; and he finds at last that he can, in this manner, get more cattle and venison, than if he himself went to the field to catch them. From a regard to his own interest, therefore, the making of bows and arrows grows to be his chief business, and he becomes a sort of armourer. Another excels in making the frames and covers of their little huts or moveable houses. He is accustomed to be of use in this way to his neighbours, who reward him in the same manner with cattle and with venison, till at last he finds it his interest to dedicate himself entirely to this employment, and to become a sort of house-carpenter. In the same manner a third becomes a smith or a brazier; a fourth, a tanner or dresser of hides or skins, the principal part of the clothing of savages. And thus the certainty of being able to exchange all that surplus part of the produce of his own labour, which is over and above his own consumption, for such parts of the produce of other men’s labour as he may have occasion for, encourages every man to apply himself to a particular occupation, and to cultivate and bring to perfection whatever talent of genius he may possess for that particular species of business.” Smith, A. *The Wealth of Nations*. Disponível em: <http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/adam-smith/wealth-nations.pdf> (14/04/2013)

⁵⁵⁴ Cf. Müller, L. A. P. *Economia política e espírito hegeliano: a influência de Steuart e Smith na formação da filosofia de Hegel*. São Paulo: dissertação de mestrado, 2011, pp. 201-3.

⁵⁵⁵ Arantes, op. cit., p. 231. “[E]ssa racionalidade do racional manifesta-se inicialmente como estabilidade da esfera instituída pelo trabalho” Ibidem, p. 238.

consciente já não mais “se afogue” na singularidade do objeto que o sacia – aparece como momento fundamental⁵⁵⁶.

Mas não nos cabe aqui tratar detalhadamente dos conceitos smithiano e hegeliano de trabalho; interessa-nos, na verdade, evidenciar a existência de uma relação carnal entre a representação do trabalho gerador de valor como realização do próprio conceito de trabalho e a compreensão da sociedade burguesa como *ponto final da história*⁵⁵⁷. Como veremos, tal representação desemboca necessária, embora nem sempre conscientemente, na admissão do capital como uma *substância-sujeito*, nos moldes do Espírito absoluto hegeliano⁵⁵⁸, e por conseguinte numa nova espécie de teodicéia: a história da humanidade (e, por tabela, também a da humanidade organizada economicamente de modo capitalista) apareceria neste caso como nada mais do que a realização de seu conceito, i.e., como o processo de desenvolvimento de um modo de organização social que já estava presente de modo germinal, ou seja, na forma do em-si, na *primeira* ruptura com a vida natural imediata, e portanto no primeiro processo de trabalho.

Evidentemente, o próprio Marx jamais admitiria partilhar de uma tal concepção: a crítica da filosofia da história, cabe lembrar, foi uma temática permanente de sua obra. Já na década de 1840 ele e Engels haviam rejeitado a filosofia especulativa justamente por fazer da “história posterior a meta [Zweck] da [história] anterior”⁵⁵⁹. Posteriormente, nos *Grundrisse*, Marx elogia seu próprio modo de apresentação do conceito de capital justamente por “conduzir a pontos nos quais se esboça a superação [Aufhebung] da configuração presente das relações de produção – portanto, a prefigurações [foreshadowing] do porvir [Zukunft], a um movimento que devém [werdende]” (*Grundrisse*, 373), o que lhe permitiria reconhecer os limites “not inherent to production generally, but to production founded on capital” (*Grundrisse*, 328)⁵⁶⁰. Lembremos além disso que, no posfácio à segunda edição de sua principal obra, ele insiste em que a dialética presente na Crítica da Economia Política inclui, “no entendimento positivo do existente, (...) ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua ruína inevitável”, “*apreende toda forma devinda [gewordne] no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório*”, “não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária. (K, I, 28; C, I, 1, 141). Pois bem: todos esses

⁵⁵⁶ Cf. Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, § 198.

⁵⁵⁷ Como mostra Koselleck, o período de autoafirmação da sociedade burguesa foi também uma época de profusão de filosofias da história. Cf. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

⁵⁵⁸ Cf. o último capítulo da *Fenomenologia do Espírito*.

⁵⁵⁹ *Ideologia alemã*, p. 40 (MEW 4, p. 48). “Uma vez que [Nachdem einmal] as idéias dominantes [herrschenden] são separadas dos indivíduos dominantes e, sobretudo, das relações que nascem de um dado estágio do modo de produção, e que disso resulta o fato de que na história as idéias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas diferentes idéias 'a idéia' etc. como o dominante na história, concebendo com isso todos esses conceitos e idéias como 'autodeterminações' do conceito que se desenvolve na história.” Idem, p. 49 (MEW 4, p. 49)

⁵⁶⁰ Em inglês no original.

comentários marxianos, associados aos resultados a que chegamos na última seção, obriga-nos a perguntar o seguinte: será que Marx, apesar de sua intenção, foi incapaz de se desvencilhar da filosofia burguesa da história? Será mesmo que o trabalho, em sua configuração contemporânea, aparece no desenvolvimento conceitual empreendido por Marx como *posto pelo capital*?

Examinemos a coisa mais de perto. Em *O Capital*, Marx escreve que o trabalho, *atividade orientada a um fim* – qual seja, a satisfação de necessidades humanas⁵⁶¹ –, é *condição universal* do metabolismo entre o homem e a natureza⁵⁶². Assim, a atividade produtiva humana, enquanto tal, se caracterizaria não por estar presa a esta ou aquela determinidade: sua determinação fundamental seria, antes, a reflexividade que põe em operação, a universalidade que permeia toda produção consciente, “apesar” de sua necessária particularidade. Que tal determinação está presente em todo e qualquer processo de trabalho, é algo que se pode deduzir do fato de que a “representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral [überhaupt]” – já se encontra, embora de modo pouco desenvolvido, na Antiguidade [ist uralt] (Grundrisse, 38; Introdução, 18): foi o próprio Aristóteles, afinal, quem reconheceu que “a troca não pode existir [sein] sem” uma tal “igualdade” de toda atividade produtiva consciente (apud Marx, K, I, 73-4; C, I, 1, 187). Não obstante, o grande filósofo grego evidentemente fracassou no prosseguimento de sua análise da relação de troca – e da igualdade que ela aparentemente revelava (K, I, 74; C, I, 1, 187); com efeito, apenas em Adam Smith encontraremos *de facto* este “monstruoso progresso”, essa “transição difícil” e grandiosa (Grundrisse, 38; Introdução, 19), que advém da *rejeição* de “toda determinidade particular da atividade criadora de riqueza”: o reconhecimento do “trabalho puro e simples [schelchthin]”, da “universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza” (Grundrisse, 38; Introdução, 19). Se Aristóteles, “um gigante do pensamento” (K, I, 96; C, I, 1, 206), é incapaz de chegar a essa representação que hoje nos parece tão banal – e isso embora ele tenha se aproximado tanto dela –, é porque “a igualdade e mesma validade de todos os trabalhos” (K, I, 74; C, I, 1, 187), ou seja, “essa *abstração do trabalho em geral*” (Grundrisse, 38; Introdução, 19), “não é apenas o resultado espiritual de uma totalidade concreta de trabalhos” (ibidem), mas o termo de um desenvolvimento *histórico* da sociedade: “as limitações [Schranke] históricas da sociedade na qual ele [Aristóteles – BH] viveu o impediram de descobrir em que consiste, 'na verdade', essa *relação de igualdade*” (K, I, 71; C, I, 1, 187) – relação que, como afirma Marx, “somente pode ser decifrad[a] quando o conceito da igualdade humana já possui a solidez [Festigkeit] de um preconceito [Vorurteil; ao pé da letra: pré-juízo]” (ibidem). “[A]preendido economicamente nessa simplicidade,” portanto, “o

⁵⁶¹ Que essas necessidades mesmas sejam historicamente constituídas é algo que não nos deve preocupar aqui.

⁵⁶² O mesmo é dito em *Zur Kritik...*: “Como *atividade dirigida a um fim* [zweckmässige] (...) em uma ou outra forma o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre humanos [Mensch] e natureza independente de todas as formas sociais”. Op. cit., p. 23, nota.

trabalho é (...) uma categoria *moderna*”, tão moderna quanto “as relações que *produzem* tal abstração simples”⁵⁶³ (Grundrisse, 38; Introdução, 18): para Marx, a abstração simples do trabalho é um *produto* das relações econômicas do modo de produção capitalista. Mas por que ele diz isso?

Em formas sociais nas quais o produtor direto ainda não ascendeu ao estatuto jurídico de uma *pessoa* livre, o ato de produção (e, por conseguinte, o de expropriação do produto) se efetiva *sem a mediação de um contrato*, i.e., de um acordo de vontades juridicamente livres: ali, o indivíduo se encontra de antemão preso a uma posição social cujo caráter de modo algum se lhe apresenta como contingente, e portanto também a um conjunto de meios de produção e de atividades produtivas organicamente ligadas a essa própria posição, associada *diretamente* a sua existência individual. Atado de modo quase inelutável ao modo de vida de um estamento, o sujeito, por assim dizer, não reconhece diferenças substanciais “entre a sua vida pessoal e a sua vida enquanto subsumida a um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes”⁵⁶⁴: “[n]o estamento”, lê-se na *Ideologia Alemã*, “esse fato permanece escondido”⁵⁶⁵. Contudo, após “a dissolução de todas as relações pessoais fixas (históricas) de dependência” (Grundrisse, 89) e a generalização da relação contratual, a tradição tornou-se incapaz de fornecer uma figura pré-determinada do modo de vida do indivíduo, e o próprio conteúdo de sua atividade deixou de ser por ele sentido como algo dado, visceralmente ligado a sua personalidade enquanto tal: esse conteúdo torna-se-lhe, no mundo das relações de produção mercantilizadas, “algo acidental”⁵⁶⁶. De fato, como se lê numa importantíssima passagem dos Grundrisse, a “separação da propriedade e do trabalho”, que “aparece como lei necessária [do] intercâmbio entre capital e trabalho”, determina o trabalho como “não-capital”; e, enquanto algo “separado de todos os meios e objetos de trabalho, de toda sua *objetividade*”, a capacidade de trabalho *aparece*, em sua existência imediata, como pura *potência*: em tal situação, ela se apresenta como “o trabalho não-objetivado, (...) i.e. a *própria existência subjetiva do trabalho*”, à qual se contrapõe seu processo de objetivação como “*atividade*” cujo conteúdo não é determinado de antemão (Grundrisse, 217).

Assim, embora “o trabalho [seja] na verdade, em cada caso individual, um [trabalho – BH] determinado” (Grundrisse, 218), a plena mercantilização da produção introduz uma espécie de curto-circuito na relação de determinação do *conteúdo* da atividade produtiva humana,

⁵⁶³ “Esta redução aparece como uma abstração; mas é uma abstração, que é consumada [vollzogen] diariamente no processo de produção [capitalista – BH]”. Marx, Zur Kritik..., p. 18.

⁵⁶⁴ Marx e Engels, *Ideologia Alemã*, p. 65.

⁵⁶⁵ Ibidem, idem.

⁵⁶⁶ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, p. 65. “Quanto mais se recua na história, mais o indivíduo aparece (...) como (...) pertencente a um todo maior; primeiramente ainda de modo totalmente natural na família e na família ampliada em tribo [Stamm]; mais tarde, nas diversas formas de coletividade [Gemeinwesen; ao pé da letra: essência comum] resultantes da oposição e da fusão das tribos. Somente no século XVIII, na 'sociedade burguesa', as diversas formas de conexão social se colocam diante [treten entgegen] do indivíduo (...) como *necessidade exterior*.” (Grundrisse, 20; Introdução, 4)

interrompendo o fluxo que até então unira organicamente a *potência* produtiva do indivíduo consciente a sua *atualidade*. Na medida em que aniquila a objetivação “apriorística” da capacidade de trabalho, a qual predominara nas demais formas sociais, a mediação da produção pela relação contratual dá à força de trabalho, *enquanto capacidade mesma*, uma existência *objetiva*; noutras palavras: “o não-objetivo [das *Nichgegenständliche*] mesmo” (Grundrisse, 218), i.e., a capacidade de trabalho enquanto tal, se apresenta, na economia capitalista, “em forma objetiva” (ibidem): ela é, como sabemos, uma *mercadoria* – algo que, *enquanto potência, está aí*. Assim, à medida que se vê livre dos meios de produção, o sujeito se integra ao circuito da produção *como* capacidade de trabalho, ou seja, ele se apresenta como *força de trabalho enquanto tal* – como *potência ainda não atualizada* –, com o que o processo de trabalho se coloca, *pela primeira vez na história*, como atualização de uma potência desenraizada, ou seja, como “possibilidade universal da riqueza” (Grundrisse, 217-8), “trabalho em geral” - em poucas palavras: “trabalho *sans phrase*” (Grundrisse, 39; Introdução, 19).

Daí Marx afirmar que

[a] indiferença frente o trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos passam com facilidade de um trabalho ao outro e o tipo [Art] determinado de trabalho lhes é casual [zufällig], e portanto indiferente. O trabalho se converteu aqui não apenas na categoria [i.e., na representação – BH], *mas inclusive na realidade efetiva*, em meio de criar riquezas em geral, e deixou, como determinação, de se confundir com os indivíduos em sua particularidade. (Grundrisse, 38-9; Introdução, 19)

Eis então que, se o *trabalho*, enquanto tal – i.e., considerado enquanto atividade produtiva *consciente*, teleológica, orientada a um fim que não aparece ao sujeito pura e simplesmente como um *dado* – é “condição natural eterna da vida humana e, *portanto, independente de qualquer forma dessa vida*” (K, I, 198; C, I, 1, 303), é somente na medida em que essa atividade se converte, na realidade efetiva, em meio de criação da riqueza em geral, i.e., apenas na medida em que assume *efetividade* social enquanto *trabalho sans phrase* – só aí pode a humanidade *reconhecer* efetivamente o caráter universal, reflexivo dessa atividade (algo que, em termos teóricos, foi feito pela primeira vez por Adam Smith). De todo modo, uma vez que o tenha feito, a humanidade parece poder olhar retrospectivamente para as outras formas de sociedade e reconhecer essa mesma determinação, ainda que numa figura germinal, nos outros modos de organização da reprodução material da humanidade. O próprio Marx constata, afinal, que “[a]s categorias que exprimem suas relações [as relações da economia burguesa – BH]” e “a compreensão de sua articulação [i.e., a

articulação daquelas categorias – BH], permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos destroços e elementos ela se edifica [aufgebaut]” - o que o leva a afirmar, numa sentença arquivada, que “a economia burguesa fornece a chave da economia antiga” e de todas as demais formas já perecidas (Grundrisse, 39; Introdução, 20). Ele ressalta, todavia, que tal procedimento deve ser executado sempre de modo cuidadoso (*cum grano salis*), e o faz porque tem consciência do perigo de que o analista metamorfoseie a relação de *ascendência*, constatada no exame da história universal, numa espécie de *destinação* – algo que a Economia e a filosofia burguesas aparentemente não se cansam de fazer.

É certo: a Economia burguesa “não se identifica pura e simplesmente com [as formas econômicas – BH] passadas”; isso não a impede porém de desaparecer [verwischen] com “todas as diferenças históricas” essenciais, i.e., de ver, “em todas as formas de sociedade, a sociedade burguesa” numa figura menos desenvolvida (ibidem), considerando assim, *unilateralmente*, as formas passadas como formas embrionárias da civilização contemporânea – e concebendo-as, por conseguinte, “como etapas [Stufen] até si mesma” (Grundrisse, 40; Introdução, 20)⁵⁶⁷. Que deste modo o pensamento burguês produz sua própria mitologia, é algo evidenciado pela filosofia hegeliana, a qual, na medida em que considera o Espírito finito (e a Natureza) como modo de existência de um assim chamado Espírito *absoluto*, distorce de modo plenamente consequente⁵⁶⁸ a relação de parentesco evidenciada pela consideração histórica: transforma-a numa relação de *destinação*, na qual a forma social mais recente, ao invés de um desenvolvimento *possível* (sujeito, entre outras coisas, a condições naturais que de modo algum estiveram sob controle daquilo que se desenvolvia: a humanidade – de modo que tal movimento não poderia ser considerado como o resultado unilateral de um processo de *autodeterminação*⁵⁶⁹), aparece como o resultado *absolutamente necessário* das civilizações que a precederam.

Pois bem: não procederá Marx do mesmo modo que a filosofia e a economia burguesas, quando afirma que na economia capitalista o trabalho finalmente “deixou, como determinação, de se confundir com os indivíduos em sua particularidade”? Ainda mais: ao afirmar que um é *posto* pelo outro, não reproduziria ele, no que se refere à relação do trabalho assalariado com o capital, a noção hegeliana de identidade mediada absoluta? Noutras palavras: o “uso” da noção de posição na

⁵⁶⁷ “À medida que é burguesa”, lê-se no posfácio à segunda edição de *O Capital*, a Economia Política, “ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social” (K, I, 19; C, I, 1, 134).

⁵⁶⁸ Com efeito, toda a irracionalidade da filosofia hegeliana parece derivar justamente do fato de que ele exprime de modo plenamente racional o caráter irracional da consciência burguesa. (Algo semelhante, no que se refere à jurisprudência, é feito por Kelsen.)

⁵⁶⁹ A noção de Espírito absoluto não impediu Hegel apenas de chegar a uma concepção verdadeiramente histórica do devir humano. Embora não tenha considerado o elemento natural como um meramente imutável, ele nunca foi capaz de chegar a uma concepção da natureza como algo *verdadeiramente histórico*, como aquela encontrada em Darwin – e já sugerida por Marx e Engels na Ideologia Alemã. Quanto a isso, cf. Taylor, op. cit.

consideração conceitual dessa relação crucial para a compreensão do mundo burguês não indicaria justamente que, no trabalho gerador de valor, realiza-se plenamente a reflexividade sem a qual não se pode distinguir a produção humana da atividade irrefletida do animal?

Foi dito acima que a mediação do universal pelo particular, que toda atividade produtiva *consciente* já instaura de algum modo (mesmo que ainda se defronte com seu conteúdo como algo pré-determinado), parece finalmente se realizar e evidenciar através da mediação instaurada pela relação contratual, a qual, como vimos, dá origem a uma espécie de curto-circuito entre a potência e o ato produtivo; a separação do trabalhador e dos meios de produção, afinal, produz uma força de trabalho cujo modo de atualização, no que se refere a seu conteúdo, não está dado a priori, de modo que, enquanto trabalhador assalariado, “o trabalhador mesmo é absolutamente indiferente frente à determinidade de seu trabalho” (Grundrisse, 218). Note-se porém que tal separação não implica *apenas* que o modo de atualização de sua capacidade de trabalho se transforme em algo absolutamente casual para o sujeito que produz; pois, enquanto mediada por um *contrato*, tal atualização depende também de um ato volitivo de uma outra pessoa (física ou jurídica⁵⁷⁰), proprietária privada e privativa de meios de produção, à qual, enquanto produtora de *mercadorias*, também é indiferente o conteúdo material daquilo que é produzido⁵⁷¹. Pois, “na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu’on aime pour lui-même*”: aqui, afirma Marx, “[p]roduzem-se (...) valores de uso *somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca.*” (K, I, 201; C, I, 1, 305)⁵⁷². Deve-se reconhecer então que, no modo de produção capitalista, *emprega-se trabalho apenas na medida em que seu processo seja também processo de valorização*⁵⁷³; logo, se a libertação jurídica do produtor direto, i.e., sua ascensão ao estatuto de *pessoa* (sujeito juridicamente livre, não mais obrigado a entrar em relações sociais particulares sem que isso se constitua como um ato *volitivo*), livra sua atividade produtiva de qualquer conteúdo pré-determinado – com o que esta se apresenta como “a **possibilidade universal de riqueza**” (Grundrisse, 218) –, essa mesma libertação também a prende a um processo que o próprio sujeito sustenta, mas não controla: a valorização do valor. Assim, se nas condições da produção capitalista a atividade finalmente aparece, da perspectiva de seu conteúdo, como algo não

⁵⁷⁰ Sobre como a existência de um *estatuto* permite a consideração, do ponto de vista jurídico, das ações que indivíduos empreendem em nome da própria corporação como um ato volitivo de uma pessoa jurídica, cf. Kelsen, op. cit., pp. 136-156.

⁵⁷¹ “[O] trabalho é na verdade, em cada caso individual, um [trabalho] determinado; mas o capital pode contrapor-se a qualquer trabalho determinado; a totalidade de todos trabalhos determinados se lhe contrapõe, e é casual, qual trabalho precisamente se lhe contrapõe.” (Grundrisse, 218)

⁵⁷² Cf. também K, III, 51; C, III, 1, 33.

⁵⁷³ “[A] força de trabalho só é posta em atividade quando o capital a emprega, organiza e associa tecnicamente aos meios de produção.” Grespan, A dialética do avesso, p. 39. Daí Marx afirmar que “[j]á não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção; são os meios de produção que empregam o trabalhador.” (K, I, 328-9)

pré-configurado, isso não impede que seu próprio caráter *formal*, por outro lado, se lhe defronte como algo *determinado de antemão*.

Lê-se nos Grundrisse:

Não é de modo algum contraditório que o trabalho seja por um lado a **pobreza absoluta enquanto objeto** e, por outro lado, a **possibilidade universal** de riqueza enquanto sujeito e atividade; ou melhor, que ele seja a proposição de qualquer forma contraditória, [em que ambos os lados – BH] condicionam-se mutuamente e decorrem da essência do trabalho, tal como ele é **pressuposto** como o oposto do capital, como existência [Dasein] oposta do capital, e por outro lado, por seu turno pressupõe o capital. (Grundrisse, 217-8)

De fato, “apreendido positivamente”, o trabalho é, enquanto “trabalho não-objetivado”, a “negatividade relacionada a si [auf sich beziehende Negativität]” que se encontrava, em estado por assim dizer embrionário, em todas as outras formas de intercâmbio consciente com a natureza; contudo, justamente por estar separado dos meios de sua objetivação, i.e., por se encontrar na forma da “*pura* existência subjetiva”, o trabalho não pode, nas condições características do modo de produção capitalista, ser apreendido *apenas* positivamente – e, “negativamente apreendido”, o trabalho assalariado se revela “como a pobreza absoluta: a pobreza, não como carência [Mangel], mas como completa exclusão [völliges Ausschließen] da riqueza objetiva” (Grundrisse, 218), e portanto como um meramente *negado*, ou melhor, como algo *determinado por um sujeito que lhe é exterior*⁵⁷⁴: o valor em processo, sujeito cuja determinação formal aparece, na economia plenamente mercantilizada, como natural e absoluta⁵⁷⁵.

Ora, se o que foi dito acima é correto, então, muito mais do que seu *ponto final*, o modo de produção capitalista deve constituir um *ponto de virada na história da humanidade*: nele, o indivíduo *pode*, pela primeira vez, reconhecer o caráter accidental de toda determinidade de sua atividade e de seu modo de existência, e experimentar-se, ainda que de modo unilateralmente individual, em sua indeterminidade, e portanto em sua *historicidade radical* – o que parece colocá-lo em condição de assumir a si mesmo, à sua *forma de subjetividade*, como seu próprio objeto⁵⁷⁶, i.e., de *desenvolver conscientemente sua forma de ser-aí*. Na medida porém em que a vida mercantilizada, onde o indivíduo se relaciona com os demais mediante relações contratuais,

⁵⁷⁴ “É claro que o capital admite a subjetividade de seu outro, mas sempre meramente como determinação do negativo, e com isso apenas como submetido/reprimido [unterdrückte].” Theunissen, *Krise der Macht*, p. 329.

⁵⁷⁵ “Mediante a incorporação do trabalho ao [ins] capital, o capital se torna processo de produção; em primeiro lugar, porém, processo de produção **material**; processo de produção em geral, de modo que o processo de produção do capital não é diferenciado do processo de produção material em geral. Sua determinação formal é completamente apagada.” (Grundrisse, 225).

⁵⁷⁶ Cf. Lukács, *Geschichte und Klassenbewußtsein*, capítulo 1.

autonomiza a totalidade das relações sociais, levando o sujeito a sentir as formas de objetividade do mundo por ele mesmo criado como válidas em si e por si⁵⁷⁷, a sociedade mercantil inapelavelmente bloqueia a possibilidade por ela mesma criada. De fato, é impossível, dentro de seus limites, realizar a ultrapassagem que ela anunciara: incapaz, por sua própria constituição, de transformar “todo o conjunto das condições de existência da sociedade atual”⁵⁷⁸, e portanto também as de seu próprio ser, em *objeto de sua ação consciente*, o indivíduo, enquanto burguês, não está em condições de encerrar sua pré-história⁵⁷⁹ e *realizar de modo refletido* a historicidade que ele mesmo foi o primeiro a (poder) reconhecer.

O capital: sujeito por sujeição

“O que define a autocontraditoriedade [Selbstwidersprüchlichkeit] do capital”, diz Theunissen, é “ser, no fundo de sua substância, o contrário daquilo como ele se apresenta segundo sua forma”⁵⁸⁰: por um lado, ele eleva o trabalho ao estatuto de possibilidade universal, ou melhor, de *substância* da própria riqueza⁵⁸¹; por outro, na medida em que subjuga a atualização dessa “possibilidade universal” a seu processo de autovalorização, ele limita sua substância a uma forma pré-determinada, i.e., rebaixa-a a seu momento, conforma-a violentamente, apropria-se dela – e, deste modo, aparece como *sujeito*. Daí Theunissen afirmar que “[s]ó aparentemente o capital posto em sua totalidade é a substância consumada como sujeito, só aparentemente seu conteúdo encontrou a forma a ele adequada”⁵⁸²; pois, incapaz de eliminar a “inadequação crônica”⁵⁸³ entre seu conteúdo e sua forma, o valor em movimento realiza uma autorreflexão de caráter unilateralmente formal, cujo verdadeiro conteúdo é a negação de seu outro – um outro que não é, em si e para si, a ele idêntico, e que só se integra seu circuito na medida em que é conformado pelo capital, reduzido ao estatuto de *momento*, ou seja, em que é transformado em uma forma-valor específica, conhecida como *capital variável*. Ao contrário do Espírito absoluto (a *substância* hegeliana), que *se dá* imediatidade⁵⁸⁴, ou seja, *põe* sua própria contradição, e por isso não tem dificuldade em resolvê-la,

⁵⁷⁷ Cf. o terceiro capítulo desta dissertação.

⁵⁷⁸ Marx e Engels, op. cit., p. 65.

⁵⁷⁹ Sobre a concepção da história humana até aqui como pré-história, ver o famoso prefácio de Marx a seu *Para a crítica da economia política*.

⁵⁸⁰ E ele continua: “Ela [a autocontraditoriedade do capital – BH] encontra sua expressão especular [spiegelbildlich] na autocontraditoriedade do trabalho capitalizado: ser substancialmente tudo e formalmente, ao contrário, nada.” Theunissen, *Krise der Macht*, p. 329.

⁵⁸¹ Daí que essa substância não seja algo imediatamente material, “mas sim a **reflexão objetiva** de uma relação social”. Heinrich, op. cit., p. 218.

⁵⁸² Theunissen, *Krise der Macht*, p. 328.

⁵⁸³ Grespan, op. cit., p. 40.

⁵⁸⁴ “O sujeito absoluto se apreende como aquele mesmo que põe o Ser, como seu próprio outro, que gera

voltando a si e se elevando a sujeito, o capital se transforma em sujeito não por meio de uma relação de alteridade absoluta, na qual sua autoafirmação seria idêntica à autoafirmação de seu outro, mas sim através de um processo de *sujeição*: na verdade, se o capital supera de algum modo as diferenças reais entre seu conteúdo e sua forma, ele o faz única e exclusivamente pela unidade violenta de uma *subsunção*⁵⁸⁵.

Em poucas palavras: o capital não é sujeito *ponente* [setzende], mas sim *assujeitador*. Constatando isso, talvez possamos compreender por que Marx abandona, em *O Capital*, aquela linguagem evidentemente hegeliana que permeia seu mais conhecido *caderno de estudos*. Se é evidente que ele já notara, nos próprios Grundrisse, o caráter limitado e violento da subjetividade do capital – o qual não põe seu conteúdo, mas “apenas” o subsume a sua forma –, também o é que, àquela altura de seus estudos, ele ainda não havia criado o arcabouço categorial adequado à expressão de seu objeto contraditório, que, embora não o seja, teima sempre em aparecer como uma espécie de sujeito absoluto. Daí o caráter oscilatório do próprio texto, onde se lê, numa página, que o valor somente “*aparece* como mediação consigo mesmo” (Grundrisse, 250) – frase na qual se evidencia a unilateralidade, a inverdade dessa automediação –, e noutra, logo a seguir, que o desenvolvimento do valor em processo “consiste (...) em *pôr-se* como [a] unidade” (Grundrisse, 251) de valor de troca e valor de uso, em “*pôr* e superar a si mesmo” (Grundrisse, 251) – ou, como se vê noutro contexto, em *pôr-se* “ora como mercadoria, ora como dinheiro” (Grundrisse, 192)⁵⁸⁶. Expressões como essas últimas, que trazem consigo toda a carga de uma concepção do absoluto, devem ser eliminadas numa obra cujo fito é evidenciar que é *a troca generalizada* – essa relação historicamente determinada, produzida e reproduzida por sujeitos de carne e osso – a responsável, na economia capitalista, pela equalização de trabalhos concretos distintos e pelo fato de que o produto do trabalho se apresenta, em condições sociais específicas, não apenas como valor de uso, mas também como valor; que, portanto, apenas em função da relação de troca pode o trabalho contido em uma mercadoria se exprimir no *corpo* de uma outra, cujo material “vale [gilt] como materialização do valor” (K, I, 119; C, I, 1, 94), ou seja, cuja existência corporal *aparece* como a

[hervorbringend] a natureza e o espírito finito, de modo que este outro perde aquela aparência de autonomia contra ele, deixa completamente de ser uma barreira para ele, e aparece apenas como meio através do qual o espírito chega ao ser-para-si absoluto, à unidade absoluta de seu ser-ems-i e seu ser-para-si, de seu conceito e sua realidade efetiva.” Hegel apud Wolf, D. *Warum konnte Hegels „Logik“ Marx „große Dienste leisten“?* Disponível em: http://www.dieterwolf.net/pdf/Hegel_Logik_Marx_Kapital_1.pdf (acesso: 26/04/2013), p. 19.

⁵⁸⁵ Cf. Theunissen, op. cit., p. 326. “Um produto do trabalho, considerado isoladamente para si, não é (...) valor. (...) *Se eu digo: este produto do trabalho é valor, porque trabalho humano foi nele despendido, então [temos aqui – BH] a mera subsunção do produto do trabalho sob o conceito de valor.*” Marx apud Heinrich, op. cit., p. 215. (O trecho citado encontra-se num manuscrito publicado pela MEGA no qual o próprio Marx comenta criticamente o primeiro capítulo de *O Capital*.)

⁵⁸⁶ Em *Randglossen zu Adolph Wagners “Lehrbuch der politischen Ökonomie”*, escrito no final de sua vida, Marx critica enfaticamente o pensamento que *identifica* valor de uso e valor. Quanto a isso, cf. Wolf, *Ende oder Wendepunkt...*, pp. 22-4.

própria figura palpável e *natural* de uma substância *social*⁵⁸⁷ (i.e., uma substância que nada tem de autônoma, pois só existe enquanto tal dentro de um conjunto de relações sociais determinadas), com o que forma e conteúdo do valor *parecem* se reunir numa identidade absoluta, embora de fato não o façam.⁵⁸⁸

Pois bem: o caráter, por assim dizer, distorcido da totalidade histórica constituída pela forma-valor é completamente obscurecido pelo vocabulário tomado de empréstimo a Hegel. Com efeito, apenas com a categoria do *fetichismo* Marx encontra a terminologia adequada para a apresentação da contradição sobre a qual se edifica o valor que se valoriza, essa relação histórica que subsiste única e exclusivamente na ininterrupta subsunção à forma-valor daquilo que não é em si e para si valor, na redução da riqueza subjetiva e objetiva à sua forma totalitária – a qual, dessa maneira, se constitui como um sujeito que *aparece* como o *absoluto*, embora não o seja. Talvez por isso não haja sinal, em *O Capital*, da noção de *posição*, a qual *mascara* o caráter unilateralmente determinado da subjetividade do capital, impedindo assim o reconhecimento do modo preciso de efetivação da lei do valor na história. Caso a forma (socialmente objetiva) da riqueza material produzida, distribuída e consumida no metabolismo econômico regido pelo valor pudesse de fato ser considerada como *posta* pelo capital, i.e., caso fosse possível afirmar a existência de uma alteridade *absoluta* entre a forma e o conteúdo da riqueza no modo de produção contemporâneo, seríamos forçados a reconhecer que a reprodução ampliada do capital social total e a adequação da realidade à lei do valor já estariam asseguradas de *antemão*. E no entanto, afirma Marx, se é verdade que os elementos subjugados pelo capital, na medida em que compõem um “todo orgânico”, “se condicionam internamente e se procuram exteriormente”, também o é que sua unidade não é absolutamente necessária: esses “momentos” podem “se encontrar ou não, ser congruentes [sich decken] ou não, corresponderem-se ou não”; pois, como o capital é sujeito unilateralmente formal, a “necessidade interna” de co-pertencimento das formas do valor será sempre assombrada pela “existência indiferente e autônoma” dos elementos que as constituem, algo que, para Marx, compõe o “fundamento [Grundlage] de contradições” (Grundrisse, 327-8) *estruturais*, i.e., contradições que o próprio capital é absolutamente incapaz de eliminar – mas que a linguagem da Doutrina da Essência, por sua própria natureza, é absolutamente incapaz de *exprimir*.

⁵⁸⁷ Sobre este tema, cf. Wolf, op. cit.

⁵⁸⁸ “Tem-se então uma avaliação errônea, fatal para a compreensão de *O Capital*, quando se acredita que se pode, a partir da analogia [entre o Espírito absoluto e o capital – BH], chegar à conclusão de que, com a ajuda de Hegel, pode-se entender Marx adequadamente como um pensador que (...) pôde conceber a oposição, por exemplo, de valor de uso e valor de troca, como uma *identidade* contraditória.” Wolf, *Ende oder Wendepunkt der Geschichte*.

De volta ao capital acionário: a fenomenologia do sujeito unilateralmente formal

Hegel afirma na *Enciclopédia* (§ 258) que “o finito é perecível [vergänglich] e temporal porque, ao contrário do Conceito, não é em si mesmo a *negatividade total*”. Justamente porque seu limite é para ele uma barreira, i.e., porque tem um outro que, a um só tempo, lhe é exterior e interior, e que ele portanto “contém e exclui”⁵⁸⁹ – sem porém que essas duas determinações se conciliem plenamente –, o ser-aí, mesmo enquanto vivente, só é capaz de “comportar em si a contradição” (WL) de modo temporário; ele é *a própria contradição em si*⁵⁹⁰, é apenas enquanto nega o outro sem o qual ele mesmo não *seria*, e por isso, na medida em que *se afirma*, ele *se nega* – contradição da qual resultará, entre outras coisas, que a autoafirmação do ser-aí assume necessariamente o caráter de uma má infinidade.

Podemos sentir quão distante o capital se encontra da negatividade total do sujeito absoluto pela recorrência de figuras características da lógica do ser-aí no desenvolvimento conceitual empreendido por Marx. Nos *Grundrisse*, por exemplo, descobrimos que, “para o capital, cada limite é e deve ser barreira”, e que, caso assim não fosse, “ele deixaria de ser capital” (*Grundrisse*, 250); já em *O Capital*, lemos que o trabalho do entesourador, que será realizado de modo racional pelo capitalista, é semelhante ao de Sísifo (K, I, 147; C, I, 1, 251), cuja isomorfia com a má infinidade hegeliana é patente⁵⁹¹. Não à toa, encontraremos no livro terceiro da mesma obra outra similaridade entre o capital e o ser-aí; referimo-nos especificamente às considerações da terceira seção do livro citado, na qual Marx expõe o movimento contraditório das duas medidas que definem e presidem a acumulação, “o aumento da taxa de mais-valia, isto é, a inclusão cada vez mais intensa e abarcadora do trabalho vivo como fonte de riqueza (...) de um lado, e a diminuição da proporção do capital variável em relação ao capital constante (...), de outro”⁵⁹². Como, em função do esforço de cada capital individual em elevar sua produtividade e, por conseguinte, seu lucro,

a massa total do trabalho vivo acrescentado aos meios de produção cai em relação ao valor destes meios de produção, assim também cai o trabalho não pago e a parte de valor na qual se apresenta, em relação ao valor do capital total adiantado. Ou: uma parte alíquota cada vez menor do capital total investido se converte em trabalho vivo, e este capital total suga, daí, em proporção a sua magnitude, cada vez menos mais-trabalho, apesar de que possa crescer simultaneamente a proporção da parte não paga do trabalho empregado para com a parte paga

⁵⁸⁹ Theunissen, *Krise der Macht*, p. 322.

⁵⁹⁰ Sobre a noção de “contradição em si”, cf. Theunissen, op. cit., e Grespan, *A dialética do avesso*.

⁵⁹¹ Sobre o mau infinito no circuito do capital, cf. também Grespan, *J. O Negativo do capital*, seção 29.

⁵⁹² Müller, M. L. Prefácio. In: Grespan, *O Negativo do capital*.

do mesmo. (K, III, 225-6; C, III, 1, 116)

Enquanto capital, o trabalho morto tende a negar o trabalho vivo⁵⁹³. Não constituindo “em si mesmo [a] negatividade total”, o capital se afirma negando seu outro, e portanto se nega ao se afirmar: sua acumulação tende a culminar numa *sobreacumulação*⁵⁹⁴ e na conseqüente necessidade de *desvalorização*, o que, na história do capitalismo, se exprime pela recorrência de pontos a partir dos quais a acumulação parece não ser capaz de prosseguir sem a eliminação de capital, i.e., pontos em que “[a] destruição da base existente para a acumulação torna-se necessária (...) para que a valorização possa se manter como finalidade básica do capital”⁵⁹⁵. O desenvolvimento do caráter contraditório do capital revela então o *co-pertencimento de valorização e desvalorização*: “[a]mbos os movimentos”, diz Marx, “não só marcham lado a lado mas se condicionam reciprocamente; *são manifestações em que a mesma lei se expressa*” (K, III, 257; C, III, 1, 187).

Não é nosso intuito tratar aqui da evidente relação entre a crise e a incapacidade do capital em resolver a contradição que lhe é constitutiva, nem discutir o estatuto modal da crise considerada como manifestação dessa contradição⁵⁹⁶. O que nos interessa nisso tudo é que a constatação da co-pertinência dos processos de valorização e desvalorização nos permite voltar a nosso problema fundamental e lançar nova luz sobre o desenvolvimento histórico do capital acionário.

No capítulo anterior, com base nas semelhanças entre *O Capital* de Karl Marx e *Ciência da Lógica* de Friedrich Hegel, propusemos um modelo *fenomenológico* de superação da oposição entre a lei do valor e a realidade empírica do modo de produção capitalista em seu devir histórico, e dele derivamos a hipótese de que haveria, na economia capitalista, uma tendência *inexorável* à adequação do capital acionário realmente existente a seu conceito, isto é, à *forma-valor capital acionário*, na qual este se apresenta como uma *representação socialmente objetiva* do capital investido na produção e circulação de mercadorias, como um *capital fictício*, cujo preço não estaria imediatamente atrelado ao movimento do capital *funcionante* por ele representado⁵⁹⁷. Partindo do

⁵⁹³ Sobre o duplo sentido assumido pelo termo “tendência” nas considerações marxianas sobre a lei da queda tendencial da taxa de juros, cf. Grespan, op. cit., pp. 191-8.

⁵⁹⁴ “Acumulação excessiva, no sentido de que a produção de meios de produção ultrapassou as necessidades da valorização do capital.” Grespan, op. cit., p. 200.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 203. Nas palavras de Marx: “A suspensão [Aufhebung] de todo o trabalho e a eliminação de grande parte do capital faz com que ele violentamente retorne ao ponto em que [a partir daqui, em inglês no original – BH] ele é capacitado a empregar plenamente seus poderes produtivos sem cometer suicídio.” (Grundrisse, 636) De acordo com os estudos empíricos de Roberts, esta suspensão tende a ocorrer sempre que a queda contínua da taxa geral de lucro coincida com uma redução da massa total de lucros. Cf. o texto: *Michael Heinrich, Marx’ law and crisis theory*, disponível em: <http://thenextrecession.wordpress.com/2013/05/19/michael-heinrich-marxs-law-and-crisis-theory/> (Acesso: 19/05/2013)

⁵⁹⁶ Sobre essas questões, cf. Grespan, op. cit.

⁵⁹⁷ Cf. o capítulo IV.

pressuposto de que a lei do valor impele unilateralmente à acumulação de riqueza abstrata, e portanto de que a adequação da existência do capital ao seu conceito implicaria sua adaptação às condições mais propícias ao processo de valorização, propusemo-nos testar nossa hipótese, usando como medida a relação entre a taxa de acumulação do capital social total e o nível de desenvolvimento, ou melhor, de adequação do capital acionário realmente existente a sua figura enquanto forma-valor: caso houvesse uma correlação positiva entre os dois termos, poderíamos concluir que efetivamente há, no modo de produção capitalista, uma tendência inexorável à adequação do capital acionário a seu conceito.

Pois bem: com base em tais parâmetros, e diante da coexistência, num período (de 1947 ao final da década de 1960, aproximadamente), do capital acionário atrofiado pela regulação financeira e de uma altíssima taxa de acumulação, e noutro (1970 ao início deste século), do capital acionário mais desenvolvido e de uma taxa de acumulação mais baixa⁵⁹⁸, fomos levados a refutar nossa hipótese – e com ela, nosso modelo fenomenológico. Entretanto, a constatação do caráter unilateralmente formal da totalidade histórica da forma-valor, e por conseguinte do movimento contraditório impulsionado pela “lei dúplice [zwieschlächtige]” (K, III, 230) que a rege, força-nos a reconsiderar os parâmetros adotados em nossa avaliação. Se a operação da lei do valor impele não apenas à valorização, mas também à desvalorização do valor, e se ambas, valorização e desvalorização, apresentam-se como condição uma da outra, então, mesmo que o capital acionário atrofiado seja mais adequado do que o capital acionário plenamente desenvolvido à acumulação ampliada enquanto tal (algo que a mera coincidência temporal, aliás, não nos permite afirmar), não podemos concluir daí que nosso modelo não sirva à compreensão do devir histórico dessa importante forma do capital. De fato, a descoberta do caráter contraditório do movimento do capital nos leva a supor que as formas-valor devam ser adequadas não apenas à valorização (considerada unilateralmente), mas também à desvalorização do valor: a desmedida do capital exige que o teste de nossa hipótese incorpore medidas não apenas variadas, mas *contraditórias* entre si.

O papel do capital acionário na desvalorização do valor

Não nos cabe aqui verificar se a atrofia do capital acionário pode ou não ser considerada como uma *causa* da elevação da taxa de acumulação do capital social total: em todo caso, a história das principais economias capitalistas do século XX mostra que as duas coisas ao menos não entram

⁵⁹⁸ Importante deixar claro que, se tal período também foi marcada por um período de crescimento robusto que ficou conhecido como *boom* neoliberal, a taxa de acumulação nunca mais voltou aos níveis da chamada era dourada do capitalismo.

em contradição uma com a outra, já que o período de mais elevada taxa de acumulação do século passado foi também aquele no qual o capital acionário se encontrava em sua figura mais atrofiada. Essa mesma história, porém, mostra também que, nas economias centrais do capitalismo, a queda da taxa de lucro coincidiu com a desregulação financeira e a consequente “*distrofia*” dessa forma particular de capital. Daí ser necessário, para uma avaliação correta do potencial explicativo de nosso modelo fenomenológico, descobrir se existe alguma *incompatibilidade* entre o momento autonegador do capital, i.e., sua desvalorização, e o capital acionário em sua figura atrofiada, ou ao menos se é possível dizer, em algum sentido, que o pleno desenvolvimento do capital acionário favorece essa necessária desvalorização.

Vejamos. O capital social total pode, da perspectiva dos ativos produtivos, ser dividido em duas partes: o capital variável e o capital constante. Como a parte variável não pertence, juridicamente, ao proprietário dos meios de produção, a relação entre sua desvalorização e o desenvolvimento do capital acionário não nos ocupará neste trabalho⁵⁹⁹. Nas próximas linhas, tentaremos compreender exclusivamente a relação entre os possíveis “regimes de propriedade” do capital (os regimes do capital não-acionário, do acionário atrofiado, e do capital acionário plenamente desenvolvido) e o processo de desvalorização do capital constante – o qual, como se sabe, é composto tanto pelo capital circulante quanto pelo fixo.

No que se refere à desvalorização do capital constante, o modo pelo qual uma forte redução da taxa de acumulação a provoca é, com algumas variações não muito significativas, o seguinte: de início, os capitalistas que operavam com uma produtividade mais baixa, e portanto com uma taxa de lucro inferior à média, são postos pela queda da taxa de lucro geral numa situação em que não conseguem pagar normalmente suas contas; daí o impulso a vender seus ativos – tanto o capital circulante quanto o fixo – por um preço inferior aos seus custos de produção. O prolongamento temporal da situação agrava a condição desses capitalistas, e logo são as próprias empresas que, ou entram em processo de falência (o que impele à liquidação completa de seus ativos), ou são “absorvidas” por empresas mais produtivas, mais aptas “absorver” a redução da taxa de lucro. Assim, afirma Marx, “[u]ma parte das mercadorias encontradas no mercado só consegue cumprir seu processo de circulação e de reprodução com enorme contração de seus preços, ou seja, mediante desvalorização do capital que ela representa”⁶⁰⁰; e “[d]o mesmo modo, os elementos do capital fixo

⁵⁹⁹ Isso não significa que a desvalorização deste componente do capital não seja crucial para a retomada da valorização. Quanto a isso, confrontar, por exemplo, K, III, 265; C, I, 1, 192.

⁶⁰⁰ É claro que o capital circulante de uma companhia não se limita às mercadorias que esta tem para vender. Mas matéria-prima e os bens de produção que também contam para ela como capital circulante foram vendidos por outrem como mercadoria; e, mesmo que consideremos a parte desses elementos que já se encontravam em estoque antes do início do processo descrito no texto, há que se reconhecer que também esta parte dos bens de produção e matéria-prima terá, mais tarde, que se transformar em mercadoria vendável. Assim, considerando-se a economia como um todo, pode-se aceitar a desvalorização das mercadorias a serem vendidas como uma boa medida da

são mais ou menos desvalorizados” (K, III, 264; C, III, 1, 191).

Note-se porém que a redução da taxa de lucro não costuma se revelar de modo suave, espaçado no tempo; a existência do sistema de crédito tende a mascarar a dificuldade crescente de valorização do capital investido na produção e circulação de mercadorias, algo que geralmente vem à tona mediante a impossibilidade de captação de crédito pelas empresas menos produtivas – já bastante endividadas, em função da deteriorização das condições econômicas – e a consequente interrupção de seus pagamentos, o que muito rapidamente contamina a maior parte do sistema de trocas da economia⁶⁰¹. Isso afeta os proprietários de capital constante de duas maneiras: por um lado, eles não conseguem completar a metamorfose das mercadorias produzidas; por outro, perdem bruscamente o acesso ao dinheiro via crédito. Assim, a autonomização dos momentos copertinentes do capital é levada a seus limites; sobrevém a crise⁶⁰². Ora, é evidente que mesmo empresas com alto nível de produtividade podem – em função, por exemplo, do estancamento temporário de uma parte do valor investido nalguma forma de capital fixo –, em dados momentos, necessitar do empréstimo da forma-dinheiro enquanto tal – algo a que elas, normalmente, tem acesso com bastante facilidade. A crise no entanto apaga a linha que distinguia iliquidez e insolvência, e dá início a um processo global de liquidação do capital constante, no qual seus elementos são transferidos, por um preço inferior a seu custo, e de maneira mais ou menos aleatória⁶⁰³, a capitalistas que, caso sobrevivam ao solavanco, poderão retomar o processo de valorização numa nova base, calculando sua taxa de lucro em função de um capital de valor muito mais baixo do que fora feito até então.

Pois bem: esses são os principais modos de desvalorização do capital numa economia capitalista sem o regime acionário de propriedade privada. O surgimento do capital acionário não

desvalorização do capital circulante enquanto tal.

⁶⁰¹ Descrevemos essa espécie de contaminação no primeiro capítulo deste trabalho.

⁶⁰² “[S]e, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – apresenta a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade de ambas as fase, igualmente é a separação das mesmas e sua autonomização uma em face da outra. Como elas, então, pertencem uma à outra, a autonomização dos momentos co-pertinentes só pode **aparecer** violentamente, como processo destrutivo. É a **crise**, precisamente, na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes. A autonomia, que os momentos pertencentes um ao outro e complementares adotam reciprocamente, é anulada com violência. A crise manifesta, assim, a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados.” Marx, *Theorien über den Mehrwert*, vol. II, MEW 26.2, p. 501. “Que os processos que se confrontam autonomamente formem uma unidade interna, significa do mesmo modo que sua unidade interna se move em oposições externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos, por serem mutuamente complementares, se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma — crise.” (K, I, 127-8; C, I, 236)

⁶⁰³ “[D]eterminadas proporções de preço pressupostas condicionam o processo de reprodução, levando-o então à imobilidade e confusão através da queda geral de preços. Esta perturbação e imobilidade paralisa a função do dinheiro enquanto meio de pagamento, dada simultaneamente com o desenvolvimento do capital e referente àquelas proporções de preços pressupostas, interrompendo em cem lugares a cadeia de obrigações de pagamento em prazos determinados, sendo ainda agudizada com o colapso daí resultante do sistema de crédito desenvolvido simultaneamente ao capital, e conduzindo assim a violentas e agudas crises, súbitas desvalorizações violentas e imobilização e perturbação efetiva do processo de reprodução e, com isso, à redução efetiva da reprodução.” (K, III, 264-5; C, I, 1, 191-2)

acarreta sua extinção, mas fornece um importante auxílio na dura tarefa de autodilaceramento do capital. Afinal, no processo descrito acima, a desvalorização se dá, por assim dizer, na carne: são os próprios elementos constituintes do capital constante que se desvalorizam mediante a *troca*, ou seja, através da compra e venda dos bens que formam o capital constante por um preço inferior a seu custo de produção, num processo que, como por mágica, é capaz de ocasionar por si mesmo uma elevação da taxa de lucro: eleva-se a taxa de lucro não apenas sem qualquer alteração na base técnica da produção, mas também sem que o lucro bruto se tenha alterado. (Na verdade, o processo é tão milagroso que não seria estranho se obtivéssemos a elevação da taxa de lucro mesmo num caso em que o lucro enquanto tal houvesse se reduzido!)

Descrita assim, a coisa parece muito simples: desvalorizam-se os componentes do capital constante, eleva-se a taxa de lucro. Não nos esqueçamos porém de que o capital constante se divide em duas rubricas: ele é, de um lado, capital constante, e de outro, fixo. Sabe-se bem: tal distinção se fundamenta na relação entre o tempo que seu valor leva para passar completamente para as mercadorias que eles ajudaram a produzir e um período base pré-definido⁶⁰⁴. Que ela não se baseia *imediatamente* numa diferença material, é algo evidente; é nessa diferença material, porém, que se fundamentará o seguinte problema técnico, da maior importância para o processo de desvalorização do capital. Certamente, a venda de mercadorias *acabadas* a um preço inferior a seu custo de produção, operação que, como já vimos, é motivada pela necessidade da forma-dinheiro enquanto tal, constitui para seu proprietário o fundamento de problemas de ordem *financeira*: ele não obtém, em determinado período, o lucro esperado. No entanto, do ponto de vista estritamente técnico-produtivo, ela não causa maiores dificuldades: tais mercadorias seriam vendidas de um jeito ou de outro, e, uma vez que o capitalista consiga (caso consiga) dinheiro o suficiente para comprar novamente os elementos do capital variável e circulante de que necessita, a produção pode ser retomada sem maiores problemas. Este raciocínio pode, com algumas nuances, ser estendido aos demais componentes do capital circulante; todavia, quando se tem em vista o capital fixo, a coisa muda completamente de figura: por razões de ordem técnica, um industrial pode ser impossibilitado de liquidar apenas uma *parte* de seu capital fixo; e, mesmo que possa fazê-lo, ele certamente terá dificuldades em trazer a atividade ao nível anterior, mesmo que conte com dinheiro suficiente para substituir os bens de produção vendidos.

Tal problema desaparece quando *todo* o capital é *representado* por títulos que podem ser vendidos sem dificuldade a qualquer momento, como é o caso do capital acionário – que não se

⁶⁰⁴ Por exemplo: um bem de produção que em determinado período constituía capital circulante, pois se degradava dentro do período-base (assumamos que seja de um ano), e por isso tinha que passar todo o seu valor para seu produto dentro deste intervalo de tempo, pode, pela criação de novos métodos de conservação, transformar-se em capital fixo. Mais: um navio, por exemplo, que só funciona como capital na medida em que transite no espaço, constitui capital fixo. Cf. o capítulo número oito do segundo livro de *O Capital*.

divide numa parte fixa e noutra circulante. Desconsiderando o ganho estritamente especulativo, o rendimento do acionista é constituído apenas pelos dividendos (os quais, em situação normal, são apenas parte do lucro gerado pelo capital funcionante); assim, dado um lucro bruto, e supondo-se constante a relação lucro/dividendos, a taxa de retorno dos acionistas varia *exclusivamente* em função do preço *pago* na compra das ações. A generalização da propriedade acionária cria então uma nova variável, da qual dependerá em alguma medida o nível de atividade da economia capitalista: doravante, também a taxa de rendimento do capital acionário influenciará o processo. Ora, sabe-se que os preços das ações, normalmente muito mais instáveis do que os preços dos bens de produção que compõem o capital constante, tendem a cair com facilidade e velocidade enormes, tão logo se reconheça uma tendência à baixa da taxa de lucro⁶⁰⁵; e se é assim, então talvez possamos dizer que, na medida em que torna a atividade econômica *real* dependente em certa medida do rendimento do capital *fictício* – o qual *tende*, em períodos de dificuldade, a se “desvalorizar” mais rapidamente do que o capital efetivo –, o desenvolvimento do capital acionário torna possível que a economia capitalista opere com taxas de lucro inferiores às aquelas com as quais poderia funcionar a economia organizada sob o regime do capital não-acionário.

Daí não se deve deduzir, porém, que a “desvalorização” do capital acionário deixa intacta a taxa de lucro⁶⁰⁶. Afinal, a queda do preço desses títulos favorece as ofertas hostis de compra, e portanto os processos de absorção e fusão; permite, pois, a transferência do capital constante *desvalorizado* num processo muito mais *simples* e *ágil* do que o encontrado em economias sem generalização da propriedade acionária. Melhor dizendo: uma vez que os títulos acionários de uma companhia em dificuldades financeiras sejam comprados a um baixo preço por outra, tais títulos entrarão no cálculo da taxa de *lucro* de sua nova proprietária. Tudo se passa então como se o próprio capital constante tivesse sido desvalorizado, mas de maneira mais *ágil*. Assim, a existência do capital acionário não leva à extinção dos modos de desvalorização do capital efetivo descritos anteriormente; na verdade, o regime de propriedade acionária permite sua realização sob uma forma, por assim dizer, mais favorável ao capital. Justamente por isso, ele mostra-se bastante vantajoso, em relação à propriedade privada pura e simples dos meios de produção, no que se refere ao restabelecimento das condições nas quais a atividade econômica sob o modo de produção capitalista pode voltar a níveis próximos (ou mesmo superiores) àqueles existentes antes do início

⁶⁰⁵ Segundo as medições de Roberts, “the stock market cycle appears to be about 32 years in length, pretty much the same as the profit cycle, although slightly different in its turning points. *Indeed, the stock market seems to peak in value a couple of years after the rate of profit does.*” Roberts, M.
<http://thenextrecession.wordpress.com/2012/07/15/what-does-the-stock-market-tell-us/>

⁶⁰⁶ Na verdade, o sistema de crédito como um todo “auxilia” o processo de desvalorização, na medida em que acelera as crises. Como escreve Marx: “o crédito acelera as erupções violentas [das – BH] contradições, as crises”. (K, III, 457; C, III, 1, 335)

da liquidação geral de ativos.

A coisa se complica contudo quando se compara o capital acionário plenamente desenvolvido ao capital acionário atrofiado. Daí preferirmos iniciar tal consideração por um problema paralelo.

Já vimos em capítulo anterior que o pleno desenvolvimento do capital acionário depende da livre entrada da poupança social no mercado de capitais, i.e., da não compartimentalização das atividades de compra e venda de ativos financeiros, e da livre contratação entre agentes que participem dos mercados financeiros, ou seja, da inexistência de sérios limites à criação e negociação de instrumentos financeiros. Ora, sabemos que a descompartimentalização dos anos 1970 nos EUA se apresentou de início como uma resposta às crescentes dificuldades enfrentadas pelos bancos comerciais diante da pressão inflacionária, episódio que também motivou a remoção do teto às taxas de juros, com a qual se ampliou sobremaneira o grau de liberdade de contratação entre aqueles que oferecem e aqueles que demandam a riqueza abstrata na forma monetária. Tal liberalização, aliás, encontrou outro estímulo na crise da dívida dos países latino-americanos no início dos anos 1980, cujo resultado mais importante foi a securitização que livrou os bancos dos EUA e todo seu sistema de pagamentos do colapso.

Se dizemos tudo isso, é para deixar claro que o movimento de reinstauração das condições sem as quais o capital acionário não se pode desenvolver plenamente foi motivada por problemas *reais*, que punham em risco os bancos dos EUA e, por conseguinte, o funcionamento de toda a economia – o que, por si só, já demonstra que essa remoção não pode ser remetida ao mero arbítrio de alguns indivíduos responsáveis pela manutenção ou extinção das normas que até então regularam tais mercados. Quão importantes foram esses eventos, é algo evidenciado pelo fato de que nem mesmo os desenvolvimentos do mercado de eurodólares na Europa e dos fundos de investimento nos EUA, cuja importância só seria compreendida *a posteriori*, foram suficientes para estimular a remoção dos obstáculos que por trinta anos atrofiaram o capital acionário e o capital de empréstimo em geral. De todo modo, cabe notar que a inflação dos anos 1970 e a crise da dívida dos países da América Latina na década seguinte (episódios históricos mais ou menos contingentes) não *bastam* para mostrar que o impulso ao pleno desenvolvimento do capital acionário é imanente ao modo de produção capitalista – embora certamente deixem-nos com a sensação de estar diante de apenas mais um daqueles instrumentos casuais com os quais a Razão capitalista se impõe no mundo real. Vemo-nos pois novamente diante da necessidade de examinar a relação entre o desenvolvimento do capital acionário e a desvalorização do capital enquanto tal.

Até aqui, nosso paralelo entre os processos de desvalorização sob o regime de propriedade não-acionário e o regime acionário se restringiu à primeira forma de autodilaceramento do capital, i.e., aquela que se fundamenta *imediatamente* na queda da taxa de lucro, na qual as companhias com

taxa de lucro mais baixas são impelidas, em função do declínio da taxa geral, a vender seus ativos a um preço mais baixo ao que tinham até então. O exame de uma hipotética economia capitalista sem difusão da propriedade acionária já nos mostrou contudo que existe também um segundo modo de desvalorização, disparado pela interrupção momentânea dos fluxos econômicos, durante a qual a distinção entre iliquidez e insolvência desaparece, o que dá origem a uma liquidação *geral* de ativos. Ora, o proprietário de ações, enquanto dono de títulos que lhe permitem participar do lucro das empresas, não está envolvido, como a própria empresa, numa rede de relações econômicas dentro da qual se é sempre necessário *despender algum dinheiro para obter mais dinheiro*. Com efeito, caso compre as ações com capital próprio (como tende a ocorrer em mercados regulados), ele nunca mais terá, *enquanto acionista*, que desembolsar qualquer soma de dinheiro; e se é assim, então a queda repentina dos preços das ações, provocada pela redução da taxa de lucro, não gera necessariamente entre os participantes do mercado acionário aquela urgência pela forma-dinheiro que dá início à venda de ativos abaixo de seu preço de custo, facilitando o processo de autonegação do capital. Em mercados financeiros regulados, portanto, o processo de liquidação de ativos, que acelera a desvalorização do capital, é mantido em limites que podem ser considerados *estreitos* – ao menos quando se os compara aos limites que encontramos em mercados financeiros mais liberalizados.

De fato, em mercados financeiros verdadeiramente liberalizados, nos quais a criação daquilo que se costuma chamar de *derivativos*⁶⁰⁷ não encontra obstáculos, é normal que os agentes recorram a práticas de alavancagem para financiar suas operações, algo que, se por um lado favorece a rápida elevação dos preços das ações (o que, por sua vez, estimula mais a alavancagem, etc.), por outro fragiliza a rede de negociações como um todo e faz com que qualquer interrupção pontual dos pagamentos arraste consigo o sistema como um todo, favorecendo as grandes liquidações a que aludimos – o que talvez ajude a explicar o fato de que mesmo um monstruoso aporte de capital estatal não impediu que o *crash* de 1987 fosse muito superior a qualquer coisa que tenha ocorrido na década anterior, embora a taxa de lucro da economia dos EUA como um todo não fosse inferior na segunda metade da década de 1980 àquilo que encontramos em meados dos anos 1970⁶⁰⁸.

Ora, se as últimas considerações, como acreditamos, são capazes de demonstrar a funcionalidade do regime do capital acionário plenamente desenvolvido no que se refere à *desvalorização* sem a qual a retomada da atividade capitalista, em certas situações, seria impossível, elas certamente nos fornecem subsídios para uma reconsideração de nosso modelo *fenomenológico* de superação da oposição entre a lei do valor e a realidade empírica do modo de produção

⁶⁰⁷ Sobre esses instrumentos financeiros, cf. Henwood, D. *Wall Street*, capítulo I.

⁶⁰⁸ Sobre a evolução histórica da taxa de lucro, cf. Roberts, M. *Measuring the rate of profit; profit cycles and the next recession*. Disponível em seu blog: <http://thenextrecession.files.wordpress.com/> Último acesso: 10/04/2013.

capitalista em seu devir histórico. Antes porém de nos dedicarmos a uma nova avaliação desse modelo, gostaríamos de mostrar que o caráter funcional do capital acionário plenamente desenvolvido, até aqui explicitado no exame de sua relação com os processos de valorização⁶⁰⁹ e desvalorização considerados *unilateralmente*, fica ainda mais evidente quando ambos os processos são apreendidos em sua unidade, i.e., quando o circuito do capital social total é apreendido de modo verdadeiramente *dinâmico*. Como notara Schumpeter, as grandes crises não devem ser vistas pura e simplesmente como um processo de queima de capital, através do qual as atividades até então realizadas tornam-se novamente atraentes de um ponto de vista capitalista; na verdade, elas tendem a cumprir também um papel essencial nas “revoluções tecnológicas”, e por conseguinte na mudança daquilo que a literatura schumpeteriana denomina “paradigmas tecno-econômicos”⁶¹⁰, sem a qual um novo ciclo sustentável de acumulação, e portanto a própria continuidade do modo de produção capitalista por largos períodos, provavelmente seria impossível. Ora, a economista Carlota Perez, proeminente defensora desta interessante, embora problemática⁶¹¹ abordagem ao problema dos grandes ciclos da economia capitalista, mostra justamente que as bolhas financeiras – ou melhor, um tipo particular de bolha financeira, por ela denominada *bolha tecnológica* – cumprem papel importantíssimo na gestação dos novos paradigmas tecno-econômicos, na medida em que estimulam o *deslocamento* de recursos dos setores bem estabelecidos para aqueles ainda bastante instáveis, que podem dar origem, num futuro próximo, a uma revolução tecnológica, e portanto a um novo paradigma e uma nova onda de acumulação. Infelizmente, não temos espaço para tratar minuciosamente da questão⁶¹²; parece-nos importante ressaltar contudo que o pleno

⁶⁰⁹ Cf. o quarto capítulo desta dissertação.

⁶¹⁰ O termo se baseia na ideia de que as revoluções tecnológicas não se restringem apenas à atividade produtiva enquanto tal, mas afetam toda a estrutura organizacional da economia capitalista. “[E]stas novas tecnologias propiciam o potencial para modernizar toda a estrutura produtiva e para elevar o nível geral de produtividade e qualidade a um patamar superior. (...) [J]unto com as novas tecnologias, cada uma dessas constelações gera um novo modelo ótimo de gestão ou um **paradigma tecno-econômico**, que inclui tecnologias genéricas universais e princípios organizacionais aplicáveis tanto ao estabelecimento de novas empresas e indústrias quanto à modernização de grande parte da economia existente. / O processo de mudança de paradigma se realiza quando o novo supera a resistência do paradigma anterior, mas, por causa de sua superioridade óbvia em termos de produtividade, ele acaba transformando profundamente os meios de produção e de vida, além de reorganizar a estrutura produtiva e mudar a organização institucional da economia e da sociedade.” Perez, C. *Grandes ondas de desenvolvimento e formas alternativas de globalização*, pp. 107-8. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. No. 28, São Paulo, fevereiro de 2011, pp. 102-144. Sobre o tema, cf. também Nelson, R., e Sidney, G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

⁶¹¹ Esse caráter problemático se deve principalmente ao fato de que, por sua própria estrutura conceitual, tal abordagem teórica pressupõe a economia capitalista como algo natural, e portanto assume a sucessão das ondas de desenvolvimento capitalista como algo inelutável, a que apenas nos devemos adaptar da melhor maneira possível.

⁶¹² “[E]sse modo implacável de concentrar o investimento disponível nas novas tecnologias instala a plataforma que poderá facilitar a próxima 'era de outro'. Depois da bolha, há infra-estrutura suficiente para as necessidades de uma ou mais décadas; o novo paradigma foi aceito como 'senso comum'; os novos modelos de produção e consumo foram estabelecidos; os modelos empresariais de sucesso foram testados; as indústrias que substituirão os antigos motores de crescimento da economia foram identificados; as empresas centrais da revolução tecnológica se tornaram os novos gigantes e possivelmente formaram oligopólios.” Perez, op. cit., p. 119. Importante notar que a autora trata da bolha num sentido estrito, considerando-a apenas como um fenômeno desmedido, i.e., relativamente

desenvolvimento do capital acionário – que, como vimos, consiste em seu estabelecimento enquanto mercadoria facilmente vendável em mercados inundados, de um lado, pela poupança social, e de outro por uma profusão de instrumentos financeiros que parecem criar do nada um poder de compra até então inexistente – cumpre papel fundamental em tal processo. Afinal, a facilidade de negociação de tais títulos favorece o aporte de capital em atividades cujo nível de retorno é praticamente imprevisível, fornecendo assim as condições materiais para a formação de um novo paradigma num contexto que, “quase por definição”, lhe é inadequado⁶¹³.

Reavaliação do modelo fenomenológico

A constatação de que o capital, enquanto sujeito do metabolismo social, não *põe* seus momentos, e de que portanto a contradição que lhe é constitutiva não se eleva, como aquela que encontramos na ontologia hegeliana, ao estatuto de uma contradição posta, levou-nos a reconsiderar os parâmetros até então adotados para o teste da hipótese segundo a qual, na economia em que rege a lei do valor, a existência real-empírica do capital acionário tende inexoravelmente a se adequar ao conceito do capital: doravante, tal adequação não pode mais ser medida unilateralmente pela funcionalidade das relações reais-empíricas em relação ao processo de acumulação de riqueza abstrata; pelo contrário: em dados momentos, sua funcionalidade para o movimento do valor em processo só pode advir de sua adequação ao processo de *desvalorização*; pois, como o valor em processo não é “em si a negatividade total”, sua autoafirmação é também uma autonegação – donde se aúfere o co-pertencimento dos processos de valorização e desvalorização do capital.

Ora, se a forma capital acionário plenamente desenvolvida é de fato funcional não apenas no que se refere ao processo de *desvalorização* do capital, mas também na passagem de um ciclo de acumulação a outro – como acreditamos ter demonstrado na última seção –, então talvez possamos dizer que a experiência das décadas posteriores aos anos dourados do capitalismo confirma nossa hipótese. Afinal, quando se compara a história recente dos mercados de capitais dos EUA com a evolução da taxa geral de lucro da economia do país⁶¹⁴, percebe-se que o movimento de

irracional de recursos para setores que oferecem um retorno absolutamente imprevisível. Ela desconsidera completamente o fato de que, nos momentos de euforia, o poder de compra parece surgir nos mercados financeiros por geração espontânea, e que portanto a regulação financeira pode causar sérios problemas ao processo de gestação de novos paradigmas tecno-econômicos.

⁶¹³ Perez, op. cit., p. 112. Isso aconteceu nos anos 1920, por exemplo, quando a bolha permitiu o desenvolvimento de setores como “a eletricidade, os automóveis, o rádio, o petróleo”, que constituiriam, após a crise (que, por assim dizer, enxugou os excessos da bolha), as bases materiais do movimento de expansão que ficou conhecido como *anos de ouro* do capitalismo. Ibidem, p. 118.

⁶¹⁴ Cf. figura 4, no primeiro capítulo desta dissertação.

desregulação financeira, iniciado nos anos 1970⁶¹⁵, foi precedido por uma aguda queda da taxa geral de lucro, a qual chegaria a seu *mínimo local* apenas no início da década seguinte; ainda mais: como não é difícil notar, a *conclusão* do processo de remoção das barreiras atrofiadoras do mercado financeiro ocorreu justamente no final da década de 1990 e no início da seguinte⁶¹⁶, i.e., logo após o encerramento do chamado “boom neoliberal”, a partir do qual a taxa geral de lucro entrou novamente num período de declínio⁶¹⁷. Justamente por isso, parece-nos lícito afirmar que a desregulação, muito mais do que causa, se apresenta como *consequência* da queda da taxa geral de lucro – e, por conseguinte, da taxa de acumulação. *Aqui, mais uma vez, o capital parece ter se mostrado capaz de adequar a realidade às necessidades de seu movimento*; e se é assim, então talvez possamos finalmente proclamar a *validade do modelo fenomenológico de compreensão da história do modo de produção capitalista*, e por consequência a *inexorabilidade* da tendência da existência real-empírica da sociedade capitalista a se adequar ao conceito de capital.

Felizmente, a coisa não é assim tão simples. Afinal, se o caráter unilateralmente formal da totalidade composta pela forma-valor indica a necessidade do periódico processo de desvalorização do capital, tal caráter também implica que o capital, ao contrário do Espírito absoluto, não é em si a negatividade total; outro modo de dizer que, ao contrário do que parece, o sujeito aparentemente automático da economia contemporânea se relaciona a um outro que não é ele mesmo, e que portanto ele não pode ser, como pressupõe o modelo fenomenológico, um plenamente *autodeterminado*. Como foi visto, embora o valor em processo constitua uma totalidade, seus “momentos” podem “se encontrar ou não, ser congruentes ou não, corresponder-se ou não”: na metabólise capitalista, a inadequação entre conteúdo e forma do capital é crônica, a superação da contradição entre “a necessidade interna dos co-pertinentes e sua existência autônoma indiferente” é sempre *temporária*, e não está garantida de antemão. Isso se evidencia, por exemplo, na relação do circuito do capital com a natureza, ou melhor, com as pré-condições materiais da produção humana⁶¹⁸, um conteúdo que, embora não seja em si valor, só pode ser incorporado ao metabolismo da sociedade em que o produtor direto está livre dos meios de produção na medida em que seja reduzido a uma forma-valor – redução que constitui um processo sem garantias de sucesso, no qual a não-identidade do conteúdo e da forma se manifesta, por exemplo, através da ameaça que a

⁶¹⁵ Cf. o primeiro capítulo desta dissertação.

⁶¹⁶ Cf. o primeiro capítulo desta dissertação.

⁶¹⁷ Cf. Roberts, M., op. cit. O mesmo fenômeno de queda da taxa de lucro seguida de desregulação pode, com algumas variações, ser encontrados na maior parte do mundo capitalista. Sobre a taxa de lucro mundial, cf. Roberts, M. *A world rate of profit*. http://thenextrecession.files.wordpress.com/2012/07/roberts_michael-a_world_rate_of_profit.pdf. Último acesso: 10/04/2013.

⁶¹⁸ “Do mesmo modo como a terra é sua [i.e., do sujeito que produz – BH] despesa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho.” (K, I, 194; C, I, 1, 299)

subsunção representa à própria existência material daquilo que é subsumido.

A relação do capital com seu eterno pressuposto material⁶¹⁹ exprime da maneira mais límpida *possível* o caráter unilateralmente formal da totalidade formada pelo capital; e no entanto, mesmo aqui a coisa não se apresenta de modo completamente transparente. Pois, se o capital só se reproduz na medida em que subsume aquilo que lhe é exterior, então sua história enquanto sujeito do metabolismo social se apresenta necessariamente como um processo de retificação da desadequação de todo conteúdo em si autônomo à forma-valor. Com efeito, é inegável que a cada circuito percorrido pelo valor em processo a redução dos diversos elementos materiais incorporados e transformados⁶²⁰ por proprietários privados autônomos à forma-valor foi realizada com sucesso; noutras palavras: se a acumulação ampliada se realizou, então a conciliação temporária entre “a necessidade interna dos co-pertencentes e sua existência autônoma indiferente” foi *efetivamente* realizada pela relação de troca. Ora, foi visto no terceiro capítulo que a reiteração desse processo dá ao conteúdo autônomo a aparência de ser essencialmente idêntico a sua forma: na medida mesma em que tal subsunção seja repetidamente bem-sucedida, ela aparece como algo natural, i.e., como a revelação de um identidade pré-existente, que o desenvolvimento da produção mercantil não faria mais do que facilitar⁶²¹. Não surpreende então que, embora o capital nunca esteja apenas junto a si, seu circuito seja sentido por seus verdadeiros criadores como o movimento de um *autodeterminado*, e que portanto sua história *apareça* a posteriori para o analista como o mero processo de realização do conceito de capital, de adequação da existência real-empírica do modo de produção capitalista ao conceito do capital – em suma: como processo de passagem do capital da forma do em-si à do para-si. Assim, justamente porque o circuito do valor em processo nada mais é do que a redução dos efetivamente diferentes a uma forma comum, ou seja, a *produção violenta e reiterada de uma aparente “identidade da identidade e da não-identidade”* (WL) – a qual Adorno, com rara felicidade, chamou de “identidade negativa”⁶²² –, a existência real-empírica do modo de produção

⁶¹⁹ “[O] trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe.” (K, I, 58; C, I, 1, 172)

⁶²⁰ “É falso afirmar que o trabalho, enquanto produtor de valores de uso, seja a **única** fonte da riqueza produzida por ele, i.e., da riqueza material. Já que o trabalho é uma atividade que consiste e apropriar-se do que é material com esta ou aquela finalidade, necessita da matéria como pressuposição.” Marx, *Zur Kritik...*, p. 23.

⁶²¹ A natureza, por exemplo, que constitui a pré-condição material de toda atividade autocentrada, e é portanto um *pressuposto eterno* do próprio capital, só recebe efetividade econômica na sociedade em que os produtores diretos se encontram divorciados dos meios de produção na medida em que seja integrada ao circuito do valor em processo, de modo que ela parece ser em si mesma nada mais do que uma forma do valor. De fato, em sociedade nas quais os indivíduos já se encontram livres dos meios de produção, e em que não se é capaz de integrar os ecossistemas pré-existentes ao circuito de valorização, tendemos a encontrar uma negação do próprio ecossistema enquanto tal. Assim, por exemplo, é comum em países da África subsaariana que se preservem apenas as matas que servem ao ecoturismo e à caça legalizada, enquanto aquelas destinadas à reserva enquanto tal tendem a ser destruídas pela população sem acesso a meios de subsistência.

⁶²² Adorno, T. *Zur Lehre von der Geschichte und von der Freiheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006, p. 136. “A difusão do princípio [de troca] transforma o mundo todo em algo idêntico, em totalidade.” Adorno, *Dialética Negativa*, p. 128.

capitalista necessariamente “aparece como o **conteúdo** automovente [sich selbst bewegend] do capital” (Grundrisse, 226); noutras palavras: o conteúdo “em sua existência autônoma indiferente” parece *advir* da “reflexão negativa das determinações formais em si [mesmas – BH]” (WL II)⁶²³, como se ele fosse a mera *exteriorização* da “identidade da forma” (WL)⁶²⁴ - de modo que a história do capital *aparece* necessariamente como a progressiva manifestação de uma pretensa identidade que sempre esteve presente, num processo cuja apresentação abstrata deveria assumir, por suposto, a forma de uma *fenomenologia do valor*.

Ora, na própria medida em que exprime a inverdade da identidade aparente entre o conteúdo e a forma do valor, a Crítica da Economia Política reconhece que *não pode suprimir as diferenças reais* (Grundrisse, 43; Introdução, 23), e que portanto não lhe é lícito passar diretamente do movimento dialético-conceitual de supressão e reposição das contradições da mercadoria ao desenvolvimento histórico da economia produtora de mercadorias propriamente dito. Noutras palavras: a Crítica da Economia Política sabe que não pode *deduzir* o movimento histórico real do capital a partir de seu Conceito; pelo contrário, trata-se justamente de determinar os *limites* [Grenzen] da dialética (Grundrisse, 43; Introdução, 23), de descobrir “os pontos em que a consideração histórica” enquanto tal “*deve intervir* [hereintreten muß]” (Grundrisse, 373).

É importante notar que não se trata aqui meramente de reconhecer, como Hegel, que “o *realmente necessário* é (...) necessário segundo a forma, mas, segundo o conteúdo, ele é limitado, e através dele [do conteúdo - BH] tem seu carácter contingente” (WL) – e que portanto forma e conteúdo não podem coincidir *imediatamente*. Afinal, como afirma Fulda, “naquelas posições sistemáticas, nas quais em Hegel se encontra a afirmação de uma respectiva unidade **especulativa**, encontra-se em Marx o contrário: a *destruição de uma respectiva unidade **aparente***.”⁶²⁵ E justamente, na própria medida em que explicita a inadequação crônica entre a forma e o conteúdo do valor, a Crítica da Economia Política deixa claro que, quando se tem vista o capital, a *passagem das determinações formais à existência real-empírica não pode*, como ocorre na ontologia hegeliana, *ser operada pura e simplesmente pelo próprio conceito*: se o capital, enquanto totalidade unilateralmente formal, relaciona-se com um outro que lhe é efetivamente *exterior*, ou seja, se ele nunca interioriza plenamente seus pressupostos, então mesmo aquilo que se apresenta no

⁶²³ A “força natural do trabalho *aparece* como força de autoconservação do capital, ao qual é incorporada, do mesmo modo que suas forças produtivas sociais *aparecem* como sua propriedade, e que a contínua apropriação do mais-trabalho através dos capitalistas [aparece] como a contínua autovalorização do capital. *Todas as forças do trabalho projetam-se como forças do capital*” (K, I, 633-4; C, I, 2, 184).

⁶²⁴ Tal inversão encontra uma expressão lapidar na seguinte frase da Ciência da Lógica: “Indem die Form also sich aufhebt, so fällt auch die Bestimmtheit der Materie weg, welche sie gegen die Form hat, nämlich das unbestimmte Bestehen zu seyn.” (WL II)

⁶²⁵ Fulda, op. cit., pp. 209-10.

desenvolvimento de seu conceito como a mais ferrenha necessidade, i.e., como uma *necessidade absoluta*: mesmo esta necessidade não pode ser considerada, quando se tem em vista o mundo real-empírico e a história real do modo de produção capitalista senão como uma *necessidade relativa*, uma necessidade cuja *efetivação* depende sempre de pré-condições exteriores⁶²⁶, de fatores que, da perspectiva unilateral da lei do valor, são verdadeiramente *contingentes*⁶²⁷ - de modo que, no que se refere ao valor, a identidade (mediada) entre necessidade e acaso⁶²⁸, sem a qual a fenomenologia é *impossível*, se encontra cortada pela raiz.

⁶²⁶ Note-se que o próprio Hegel chama este tipo de necessidade não apenas de relativa, mas também de *necessidade exterior*. Cf. o último capítulo da Doutrina da Essência.

⁶²⁷ Não nos referimos aqui exclusivamente à relação do capital com a natureza. O próprio desenvolvimento lógico-conceitual do valor revelou não apenas que o produto da atividade produtiva assume esta forma social geral apenas ali onde é produzido reiteradamente um *mais-valor*, mas também que não apenas a grandeza, mas também a própria *existência* deste valor excedente depende de um conflito cujo resultado a lei do valor efetivamente influencia (cf. o capítulo 23 do livro de *O Capital*), mas não determina plenamente.

⁶²⁸ Cf. o último capítulo da *Doutrina da Essência*.

VIII. Nem aleatória, nem pré-determinada: a história do capital acionário da perspectiva da Crítica da Economia Política⁶²⁹

“Enquanto (...) perdurar o modo de produção capitalista, o capital portador de juros perdura como uma de suas formas.”

Marx, O Capital (Livro III)

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias é a história da luta de classes.”

Marx e Engels, *Manifesto do Partido Comunista*

O pleno desenvolvimento do capital acionário, e por conseguinte o da dupla representação do valor em processo, é um resultado *necessário* da reprodução no tempo de uma sociedade governada pela lei do valor. Neste sentido, parece correto afirmar que nada há de casual nas transformações sofridas pelo capital acionário nas últimas décadas. Vimos, todavia, que o restabelecimento da dupla representação do capital não é o único traço relevante da história recente do capital acionário; pelo contrário: a tal restabelecimento associou-se, a partir da década de 1980, uma espécie de *descolamento prolongado* entre o capital funcionante e os títulos acionários que o representam, descolamento que, segundo alguns intérpretes da história econômica contemporânea, constitui o fundamento dos problemas que afligiram as principais economias capitalistas nos últimos tempos⁶³⁰.

Pergunta-se: este descolamento prolongado, ao qual se atribui tamanha importância, pode – para falar como Adorno – “ser *deduzido totalmente*”⁶³¹ a partir das determinações formais do valor? Ele deve ser atribuído ao movimento do capital enquanto tal ou a influências externas a este? Noutras palavras: tal fenômeno é um resultado absolutamente necessário do devir histórico do capital, ou ele deve ser compreendido como algo estritamente casual?

Ora, o próprio modo como o problema é colocado no parágrafo acima torna impossível uma compreensão do fenômeno aludido em toda sua complexidade. Afinal, se a lei do valor, a partir da mercantilização da capacidade de trabalho, efetivamente subjuga o metabolismo da sociedade,

⁶²⁹ As considerações contidas neste capítulo assumirão, em função dos limites temporais de uma pesquisa de mestrado, um caráter altamente especulativo – e não no sentido hegeliano do termo. Elas podem ser lidas mais como indicações para um futuro projeto de pesquisa do que como o resultado conclusivo de nossa pesquisa de mestrado.

⁶³⁰ Cf. o primeiro capítulo deste estudo.

⁶³¹ Adorno, *Dialética Negativa*, p. 125.

então é evidente que deve existir, no devir histórico da economia capitalista, uma tendência ao pleno desenvolvimento das “formas através das quais a lei do valor pode, em geral, se realizar”⁶³² – donde se aufere que tal devir não pode, como pretende boa parte dos economistas⁶³³, ser compreendido como um processo puro e simplesmente aleatório. E no entanto, se, como já foi visto, o capital é incapaz de superar a crônica inadequação entre sua forma e seu conteúdo, e se as determinações formais do valor não são capazes de abarcar plenamente seus pressupostos, então a totalidade constituída pelas formas do valor é necessariamente marcada por um *déficit de determinação*; daí que o movimento real do capital não deva ser considerado como uma mera expressão de suas determinações internas, ou seja, que seu devir histórico não possa (como sugeria o modelo fenomenológico) ser unilateralmente deduzido de suas determinações formais.

Caso queiramos oferecer uma interpretação consistente das transformações pelas quais passou recentemente o capital acionário no centro do capitalismo (em especial nos EUA), será necessário superar a unilateralidade na qual necessariamente se enredam tanto a Economia Política quanto a leitura fenomenológica (historicista, diria Althusser⁶³⁴) da história do capital. Neste capítulo, veremos que a Crítica da Economia Política é capaz de fazê-lo. Se formos competentes, ficará claro que o desenvolvimento lógico-sistemático da totalidade formal constituída pelo capital, na própria medida em que revela os pressupostos, e portanto também as fissuras dessa totalidade – de modo a explicitar os pontos nos quais determinações não plenamente subsumidas pelo capital podem influir sobre seu movimento –, abre uma perspectiva a partir da qual é possível compreender o complexo jogo entre forma e conteúdo, interioridade e exterioridade – em suma: entre necessidade e acaso – que caracteriza o devir histórico do capital acionário.

Bolha permanente

Sabemos que a própria pressão imposta pela dinâmica capitalista acabou eventualmente por derrubar as barreiras impostas a partir da década de 1930 ao pleno desenvolvimento formal do capital acionário – constatação que nos motivou a pensar que sua história talvez pudesse ser compreendida como o processo de adequação da existência do capital acionário a seu conceito. Vimos na segunda parte deste trabalho, no entanto, que as determinações formais do valor não estabelecem uma espécie de taxa natural de dividendos; ainda mais: no último capítulo,

⁶³² Reichelt, Zur..., p. 178.

⁶³³ Cf. o segundo capítulo deste trabalho.

⁶³⁴ Cf. Althusser, L. O marxismo não é um historicismo. In: Althusser, L.; Balibar, É.; Establet, R.; Macherey, P.; Rancière, J. *Para leer el capital*. Mexico: Siglo Vientiuno Editores, 1969.

descobrimos que, de acordo com o próprio conceito do capital acionário, a queda da taxa de lucro tende, ainda que não imediatamente, a rebaixar os preços das ações. Podemos afirmar então que o simples desenvolvimento lógico-conceitual da forma capital acionário não nos fornece fundamentos para estabelecer uma relação *média natural* entre o preço das ações e o lucro gerado pelo capital que elas representam (a famosa P/L), e muito menos para compreender uma possível variação dessa relação média no devir histórico do modo de produção capitalista.

Pois bem: como se pode constatar examinando a figura 5 abaixo, o pleno desenvolvimento da dupla representação do capital coincidiu temporalmente com uma elevação sem precedentes da grandeza expressa pela relação P/L, a qual chegou ao ápice na virada do milênio; e, mesmo após uma década inteira de queda quase ininterrupta dos preços das mais importantes ações do mercado financeiro dos EUA, ela ainda se encontra, atualmente, praticamente no mesmo nível do ponto mais alto atingido durante os anos dourados do capitalismo. Como explicar esse fenômeno?

Supondo-se (por simplicidade) a constância de um dos termos, a elevação da relação P/L deve resultar ou da elevação unilateral dos preços das ações, ou da queda unilateral dos lucros. Os economistas burgueses, não por acaso, costumam afirmar que a primeira dessas hipóteses explica a recente elevação da grandeza resultante dessa relação: para boa parte deles, a elevação dos preços na segunda metade do século XX se deveu à conjunção do desenvolvimento dos métodos de valoração, que passaram a incorporar os *rendimentos futuros* no cômputo do preço presente das ações, com algumas revoluções tecnológicas, que tendem a produzir nos agentes a expectativa de crescimento dos rendimentos do capital no tempo⁶³⁵. A fragilidade dessa teoria é evidente; afinal, se é verdade que a esperança de lucros futuros superiores poderia, num primeiro momento, levar os proprietários de riqueza abstrata na forma do capital portador de juros a aceitar um rendimento relativamente baixo no presente, tal situação só se poderia sustentar no tempo caso as expectativas fossem até certo ponto satisfeitas; e no entanto, como se pode constatar pela figura 4 do capítulo I, não se encontra qualquer elevação secular taxa geral de lucro da economia dos EUA no século passado: pelo contrário, o que se vê é uma queda aparentemente estrutural dessa taxa na metade final do século. Ora, caso a elevação da P/L refletisse um simples surto de otimismo dos investidores no que se refere aos lucros futuros, seria de se esperar que, uma vez revelada a incompatibilidade de tais expectativas com o mundo real, os preços logo caíssem; do contrário, para que tal hipótese fizesse sentido, seríamos forçados a conceber uma espécie de “otimismo infantil inquebrantável”, o qual se refletiria na formação de uma *bolha permanente* – evidentemente, uma contradição em termos.

⁶³⁵ Cf. por exemplo Smith, *Toward rational exuberance...*

Figura 6 – Evolução da relação P/L nos EUA (baseada no índice S&P 500)

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:S_and_P_500_pe_ratio_to_mid2012.png

(Acesso: 03/05/2013)

E isso nos leva à segunda hipótese, qual seja, a de que uma queda mais duradoura da taxa geral de lucro poderia explicar a elevação da relação P/L. Para compreender essa hipótese, é importante estar atento para o seguinte fato: se num primeiro momento a queda da taxa geral de lucro ocasiona, como já foi visto, uma queda concomitante nos preços das ações⁶³⁶, que cumprirá importante função na desvalorização do capital, e na consequente reconstituição das condições necessárias à produção que visa a valorização do valor, essa mesma queda do lucro, caso se faça sentir como algo *estrutural*, deverá ter, num prazo mais longo, um efeito oposto: doravante os investidores aceitarão receber um rendimento inferior pelo capital aplicado, o que se refletirá na elevação da P/L. Certamente, tal hipótese é muito mais plausível do que a apresentada logo acima,

⁶³⁶ Nas palavras de Roberts: “the stock market cycle appears to be about 32 years in length, pretty much the same as the profit cycle, although slightly different in its turning points. Indeed, the stock market seems to peak in value a couple of years after the rate of profit does.” Roberts, M. *What does the stock market tell us*. Disponível em: <http://thenextrecession.wordpress.com/2012/07/15/what-does-the-stock-market-tell-us/> (Acesso: 15/05/2013)

já que, como mostra a figura 4⁶³⁷, parece ter havido uma queda secular da taxa de lucro na economia dos EUA (e do mundo capitalista em geral) no último século; a comparação dessa mesma figura com a apresentada logo acima, entretanto, força-nos a reconhecer que o aumento da P/L parece desproporcional em relação a uma relativamente modesta queda secular da taxa média de lucro. Infelizmente, não dispomos nesta pesquisa do tempo, nem das técnicas necessárias para tratar a questão com o rigor quantitativo que ela merece. Em todo caso, o mero exame visual das duas figuras nos induz novamente a pensar naquela ideia apresentada logo acima, e julgada num primeiro momento como absurda: a hipótese da *bolha permanente*.

A noção de *permanência*, já o sabemos, cumpre papel crucial na apresentação hegeliana do modo como o *racional* se realiza na realidade empírica – realidade que, considerada imediatamente, se mostra como a negação direta do Ser, e portanto da Razão. Agora descobrimos que, na história recente do capital acionário, *a mesma noção* reaparece num sentido diametralmente oposto; pois, como foi visto no desenvolvimento conceitual do valor, a deflação dos ativos financeiros aparece como momento da desvalorização do capital enquanto tal, e portanto como condição necessária à própria continuidade no tempo do metabolismo econômico conformado pela troca generalizada dos produtos do trabalho. Com efeito, o próprio funcionamento da economia mercantil tende a restabelecer continuamente “a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados”, donde se auge que a permanência da bolha, associada à queda *contínua* (que não deve ser confundida com uma hipotética queda *estrutural*) da taxa de lucro, aparece como um fenômeno absolutamente disfuncional, e portanto irracional do ponto de vista da lei do valor enquanto tal – o que poderia ser considerado como uma evidência da inadequação do modelo fenomenológico à história recente do modo de produção capitalista. Sabemos todavia que a *regressão* aparece na filosofia hegeliana da história como um momento do próprio progresso; e se é assim, então parece justo considerar a noção de bolha permanente, ao menos num primeiro momento, como nada mais do que uma expressão contemporânea da falta de paciência típica do Entendimento: caso esperássemos um pouco mais, talvez descobríssemos que a permanência aludida é meramente uma *ilusão*, e que a razão capitalista, mais uma vez, se efetivava justamente ali onde fora considerada ausente – com o que estaria reabilitado o modelo que apressadamente jugáramos inadequado.

Mas a questão não se encerra aqui. Certamente, a *possibilidade formal* de um descolamento bastante prolongado entre o capital efetivo e os títulos que o representam está contida na própria categoria do capital fictício: uma vez que o valor em processo se represente num título cujo preço presente depende das expectativas sobre os rendimentos futuros por ele propiciados a seu portador,

⁶³⁷ Capítulo I.

nada impede que uma série de novas mediações torne cada vez mais turva a relação *essencial* do capital efetivo com o título que garante a apropriação de parte do rendimento por ele gerado. Já vimos porém que, no que se refere ao capital – e portanto também à forma capital acionário –, a passagem das determinações formais à efetividade não pode ser operada pura e simplesmente pelo próprio conceito, o que nos permite ver o fenômeno da bolha permanente com outros olhos. Pois não nos parece coincidência que a *resistência* relativa dos preços das ações num período de evidente queda da taxa geral de lucro – este aparente *descolamento* do capital acionário em relação ao capital efetivo – coincida temporalmente com a adoção de uma nova postura por parte dos bancos centrais, esses importantíssimos componentes da estrutura estatal contemporânea, que passaram, a partir dos anos 1980, não apenas a impedir a liquidação geral dos títulos acionários, ao comprá-los nos mercados secundários, em momentos de disrupção do circuito de pagamentos, por preços *superiores* a seu preço de mercado – postura que ajuda a explicar a gritante elevação da dívida pública dos EUA (cf. a figura 7) e, em particular, a da dívida de *longo prazo* (cf. a figura 8) –, mas também a conservar em níveis deliberadamente baixos a taxa de juro de longo prazo (cf. a figura 6), de modo a manter relativamente atrativo o investimento em títulos acionários mesmo em tempos de recessão (cf. a figura 9) e, por conseguinte, a obstruir o processo de autodilaceramento do capital.

Figura 7. Dívida pública dos EUA (em proporção ao PIB)

Fonte: Congressional Budget Office⁶³⁸

⁶³⁸ Disponível em: <https://www.cbo.gov/sites/default/files/cbofiles/attachments/44172-Baseline2.pdf> (Acesso: 20/05/2013) Dados detalhados sobre o endividamento dos EUA podem ser encontrados no documento *Fiscal Year of 2013. Historical tables*, disponível na página www.budget.gov (Acesso: 03/04/2013).

Figura 8. Maturidade média dos títulos da dívida pública dos EUA (em meses)

Fonte: Tesouro dos EUA. *Fiscal year 2012 report*.⁶³⁹

Parece-nos evidente que este modo de intervenção do Estado sobre os mercados financeiros não pode de modo algum ser *derivado* do próprio conceito de capital, i.e., que ele não pode ser considerado um mero *produto* da razão capitalista. Afinal, se o Estado/Banco Central aparece formalmente, na relação de compra e venda de títulos acionários, como um simples agente econômico, ele se comporta, na medida em que compra tais títulos preços superiores a seus preços de mercado, como um agente econômico absolutamente *irracional*. Ainda mais: mesmo sabendo que o Estado, ao comprar títulos acima de seu valor de mercado, e ao rebaixar o juro de longo prazo, não age como *mero* agente econômico capitalista (cuja ação visaria exclusivamente o *ganho monetário*), mas sim com o fito de regular o funcionamento do capital enquanto *totalidade*⁶⁴⁰, é inevitável reconhecer que, se, como vimos, a desvalorização do valor constitui em certos momentos um processo necessário para a retomada do processo de valorização – e portanto, para o

⁶³⁹ Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/data-chart-center/quarterly-refunding/Documents/TBAC%20Discussion%20Charts%20Feb%202012.pdf> (Acesso: 03/04/2013). Na medida em que a dívida *total* da federação dos EUA cresceu no período, e que a maturidade média dessa dívida também se elevou, é evidente que a dívida de longo prazo cresceu em termos absolutos.

⁶⁴⁰ Algo que ele pode tentar fazer em função do caráter peculiar de sua restrição orçamentária. Afinal, o Estado, ao contrário dos demais agentes econômicos, não apenas absorve a maior parte de sua renda através de uma relação de *compulsão* (impostos), e não mediante a *troca*, mas também, no que se refere aos estados mais importantes (mais a zona do Euro), se endivida na moeda por ele mesmo emitida.

aquecimento da atividade econômica *sob condições capitalistas* –, então tais tipos de intervenção estatal não podem facilmente ser consideradas racionais, já que elas tendem, num prazo mais longo, a obstruir o movimento do próprio valor que se valoriza.

Figura 9. Relação entre os rendimentos do capital acionário e dos títulos públicos de longo prazo nos EUA

Fonte: Roberts, M. *It's still a bear market*

E no entanto, justamente porque, a partir da década de 1980, tais estratégias foram adotadas em maior ou menor grau por todos os países capitalistas capazes de fazê-lo (mais o bloco da zona do Euro), parece-nos improvável que elas possam ser consideradas como algo pura e simplesmente *arbitrário*. De fato, como veremos na próxima seção, um exame mais atento da situação revela que existe uma racionalidade bem definida por trás desse modo de agir aparentemente irracional. Se quisermos compreender essa espécie de racionalidade irracional, porém, não devemos nos reportar *pura e simplesmente* à lei do valor e ao movimento do valor em processo: pelo contrário, será necessário reconhecer que “o capital, como valor que se valoriza”, é não *apenas* “um movimento, um processo cíclico que atravessa diferentes estágios e que implica por sua vez três formas diferentes de processo cíclico”: como ressalta Marx, ele “implica (...) [também – BH] *relações de classe, um caráter social determinado baseado na existência [Dasein] do trabalho assalariado*” (K, II, 109; C, II, 78).

A desvalorização administrada

O proprietário da mercadoria força de trabalho é trespassado por uma contradição insolúvel no âmbito da sociedade mercantil: por um lado, enquanto sujeito formalmente livre, ele jamais entra em relações sem que isso constitua, para ele, um ato volitivo; por outro, como sua vontade livre não é capaz de se livrar das impurezas do mundo material – já que não existe separada de uma massa de carne e osso –, e como sua liberdade formal se fundamenta na sua separação real dos meios de produção, ele se vê *obrigado* a vender sua capacidade de produção. Por um lado é sujeito; por outro é mercadoria – uma mera coisa. Sobre a tensão entre essas determinações repousa, evidentemente, o caráter relativamente indeterminado do valor da força de trabalho – o qual, ao contrário do que ocorre com as demais mercadorias, não pode ser simplesmente derivado das condições de produção e circulação da riqueza material. Mas não é isso o que nos interessa agora. Queremos ressaltar aqui sobretudo que a inconciliabilidade dessas determinações, que parecem conviver relativamente bem em períodos de expansão da economia capitalista, costuma ser revelada bruscamente aos próprios sujeitos em tempos de crise – e, principalmente, na depressão que a segue; conseqüentemente, a desvalorização massiva do capital social, longe de consistir num processo calmo, possui sempre um caráter socialmente explosivo.

Ora, se o capital, como foi dito acima, é não *apenas* “um movimento” de autovalorização, mas *também* uma relação de classe, deve-se concluir que ele é essencialmente uma contradição não resolvida: como movimento de autovalorização, ele necessita periodicamente se entregar a um doloroso processo de desvalorização – processo que, no entanto, põe em risco a existência da própria relação de classe sobre a qual o movimento do valor se constitui. Este caráter contraditório, sutilmente ignorado pela sociedade burguesa por mais de um século, não poderia passar despercebido pelos maiores economistas após a depressão de 1930 e, principalmente, as ascensões do comunismo e do fascismo, eventos que finalmente convenceram os teóricos burgueses esclarecidos de que seu mundo não repousava sobre uma pretensa justiça natural – e de que era necessário, portanto, proteger a civilização burguesa de seus inimigos bárbaros. Assim, de modo mais ou menos claro, enunciou-se a necessidade de evitar a crise, amainar a depressão, e manter dentro de certos limites “razoáveis” a inevitável violência do processo de desvalorização do capital.

O desenvolvimento da consciência dessa necessidade de controlar o processo de desvalorização está na raiz do desenvolvimento histórico dos modernos Bancos Centrais. Evidentemente, a ideia da criação de mecanismos estatais (ou semi-estatais) para a estabilização dos mercados financeiros em tempos de liquidação de ativos, visando impedir a queda livre da demanda efetiva e, por conseguinte, da atividade econômica em geral, não é nova: ela foi defendida já no

século XIX por Walter Bagehot em seu *hoje* aclamado *Lombard Street*. Isso não obstante, apenas em 1913 a maior economia do século XX criaria seu arremedo de banco central – o Federal Reserve System, que ainda na década de 1930 se recusaria a seguir os conselhos de Bagehot, dando a Milton Freedman o ensejo para atribuir a alguns indivíduos sem juízo a culpa pela maior crise da história do capitalismo⁶⁴¹. Daí que normalmente se atribua à depressão da década de 1930 o reconhecimento da necessidade de adoção, pelo Estado, de políticas monetárias expansionistas, como antídoto à paralisação da atividade econômica produzida pelas assim chamadas crises financeiras. Pergunta-se então: se as bases teóricas para a adoção de tal postura diante da crise já existiam em 1873 (data da publicação do livro de Bagehot), e se a depressão do final do século XIX fora grande o suficiente para ser conhecida, até a década de 1930, como a grande crise do capitalismo, por que o banco central moderno e as políticas monetárias expansionistas não apareceram historicamente já na virada do século? Resposta: porque o bloqueio da crise – ou melhor, da liquidação generalizada de capital constante – e à queda abrupta do preço do capital variável não pode ser atribuído à razão econômica do capitalismo enquanto tal; na verdade, embora nos seja impossível fazer essa simulação, dificilmente exageraríamos ao dizer, com os economistas liberais de outrora⁶⁴², que um tal bloqueio tende a reduzir a taxa de acumulação no longo prazo⁶⁴³. E no entanto, a própria *existência* da acumulação capitalista, como vimos, depende da existência do trabalho assalariado – e a civilização burguesa, reconhecendo o perigo, preferiu deixar que a taxa de valorização se reduzisse a permitir que os modernos cavaleiros do apocalipse destruíssem seu mundo idílico.

Se Keynes, por exemplo, desprezou o longo prazo e se tornou o símbolo intelectual da política anti-cíclica, é porque, como burguês esclarecido, ele já não podia ignorar a historicidade radical da ordem por ele defendida, nem negar a importância crucial do conflito de classes. Não por acaso, este gênio do pensamento econômico – que, como ele mesmo disse, sabia muito bem de que lado a luta de classes o encontraria – logo reconheceu o caráter peculiar da mercadoria força de trabalho: uma mercadoria que tem o grave defeito de reconhecer a si mesma e de resistir a sua desvalorização; uma mercadoria cujo preço tende então a ser *nominalmente rígido*. Daí ter ele sugerido, como remédio para a depressão, não apenas os estímulos diretos à demanda efetiva – sempre tão alardeados por seus defensores de esquerda – mas também a adoção, pelos bancos centrais, de políticas monetárias que visassem provocar a elevação nominal dos preços – elevação

⁶⁴¹ Cf. Friedman, M & Schwartz, A. *A Monetary History of the United States, 1867-1960*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

⁶⁴² Cf. por exemplo Schumpeter, *Capitalism, socialism and democracy*.

⁶⁴³ Ainda mais: políticas anti-cíclicas são nocivas a indivíduos que auferem de alguma forma de renda fixa. Compreende-se então que, até a década de 1930, elas não tivessem apelo entre as classes mais altas, especialmente as européias.

da qual deve resultar uma *queda real dos salários*, ou seja, a *desvalorização do capital variável*.⁶⁴⁴ Dessa maneira, Keynes se apresentou como um dos primeiros apóstolos daquela que seria, de longe, a mais importante missão da Economia Política do século XX: a criação de mecanismos capazes de *estabilizar*, ou melhor, *de estender no tempo o processo de desvalorização do capital*, de modo a permitir que as duas determinações contraditórias do capital pudessem conviver de modo mais ou menos pacífico.

Compreende-se assim, por exemplo, quão errônea é a ideia de que a estagflação dos anos 1970 evidenciou o fracasso da doutrina keynesiana. Na verdade, é bastante provável que a adoção dos métodos propostos por Lorde Keynes consista numa das principais razões para que a depressão que vai do fim da década de 1960 ao início da de 1980 tenha sido, ao contrário daquela que assombrou o mundo em 1930, uma *depressão silenciosa*.⁶⁴⁵ Por isso, talvez os historiadores vindouros do pensamento econômico reconheçam na *Teoria Geral* o primeiro grande tratado sobre técnicas de gestão da depressão.

E no entanto, como nota Andrew Kliman⁶⁴⁶, tal sucesso cobraria seu preço: a contenção do processo de autodilaceramento do capital impediria que a taxa de lucro – e, por conseguinte, as de investimento e crescimento econômico – atingissem novamente os picos dos Anos Dourados; não à toa, o boom neoliberal jamais conquistaria os corações e mentes dos keynesianos de esquerda, nostálgicos dos bons velhos tempos.

Desvalorização administrada e bolha permanente

Estamos de acordo com Kliman quando afirma que a inflação dos ativos financeiros em geral – e portanto também o fenômeno acima chamado de “bolha permanente” - está associado ao reconhecimento, por parte dos representantes do grande capital, da necessidade de salvar o capitalismo de si mesmo⁶⁴⁷. É necessário notar porém que, na década de 1970, quando tal necessidade já havia sido reconhecida, a administração da crise não resultou numa bolha desse tipo;

⁶⁴⁴ Como mostra Prado, a inflação tende a provocar, em tempos de recessão, a desvalorização *real* do capital variável (cujo preço não é indexado), modificando “implicitamente a taxa de mais-valia” – e elevando, consequentemente, a “taxa de lucro média do sistema”. (cf. *Da crise e da inflação – uma abordagem marxista*. Disponível na página do autor na internet: www.eleuterioprado.wordpress.com. Acesso: 26/04/2013.) Noutras palavras: a inflação cumpre, até certo ponto, o papel outrora desempenhado pela crise no restabelecimento da lucratividade do capital, e o faz com uma vantagem fundamental: ao obstruir a rápida liquidação do capital constante, e ao estender no tempo o processo de desvalorização do capital circulante (constante e variável), ela impede a paralisação completa da atividade econômica, reduzindo assim o risco de *distúrbios sociais*.

⁶⁴⁵ Cf. Prado, E. *O marxismo oracular de Robert Kurz*. Disponível na página do autor na internet: www.eleuterioprado.wordpress.com. (Acesso: 26/04/2013)

⁶⁴⁶ Cf. Prado, E. *Kliman: a grande falha do capitalismo*. Disponível na página do autor na internet: www.eleuterioprado.wordpress.com. (Acesso: 26/04/2013)

⁶⁴⁷ Cf. *ibidem*, *idem*.

pelo contrário: como se pode ver na figura 5, os preços dos títulos acionários caíram durante aquela década mais rapidamente do que os lucros, de modo que, antes mesmo de Paul Volcker iniciar seu “terrorismo monetário”, a relação P/L tinha atingido quase o mesmo nível do ponto mais baixo a que chegara logo após a crise de 1929. Assim, se as políticas anti-cíclicas passaram a ser adotadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a bolha permanente, por seu turno, é um fenômeno muito mais recente: ela remonta estritamente às últimas três décadas.

Talvez possamos explicar essa discrepância através da importante transformação pela qual passou o sistema monetário na década de 1970⁶⁴⁸. Afinal, apenas depois do abandono da “reliquia bárbara” (Keynes) do ouro técnicas de gestão monetária como a redução praticamente ininterrupta do juro de longo prazo (apesar do aumento quase contínuo da dívida pública) e a compra de ativos financeiros por quantias superiores a seus preços de mercado poderiam ser implementadas pelos Bancos Centrais; e se o ouro foi abandonado já no início da década de 1970, é compreensível que os gestores da política monetária levassem ainda algum tempo para compreender as potencialidades oferecidas pelo novo estado de coisas. Pois bem: é evidente que o fim da conversibilidade certamente cumpriu papel essencial em todo esse processo; ele não basta, contudo, para explicar o fenômeno que temos em vista. Pois, em primeiro lugar, se é verdade que tal transformação possibilitou a queda na taxa de juro de longo prazo (mesmo num contexto de elevação da dívida pública), não é difícil perceber que essa taxa, nas últimas três décadas, não foi em média muito diferente do que a observada nas décadas posteriores à Segunda Guerra. Além disso, se é verdade que, ao alterar os limites do endividamento estatal, a revogação da conversibilidade se apresenta como condição de possibilidade dos sucessivos *Quantitative Easing* – e, por tabela, das compras de títulos acionários a preços superfaturados – que têm inundado os mercados financeiros nas últimas décadas – principalmente nos EUA –, também é verdade que o mero desenvolvimento dessa capacidade não explica por si só *por que motivo exatamente* os bancos centrais passaram, nos últimos anos, a comprar esses títulos em condições tão desfavoráveis.

Ora, já vimos no capítulo anterior que, em economias cujos mercados financeiros não são regulados, e nas quais a dupla representação do capital se desenvolve plenamente, é bastante comum que a crise anunciadora da depressão se inicie justamente nestes mercados – algo que, por outro lado, não ocorre nas economias com mercados financeiros regulados. Não espanta, pois, que um Estado/banco central disposto a impedir a crise e a depressão numa economia capitalista onde a criação e a troca de ativos são feitas livremente se preocupe em evitar, por todos os meios possíveis, a disrupção do circuito de pagamentos nos mercados financeiros, garantindo os preços dos títulos

⁶⁴⁸ Quanto a isso, cf. Prado, E. *Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível*. Disponível na página do autor na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>. Acesso: 10/04/2013.

ali negociados justamente quando estes se encontram em queda livre. Compreende-se assim, também, por que o mesmo não era feito nas economias onde os mercados financeiros eram regulados. Logo, se é possível dizer que a hipertrofia do capital acionário é um resultado do esforço estatal em impedir as depressões, é necessário reconhecer que o próprio modo como o Estado busca evitar essas depressões varia de acordo com o nível de desenvolvimento da dupla representação do capital, e que portanto a bolha permanente não existiria, caso esta forma do capital permanecesse em sua figura atrofiada. – Do que não resulta que o fenômeno que temos em vista possa ser considerado como pura e simplesmente casual. Pois, como revelaram os capítulos anteriores desta dissertação, o pleno desenvolvimento formal do capital acionário é um resultado *necessário* do movimento do capital *enquanto tal*.

Nem dualismo, nem fenomenologia

Já dissemos antes, e repetimos agora: não é nosso intuito empreender aqui uma espécie de estudo historiográfico do capital acionário – quer o dos EUA, quer o de qualquer outro país do centro do capitalismo mundial. Uma tal tarefa exigiria exames e análises que os limites temporais de uma pesquisa de mestrado tornam absolutamente proibitivos; em particular, seria necessário dedicar um olhar verdadeiramente paciente ao desenvolvimento histórico do conflito de classes, e de seus reflexos sobre as estratégias adotadas pelo Estado diante dos problemas causados pelo movimento do capital social total. Afinal, a bolha permanente e as práticas a ela associadas – determinações essenciais do fenômeno conhecido como financeirização da economia –, na medida mesma em que bloqueiam até certo ponto o processo de desvalorização do capital (o que muito provavelmente faz com que se tornem menos agudas a expansão e a depressão da economia capitalista, quando se as compara com a expansão e a depressão em economias capitalistas onde não há políticas anti-cíclicas), parecem não apenas estender no tempo o ônus deste processo, mas também jogar a maior parte de seu peso sobre os proprietários daquela mercadoria que, *juridicamente*, nunca é de propriedade do próprio capital: a força de trabalho. As crises do início e do final da década passada parecem mostrar justamente que os preços dos títulos que representam o capital efetivo não podem se autonomizar completamente em relação aos lucros gerados por este capital; e, se as medidas adotadas pelos bancos centrais colocam empecilhos no processo de liquidação financeira, e, por tabela, também atrapalham até certo ponto a desvalorização do capital constante (principalmente o fixo), já que ajudam a evitar falências⁶⁴⁹, então o peso da

⁶⁴⁹ Às medidas já citadas acima, devemos acrescentar também o inaudito aumento da base monetária como uma medida importantíssima no salvamento de empresas que, em momentos de pânico, certamente faliriam por falta de acesso à

desvalorização muito provavelmente terá que recair sobre o *capital variável* – o que talvez ajude a explicar por que, mesmo durante a última expansão (o boom neoliberal), os direitos adquiridos pela população na Era de Ouro foram continuamente atacados, enquanto as rendas das parcelas mais ricas da população tenderam a ser cada vez menos oneradas pela taxaço.

É possível, ademais, que um tal estudo nos permitisse avançar a hipótese, a que a análise empreendida neste capítulo naturalmente nos leva, de que a assim chamada financeirização (bem como o programa neoliberal a ela associado) não pode ser compreendida nem como uma mera expressão do crescimento do poder social das camadas capitalistas da população – um fenômeno casual, portanto, pois dependente sobremaneira do estado da luta de classes – como sugerem, por exemplo, perspectivas que poderíamos chamar de *dualistas críticas*⁶⁵⁰; nem como um mero resultado do desenvolvimento *no tempo* das determinações formais do modo de produção capitalista, como poderia sugerir uma interpretação de inspiração hegeliana da história recente do modo de produção capitalista. Pelo contrário: a financeirização, muito provavelmente, poderia ser melhor compreendida como um novo estágio no desenvolvimento das técnicas de *gestão da depressão* – não como um simples produto das tentativas de impedir crises e depressões como a da primeira metade do século passado, mas como um fenômeno que põe em operação novos modos de desvalorização do capital constante e, principalmente, do variável⁶⁵¹. Portanto, como um fenômeno que não é estritamente casual, já que advém de respostas historicamente encontradas para “problemas” que devem ser atribuídos à *operação da lei do valor enquanto tal* (em particular, a queda da taxa de lucro e o pleno desenvolvimento da dupla representação do capital); mas que também não é pura e simplesmente necessário, pois reflete o equilíbrio sempre instável e cambiante do conflito de classe (em particular, o aumento do poder do grande capital, sem o qual não se pode compreender por que uma parte tão grande do ônus do processo de desvalorização é paga, na economia “financeirizada”, pelos pequenos capitais e pela força de trabalho – enquanto os grandes conglomerados capitalistas são vistos sempre como *too big to fail*).

forma-dinheiro.

⁶⁵⁰ Cf., por exemplo, Duménil e Lévy, op. cit. Chamamos essa corrente de dualista crítica porque, embora mantenha, como toda a teoria econômica, o dualismo entre lei do valor e realidade empírica do modo de produção capitalista (o que, naturalmente, coloca o inquirimento sobre as tendências imanentes ao modo de produção capitalista enquanto tal completamente fora de seu alcance), ela busca explicar o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista através de referências não a fatores casuais completamente arbitrários, mas sim, de modo unilateral, a esta variável cuja grandeza de fato não pode (como vimos) ser meramente derivada das determinações formais do capital: a taxa de exploração.

⁶⁵¹ Para entender a financeirização enquanto modo particular de gestão da depressão, i.e., um modo de administrar, até certo ponto, a desvalorização do capital social total, seria necessário, além de examinar melhor os efeitos da bolha permanente sobre a liquidação do capital constante e sobre as disputas em torno da participação de cada classe no produto social, estudar também os efeitos das cada vez mais frequentes “pequenas crises financeiras” sobre o processo de desvalorização. É possível que essas crises ponham em operação, a conta-gotas, a desvalorização do capital efetivo mediante a desvalorização de seus títulos; noutras palavras: talvez essas pequenas crises também sejam capazes de, até certo ponto, estender no tempo o autodilaceramento da parte constante do capital.

Infelizmente, não pudemos incluir neste capítulo um estudo desse tipo. Em todo caso, parece-nos que nosso exame das transformações sofridas recentemente pelo capital acionário já basta para demonstrar a validade da hipótese que motivou toda esta dissertação: a de que nem o dualismo – insuperável da perspectiva necessariamente adotada pela Economia Política – nem a hipostasia do princípio da identidade – que constitui o fundamento do conceito hegeliano de história, e portanto, também do modelo fenomenológico apresentado no capítulo VI –; melhor dizendo: nem a atribuição unilateral das principais transformações sofridas pela economia capitalista a fatores exteriores ao movimento do capital enquanto tal (legislação, etc.), nem a consideração dessas transformações como nada mais do que a manifestação, no tempo, das determinações internas do modo de produção capitalista: nenhum desses dois procedimentos pode dar origem a uma interpretação consistente da história do capitalismo. Por um lado, o devir histórico do modo de produção capitalista não pode ser compreendido através de referências unilaterais aos diversos acasos que inevitavelmente interferem sobre o movimento do capital, já que, na própria medida em que as relações constitutivas do capitalismo formam um *sistema*, tal movimento é, até certo ponto, *autodeterminado* – e portanto não é em si *aleatório*. Mas por outro lado, o devir da economia capitalista também não pode ser compreendido mediante referências unilaterais às determinações formais do capital; afinal, como mostrou o desenvolvimento lógico-sistemático do valor, a mera existência dessas determinação tem na relação – e portanto também no *conflito* – de classe (mas não apenas nela!) um eterno *pressuposto* (já que tal conflito não é plenamente determinado pelo movimento do capital enquanto tal), de modo que, se é verdade que o capital forma um sistema, também o é que seu sistema é *inevitavelmente aberto*.

Eis então que o reconhecimento do caráter necessário do desenvolvimento real-empírico das formas sem as quais a lei do valor não pode se realizar não nos deve tentar a deduzir unilateralmente o devir histórico do modo de produção capitalista – mesmo em seus traços mais abstratos e gerais – a partir das determinações formais do valor. Pelo contrário: deve-se ter consciência de que o desenvolvimento lógico-sistemático da totalidade formal constituída pelo capital revela não o futuro, mas apenas um *feixe de possibilidades* – dentre as quais se encontra, evidentemente, a própria superação da organização capitalista do metabolismo social – cuja passagem à efetividade é necessariamente condicionada por um conflito que o capital enquanto tal é incapaz de controlar plenamente.

Se, por um lado, a história real do capital, mesmo em seus traços mais abstratos, não pode ser *deduzida* de suas determinações formais⁶⁵²; e se por outro, na própria medida em que o capital

⁶⁵² “O conceito em si hipostasia, antes de todo conteúdo, a sua própria forma em face dos conteúdos”. Adorno,

efetivamente constitui uma totalidade formal produzida e reproduzida pelas ações conscientes-inconscientes dos indivíduos formalmente autônomos, a interpretação de seu devir histórico não pode abrir mão do desenvolvimento lógico-sistemático do valor e da explicitação de suas determinações formais. Pois bem: se tudo isso é verdade, então a mediação recíproca de conceito e realidade, de *forma* e *conteúdo* do valor, “não pode consistir numa *ponte*”⁶⁵³ instalada arbitrariamente pelo teórico entre esses dois *momentos* co-pertinentes: “pelo contrário, *ela deveria ser uma mediação dentro dos próprios momentos*”⁶⁵⁴. Desta exigência, que não é senão o reflexo teórico-metodológico do caráter insuperavelmente contraditório da totalidade formada pelo capital, não estão à altura nem a Economia Política – que, em suas representações do valor como algo unilateralmente positivo, exclui toda contradição da totalidade por ele formada –, nem uma concepção que, fascinada pelas enganosas semelhanças entre o capital e o sujeito absoluto hegeliano, acabe por atribuir ao sujeito aparentemente automático de nossa era o místico poder de resolver uma contradição que ele mesmo sequer poderia pôr. A *Crítica da Economia Política*, por seu turno, justamente porque é capaz de *reconhecer e desenvolver conceitualmente* o movimento contraditório e *relativamente* autodeterminado do valor em processo, fornece a chave não apenas para uma interpretação consistente do devir histórico a um só tempo *teleológico* e *aberto* do mundo encantado do capital, mas também para a intervenção consequente sobre seu movimento aparentemente automático – e, quiçá, para sua superação.

Dialética Negativa, p. 134 (Negativ Dialektik, p. 154). “A pretensão imanente ao conceito é sua invariância criadora de ordem ante aquilo que sob ele é compreendido [Befäßten].” Ibidem (ibidem).

⁶⁵³ Adorno. *Zur Lehre ...* p. 187.

⁶⁵⁴ Ibidem, idem.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. *Dialética Negativa..* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. [*Negativ Dialektik*. Frankfurt: Suhrkamp, 1966]

_____. *Zur Lehre von der Geschichte und von der Freiheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.

AGLIETTA, M. & REBÉRIOUX, A. *Corporate governance adrift. A critique of shareholder value*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

ARANTES, P. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2000

BACKHAUS, H. *Zur dialektik der Wertform*. Disponível em: http://www.caira.net/verlag/leseproben/backhaus-dialektik.wertform_lp.html (acesso a 06/07/2011).

BACKHAUS, H. Der widersprüchliche und monströse Kern der nationalökonomischen Begriffsbildung. In: *Emanzipation als Versöhnung. Zu Adornos Kritik der 'Warentausch'-Gesellschaft und Perspektiven der Transformation*. Alemanha: Neue Kritik, 2002, pp. 111-141

BAKER, G; JENSEN, M. & MURPHY, K. Compensation and Incentives: Practice vs. Theory. *The Journal of Finance*, Vol. 43, Nº 3, 1988, pp. 593-616.

BARAN, P. & SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

BASKIN, J. B & MIRANTI, P. *A History of Corporate Finance*, New York: Cambridge University Press, 1999

BASKIN, J. The Development of Corporate Financial Markets in Britain and The United States, 1600-1912: Overcoming Asymmetric Information. *The Business History Review*, Vol. 62, Nº 2, pp. 199-237.

BERLE, A & MEANS, G. *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os Economistas).

BERNSTEIN, P. *Capital Ideas: the improbable origins of modern Wall Street*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

BÖHM-BAWERK, E. *Teoria positiva do capital. Livro I*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

BUDROS, A. The New Capitalism and Organizational Rationality: The Adoption of Downsizing Programs, 1979-1994. *Social Forces*, Vol. 76, Nº 1, 1997, pp. 229-249.

BUNGE, M. *Causality and modern science*. New York: Dover Publications Inc., 1979.

CHEFFINS, B. *Putting Britain on the Roe Map: The Emergence of the Berle-Means Corporation in the United Kingdom*, disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=218655 (acesso a 06/07/2011).

CAMPBELL, J. & SHILLER, R. Stock Prices, Earnings, and Expected Dividends. *The Journal of Finance*. Vol. 43, Nº 3, 1988, pp. 661-676.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Introdução Geral. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998a. p.11-34.

_____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p.11-34.

_____. A “nova economia”: Uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In CHESNAIS, F. (Org.). *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p.43-70.

_____. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p.35-67.

COMPARATO, F. K. *Aspectos jurídicos da macro-empresa* (2a edição atualizada) São Palo: Ed. Revista dos Tribunais, 1977.

CROTTY, J. The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance on Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era. *Review of Radical Political Economics*, 2003. Versão online: <http://rrp.sagepub.com/content/35/3/271>. (Último acesso: 30/10/2011)

CUNHA, C. P. F. A. R., *Uma análise funcional da transferência de controle na sociedade anônima*. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16684/16684.PDF> (acesso a 12/01/2013)

DAMODARAN, A. *Return on Capital (ROC), Return on Invsted Capital (ROIC) and Return on Equity (ROE): Measurements and Implications*. 2007. Disponível em : <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/> (acesso a 17/03/2010).

_____. *Valuation Approaches and Metrics: A Survey of the Theory and Evidence*. 2006. Disponível em <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/> (acesso a 17/03/2010).

_____. *The dark side of valuation*. Prentice Hall: New York, 2001.

DORE, R.; LAZONICK, W. & O'SULLIVAN. Varieties of capitalism in the twentieth century. *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 15, N° 4, 1999, pp. 102-120.

DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 85-108.

EICHENGREEN, B. *Globalizing Capital: a history of the international monetary system*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

FARNETTI, R. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p.183-210.

FLIGSTEIN, N. & SHIN, T. Shareholder Value and the Trasformation of the U.S. Economy, 1984-2000. *Sociological Forum*. Vol. 22, N° 4, 2007, pp. 399-424.

FLIGSTEIN, N. & FREELAND, R. Theoretical and Comparative Perspectives on Corporate Organization. *Annual Review of Sociology*. Vol. 21, 1995, pp. 21-45.

FLIGSTEIN, N & BRANTLEY, P. Bank Control, Owner Control, or Organizational Dynamics: Who Controls the Large Modern Corporation? *American Journal of Sociology*, Vol. 98, N° 2, 1992, pp. 280-307.

FLIGSTEIN, N. & DAUBER, K. Structural Changes in Corporate Organizations. *Annual Review of*

Sociology. Vol. 15, 1989, pp. 73-96.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRONTANA, A. V. *O capitalismo no fim do século XX: a regulação da moeda e das finanças em um regime de acumulação sob dominância financeira*. São Paulo: tese de doutorado, FEA-USP, 2000.

FULDA, H. These zur Dialektik als Darstellungsmethode (im “Kapital” von Marx), In: *Hegel-Jahrbuch*, Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.

GALBRAITH, J. K. *O novo Estado Industrial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

GRESPLAN, J. A crise na Crítica à Economia Política. In: *Crítica Marxista* (Roma), São Paulo, v. 10, p. 94-110, 2000. A versão aqui utilizada foi obtida em: <http://www.unicamp.br/ce marx/criticamarxista/03gresp.pdf>.

_____. A desmedida do capital. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 13/2/2008, p.7-16.

_____. *O Negativo do Capital*, São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A dialética do avesso. Extraído de: <http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/gresplan06.html>. Acesso em: 20/08/2009.

_____. Uma teoria para as crises. In: *Capitalismo em crise*. São Paulo: Sundermann, 2009.

HEGEL, F. *Wissenschaft der Logik. Erster Teil. Die objektive Logik*. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/6729/pg6729.html> (Acesso a 05/03/2012)

HEGEL, F. *Wissenschaft der Logik*, Band II. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/6834> (acesso a 02/02/2012)

_____. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften*. Disponível em: <http://www.zeno.org/Philosophie/M/Hegel,+Georg+Wilhelm+Friedrich/Enzyklop%C3%A4die+der+philosophischen+Wissenschaften+im+Grundrisse/Zweiter+Teil%3A+Die+Naturphilosophie/1.+Abteilung%3A+Die+Mechanik/A.+Raum+und+Zeit/b.+Die+Zeit> (Acesso: 10/04/2013)

_____. *Phänomenologie des Geistes*. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/6698> (Acesso: 15/05/2013)

HEGEL, F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, Berlin: Akademie, 2005.

HILFERDING, R. *El capital financeiro*. Editorial Tecnos, Madrid, 1963.

HOBSBAWM, E. *The age of capital, 1848-1875*. New York: Vintage Books ed., 1996.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HORKHEIMER, M. *Traditionelle und kritische Theorie*. Em: <http://lesekreis.blogspot.de/images/MaxHorkheimerTraditionelleundkritischeTheorie.pdf> (01/01/2013)

IFRAH, G. *História universal dos algarismos, volume 1: a inteligência dos homens contada pelos números e pelo cálculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

KELSEN, H. *Teoria geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Os economistas)

KINDLEBERGER, C. *A financial history of western Europe*, Oxford University Press. New York, New York: 1993.

_____. *Manias, pânico e crises: um histórico das crises financeiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LAZONICK, W. & O'SULLIVAN, M. Finance and industrial development. Part I: the United States and the United Kingdom. In: *Financial History Review 4*, United Kingdom: Cambridge University Press, 1997.

_____. Finance and industrial development. Part II: Japan and Germany, In: *Financial History Review 4*, United Kingdom: Cambridge University Press, 1997, pp. 117-138.

LAZONICK, W. & O'SULLIVAN, M. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society*, Vol. 29, Nº , 2000, pp. 13-35.

LEBRUN, G. *Sobre Kant*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras, 1993.

LENIN, V. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

LUKÁCS, G. Geschichte und Klassenbewusstsein – Studien über Marxistische Dialektik. Em: <http://ia600805.us.archive.org/25/items/GeorgLukacs-GeschichteUndKlassenbewusstsein/GeorgLukacs-GeschichteUndKlassenbewusstsein.pdf> (01/01/2013)

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *MEW (Marx und Engels Werke)* 13, 23, 24, 25 e 26. Berlim: Dietz Verlag, 2008.

MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. MEW (Marx und Engels Werke) vol. 42. Berlin: Dietz Verlag, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política* (Livro Primeiro, Vol. 1 e 2). São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

_____. *O Capital* (Livro Segundo). São Paulo: Nova Cultural, 1984. (Os economistas).

_____. *O Capital* (Livro Terceiro, Vol. I e II). São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MARX, K. “Das Elend der Philosophie: Antwort auf Proudhons 'Philosophie des Elends'”. Marx-Engels Werke, 1972.

_____. “Zur Kritik der Politischen Ökonomie”. Marx-Engels Werke. Berlim: Dietz Verlag, 1971.

_____. Para a crítica da Economia Política. In: Marx, K. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1987

_____. O rendimento e suas fontes. In: MARX, K. *Marx*. São Paulo: Nova cultural, 1988. v. 2. p. 133-192 (Os pensadores).

_____. “Theorien über den Mehrwert, Zweiter Teil”. Marx-Engels Werke, Berlim: Dietz Verlag, 2000.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo

Editorial, 2002.

MIRANTI, P. Associationalism, Statism, and Professional Regulation: Public Accountants and the Reform of the Financial Markets, 1896-1940. *The Business History Review*, Vol. 60, Nº 3, pp. 438-468.

MIRANTI, P. The Mind's Eye of Reform: The ICC's Bureau of Statistics and Accounts and a Vision of Regulation, 1887-1940. *The Business History Review*, Vol. 63, Nº 3, 1989, pp. 469-509.

MIZRUCHI, M. Berle and Means Revisited: The Governance and Power of Large U.S. Corporations. *Theory and Society*, Vol. 33, No. 5. 2004, pp. 579-617.

MÜLLER, L. A. P. *Economia política e espírito hegeliano: a influência de Steuart e Smith na formação da filosofia de Hegel*. São Paulo: dissertação de mestrado, 2011.

MÜLLER, M. Exposição e Método Dialético em “O Capital”. *Boletim SEAF*, n.º 2, Belo Horizonte, 1982, pp. 17-41.

NAVES, M. *Marxismo e Direito – Um estudo sobre Pachukanis*, São Paulo: Boitempo, 2008.

NAVIN, T. R. & SEARS, M. V. *The rise of a market for industrial securities, 1887-1902*. *The Business History Review*, Vol. 29, No. 2 (Jun., 1955), pp. 105-138.

O'BRIEN, D. *Constitutional Law and Politics: struggles for power and governmental accountability*. New York: Norton & Company, 2005.

O'SULLIVAN, M. Corporate Governance and Globalization. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 570, 2000, pp. 153, 172.

PAULANI, L.M. *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. São Paulo: tese de doutorado, FEA-USP, 1992.

_____. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: *Estudos avançados*, vol. 23 no. 66. São Paulo, 2009.

PLIHON, As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: Chesnais, F. (Org.), *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

PRADO, E. *Capitalismo movido a crédito*. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/12/capitalismo-movido-c3a0-credito.pdf> (Acesso: 25/04/2013)

PRADO, E. *Da crise e da inflação – uma abordagem marxista*. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/06/baixar-aula-8.pdf> (Acesso: 26/04/2013)

PRADO, E. *Kliman: a grande falha do capitalismo*. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/03/baixar-texto-25.pdf> (Último acesso: 24/04/2013).

_____. *O marxismo oracular de Robert Kurz*. Disponível na página do autor na internet: www.eleuterioprado.wordpress.com. (Acesso: 26/04/2013)

POTERBA, J.; SAMWICK, A. & SHILLER, R. Stock Ownership Patterns, Stock Market Fluctuations, and Consumption. *Brooking Papers on Economic Activity*, Vol. 1995, Nº 2, pp. 295-372.

RANCIÈRE, J. As Palavras da História. In: *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, J. *Os Nomes da História: Um Ensaio de Poética do Saber*. São Paulo: EDUC/Pontes,

1994.

RAPPAPORT, A. The Economics of Short-term Performance Obsession. *Financial Analysis Journal*, Vol. 61, Nº 3, 2005, pp. 65-79.

REICHELT, H., *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*, EVA, Frankfurt, 1971.

REICHELT, H. *Neue Marx-Lektüre. Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburg: VSA-Verlag, 2008.

_____. *Der Zusammenhang von Werttheorie und ökonomischen Kategorien bei Marx*. Disponível em: <http://www.wiwi.uni-bremen.de/seari/beitrag1reichelt.htm> (acesso a 26/04/2012)

RENNER, K. *The institutions of private law and their social functions*. Londres: Hunt, Barnard & Co., 1949.

ROBERTS, M. *Measuring the rate of profit; profit cycles and the next recession*. Disponível em: <http://thenextrecession.wordpress.com/2011/07/29/measuring-the-rate-of-profit-and-profit-cycles/> . Último acesso: 25/04/2013.

Roberts, M. *Why is the US recovery so weak? - look at profitability*. Disponível em: http://thenextrecession.files.wordpress.com/2012/04/copy-of-us-fixed-investment-and-crisis_image001.png (Último acesso: 25/04/2013)

ROE, M. *The political roots of american corporate finance*. In: *Journal of applied corporate finance* vol. 9.4, 1997.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, I. *Essays on Marx's theory of value*, Delhi: Aakar Books, 2008

SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 109-132.

SCHLEIFER, A. & VISHNY, R. *The limits of arbitrage*. *The Journal of Finance*, Vol. 52, Nº 1. (Mar., 1997), pp. 35-55.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper Colophon Books, 1976.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os Economistas).

SERFATI, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 141-181.

SGRO', G. Die dialektisch-materialistische Methode der Marxschen Kritik der politischen Ökonomie. Stichworte zu einer unendlichen Geschichte. In: Müller, S. *Probleme der Dialektik heute*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009, pp. 211-27.

SHILLER, R. Comovements in Stock Prices and Comovements in Dividends. *The Journal of Finance*, Vol. 44, Nº 3, 1989, pp. 719-729.

_____. Do Stock Prices Move Too Much to be Justified by the Subsequent Changes in Dividends? *The American Economic Review*, Vol. 71, Nº3, 1981, pp. 421-436.

_____. Market Volatility and Investor Behavior. *The American Economic Review*, Vol. 80, Nº 2, 1990, pp. 58-62.

SMITH, Mark. *The equity culture: the story of the global stock market*. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2003.

_____. *Toward rational exuberance: the evolution of the modern stock market*. New York: Farrar, Straus, and Giroux, 2001.

SWEEZY, P., *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de Economia Política marxista*. Sao Paulo: Nova Cultural, 1986, “Os Economistas”.

TAYLOR, C. *Hegel*, Cambridge: University Press, 1977.

THEUNISSEN, M. *Krise der Macht* (Crise do Poder), in: *Hegel-Jahrbuch 1974*, Köln, 1975.

_____. *Sein und Schein: die kritische Funktion der Hegelschen Logik*. Frankfurt am Main: Surkhamp, 1994.

TREEK, van T. The political economy debate on 'financialization' – a macroeconomic perspective. *Review of International Political Economy* 16, 2009, pp. 907-944.

TREGENNA, F. The fat years: the structure and profitability of the US banking sector in the pre-crisis period. *Cambridge Journal of Economics*, 2009, 33, pp. 609-632.

WACHTEL, H. M. *Os mandarins do dinheiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WOLF, D. *Abstraktionen in der ökonomisch-gesellschaftlichen Wirklichkeit und in der diese Wirklichkeit darstellenden Kritik der politischen Ökonomie*. Disponível em: <http://www.dieterwolf.net/pdf/Abstraktion.pdf> (acesso a 06/07/2011).

WOLF, D. *Ende oder Wendepunkt der Geschichte. Zur Einheit von Darstellung und Kritik bei Hegel und Marx*. Disponível em: http://www.dieterwolf.net/pdf/Marx_Hegel_Kapital_absoluter_Geist_Geschichte.pdf (acesso a 06/07/2011).

WOLF, D. *Zur Methode des Aufsteigens vom Abstrakten zum Konkreten*. Disponível em: http://www.dieterwolf.net/pdf/Methode_Aufsteigen_Abstrakte_Konkrete.pdf (acesso a 06/07/2011)

WOLF, D. *Warum konnte Hegels „Logik“ Marx „große Dienste leisten“?* Disponível em: http://www.dieterwolf.net/pdf/Hegel_Logik_Marx_Kapital_1.pdf (acesso: 26/04/2013)

ZAJAC, E. & WESTPHAL, J. The Social Construction of Market Value: Institutionalization and Learning Perspectives on Stock Market Reactions. *American Sociological Review*, Vol. 69, Nº 3, 2004, pp. 433-457.